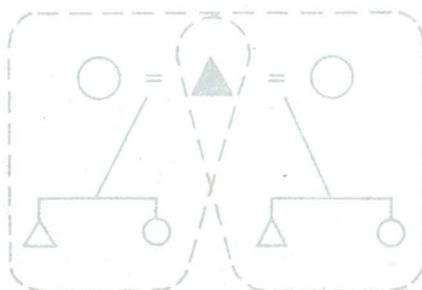
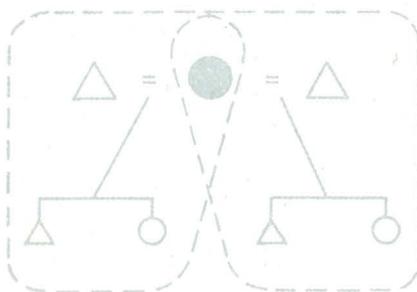
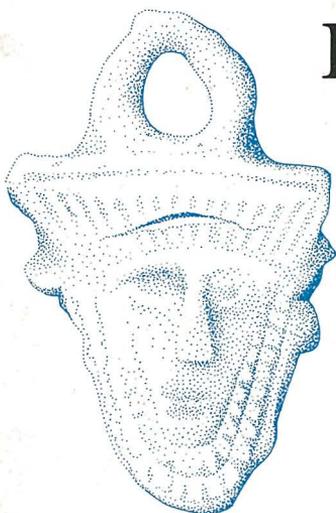


# TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA





## **SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.

**Sede:** Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4000 Porto (Portugal)

### **Órgãos sociais**

**Mesa da Assembleia Geral:** *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge;  
*Secretários* — Manuel Ferreira Coelho; Orlando de Castro Ferreira de Sousa.

**Direcção:** *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge;  
*Secretária* — Crisanda Tavares Urbano Unsworth; *Tesoureiro* — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves; *Vogais* — Maria Manuela dos Reis Martins; Augusto Ernesto dos Santos Silva; Raquel Maria de Rosa Vilaça.

**Conselho Fiscal:** *Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa;  
*Secretários* — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito; João Pedro Paiva Gomes da Cunha Ribeiro.

# Trabalhos de Antropologia e Etnologia



**Capa:** Armela de Sítula do Lagar de Maria Martins (Idanha-a-Nova) (seg. A. A. Marques);  
diagramas genealógicos: família composta poliândrica; família composta poligínica  
(seg. M. Maffia).



# TRABALHOS

DE

# Antropologia e Etnologia

VOL. XXIX  
(Fasc. 1-4)



CENTRO DE HISTÓRIA DA  
FACULDADE DE  
LETRAS DO PORTO  
OFERTA

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1989

## TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)

Ano 71º      vol. XXIX      fasc. 1-4      1989

### *Coordenação deste volume*

Direcção da S.P.A.E.

(em funções em 1989, e nova direcção eleita para o triénio 1990-1992).

### *Capa*

José Luis Madeira.

### *Edição e Propriedade*

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4000 PORTO (Portugal)

(Inscrita na D.-G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

### *Composição, Impressão e Acabamento*

Litografia A.C., de Pedro Jorge Tavares Candeias

R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA.

Telefone 72967

Junho de 1990.

*Tiragem:* 1.000 exs.

*Preço de capa:* 2.000\$00

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Edição subsidiada pela Fundação Engº António de Almeida,  
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica,  
Fundação Calouste Gulbenkian e Governo Civil do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.  
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.  
We wish to establish exchange with other publications.  
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

## SUMÁRIO

### ESTUDOS E ENSAIOS

<i>Les dépôts «areno-pelitiques» du littoral Nord du Portugal: approche micromorphologique; implications dynamiques, paleopedologiques et paleoclimatiques</i> , par J. P. Texier et J. Meireles .....	9
<i>European Megaliths: the Madagascan connection</i> , by Chris Scarre .	35
<i>Escavação da Mamoá 4 de Alagoas (Escariz — Arouca) 1987/1988</i> , por Fernando Augusto Pereira da Silva .....	47
<i>As fíbulas do Bronze Final atlântico 11ª Idade do Ferro no Noroeste peninsular — abordagem e enquadramento cultural</i> , por Salete da Ponte .....	73
<i>A população romana de Campo Maior</i> , por José d'Encarnação .....	83
<i>La técnica genealógica en la investigación antropológica (primera parte)</i> , por Marta M. Maffia .....	99
<i>Correlations between height and finger-prints (Portugal)</i> , by M. A Maia Neto and M. A. Rocha .....	121

### COLÓQUIO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL

<i>Palavras de Abertura</i> , por Susana Oliveira Jorge .....	131
<i>Apresentação do Colóquio</i> , por Augusto Santos Silva .....	133
<i>Tema 1 — A análise antropológica de colectividades rurais (resumo)</i> , por José Manuel Sobral .....	137
<i>Debate</i> .....	139
<i>Tema 2 — Da análise de contextos materiais</i> , por Jorge Freitas Branco .....	145
<i>Debate</i> .....	167

*Tema 3 — As monografias locais na perspectiva da Antropologia*  
(resumo), por Joaquim Pais de Brito ..... 181

*Debate* ..... 183

## VÁRIA

*O abrigo de arte rupestre da Pala Pinta — Alijó,*  
por Orlando Sousa ..... 191

*Um bracelete em bronze proveniente do Juncal do Campo,*  
por Rogério Carvalho ..... 199

*Armela de sítula do Lagar de Maria Martins*  
(Monsanto — Idanha-a-Nova), por António Augusto  
da C. Marques ..... 203

*Uma tesoura de tosquia romana do concelho da Covilhã,*  
por Rogério Carvalho ..... 205

# **ESTUDOS E ENSAIOS**

LES DEPOTS «ARENO-PELITIQUES» DU LITTORAL  
NORD DU PORTUGAL:  
APPROCHE MICROMORPHOLOGIQUE, IMPLICATIONS  
DYNAMIQUES, PALEOPEDOLOGIQUES ET  
PALEOCLIMATIQUES

par

J.P. Texier<sup>1</sup>  
P. Bertran<sup>1</sup>  
J. Meireles<sup>2</sup>

RESUMO

Os autores apresentam uma nova interpretação das formações tradicionalmente designadas por areno-pelíticas do litoral da província portuguesa do Minho. Esta baseia-se na análise micro-morfológica de dois cortes geológicos representativos (Forte do Cão — Gelfa — e Vila Praia de Âncora) e apoia-se num estudo geológico regional anteriormente efectuado. Dos trabalhos realizados ressalta a natureza poligénica destas formações. Com efeito, sob tal designação puderam ser reconhecidos vários solos de tipo «Ranker» atlântico, «en place» ou remexidos por fenómenos de coluvionamento, bem como depósitos que implicam uma sedimentação num meio aquoso de baixa energia, e aos quais os autores atribuem uma natureza paleolagunar.

De um modo geral, o conjunto destes depósitos é o reflexo de condições climáticas oscilando, ora no sentido de um pólo temperado (com a conseqüente formação de solos humíferos e, localmente, a ocorrência de sedimentação paleolagunar), ora no de um pólo mais árido e certamente mais frio (fenómenos de coluvionamento).

De acordo com os dados cronológicos actualmente disponíveis, as sucessivas pedogéneses e os fenómenos morfo-sedimentares reconhecidos parecem situar-se, por um lado, no final do último interglaciar e início da glaciação de Würm e, por outro, no Tardiglaciar e já no Holocénico. Observa-se assim a existência de um importante hiato nas seqüências litostratigráficas analisadas, hiato esse cujas causas exactas não é possível determinar de momento. É todavia provável que depósitos análogos, mas de cronologia pleniglaciar, venham a ser identificados em locais mais favoráveis.

---

<sup>1</sup> Institut du Quaternaire, Ua 133 du CNRS, Université de Bordeaux I, 33405-Talence cedex (France).

<sup>2</sup> Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho — Braga (Portugal).

<sup>3</sup> L'argumentation montrant qu'il s'agit d'anciens dépôts lagunaires a été développée dans un autre article (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, sous presse).

## RESUME

Les auteurs proposent une nouvelle interprétation des formations «areno-pelitiques» du littoral nord du Portugal. Celle-ci est basée sur l'analyse micromorphologique de deux coupes représentatives et s'appuie sur une étude géologique régionale antérieure. Ces formations comprennent des sols de type «Ranquer» atlantique, en place ou remaniés par colluvionnement, ainsi que des dépôts paléolagunaires. Elles impliquent un climat oscillant tantôt vers un pôle tempéré (édification de sols humifères et sédimentation lagunaire), tantôt vers un pôle plus aride et sans doute plus froid (colluvionnements). D'après les éléments chronologiques recueillis, elles semblent se situer d'une part à la fin du dernier interglaciaire et au début du Würm et, d'autre part, au Tardiglaciaire et à l'Holocène. Il apparaît donc une importante lacune dont les causes précises restent à élucider.

## ABSTRACT

The authors submit a new interpretation of «areno-pelitiques» deposits of the northern littoral of Portugal. This proposal is based on micromorphological analysis of two representative sequences and on a former geological regional study. The «areno-pelitiques» deposits include atlantic ranker soils, *in situ* or reworked by colluvial phenomena, and paleolagoonal formations. They imply a climate oscillating sometimes towards a temperate pole (edification of humus soils and lagoonal sedimentation), sometimes towards a more arid and colder pole (deposition of colluvium). From chronological data, they seem to be dated of the end of the last Interglacial, of the beginning of Würm, of Lateglacial and of Holocene. It thus exists an important hiatus the exact causes of which have to be elucidated.

Localisées au Nord du Portugal, principalement le long du littoral de la province du Minho, les «formations areno-pelitiques de couverture» ont attiré de longue date l'attention des géologues et des géographes.

Elles ont été signalées pour la première fois en 1928 par R. de SERPA PINTO, puis par A. do PAÇO en 1930. En 1949, L. BERTHOIS effectue une étude granulométrique et minéralogique détaillée d'échantillons prélevés en trois localités. Il en déduit l'existence de deux types distincts: le premier, à éléments grossiers, correspond à des dépôts continentaux autochtones susceptibles d'avoir subi des faibles remaniements par ruissellements; le second, dépourvu d'éléments grossiers, provient du lessivage du premier type et peut incorporer des éléments allochtones en quantité réduite. En 1957, J. CARINGTON da COSTA et C. TEIXEIRA cartographient ces formations sous le symbole Qp et les définissent de la manière suivante: dépôts limoneux de couleur jaune, brune ou noirâtre recouvrant plusieurs niveaux de plages et terrasses quaternaires, depuis celles de 90 m. jusqu'à celles de 15 m. Plus récemment, M.A. ARAÚJO (1984), à la suite d'une étude sédimentologique et minéralogique, suggère que leur édification met en jeu des phénomènes de solifluxion et de microglaciation, et qu'elle est donc contemporaine de périodes froides.

Du point de vue chronologique, ces dépôts ont été attribués au Riss (G. ZBYSZEWSKI et C. TEIXEIRA, 1949), ou à une période allant du Würm au début de la transgression flandrienne (G. ZBYSZEWSKI, 1958), ou encore au Würm final (G. S. CARVALHO, 1982).

Une étude stratigraphique et morphologique récente (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, sous presse) a montré la nature très polygénique de ces formations qui comprennent en fait des sols humifères de type ranker atlantique, en place ou remaniés par colluvionnements, des colluvions d'arènes ou de terrasses marines et des dépôts paléolagunaires disposés en chapelets tout au long de la côte.

Il nous a paru intéressant de vérifier et, si possible, de préciser cette dernière proposition par une approche analytique appropriée: la micromorphologie. Dans ce but, nous avons choisi d'étudier deux séquences stratigraphiques complémentaires, localisées sur la même terrasse marine et distantes l'une de l'autre d'environ 3 km.: Gelfa et Vila Praia de Âncora nord. Celles-ci sont déjà connues pour les vestiges archéologiques qu'elles ont livrés (F. SANDE LEMOS, 1982 et J. MEIRELES, 1982 et 1984).

La zone concernée par cette étude est assez fortement anthropisée. Entre les champs cultivés, le paysage végétal est celui d'une lande à Ericacées et Graminées. Celle-ci se serait installée dès la période atlantique et serait la conséquence de l'influence marine et de l'activité anthropique (déforestation) (M.A. SA OTERO, 1985). Le substratum est composé principalement de roches granitiques; des affleurements de schistes et quartzites sont également visibles le long de la côte. Le climat est humide à hivers tempérés (précipitations moyennes annuelles: 1444 mm; températures moyennes annuelles; 14,5°C; moyenne des minima du mois le plus froid: 5,7°C). Le diagramme ombrothermique établi à partir des données météorologiques relevées à Viana do Castelo, à l'embouchure du Lima, fait apparaître une période à tendance sèche de courte durée axée sur le mois de Juillet (fig. 1).

## 1. LOCALISATION ET DESCRIPTION DES SEQUENCES

### 1.1. La séquence de Gelfa

Elle est située en bordure de mer, à un peu moins de 2 km au sud du village côtier de Vila-Praia de Âncora, près du fort de Cão (fig. 2). On observe successivement au dessus du substratum granitique creusé de marmites d'érosion (fig. 3):

#### — Une terrasse marine M:

Epaisse de 1 m en moyenne, sa base est localisée à environ 3 m d'altitude absolue. Elle est constituée de galets non altérés, jointifs, emballés dans une

matrice de sables fins micacés et feldspathiques de couleur gris verdâtre. Les galets, de dimensions variables (3 à 9 cm de diamètre), sont composés de quartzites, largement majoritaires, de quartz assez fréquents, de rares granites et de très rares schistes. Le contact avec la couche supérieure est nette. Ces dépôts ont livré une *industrie préhistorique* à taille unifaciale susceptible de représenter un *faciès particulier de l'Acheuléen*.

— *Des colluvions C1:*

Épaisseur moyenne: 0,80 m. De la base vers le sommet, la texture évolue d'un sable grossier associé à des galets (niveau C1a) à un sable argilo-limoneux (niveau C1b). La structure est massive. Les sables sont composés principalement de quartz, de micas et de feldspaths. Les galets contenus dans le niveau C1a sont fréquemment altérés et tachés de rouge. Une proportion notable de galets est éclatée *in situ*. Leur disposition est généralement redressée et festonnée. On relève en outre sur certains d'entre eux des indices d'éolisation. Ces colluvions C1 supportent un *épais sol humifère de type ranker atlantique*. De couleur brun noir au sommet (horizon A1), elles deviennent progressivement brunes (horizon A1/B) puis jaune clair vers la base (horizon (B)/C). Les remontages réalisés à partir des objets archéologiques recueillis dans cette couche (travaux J. MEIRELES) montrent que des *pics de type asturien* ont été fabriqués par les hommes préhistoriques contemporains de cette formation.

— *Des colluvions C2:*

Épaisseur variant de 30 à 40 cm. Le limite entre C1 e C2 n'est visible que localement, lorsqu'elle est soulignée par des graviers et des sables disposés en lits au fond de petits chenaux d'érosion. De couleur brun noir, ces colluvions présentent une structure massive et une texture générale fine, sablo-argileuse. Elles ont livré une *industrie à pics asturiens* (J. MEIRELES, 1984), associée à des galets vraisemblablement apportés par l'Homme préhistorique.

— *Des dépôts dunaires D:*

Leur épaisseur qui est de 1,15 m au niveau de la coupe étudiée, peut atteindre 2 à 3 m. Ils sont composés de sables quartzeux de couleur beige incluant localement des traînées humifères grises. Ils contiennent des *structures d'habitat très récentes, historiques*.

## 1.2. La séquence de Vila Praia de Âncora

Elle est localisée à environ 1 km au nord de Vila Praia de Âncora, à 150 m du bord de mer (fig. 2). Les dépôts comprennent successivement de bas

en haut (fig. 4):

— *Une formation marine résiduelle M:*

Située à 3 m d'altitude absolue, elle ne subsiste plus qu'à l'intérieur de marmites creusées dans le substratum granitique. Elle est constituée de galets de quartzite inclus dans une matrice de sables fins quartzeux, micacés et feldspathiques de couleur gris verdâtre.

— *Un mince niveau colluvial Cx:*

Épais de 10 à 20 cm, il est formé de sables organiques gris foncé. Ses limites supérieures et inférieures sont brutales, régulières.

— *Des colluvions C1:*

Leur épaisseur varie de 30 à 80 cm. Leur constitution et leur structure sont en tout point identiques à celles décrites à Gelfa. On y observe également une partie basale cryoturbée riche en galets à disposition redressée et festonnée (C1a) et une partie sommitale sablo-limoneuse (C1b).

— *Des formations paléolagunaires L (3):*

Épaisses de 0,80 m environ, leur contact avec C1 est brutal, sub-horizontale, localement en «marche d'escalier». Elles sont formées de sables quartzeux, argilo-limoneux, de couleur grise et contiennent à leur base des lentilles sub-horizontales, d'épaisseur centimétrique composées de sables brun jaune.

— *Des colluvions C2:*

Épaisses de 0,40 m environ, elles sont constituées de sables argilo-limoneux. Elles supportent un ranker atlantique qui leur confère une couleur gris foncé et qui oblitère le contact avec les formations L. Elles sont ont livré *une industrie à pics asturiens* (J. MEIRELES, 1982 et 1984).

— *Un mince liseret de sables éoliens D:*

Épais de 2 à 15 cm, ce niveau est composé de sables principalement quartzeux de couleur beige.

— *La zone cultivée AP:*

De 20 à 25 cm d'épaisseur et de couleur grise, elle est constituée de sables argilo-limoneux incluant de nombreux lithoclastes de granite de la taille des graviers.

## 2. ANALYSES MICROMORPHOLOGIQUES

Cette étude portant sur les formations dites «areno-pelitiques», les analyses micromorphologiques n'ont concerné que les dépôts répondant aux critères donnés en introduction (*cf. supra*), soit les couches C1 et C2 de Gelfa et Cx, L

et C2 de Vila Praia de Âncora. En effet, l'origine des autres dépôts est claire et ne peut prêter à confusion.

## 2.1. La séquence de Gelfa (Tableau 1)

— *Echantillon 1* (Profondeur: 115-125 cm — C2) (Photo 1): Le fond matriciel, très sableux présente une structure micro-agrégée. La fraction fine, de couleur brun foncé, est peu abondante; elle a tendance à former des revêtements et des ponts entre les grains. On note la présence de quelques fragments organiques noirs et des charbons de bois, ainsi que de nombreux chenaux remplis par des sables en entassement libre.

— *Echantillon 1* (Profondeur: 130-135 cm — C2 base): Les grains sableux sont concentrés dans des lits de quelques millimètres d'épaisseur. La fraction fine est plus abondante et moins colorée que dans l'échantillon 1. La structure, mal exprimée, est micro-agrégée. Les fragments organiques sont très nombreux. On observe également quelques agrégats argileux arrondis et des fragments de revêtements argileux bruns dispersés dans le fond matriciel (traits remaniés).

— *Echantillon 3* (Profondeur: 135-140 cm — C1b sommet) (Photo 2): Le fond matriciel ne présente pas de litage comme l'échantillon 2. La structure micro-agrégée est bien développée. Aucun fragment organique n'a été observé.

— *Echantillon 4* (Profondeur: 150-160 m — C1b base): Son organisation est très comparable à celle décrite dans l'échantillon précédent. On constate l'existence de chenaux remplis par un matériel brun jaune moins organique que le fond adjacent.

— *Echantillon 5* (Profondeur: 165-175 cm — Contact C1b-C1a) (Photo 3): La porosité est plus réduite et la fraction fine est moins colorée, brune à brun jaune. On note la présence de rares charbons de bois dispersés dans le fond matriciel. Des pellicules de fraction fine brunâtres dont les particules sont orientées, se développent autour des grains sableux ou des charbons de bois.

— *Echantillon 6* (Profondeur: 190-200 cm — C1a milieu): La structure est comparable à celle de l'échantillon 5, mais le fond est plus grossier: la fraction fine est de couleur brun jaune. On note également la présence de quelques charbons de bois et d'épaisses pellicules brunes enrobant les grains. Les cavités sont revêtues par des traits argilo-limoneux bruns mal orientés et peu épais (Photo 4).

— *Echantillon 7* (Profondeur: 205-215 cm — C1a base): Le matériel est très sableux et contient des galets dispersés; la fraction fine est peu abondante,

de couleur brun jaune. La structure est de type cavitaire. On constate la présence de charbons de bois, parfois de grande taille (plus de 5 mm). Les traits texturaux sont nombreux; on distingue:

- des pellicules de fraction fine orientée sur les grains,
- des accumulations limoneuses litées, mal triées, en intercalations dans le fond matriciel,
- des entassements de grains sableux,
- des fragments de revêtements argilo-limoneux bruns, dispersés dans le fond matriciel (Photo 6),
- quelques rares petits fragments de revêtements argileux rouges,
- des traits argilo-limoneux bruns, non fragmentés, en position de revêtements dans les cavités

## 2.2. La séquence de Vila Praia de Âncora

— *Echantillons 1, 2 et 3* (Photos 7 et 8): Ils sont situés respectivement aux profondeurs de 25-38 cm (C2 sommet), 45-58 cm (C2 milieu) et 72-83 cm (C2 base). Leurs caractéristiques microscopiques sont tout à fait comparables à celles décrites pour le ranker de la coupe de Gelfa (Tableau 2).

— *Echantillons 4 (profondeur: 105-115 cm — L sommet) et 5 (Profondeur: 137-147 cm — L base)* (Photos 9 et 10): Ils sont constitués par une alternance de lits fins et de lits sableux lavés, d'épaisseur centimétrique, souvent recoupés par des chenaux. Dans l'échantillon 5, les lits à texture fine sont formés par la juxtaposition, en proportion variable, d'agrégats argileux de couleur brun jaune et d'agrégats riches en matière organique de couleur brun foncé. Dans l'échantillon 4, le fond matriciel est plus homogène; la fraction fine est brune. Certains grains sableux sont recouverts par une pellicule du même matériel que les agrégats brun jaune. Les fragments organiques humifiés et les charbons de bois sont communs.

— *Echantillon 6* (Profondeur: 230-240 cm — Cx): Il est constitué par un matériel à structure cavitaire, très sableux de couleur brune. On note la présence d'agrégats argileux brun jaune, de charbons de bois et de pellicules de fraction fine sur les grains grossiers.

## 3. INTERPRETATION — DISCUSSION

### 3.1. La séquence de Gelfa

Les données stratigraphiques et micromorphologiques permettent de proposer l'évolution pédo-sédimentaire suivante (fig. 5):

— *Formation de la terrasse marine M*: La terrasse marine M, liée à un niveau marin légèrement plus haut que l'actuel, représente un épisode à caractère interglaciaire. Celui-ci est sans doute également responsable de la *formation du sol rouge lessivé* observé sur les dépôts de la terrasse marine supérieure, localisée à environ 100 m à l'est de la coupe étudiée (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, sous presse), C'est très vraisemblablement de ce sol que proviennent les petits fragments de revêtement rouges observés en lames minces à la base de C1. Cette pédogenèse lessivée rubéfiante se retrouve à l'échelle régionale sur tous les dépôts antérieurs à M, quelles que soient les conditions stationnelles. Il est donc légitime de lui attribuer une signification paléoclimatique. Il est donc généralement admis que le développement de ce type de sol nécessite un climat relativement chaud et humide comportant une saison sèche marquée (Ph. DUCHAUFOR, 1976, J.P. RAYNAL *et al.*, 1985, N. FEDOROFF et M.A. COURTY, 1987).

— *Développement d'un ranker atlantique*: Les fragments de revêtement argileux organiques bruns et les charbons de bois notés en C1a, sont interprétés comme les témoins d'un ranker atlantique comparable au sol de surface (*cf. infra*). La relative abondance et l'importance de ces fragments de revêtement suggèrent un faible remaniement. D'après Ph. DUCHAUFOR (1977), ce type de sol, qui est caractérisé par une podzolisation biochimique modérée, est typique des roches acides des zones côtières ou subalpines sous climat atlantique.

— *Mise en place des colluvions à texture grossière C1a*: Les enrobements de particules fines autour des sables et des graviers proviennent de la réorganisation du fond matriciel sous des contraintes ou des phénomènes de transport (U. BJORKHEM et A. JONGERIUS, 1973, B. VAN VLIET LANOE, 1985, P. BERTRAN, 1989). Ces traits associés aux revêtements argileux fragmentés permettent d'interpréter le niveau C1a comme des colluvions. Les intercalations litées et les entassements de sables lavés indiquent que leur mise en place a été accompagnée par des phénomènes de lavages intenses. Bien que certaines observations macroscopiques (galets cassés, redressés et festonnés) le laissent prévoir, aucune structure typique de l'influence du gel n'a été décelée en lames minces. Les charbons de bois contenus dans ces sédiments sont manifestement fossiles puisqu'ils sont, comme les graviers, recouverts par une pellicule de fraction fine orientée. Leur présence peut être interprétée comme un indice de dégradation climatique (B. VAN VLIET LANOE, 1988). Ceci s'accorde bien avec les traces d'éolisation relevées sur les galets et avec la dynamique de mise en place des dépôts qui impliquent une disparition au moins partielle du couvert végétal.

— *Mise en place des colluvions à texture fine C1b*: Les colluvions C1b témoignent d'une dynamique moins compétente que lors de la formation de

C1a. En effet, des matériaux grossiers susceptibles de remaniement étaient toujours disponibles; il faut donc envisager un changement climatique (précipitations moins violents, peut être tendance à l'aridification) pour expliquer cette modification de la sédimentation. Il est cependant difficile d'aller au delà de cette interprétation car le fonctionnement du ranker de surface a totalement oblitéré les structures sédimentaires de ce niveau sauf au contact avec C1a où l'on observe encore des microstructures colluviales caractéristiques (enrobements fins autour des éléments grossiers).

— *Développement d'un ranker atlantique sur les colluvions C1*: Ce sol se forme au cours d'une phase de stabilité morphologique dans une ambiance climatique tempérée semblable à l'actuel. Il se caractérise en lames minces par une microagrégation du fond matriciel, par une incorporation profonde de la matière organique qui colore la fraction fine jusqu'à 60 cm sous le sommet du profil (horizon A1/B) et par une illuviation argilo-limoneuse brune. Ce phénomène inattendu dans ce type de sol acide où les agrégats sont très stables, pourrait résulter de la situation très littorale de cette coupe qui est fréquemment atteinte par les hautes mers. En effet, l'action du sodium a déjà été souligné comme facteur favorisant la dispersion des argiles et, par suite, les processus d'illuviation (J. BOULAINÉ, 1976, B. VAN VLIET LANOE, 1986).

— *Colluvionnement du ranker*: Comme l'indiquent les traits de remaniement notés dans l'échantillon 2 (tabl. 1), le niveau C2 résulte du remaniement par colluvionnement du ranker sous jacent. La structure litée développée à la base de cette couche montre que le ruissellement a été localement très actif. Cette phase de sédimentation est le reflet d'une nouvelle dégradation du couvert végétal liée soit à des conditions climatiques défavorables, soit à l'activité des hommes préhistoriques.

— *Développement d'un nouveau ranker sur les colluvions C2*.

— *Mise en place des sables dunaires D*: Au cours d'une période très récente (historique), ce sol est progressivement enfoui sous les sables dunaires D qui ont été mélangés aux horizons supérieurs par l'activité biologique.

### 3.2. La séquence de Vila Praia de Âncora

Les évènements pédo-sédimentaires mis en évidence à Vila Praia de Âncora sont les suivants, du plus ancien au plus récent (fig. 6):

— *La terrasse marine M* se met en place au cours de la même période interglaciaire que celle de Gelfa.

— Lors d'un épisode de bas niveau marin se manifestent *une phase érosive* qui tronque une partie notable de M et *une phase colluviale* (niveau

Cx). Certains traits microscopiques (charbons, fraction fine organique) permettent de penser que ces colluvions ont remanié *un ranker atlantique*.

— *Un deuxième épisode colluvial* (niveau C1) se produit à Vila Praia de Âncora. Les caractéristiques texturales des dépôts et leur évolution verticale sont tout à fait comparables à celles notées dans le niveau C1 de Gelfa. Nous l'interprétons de la même manière: épisode de dégradation climatique, d'abord accompagné de précipitations importantes et de cryoturbations (niveau C), évoluant ensuite vers des conditions moins humides (niveau C1b).

— La structure litée de la *couche L* et la composition des lamines brunes (microagrégats non dissociés de ranker) peuvent s'expliquer par une sédimentation en milieu aqueux de très basse énergie. Cette observation est donc compatible avec l'hypothèse de *dépôts lagunaires liés à un haut niveau marin* proposée ailleurs (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, sous presse) sur la base d'arguments morphologiques, altimétriques et dynamiques. Cette interprétation permet en outre d'expliquer le type de contact (en «marche d'escalier») constaté entre les formations L et C1. L'alternance de niveaux bruns, essentiellement constitués d'agrégats d'horizons organiques et de niveaux brun jaune provenant d'horizons C est interprétée de la manière suivante: la lagune était bordée par des microfalaises liées aux variations du niveau marin et à l'action des vagues; sur le littoral se développait un ranker sous une végétation de landes; l'effondrement périodique de ces talus et l'étalement du matériel (lits brun jaune) s'intercalait dans les apports issus du colluvionnement progressif des horizons supérieurs du sol. D'autres auteurs (H.J. MUCHER *et al.*, 1972) ont également montré, dans les sols de Galice au nord-ouest de l'Espagne, la grande stabilité des agrégats de ranker au cours d'un transport.

— *La couche C2* située dans la même position stratigraphique que celle de Gelfa (au sommet de la série, sous de sables éoliens récents) et contenant la même industrie préhistorique, est également attribuée à une *phase colluviale liée à un épisode de dégradation climatique oulet à l'activité anthropique*.

— *Un ranker atlantique* se développe ensuite au cours d'une *phase climatique tempérée analogue à l'actuel*. Ce sol présente les mêmes caractéristiques que celles du ranker superficiel de Gelfa, mis à part les traits illuviaux totalement absents ici. Cette différence est mise sur le compte du plus grand éloignement de la mer de la coupe de Vila Praia.

— *Le liseré sableux D*, localisé jusque sous la zone arable Ap, représente très certainement un équivalent latéral des dépôts dunaires de Gelfa.

#### 4. CORRELATIONS — HYPOTHESE CHRONOLOGIQUE

Les deux coupes étudiées sont proches l'une de l'autre et présentent une

situation altimétrique et morphologique comparable. Certains des évènements pédologiques et sédimentaires enregistrés sont aisément corrélables d'une coupe à l'autre (tableau 3). Ainsi, les niveaux marins M de Gelfa et de Vila Praia, localisés à la même altitude (+ 3 m), représentent la dernière phase de morphogenèse marine franche avant l'Holocène. Les colluvions C1 occupent dans les deux coupes une situation stratigraphique comparable et montrent la même évolution texturale. Les colluvions C2 se placent dans le deux cas en fin de séquence et présentent également des caractères proches. Enfin, les dépôts sableux D de Vila Praia de Ancora correspondent très vraisemblablement à un équivalent latéral des dépôts dunaires historiques identifiés à Gelfa.

Malgré l'absence de datations absolues (en cours de réalisation), il est possible de proposer une hypothèse chronologique (tabl.3) par analogie avec les évènements identifiés en d'autres endroits du littoral atlantique de l'Europe du sud-ouest (B. HALLEGOUET et B. VAN VLIET, 1986, G. MARY, 1986, J.L. MONNIER et B. VAN VLIET, 1986).

La présence d'une industrie à pics as turien dans les colluvions C2 que les datations radiométriques placent au plus tard à 7000 BP dans les Cantabres (G.A. CLARK, 1974 et 1976), ainsi que celle de vestiges historiques dans les sables éoliens D, permettent de situer le sommet de la séquence (rankers, sables D et colluvions C2) dans le Tardiglaciaire et l'Holocène.

La disparition du couvert végétal associée à la mise en place des colluvions C2 peut être interprétée soit comme la conséquence de l'action anthropique, dans la mesure où la présence de l'Homme est attestée dans les deux sites, soit comme une phase de dégradation climatique de la fin du Tardiglaciaire (Dryas III des palynologues). Aucune hypothèse ne permet, pour l'instant, d'expliquer de façon satisfaisante la progression des faciès littoraux (sables éoliens D) vers l'intérieur des terres pendant la période historique.

La base de la séquence peut être aisément calée sans le temps grâce à la présence de la terrasse marine M. Ce haut niveau, antérieur à une détérioration climatique important pendant laquelle se sont mis en place les colluvions C1, et probablement contemporain du sol rouge lessivé développé sur les formations plus anciennes, est attribué à l'optimum climatique du dernier interglaciaire.

Les rankers atlantiques remaniés à la base des colluvions C1 de Gelfa et dans les colluvions Cx de Vila Praia de Ancora reflètent des conditions thermiques moins favorables que pendant le plein interglaciaire. La corrélation entre ces deux sols n'est pas établie avec certitude. Par comparaison avec des sites français (B. VAN VLIET LANOE, 1986, P. BERTRAN, 1989), ces phases peuvent se placer en fin d'interglaciaire ou dans un interstade du début du Würm. Ces auteurs ont en effet montré que les caractères de la pédogenèse au cours de ces périodes étaient généralement comparables à ceux de la pédogenèse du Tardiglaciaire (épisode Bölling-Alleröd) et de l'Holocène et indiquaient des

conditions thermiques jamais atteintes pendant le reste du cycle climatique würmien.

Les dépôts lagunaires L de Vila Praia, alimentés en grande partie par des horizons de ranker, représentent un épisode tempéré suffisamment marqué pour avoir occasionné une remontée de la mer à un niveau voisin de l'actuel. Dans la mesure où aucun haut niveau marin postérieur au Würn ancien et antérieur à l'Holocène n'a été jusqu'à présent identifié le long des côtes de l'Europe de l'ouest (B. HALLEGOUET et B. VAN VLIET LANOE, 1986, G. MARY, 1986, J.L. MONNIER et B. VAN VLIET LANOE, 1986), nous attribuons cet épisode à un interstade du début du Würm (équivalent des stades 5c ou 5a des courbes isotopiques établies en domaine marin).

Selon cette hypothèse, les formations C1, antérieures à L. correspondraient à l'un des premiers stades de la dernière glaciation. Il apparaît donc une importante lacune qui concerne la plus grande partie du cycle würmien. La faible cohésion des sédiments quaternaires associée à un régime climatique à précipitations violentes (contexte à tendance aride) peut être invoquée pour expliquer cette lacune.

## 5. CONCLUSIONS

Les formations «areno-pelitiques» sont beaucoup plus complexes que se qui avait été pressenti jusqu'alors. Leur nature polygénique, inférée par une récente étude de terrain (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, sous presse), est confirmée par analyse micromorphologique. Ce terme recouvre à la fois des sols de type ranker atlantique et des colluvions de sols; les microstructures observées dans la couche L de Vila Praia impliquent une sédimentation en milieux aqueux de basse énergie ce qui s'accorde bien avec l'hypothèse d'un milieu paléolagunaire émise par ailleurs (J.P. TEXIER et J. MEIRELES, op. cit.).

D'une manière générale, ces dépôts sont le reflet d'un climat oscillant tantôt vers un pôle tempéré (édification de sols humifères et, localement, sédimentation paléolagunaire), tantôt vers un pôle plus aride et sans doute plus froid (formation de colluvions). Cependant l'origine climatique de toutes les colluvions n'est pas démontrée; certaines d'entre elles peuvent résulter de conditions stationnelles particulières ou de l'action de l'Homme.

Les quelques repères dont nous disposons permettent de proposer une première hypothèse chronologique qui sera précisée ultérieurement par des datations quantitatives (datations TL en cours). Les événements pédologiques et morfo-sédimentaires identifiés semblent se situer d'une part à fin du dernier interglaciaire et au début du dernier glaciaire et; d'autre part, au Tardiglaciaire et à l'Holocène. Il apparaît donc une importante lacune dont les causes exactes restent à élucider. Il est cependant possible que des dépôts analogues d'âge pléniglaciaire existent dans des sites plus favorables.

## BIBLIOGRAPHIE

- ARAÚJO, M.A. (1984) — A formação «areno-pelítica de cobertura». Alguns resultados dum estudo preliminar. *Biblos*, vol. LX, p. 71-81.
- BERTHOIS, L. (1949) — Contribution à l'étude des limons de la région nord du Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIX, p. 121-176.
- BERTRAN, P. (1989) — *Evolution de la couverture superficielle depuis le dernier interglaciaire: étude micromorphologique de quelques profils types du sud de la France*. Thèse d'Université, Bordeaux I.
- BJORKHEM, U. et JONGERIUS, A. (1973) — Micromorphological observations in some podzolised soils from Central Sweden, *In: Soil Microscopy*, Rutherford Ed., Kingstone, Ontario, p. 320-332.
- BOULAIN, J. (1976) — *Cours de pédologie générale*, Institut National d'Agronomie de Paris-Grignon, 238 p.
- CARVALHO, G.S. de (1982) — Notícia sobre eolisão durante o Quaternário no litoral minhoto (Portugal). *Cadernos de Arqueologia*, 2, p. 5-16.
- COSTA, J.C. da et TEIXEIRA, C. (1957) — Carta geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da folha 9-C (Porto). *Publicações dos Serviços Geológicos de Portugal*.
- CLARK, G.A. (1974/76) — L'Asturien des Cantabres. Etat de la recherche actuelle. *Congrès Préhistorique de France*, XX<sup>ème</sup> session, p. 84-101.
- CLARK, G.A. (1976) — *El Asturiense cantabrico*. Biblioteca Prehistorica Hispana, vol. XIII, 370 p.
- DUCHAUFOUR, Ph. (1976) — *Atlas écologique des sols du monde*. Masson Ed., 178 p.
- DUCHAUFOUR, Ph. (1977) — *Pédologie, Pédogenèse et classification*. Masson Ed., 477 p.
- FEDOROFF, N. et COURTY, M.A. (1987) — Paléosols. *In: Géologie de la Préhistoire*, p. 251-280.
- HALLEGOUET, B. et VAN VLIET LANOE, B. (1986) — Les oscillations climatiques entre 125000 et le maximum glaciaire d'après l'étude des formations marines, dunaires et périglaciaires de la côte des Abers (Finistère). *Bull. Ass. Fr. Et. Quat.*, n° 25-26, 1-2, p. 127-138.
- MARY, G. (1986) — Oscillations climatiques entre 125000 et le dernier maximum glaciaire sur la côte asturienne (Espagne). *Bull. Ass. Fr. Et. Quat.*, n° 25-26, 1-2, p. 151-157.
- MEIRELES, J. (1982) — A jazida paleolítica de Vila Praia de Âncora (Norte) — Primeiras sondagens. *Cadernos de Arqueologia*, 2, p. 49-73.
- MEIRELES, J. (1986) — Problemas e perspectivas do Quaternário do litoral minhoto a Norte do rio Lima. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, Braga, p. 11-147.
- MONNIER, J.L. et VAN VLIET LANOE, B. (1986) — Les oscillations climatiques entre 125000 ans et le maximum glaciaire d'après les coupes du littoral de la baie de Saint-Brieuc. Apport de la lithologie, de la pédologie et de la malacologie. *Bull. Ass. Fr. Quat.*, n° 25-26, 1-2, p. 119-126.

- MUCHER, H.J., CARBALLAS, T., GUITIAN OJEA, F., JUNGERIUS, P.D., KROONENBERG, S.B., VILLAR, M.C. (1972) — Micromorphological analysis of effects of alternating phases of landscape stability on two soil profiles in Galicia, N.W. Spain. *Geoderma*, 8, p. 241-266.
- PAÇO, A. do (1930) — Estação asturiense de Carreço. *Brotéria*, X, (III-IV), p. 160-170 et 214-220.
- PINTO, R. de S. (1928) — O Asturiense en Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, IV, (I), p. 5-44
- RAYNAL, J.P., FEDOROFF, N. TEXIER, J.P., EL HAJRAOUI, A. (1985) — Genèse des horizons argiliques rouges et jaunes au Maroc atlantique (Mamora). *Réunion internationale de micromorphologie de soes*, Paris, résumés, p. 169.
- SAA OTERO, M.P. (1985) — *Contribution a la datation de sedimentos costeros por analisis polinicos*, Thèse de Doctorat en Biologie, Université de Santiago, 72 p.
- SANDE LEMOS, F. (1982) — O sítio arqueológico de Gelfa. Notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 2, p.21-48.
- TEXIER, J.P. et MEIRELES, J. (sous press) — Les formations littorales quaternaires du Minho (Portugal): propositions pour une nouvelle approche climato-chronologique et dynamique. *Cahiers du Quaternaire*, CNRS Ed.
- VAN VLIET LANOE, B. (1985) — Frost Effects in Soils. In: *Soils and Quaternary Landscape Evolution.*, J. Boardman, Ed., p. 117-158.
- VAN VLIET LANOE, B. (1986) — Le pédocomplexe du dernier interglaciaire (de 125000 à 75000 BP). Variations de faciés et signification paléoclimatique du sud de la Pologne à l'ouest de la Bretagne. *Bull. Ass. Fr. Quat.*, n° 25-26, 1-2, p. 139-150.
- VAN VLIET LANOE, B. (1988) — Impact pédomorphologique du feu en contexte de début et de fin glaciaire. *Bull. du Centre de Géomorphologie de Caen*, n° 35, p. 21-26.
- ZBYSZEWSKI, G. et TEIXEIRA, C. (1949) — Le niveau quaternaire marin de 5-8 mètres au Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, vol. 8, fasc. 1-2, p. 1-6.
- ZBYSZEWSKI, G. (1958) — Le Quaternaire du Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, vol. XIII, fasc. II, 227 p.

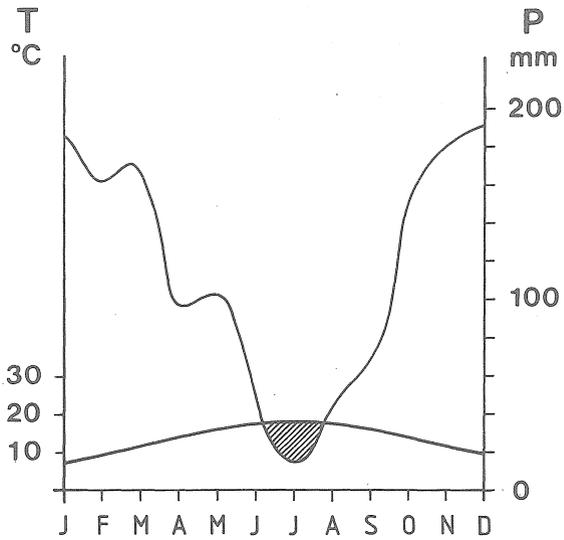


Fig. 1 — Diagramme ombrothermique représentatif du climat actuel du littoral minhoite établi d'après les données météorologiques relevées à Viana-do-Castelo (Latitude:  $41^{\circ} 42' N$ , longitude:  $8^{\circ} 48' W$ , altitude: 11m).

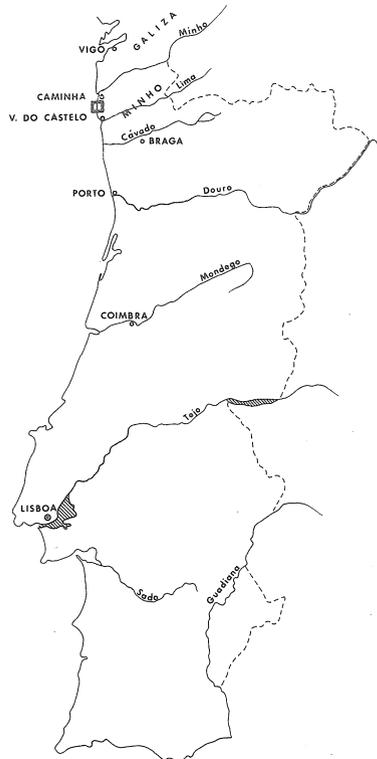


Fig. 2 — A) Localisation géographique de la zone étudiée.

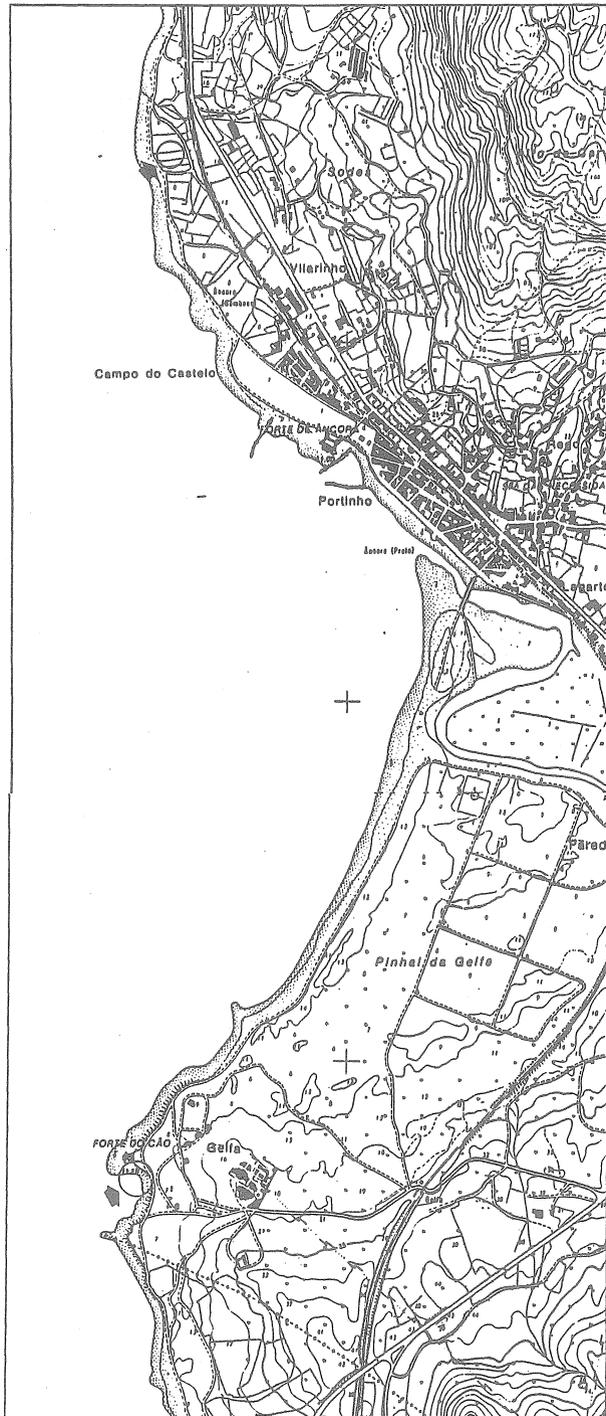


Fig. 2 — B) Localisation des coupes étudiées.

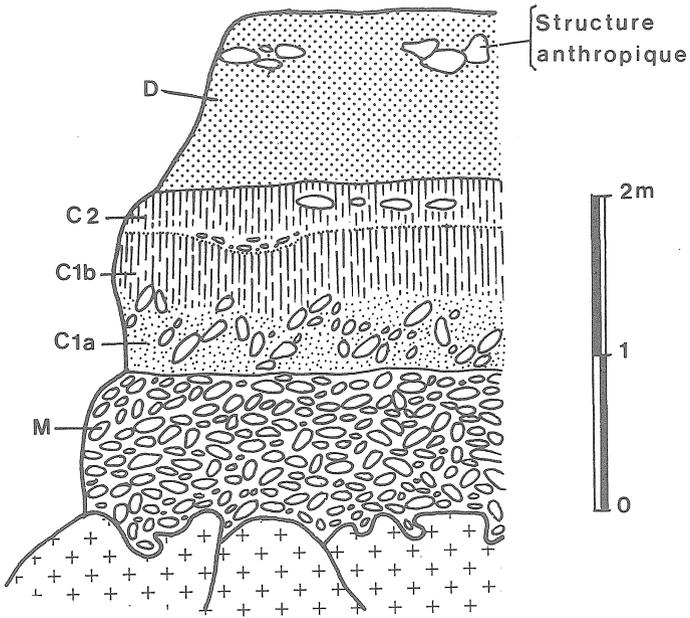


Fig. 3 — Gelfa: stratigraphie.

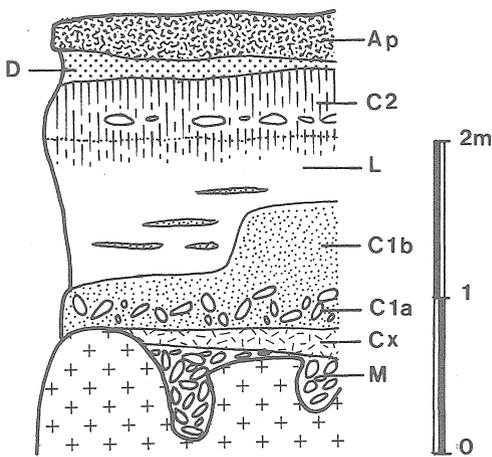


Fig. 4 — Vila-Praia-de-Âncora: stratigraphie.

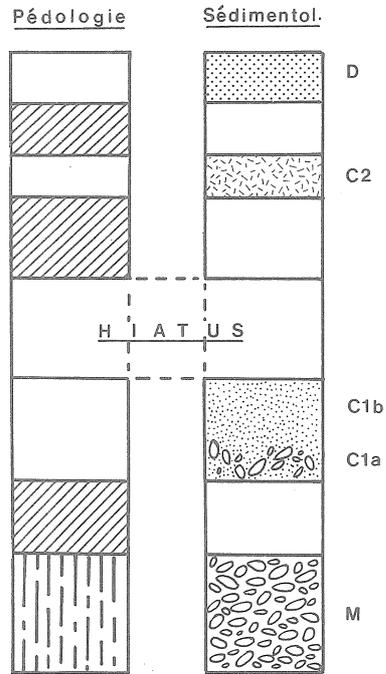


Fig. 5 — Interprétation pédo-sédimentaire de la séquence de Gelfa. Hachures obliques: ranker atlantique — Hachures verticales interrompues: sol rouge lessivé.

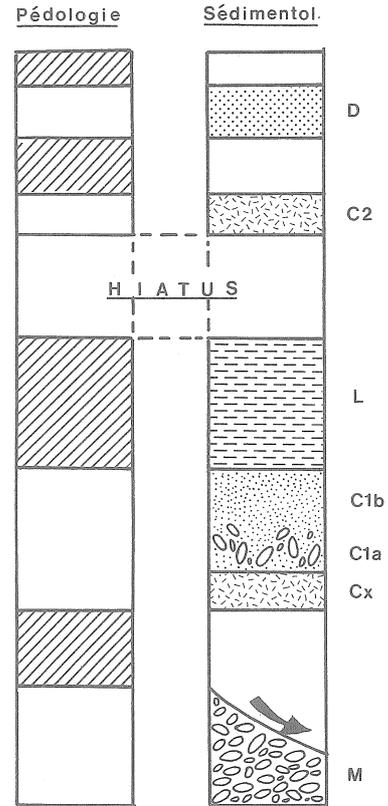
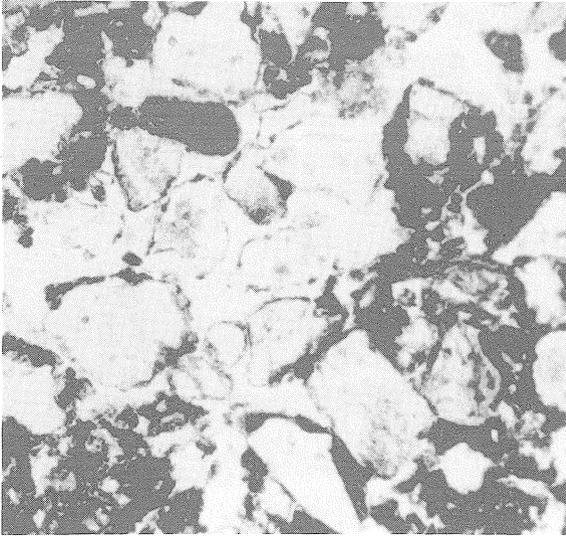
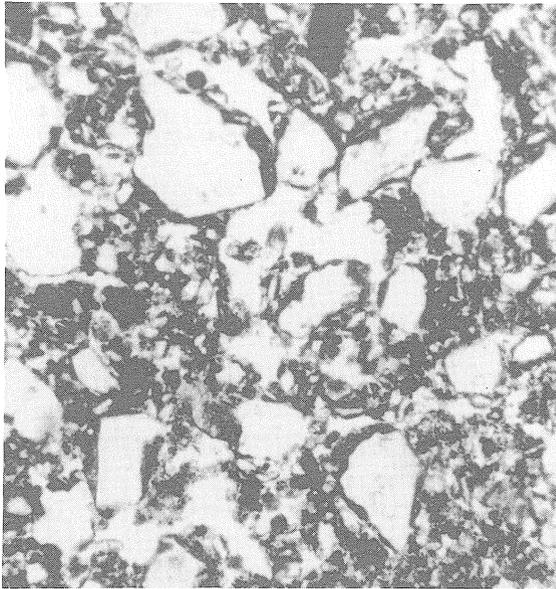


Fig. 6 — Interprétation pédo-sédimentaire de la séquence de Vila-Praia. Hachures obliques: ranker atlantique — Flèche: érosion.



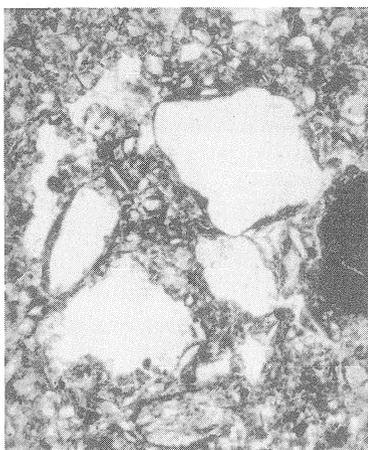
400  $\mu\text{m}$

Foto 1 — Gelfa — Colluvions C2 sommet / horizon A1 (profondeur: 120 cm): Biotubule colmaté les sables dunaires D. Entre les grains se développe une structure microagrégée.



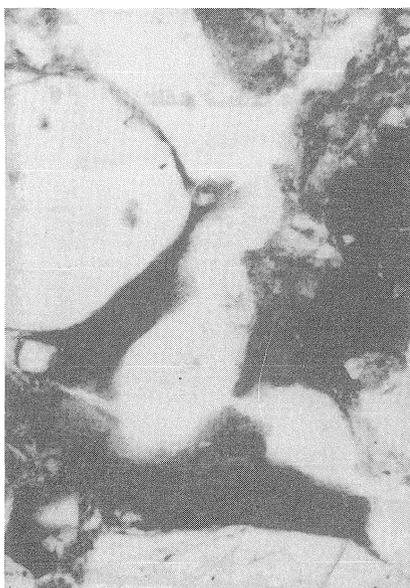
400  $\mu\text{m}$

Foto 2 — Gelfa — Colluvions C1b / horizon A1b (profondeur: 140 cm): Structure microagrégée plus dense qu'en A1. La fraction fine est riche en matière organique. On observe de minces revêtements sur les particules sableuses.



400 μm

**Foto 3** — Gelfa — Colluvions C1b base / horizon (B) C (profondeur: 170 cm): Fond matriciel moins organique. Les enrobements orientés autour des grains indiquent des processus de colluvionnement. On note un fragment de charbon de bois remanié.



200 μm

**Foto 4** — Gelfa — Colluvions C1a / horizon (B) C (profondeur: 195 cm): Accumulation argilo-limoneuse organique en revêtement dans une cavité du sol.

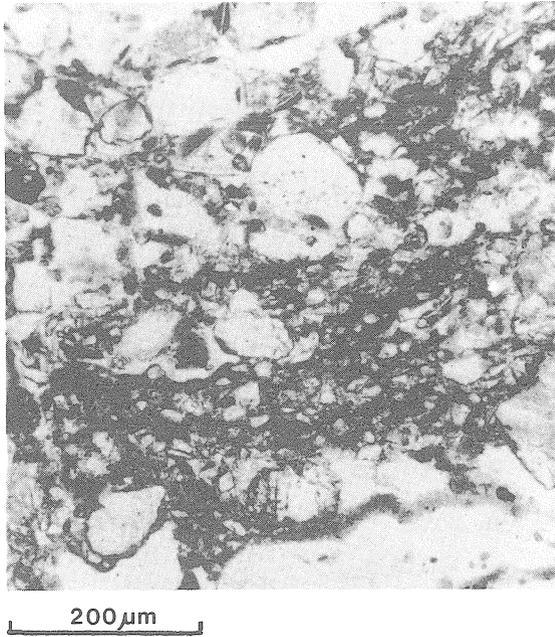


Foto 5 — Gelfa — Colluvions C1a / horizon (B) C (profondeur: 210 cm): Accumulation limono-sableuse grossièrement litée indiquant d'intenses percolations.

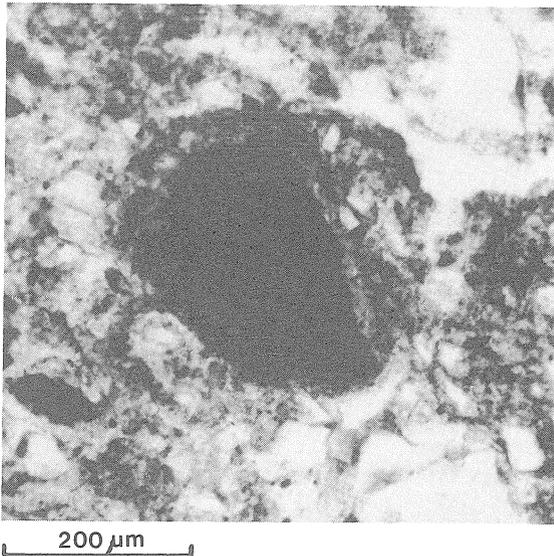


Foto 6 — Gelfa — Colluvion C1a base / horizon C (profondeur: 210 cm): Fragment de revêtement argilo-limoneux organique témoignant du remaniement d'un ancien sol humifère.

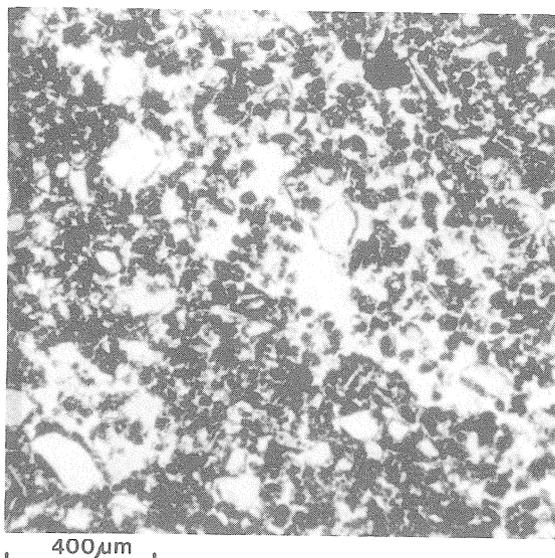


Foto 7 — Vila Praia — Colluvions C2 / horizon A1 (profondeur: 30 cm): Entassement dense de microagrégats de couleur brun noir.

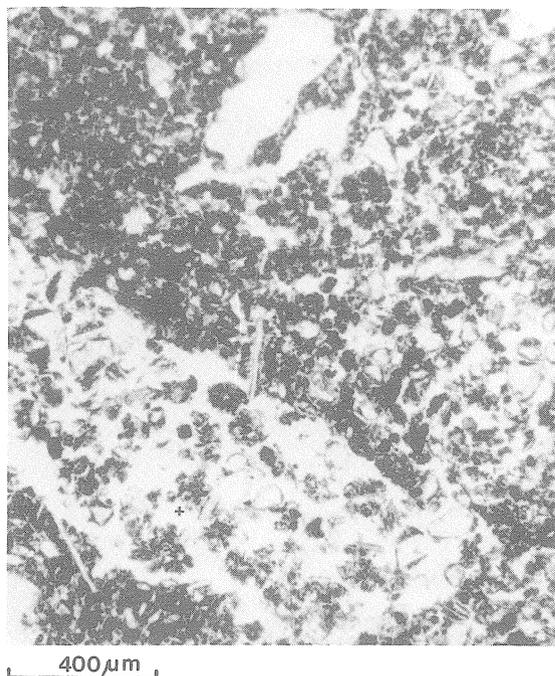


Foto 8 — Vila Praia — Colluvions C2 base / horizon A1B (profondeur: 55 cm). Fond matriciel moins poreux qu'en A1 et biotubule partiellement colmaté par des excréments d'*Enchytréides* et/ou de *Collemboles*.

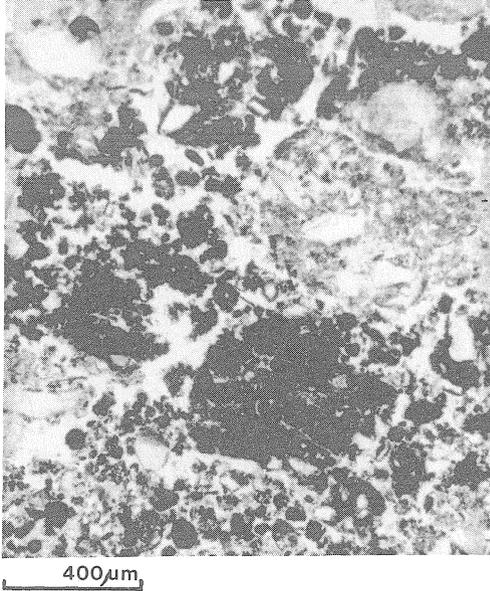


Foto 9 — Vila Praia — Dépôts paléolagunaires L sommet / horizon (B) C (profondeur: 110 cm): Fond matriciel hétérogène composé d'agrégats brun jaune et brun noir juxtaposés résultant du remaniement par l'activité biologique des dépôts lagunaires lités.



Foto 10 — Vila Praia — Dépôts paléolagunaires L base (profondeur: 140 cm): Alternance des lits brun jaune provenant d'horizon (B) C et de lits organiques brun noir issues d'horizons A1 de ranker.

Couches	Horizons	Echantillons	Profondeurs (cm)	Structure	Traits biologiques	Traits éluviaux		Traits illuviaux	Traits de remaniement			Charbons
						1	2		4	5	6	
C2	A1	1	115-125	microagrég. intergrain	■							■
	A1	2	130-135	microagrég. + litage	■							■
C1b	A1B	3	135-140	microagrég.	■							
	A1B	4	150-160	"	■					■		
C1b/ C1a	A1B	5	165-170	microagrég tassée	■					■		■
C1a	(B)C	6	190-200	"	■		■			■		■
	C	7	205-215	cavitaire		■	■	■	■	■	■	■



Traits abondants

" communs

" rares

Tableau 1: Gelfa — Répartition stratigraphique des différents traits pédologiques identifiés.

*Traits éluviaux* — 1: entassements de sables lavés;

2: accumulations limoneuses litées;

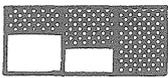
3: revêtements argilo-limoneux organiques;

*Traits de remaniement* — 4: fragments de revêtements argilo-limoneux organiques;

5: fragments de revêtements argileux rouges;

6: enrobements argilo-limoneux sur les sables.

Couches		Horizons		Echantillons		Profondeurs (cm)		Structure		Traits biologiques		Enrobements orientés		Charbons	
C2	A1	1	25 38	microagrég.											
	A1B	2	45 58	"											
	A1B	3	72 83	"											
L	(B)C	4	105 115	microagrégée lassée											
	C	5	137 147	litée											
Cx		6	230 240	cavitaire											



Traits abondants  
 " communs  
 " rares

Tableau 2: Vila Praia — Répartition stratigraphique des différents traits pédologiques identifiés.

GELFA	VILA PRAIA DE ANCORA	HYPOTHESE CHRONOLOGIQUE
Dune D	Horizon Ap Sables éoliens D	Actuel à Sub-actuel
Ranker	Ranker	Holocène
Colluvions C2	Colluvions C2	Holocène inf. ou Dryas sup.
Ranker	Ranker ?	Holoc. inf. ou Bölling-Alleröd
Hiatus	Hiatus	Majeure partie ou dernier glaciaire
	Dépôts lagunaires L et ranker	1. <sup>er</sup> ou 2. <sup>ème</sup> interstade du dernier glaciaire
Colluvions C1	Colluvions C1	1. <sup>er</sup> ou 2. <sup>ème</sup> stade de la dernière glaciation
	Colluvions Cx Erosion	? ?
Ranker	Ranker	Fin du dernier interglaciaire ou 1. <sup>er</sup> interstade du dernier glaciaire
Terrasse marine M	Terrasse marine M	Dernier interglaciaire

**Tableau 3:** Evènements pédosédimentaires identifiés à Gelfa et Vila Praia: corrélations et hypothèse chronologique.

# EUROPEAN MEGALITHS: THE MADAGASCAN CONNECTION

by

**Chris Scarre**

The monumental collective tombs built by the Merina people of central Madagascar are a natural focus of interest for archaeologists seeking to understand the megalithic tombs of western Europe. They represent one of the few living megalithic traditions, indeed perhaps the only one to have survived to the present day. As such, they have been used as a source of ethnographic analogies or parallels by several archaeologists over the past decade (e.g. Chapman 1981, Sharples 1985, Thomas 1988). One major benefit provided by this and similar ethnographic analogies is that they can make the archaeological data less mysterious and alien, a particularly useful consideration where ritual behaviour is involved (Hodder 1982, 166). In this general respect, the Merina parallel has performed a most useful service. Most references to the Merina case, however, have used the parallel as a source for conjectures and reconstructions of aspects of social and political organisation which are not directly observable in the European prehistoric record. The aim of the present study is to assess more precisely the nature and degree of similarity between the Madagascan and European tombs. The present time is especially suitable for such an assessment owing to the recent publication of a number of detailed interpretations of the funerary rituals represented in the European tombs, especially those of the British Isles (e.g. Shanks and Tilley 1982, Sharples 1985, Thomas and Whittle 1986, Thomas 1988). To anticipate, careful scrutiny of the European/Madagascan parallels in the light of this and other recent research shows that there are a number of significant differences between the two cases. This is not to say that the Merina tombs may not still provide insights into European megaliths in a number of ways. It does suggest, however, that arguments based on the assumed similarity between the two must be used with considerable caution.

**Note:** the term «megalithic» strictly applies only to those tombs which incorporate large stones in their construction; in this article the term is used as shorthand to cover both megalithic and drystone chambered tombs built in western Europe during the 4<sup>th</sup> and 3<sup>rd</sup> millennia b.C.

## MERINA TOMBS

The Madagascan tombs have been studied by Bloch (1971, 1981, 1982) and by Joussaume (1985) and Joussaume and Raharijoana (1985). Bloch's account is based on anthropological fieldwork undertaken among the Merina between 1964 and 1966, and seeks primarily to understand the relationship of burial practices to social and kinship organisation as they were at that time. Joussaume and Raharijoana, on the other hand, worked from an archaeological perspective and were interested in the development of Madagascan tombs from their uncertain origins up to the 19<sup>th</sup> century. For details of burial practices they relied not on direct anthropological observation but on oral evidence collected and recorded by Callet in 1909. The two approaches, though overlapping to some degree, are hence essentially complementary: one contemporary and anthropological, the other historical and archaeological.

From these two sources, we can summarise the main features of the Merina tombs and the associated burial rituals as follows. The tombs are rectangular structures, usually sunk into the ground to some degree, with a single entrance which is blocked or sealed between interments. At the present day, the walls are of stone and cement and the roof is a large stone capstone covered by concrete. The upper part of the tomb, where it emerges above the ground, is often highly decorated, and the structure may be finished off with stone arcades. Bloch's account explains that this type of tomb originated in the 19<sup>th</sup> century, when European artisans introduced features such as arcading in the elaborate tombs they built for the Merina monarchs and their principal ministers. Prior to this, the tombs had been of megalithic construction, consisting of massive stone slabs and buried up to the capstone in a mound of stones and earth.

Each tomb is the property of a group of people called by Bloch a *deme*. The members of each *deme* are united by their association with a particular village and ancestral land. The tomb — or a sequence of tombs — will be located on the ancestral land. The village communities are traditionally endogamous, and most of the people within a *deme* are therefore related by kinship. The *deme* is not simply a kin-group, however, since by no means all of the members are related in this way. Instead, it is the link with village, tomb and ancestral land which is the basis of the *deme*. Members of the *deme* retain these links — which include the right to burial in the ancestral tomb (and the responsibility to contribute to its construction and upkeep) even if they no longer live in the area of the ancestral village.

The funerary rite described by Bloch has two separate stages. Shortly after death, the body of the deceased is buried. In some cases, this burial will be in the tomb to which the person had a right, but for a variety of reasons the initial burial is often in a temporary earth grave. Temporary burial is particu-

larly common where a person dies some distance away from the ancestral tomb. Today this is frequent because many people have moved away from their ancestral villages either to the capital, Tananarive, or to other areas where they can take advantage of government land-grants. In the past, Merina military campaigns may have been the principal cause of people dying away from their ancestral village. The second stage of the burial ritual follows after two or more years, and is known as *famadihana*. In this ceremony the body is taken out of the tomb, or exhumed in the case of a temporary grave, and re-wrapped in silken shrouds. It is then placed or replaced in the tomb. If several years have elapsed, the body will of course have decayed and it will be the bones which are re-wrapped. In the course of the *famadihana* ceremony a number of the older skeletons are also removed from the tomb and re-wrapped, in much the same way as the principal interment. During the course of the day, before the tomb is resealed, all the remaining skeletons are re-wrapped in a more hurried way inside the tomb. This is the procedure as recorded by Bloch. Joussaume adds the further detail from oral tradition that in the re-wrapping of skeletons of people who had been dead for some time, bones from three or four individuals would sometimes be wrapped together in the same shroud. He also describes the extreme practice resorted to in the past when a person was unable to bring back the body of a dead relative who had died away from his or her home village. In this circumstance the recently dead corpse would be dismembered so as to retrieve the eight principal long bones for transport and burial in the ancestral tomb (Joussaume, 1985, 297).

The social logic behind the Merina funerary ritual is held to be that rights over land depend on membership of the deme. This leads to a major emphasis on corporate solidarity within the deme which includes and indeed is focused on the ancestors who are buried in the collective tombs. The collective nature of the burial practice and monumentality of the tombs symbolise the importance of these concepts in Merina society.

### COMPARISON WITH THE EUROPEAN TOMBS

The resemblance between the monumental chambered tombs of prehistoric western Europe and the tombs built by the Merina leads easily to the hypothesis that a similar social logic may have been involved in both cases. There are, I believe, reasonable grounds for believing that some features of Merina society, such as reverence for the ancestors and the importance of group solidarity, may indeed have been paralleled in the European case. The evidence for this belief comes however not only or even primarily from the Merina parallel. It comes rather from careful scrutiny of the evidence from the European tombs, and consideration of that evidence in the light of a whole range of ethnographic studies bearing on the relationship between funerary

practices and other aspects of society.

The relevance of the Merina analogy, and its limitations, may perhaps best be assessed by isolating and comparing various aspects of the Madagascan and European tombs and their associated burial practices:

- 1) the practice of excarnation: this has been argued for the European tombs from the fact that the bones of individuals are rarely found in articulation. In some cases, indeed, parts of bodies have been found articulated, indicating partial decomposition before placement in the tomb. In other cases, bones of different individuals have been sorted into separate anatomical elements such as long bones, or skulls, which have been placed in separate parts of the tomb. Such manipulation of the bones of the deceased must have had powerful symbolic meaning but there is no parallel for it in the Merina rituals as described by Bloch. Nor does the Merina case provide any parallel for the scattered human bones found outside the European tombs at enclosures such as Hambledon Hill (Mercer 1980). In the Merina case, bodies decayed either in the ancestral tomb or in a temporary earth-grave; except in the unusual practice of defleshing described by Joussaume, none of the bones should have been lost. Certainly the open-air excarnation of human corpses, which according to some may have been carried out at enclosures such as Hambledon Hill (Mercer 1980), finds no echo in Madagascar. On the other hand, excarnation itself — the exhumation of bodies and reinterment of the bones after decomposition — is not especially uncommon, and a number of parallels can be cited in addition to the Merina. The Parsees of western India, with their «towers of silence», provide a particularly famous example. Excarnation is indeed practised in some parts of southern Europe at the present day.
- 2) ancestor worship: Bloch writes; «The tombs stand for the permanent unity of people and land; they place the ancestors in the land» (Bloch 1986, 35); and in invoking the ancestors «The invocation may take place anywhere, but if the blessing is of particular significance it will take place at the communal familial tomb» (ibid, 41). The ritual of *famadihana*, when the bodies in the tomb are re-wrapped, may be considered to incorporate elements of ancestor worship. Many of the prehistoric chambered tombs of western Europe were equipped with passages or portals which would have enabled them to be re-opened from time to time. This could have been to allow successive burials to be introduced, but it could also have served for the periodic removal and veneration of the bones of the ancestors. The Merina practice of removing bodies and re-wrapping them at periodic intervals is unlikely to be detected in the archaeological record, as the Merina carefully replace the bodies in the tombs at the end of the *famadihana* ceremony. The Merina place the bodies on separate shelves; few if any of the West European megaliths have

human remains arranged as they are in the Madagascan tombs. The sorting and segregation of the anatomical parts attested in some European tombs suggests that if ancestor rituals were involved they may have resembled the «skull festivals» practised by West African peoples such as the Dowayo of Cameroun rather than the Merina *famadihana*. The Dowayo keep the skulls of the male dead, after the flesh has decayed, in a hut on the edge of the village, and bring them out for a final ceremony during which blood, entrails and excrement are sprinkled on them (Barley 1983, 99-103). Some such practice may explain the collections of human crania found separated from other parts of the skeleton in certain European megalithic tombs; for example the 27 skulls gathered together in one of the side chambers at Isbister on Orkney (Hedges 1983), or the 17 skulls in the terminal stall at Knowe of Yarso on Rousay (Callander and Grant 1935). However we read this evidence, it indicates that if the bodies of the ancestors in the European tombs were used in recurrent rituals there is no reason to suppose that those rituals bore any close resemblance to the Merina *famadihana* ceremony. The parallel which can be drawn is only of a general nature.

- 3) community solidarity and cohesion: Merina tomb rituals stress the importance of the group rather than the individual dead. Bloch (1981) interprets the physical effects of the *famadihana* ceremony on the corpses themselves in these terms: «Ordinary Merina do not consider tombs as important because they contain specific people but because they contain undifferentiated, and often ground-up together people; this is produced quite literally as a result of dancing with the corpses of members of the deme in the *famadihana*. This grinding together of the corpses, and the communal symbolism of the tomb, is the funerary equivalent of endogamy». Shanks and Tilley reach a similar conclusion in their study of mortuary practices in British and Scandinavian megalithic tombs: «An assertion of the collective, a denial of the individual and of differences between individuals. The regrouping of the disarticulated remains may represent an assertion of resonance between essentially discrete individuals, and thus a denial of asymmetrical relationships existing in life» (Shanks and Tilley 1982, 150). But what Shanks and Tilley are discussing goes far beyond the accidental mixing of bones; they are discussing the intentional placing and manipulation of male and female bones and bones from the left and right sites of the body. At the Ascott-under-Wychwood long barrow, one skeleton had been «reconstituted» from the remains of two separate individuals, one male, the other female (Chesterman 1977). Other European tombs show a different pattern yet again. At La Chaussée-Tirancourt the distribution of non-metrical genetic features indicates that different parts of the tomb were reserved for separate families or kin-groups. In this case the corporate solidarity of the kin-group (separate areas within the tomb) seems to have been maintained despite the commu-

nality of the collective burial concept (everyone buried in the same chamber) (Scarre 1984). The group-solidarity of the Merina tombs, as it is expressed in the disposition of the human remains, cannot be carefully studied.

- 4) morphology: the European tombs differ from the Merina tombs in their architecture and construction. The more recent Merina tombs illustrated by Bloch (1971, fig. 7, p. 113 and plate 3b), built of squared granite blocks bound together with mortar and a concrete-covered capstone, are unlike any of the structures known from prehistoric Europe. Prior to 19<sup>th</sup> century contact with British and French, however, the Merina tombs were of megalithic construction and were enclosed within a mound, and hence were generally similar to some of the chambered tombs of prehistoric western Europe. The great variety of European tomb types and features finds no counterpart in Madagascar, however; no passage graves, segmented chambers, long mounds, or megalithic art. These important characteristics of the European tombs therefore cannot be explained by reference to the Merina example. The considerable variation among the European tombs should in itself lead us to question whether any single interpretation or analogy could reasonably be expected to cover all the various types.
- 5) Menhirs: both Bloch (1971) and Joussaume and Raharijoana (1985) refer to the menhirs or monolithic standing stones of Madagascar, and since menhirs are also found in neolithic Atlantic Europe they provide a further point of comparison between the two areas. The most spectacular of the European standing stones are the stone rows of Carnac in Brittany and the stone circles of the British Isles, neither of which have any parallels in Madagascar. The Madagascan stones tend rather to be single. Sometimes they are near to the megalithic tombs. Bloch describes these as «menhir-tombs», erected to commemorate the dead whose bodies it has not been possible to bring back to the ancestral tomb (Bloch 1971, p. 8). In this context, therefore, they are the symbolic equivalent of the tombs. Joussaume, however, points out that the situation is not so simple, and that the Madagascan standing stones have a number of different purposes and significances. Referring to the study by Raharijoana (1962), he distinguishes two types of standing stones: those raised to commemorate the dead, and those erected to commemorate an event. Some may even have been boundary markers. He concludes that the number of different reasons for which the Madagascan menhirs were erected makes it impossible to draw any meaningful conclusions which can even tentatively be applied to the prehistoric European examples: «Si l'on devait admettre qu'il y a autant de causes differentes a l'erection des menhirs de la France, on peut etre assuré de ne jamais savoir precisement leur raison d'etre» (Joussaume 1985, p. 299). The variability among the prehistoric standing stones of Atlantic Europe gives added point to this remark. While

a few are found as single stones adjacent to megalithic tombs, others by contrast appear to have been intentionally destroyed when the tombs were built and their broken remains incorporated in the chambers (Le Roux 1984, 1985). These re-used Breton menhirs must date early in the Neolithic, perhaps around 4000 b.C.; by contrast, some South Welsh menhirs have been dated to the Early or Middle Bronze Age (Williams 1988). They were no doubt raised in different reasons. The fact that megalithic tombs and standing stones are found both in Atlantic Europe and Madagascar is probably to be explained simply by the availability of suitable stone and the development of a tradition of megalithic architecture in those areas; there is no reason to postulate any closer parallel.

This comparison of the archaeological evidence has cast doubt on the closeness of the similarity between the megalithic tombs of Europe and the Merina tombs in terms of burial practices, morphology and related features. The significance which this holds for the use of the Merina tombs as an analogy for those of prehistoric western Europe will be discussed in the final section of this article. First, however, the historical development of the Madagascan megaliths will be considered. Can the Madagascan evidence help in any way to explain the origin of the European tombs?

### **SOCIAL CHANGE AND MEGALITHIC TOMBS**

The origins and development of the Madagascan megalithic tombs are known from a combination of archaeological and historical evidence. Though the sequence has not been used explicitly as a parallel for the development of the European tombs, such an application is to some degree implicit in Jousaume and Raharijoana's account (1985).

Few of the tombs on Madagascar have been excavated, but a three-stage sequence of development is suggested (Jousaume and Raharijoana 1985). The earliest tombs are thought to be simple stone cists. Though these sometimes hold more than one burial (typically remains of from one to three individuals), it is likely that all the bodies in a particular grave were placed there at the same time, and not as the result of successive interments. They are not therefore truly collective graves comparable to the later Merina tombs. An excavated example at Ankatro contained a principal burial accompanied by the remains of two smaller individuals, perhaps women or children (Lejambre 1976, quoted in Jousaume and Raharijoana 1985). These early cists are of relatively modest dimensions, around 2 m. long by 0,5 m. high and 0,5 m. wide.

The second stage of development includes the earliest tombs which can be attributed to the Merina. These are cist graves, similar in size construction to the earlier cists. They contain more bodies, however, and were re-opened from

time to time for successive interments; on this basis they may be considered truly collective tombs. Their chronology is uncertain, but some of them at least can be dated to the 18<sup>th</sup> century A.D.

The third and final stage consists of the first Madagascan tombs which can properly be termed megalithic. In the «History of the Kings» these are associated with King Andrianampoinimerina, who reigned from 1787-1810. This king it was who first unified central Madagascar and laid the foundations for subsequent Merina control of the whole island. The «History of the Kings» attributes the origins of Merina megalithic tombs to a conscious act on the part of Andrianampoinimerina. It describes how in early times the people built small tombs — the earlier cist graves — in which they buried the inhabitants of a single household. Andrianampoinimerina, however, made them build larger tombs — the first megalithic tombs — in order to increase social cohesion and bring greater stability and unity to his realm. He is quoted as saying «Join together to quarry the stones; for in that way you will demonstrate your mutual friendship; join together to transport the stones which will contribute to your well-being» (quoted by Jousaume and Raharijoana 1985, p. 541). Many examples of these megalithic tombs survive, and some contain the remains of up to 300 individuals.

From the evidence assembled by Jousaume and Raharijoana it can be seen that on Madagascar we have a transition from small tombs containing two or three burials, built before the growth of political unity, to large megalithic structures with hundreds of burials originating in the period of social and political change which coincided with the foundation of a powerful centralised state. Does this pattern have any relevance for our understanding of European megaliths?

It is clear that in many areas of Europe the earliest neolithic tombs were relatively small in size, and that large and spectacular tombs were a later development. For Ireland, Sheridan has proposed a five-stage sequence of megalithic tombs, beginning with simple chambers surrounded by a kerb some 10-15 m in diameter, and culminating in the final stage with the Boyne valley tombs Knowth, Dowth and Newgrange, each over 80 m in diameter (Sheridan 1985). The cemetery of megalithic tombs at Bougon in western France shows a similar trend: the earliest mounds, E and Fo, which date from c. 3800 b.C., are relatively small (estimated original volume c. 300 cu m and c. 100 cu m respectively); the later mounds A, C and F1/2, dating to approximately 3200-2800 b.C., had volumes in excess of 4000 cu m. The Orkney islands provide a closer parallel to the Madagascan case, with not only a sequence from small, simple tombs to large and elaborate tombs, but also the probability that the earlier tombs held relatively few bodies, while the later tombs may contain the remains of over 350 individuals (Sharples 1985). Hedges has calculated the work effort involved in the construction of the Orkney tombs. On this basis he

has argued that the few large tombs of the so-called «Maes Howe» type, the product of up to 39.000 work-hours, belong to a more centralised society than the more numerous small early chambers, many of which probably required fewer than 10.000 work-hours (Hedges 1984). The argument and conclusions are similar to those of Renfrew's earlier study on the tombs and ritual monuments of Neolithic and Early Bronze Age Wessex (Renfrew 1973).

The argument which regards fewer and larger monuments as the sign of a more centralised and hierarchical society, though not without critics, is relatively straightforward and intuitive. Certainly it is not derived from any specific ethnographic parallel. But while the development of larger monuments in all these regions may indicate a trend towards centralisation and complexity, the scale or level of this complexity may be totally different in the different case. Comparing the social background of tomb development on Madagascar with that we know of Orkney or other parts of neolithic Western Europe indeed highlights just such a major contrast. The large Merina tombs were the product of a state society with a professional army and a literate bureaucracy (Bloch 1986); there is no evidence for anything like that in Neolithic Britain. This fundamental difference in social context constitutes a major obstacle to the use of the Merina tombs as a source of analogies for either the development or symbolism of the European chambered tombs.

## DISCUSSION

Several authors have commented in recent years on the use and abuse of ethnographic analogies in archaeology (e.g. Gould and Watson 1982, Hodder 1983, Wylie 1985). All agree, though in different ways, that analogy is essential to the understanding of the archaeological record, especially for the prehistoric period where written records are lacking. The problem is in deciding whether a specific analogy is helpful or relevant. As Hodder states: «all analogical reasoning accepts that there will be some differences between the things being compared. We can set the past beside the present even if some aspects of the contexts do differ»; but he also points out that «The proper use of analogy in archaeology must pay special attention to context; that is, to the functional and ideological framework within which material items are used in everyday life» (Hodder 1938, 26-27).

Let us briefly review the comparison between Madagascan and European tombs in the light of these comments. It is clear that the Merina tombs provide a number of good general similarities to European megalithic tombs, notably in their monumentality, in the custom of collective burial, and in the practice of excarnation. Alongside these must be set number of major differences. The European tombs contain evidence of burial practices (disarticulated and «reconstituted» burials) which are apparently unknown among the Merina. The

architecture of the European tombs: the passage graves, the long mounds which emphasise the mound rather than the chamber, and the megalithic art found in some chambers, are without parallels in Madagascar. If we turn, as Hodder recommends, to the social and ideational context, we find further differences. Thus the large Merina tombs originated in the context of a state society with centralised power, a standing army and a literate bureaucracy; there is no evidence for a comparable level of socio-political organisation in neolithic western Europe.

At the detailed level, therefore, the Merina parallel fails in a number of important respects. At a general level, however, it is undoubtedly a fruitful source of ideas about the kinds of beliefs and practices with which the European chambered tombs of the 4<sup>th</sup> and 3<sup>rd</sup> millennia b.C. may have been associated. This provides valuable suggestions as to what we should look for in the European evidence, and what particular features might mean. A good example is the possibility that remains of the ancestors were used in periodic rituals. This as we saw may be the explanation for the separate placing of skulls at Isbister. Another important feature of the collective burial rite practised by the Merina is the emphasis on group solidarity, which may be the reason for the re-construction of a skeleton from the remains of different individuals seen at Ascott-under-Wychwood and other sites: incorporation of several bodies into one. The important point in both these cases, however, is that although the general idea may be derived from the Madagascan, the precise manifestation is of a form unknown in the Merina tombs. It would not indeed be an exaggeration to say that what we understand about European megalithic tombs rituals today is as much despite as because of insights gained from the Merina case.

The study presented here has shown that the differences between the European and Madagascan tombs are such that the parallel between them is only of a general, rather than a detailed, type. This limits the inferences which can be drawn from the Merina context about features of the relevant prehistoric European societies which are lacking, or nearly so, in the European archaeological record; there is no reason, for instance, why the connection between monumental tombs and restricted resources on Madagascar (Chapman 1981) need necessarily hold for prehistoric Europe. Such a contention would require either a closer ethnographic analogy — preferably of a relational type (Hodder 1983, 16ff) — or direct archaeological support. It must not be forgotten also that Madagascar is only a single case; the only recent society to have practised collective burial in megalithic tombs. This very uniqueness makes it all the more difficult to assess the significance of such similarities as there are between the Madagascan tombs and those of prehistoric Europe. As Gould remarks, «All ethnographic analogues are self-limiting by their very nature and are based entirely upon on existing kinds of behaviour as observed ethnographically. They cannot inform us objectively about past behaviour that may have

no known historic or ethnographic counterpart, nor can they provide all the possible alternatives that might apply even in cases where contemporary analogues do exist (Gould and Watson 1982, p. 372). A much stronger case would be argued if there were a number of ethnographic examples, preferably from separate societies not culturally or historically linked, for the use of monumental collective tombs. It would then be possible to establish whether certain features of social organisation were regularly associated with tombs of this type, and to assess the significance of any differences.

A final point which must be emphasised is the variability among European megalithic tombs, both in morphology and burial rite, from period to period and region to region. No single ethnographic parallel can be expected to fit all these tombs equally well. But this is by no means a counsel of despair. It is clear from the foregoing discussion that many of the features in which the European tombs differ from those of Madagascar, and from each other, can nonetheless be explained in terms of the wide range of custom and behaviour which we know of from ethnographic accounts of non-state societies. The process of reasoning is essentially that of Wylie's multiple or composite analogy — a complex ethnographic analogy composed of elements from a number of different sources (Wylie 1985, p. 105-107). This must be the basis of almost all archaeological interpretation. It is in the over-reliance on specific single analogies, which never fit the archaeological evidence exactly, that the dangers lie.

#### REFERENCES

- BARLEY, N. (1983), *Symbolic structures. An exploration of the culture of the Dowayos*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOCH, M. (1971), *Placing the Dead. Tombs, Ancestral Villages, and Kinship Organization in Madagascar*. London & New York: Seminar Press.
- BLOCH, M. (1981), Tombs and States, in S.C. Humphreys and H. King (eds.), *Mortality and Immortality: the anthropology and archaeology of death*. London & New York: Academic Press, p. 137-147.
- BLOCH, M. (1982), Death, women and power, in M. Bloch and Parry (eds.), *Death and the regeneration of life*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 211-230.
- BLOCH, M. (1986), *From blessing to violence. History and ideology in the circumcision ritual of the Merina of Madagascar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALLANDER, J.G. and GRANT, W.G. (1935), A long, stalled cairn, the Knowe of Yarso, in Rousay, Orkney. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland* 69, p. 325-351.

- CHAPMAN, R. (1981), The emergence of formal disposal areas and the «problem» of megalithic tombs in prehistoric Europe, in R. Chapman, I. Kinnes and K. Randsborg (eds.). *The archaeology of death*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 71-81.
- CHESTERMAN, J.T. (1977), Burial rites in a Cotswold long barrow. *Man*, 12, p. 22-32.
- GOULD, R.A. and WATSON, J.P. (1982), A Dialogue on the Meaning and Use of Analogy in Ethnoarchaeological Reasoning. *Journal of Anthropological Archaeological*, 1, p. 355-381.
- HEDGES, J.W. (1983), *Isbister. A chambered tomb in Orkney*. Oxford: British Archaeological Reports.
- HEDGES, J.W. (1984), *Tomb of the Eagles. A Window on Stone Age Tribal Britain*. London: John Murray.
- HODDER, I. (1982), *The Present Past. An Introduction to Anthropology for Archaeologists*. London: Batsford.
- JOUSSAUME, R. (1985), *Des dolmens pour les morts*. Paris: Hachette.
- JOUSSAUME, R. and RAHARIJOANA, V. (1985), Sépultures mégalithiques à Madagascar. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 82, p. 534-551.
- LE ROUX, C.T. (1984), Apropos des fouilles de Gavrinis (Morbihan): nouvelles données sur l'art mégalithique armoricain. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 81, p. 240-245.
- LE ROUX, C.T. (1985), New excavations at Gavrinis. *Antiquity*, LIX, p. 183-187.
- MERCER, R. (1980), *Hambledon Hill. A Neolithic Landscape*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- RAHARIJOANA, S. (1962), Les pierres levées de Madagascar, *Revue de Madagascar*, 20, p. 17-30.
- RENFREW, C. (1973), Monuments, Mobilisation and Social Organisation in Neolithic Wessex, in C. Renfrew (ed.). *The Explanation of Culture Change: Models in Prehistory*. London: Duckworth, p. 539-558.
- SCARRE, C.J. (1984), Kin-groups in megalithic burials. *Nature*, 311, p. 512-513.
- SHANKS, M. and TRILLEY, C. (1982), Ideology, symbolic power and ritual communication: a reinterpretation of Neolithic mortuary practices, in I. Hodder (ed.), *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-154.
- SHARPLES, N. (1985), Individual and community: the changing role of megaliths in the Orcadian neolithic. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 51, p. 59-74.
- THOMAS, J. (1988), The social significance of Cotswold-Severn burial practices, *Man*, 23, p. 240-559.
- THOMAS, J. and WHITTLE, A.W.R. (1986), Anatomy of a tomb: West Kennet revisited, *Oxford Journal of Archaeology*, 5, p. 129-156.
- WILLIAMS, G. (1988), *The Standing Stones of Wales and South-West England*. Oxford: British Archaeological Reports.
- WYLIE, A. (1985), The Reaction Against Analogy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8, p. 63-111.

# ESCAVAÇÃO DA MAMOIA 4 DE ALAGOAS (ESCARIZ-AROUCA) 1987-1988

por

Fernando Augusto Pereira da Silva \*

## RESUMO

A escavação da Mamoa 4 de Alagoas, revelou tratar-se genericamente de um *tumulus* comum aos já por nós estudados nesta região do sul do Douro, o concelho de Arouca, pois trata-se de um montículo basicamente constituído por terras encerrando uma estrutura funerária no seu interior, tudo coberto por uma couraça de pedras. Apesar de tal característica comum na região, cobria um dolmen de corredor curto, com uma câmara poligonal alongada no sentido Norte-Noroeste/Sul-Sudeste, muito destuída, de que restavam apenas um esteio completo e o fragmento de um outro cujo resto estava tombado sobre o montículo. A essa câmara acedia-se por um corredor com cerca de quatro metros de cumprimento por cerca de um de largura, também muito destuído, com apenas o lado direito melhor conservado, aberto a Nascente e não se abrindo na periferia do *tumulus* mas a cerca de três metros daquela, parecendo ser envolvido por uma possível estrutura de fecho.

Do pouco espólio recolhido verifica-se uma grande identidade quando comparado com o de outros monumentos já estudados, pese embora uma tipologia diferenciada. Do espólio constam dois geométricos, um fragmento de uma lâmina, lascas residuais, fragmentos cerâmicos incarcaterísticos e duzentas e seis contas discóides, perfuradas, em xisto. O monumento revelou ainda, gravada num esteio do corredor, lado direito, um motivo reticulado, com aparentes semelhanças aos do Dolmen 1 da Alviada, Escariz-Arouca.

O dolmen da Mamoa 4 de Alagoas, é o primeiro monumento deste tipo assinalado no conjunto dos monumentos da região do Sudoeste da Bacia do Arda, concelho de Arouca, apresentando porém uma certa identidade ao nível particular dos espólios e motivo gravado, pelo que nos parece poder situá-lo cronologicamente adentro dos mesmos parâmetros estabelecidos para os outros monumentos, meados/finais do IV milénio a.C. e inícios do III milénio a.C., em datação relativa pois, até ao momento, não possuímos datação absoluta alguma para o Megalitismo da região.

## SUMMARY

We publish in this article the results obtained through the excavation carried out in 1987-1988, at the barrow Alagoas 4, Escariz-Arouca (Aveiro). This monument is similar to those of this type existing in the region south of the Douro river (council of Arouca): it consists of an earthen *tumulus*, with a funerary structure in the interior, all of it covered by a layer of small stones. Such characteristic is known in the region but the megalith structure that once existed there, is unusual, it was a monument with a polygonal chamber oriented North-North-West/South-South-East and a low passage oriented to the East.

---

\* Centro de Arqueologia de Arouca. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Although the great destructions which had affected the dolmen we gather some grave goods: two geometric microliths, a fragment of a blade and three residual flakes, all these made out of silex; pots sherds; 206 perforated beads made out of schist.

On the inner face of the stone nº 7, on the passage, is a grid motif carved by picking, and without painting. The motif is similar to that of the dolmen Aliviada 1, few hundred metres to South-West.

In spite of the typology of this dolmen, there is occurrence of the same type of the assemblage found on barrows of South-West river Arda basin, council of Arouca. So, we believe that this monument would date from the late mid-fourth millennium b.C. or, the early third millennium b.C., although we had not yet radiocarbon dates for the megalithism of the region.

## 1. INTRODUÇÃO

A Mamoa 4 de Alagoas está inserida no núcleo dos monumentos com o mesmo nome, e um dos que comporta maior número de *tumuli* da freguesia de Escariz<sup>1</sup>. Apesar desse facto, a relação que tais montículos apresentam entre si, leva a que consideremos a Mamoa 4 como o monumento que se apresenta relativamente isolado<sup>2</sup>.

Aquele aspecto, o facto de apresentar face aos restantes monumentos do núcleo, um certo destaque e ainda o tratar-se aparentemente de um monumento de corredor, único conhecido para o conjunto de monumentos sob *tumulus* desta região do fundo do concelho de Arouca, levou-nos à realização de uma campanha de escavações, permitindo dar seguimento aos nossos trabalhos de investigação sobre o Megalitismo a sul do Douro, centrados no concelho de Arouca<sup>3</sup>, formando o estudo deste monumento mais um elo da cadeia do conhecimento que pretendemos alcançar, referente às comunidades que construíram e utilizaram tais estruturas deposicionais funerárias.

<sup>1</sup> Presentemente o núcleo de Alagoas conta com 11 *tumuli* referenciados, tendo o último montículo sido assinalado durante o ano de 1987.

<sup>2</sup> Silva, F. — A.P. (1986), *Monumentos Megalíticos da Freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 26 (1-4), pp. 51-74. Este trabalho, que representa uma sùmula breve dos nossos conhecimentos sobre o «megalitismo» da região até ao ano de 1985, considera a existência de três sub-núcleos, em Alagoas: um formado pelas mamoas 6 e 7, como se pode verificar na Fig. 4, p. 58 do citado trabalho. Uma reanálise da distribuição espacial dos *tumuli* levou à consideração e interpretação da Mamoa 4 de Alagoas, como se tratando de um monumento «isolado», face aos diversos *tumuli* do núcleo.

<sup>3</sup> Ao estudarmos o Megalitismo a sul do rio Douro, estabelecemos o que nos parece ter sido um espaço natural, como o definido pela bacia do Vouga e o Alto Paiva, sendo no contexto dessa área que uma região como a de Arouca, desempenha um papel de primordial importância, donde termos escolhido tal região como o centro nuclear de todo o nosso trabalho, partindo-se daqui para a articulação com todo o Megalitismo da área geográfica natural, como foi por nós definida: a Norte o Douro, a nascente os relevos montanhosos de Montemuro, Arada e Caramulo, a Sul os limites meridionais da bacia do Vouga e, a poente, o Oceano Atlântico.

Os trabalhos de escavação funcionaram em regime de Campo de Trabalho, tendo participado além de estudantes de vários graus de ensino, licenciados em História e Arqueologia, nacionais e estrangeiros<sup>4</sup>. A esta campanha de escavações deram o seu apoio, além da Autarquia local, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, o Governo Civil de Aveiro e o Instituto Português do Património Cultural<sup>5</sup>.

## 2. LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA MAMOIA 4 DE ALAGOAS METODOLOGIA UTILIZADA NO SEU ESTUDO

A Mamoa 4 de Alagoas, está localizada na freguesia de Escariz, concelho de Arouca, numa chã muito arborizada e cortada pela estrada nº 327. Implantada nessa chã, onde ocupa uma posição relativamente central, não é um monumento único pois a cerca de 300 metros para SSE, encontra-se um outro montículo, de menores dimensões muito violado e abatido, quase aplanado<sup>6</sup> e, já cortado pelo caminho que daquela estrada leva, na direcção SSW, às pedreiras da Serra Grande, assinalamos um outro *tumulus*, de grandes dimensões, o qual só se torna nítido na vertente voltada sensivelmente a Este, e que numerámos com o nº 11<sup>7</sup>, localizando-se a uma distância de cerca de 400 metros para SSE da Mamoa 4 de Alagoas.

Este montículo, de dimensões médias e coberto por vegetação erbácea, apresentava nítidos vestígios de ter sido violado, como o atestava a existência de uma grande cratera de violação, orientada sensivelmente de Norte-Sul e que continha no seu interior, além de um grande número de blocos graníticos amontoados, pertencentes possivelmente ao contraforte da câmara funerária, também alguns fragmentos de esteios, de que um, quase intacto, jazia sobre o montículo. A configuração da violação, que se prolongava no sentido Este, sendo ladeada, de um único lado, por alguns blocos de granito que sobressaíam da massa monticular, levou-nos de imediato a pensar que estaríamos em presença de um monumento funerário de corredor, o que a confirmar-se, como se verificou, seria da maior importância pois de todos os *tumuli* do Conjunto Megalítico de Escariz, este seria o único referenciado como possuindo corredor de acesso à câmara funerária, donde todo o interesse posto no seu estudo,

---

<sup>4</sup> Queremos expressar os nossos agradecimentos, particularmente aos D.<sup>as</sup> Maria de Lurdes Benigno, António Manuel Silva e aos estudantes Vítor Gomes Ferreira e Manfred Diez i Garcia.

<sup>5</sup> A todas estas entidades agradecemos todo o apoio recebido. A autorização para a escavação do monumento foi concedida por Despacho de 14 de Maio de 1987.

<sup>6</sup> Trata-se da Mamoa 5 de Alagoas que inicialmente tínhamos incluída juntamente com a Mamoa 4 de Alagoas, num sub-núcleo; V. nota 2.

<sup>7</sup> Embora a existência deste montículo já fosse do nosso conhecimento em 1983/84, só agora foi possível procedermos à sua confirmação como *tumulus*.

pela possibilidade de poder articular-se tal espaço deposicional, com aqueles já estudados<sup>8</sup>.

A planta do *tumulus* mostra-se como sendo circular, com um diâmetro de cerca de vinte e três metros, uma altitude acima do nível do mar de cerca de 556 metros, destacando-se do solo circundante cerca de 1 metro, no sector Este.

Como coordenadas geográficas, a Mamoa 4 de Alagoas apresenta as seguintes:

40° 55' 17" Latitude N.,  
0° 45' 45" Longitude E. Lx<sup>9</sup>,

segundo a Carta Militar de Portugal, dos Serviços Cartográficos do Exército, Folha 154-S. João da Madeira, Esc. 1/25.000 (Fig. 1).

Quanto à metodologia utilizada no estudo deste monumento funerário sob *tumulus*, seguimos aquilo que sempre aplicamos ao estudo destas estruturas, consistindo no desbaste da vegetação e levantamento altimétrico da planta, à escala de 1/20.000, marcação de dois quadrantes a partir de eixos ortogonais, orientados segundo os pontos cardeais e com dois metros de lado, formando-se assim quatro sanjas de escavação, as quais não tendo sido suficientes para o estudo das estruturas internas do montículo, viram-se acrescidas com quadrículas de malha de dois metros. Após as operações de decapagem das terras superficiais, nas áreas previamente marcadas, para delimitação do nível pétreo de cobertura, e após o registo exaustivo do mesmo, procede-se à sua desmontagem, seguindo-se-lhe a decapagem total das terras do *tumulus*, até ao substrato rochoso. Os cortes obtidos são verticalizados para leitura estratigráfica. Os espólios recuperados durante as acções de escavação, embora nos apareçam, na generalidade dos casos, fora dos seus contextos, são contudo todos registados tridimensionalmente.

### 3. A MAMOA 4 DE ALAGOAS

#### 3.1. Análise estrutural do *tumulus*

Se inicialmente a mamoa nos aparecia como um montículo de planta circular, com um diâmetro de cerca de vinte e três metros (Fig. 2), as operações de decapagem das terras húmusas superficiais e a abertura das sanjas de escavação, revelaram-nos estar-se perante um montículo de menores dimensões, com cerca de 18 metros de diâmetro (Fig. 3, 4).

A escavação mostrou que se trata de mais um *tumulus*, formado essencialmente por uma massa de terra, coberta por uma carapaça lítica. Tal

<sup>8</sup> V. nota 2.

<sup>9</sup> Por razões de uniformidade prática passa-se a adoptar, nas coordenadas geográficas, a Longitude referida ao Meridiano de Lisboa e não ao Meridiano Internacional.

montículo que, como já deixamos dito a páginas precedentes, tem uma localização numa chã, mais propriamente no limite da curva de nível que se prolonga em chã de orientação Este-Nordeste, com um recorte em calote, de que se destaca melhor o sector voltado a Este, com um desnível face ao solo de cerca de 1 metro, não acontecendo o mesmo no quadrante Noroeste-Sul-Sudeste, em que vemos o montículo parcialmente afundado em relação ao topo do solo.

Na composição deste *tumulus* foram utilizadas terras castanhas escuras, quase negras, a que foi dado aquele formato em calote, tendo depois os construtores recoberto tudo com um empedrado formado por pedras de granito de pequeno e médio tamanho (Fig. 4), o qual porém, como os trabalhos mostraram, se apresentava muito destruído na totalidade das sanjas de escavação, estando quase que ausente nas áreas do topo monticular, a que deverá estar ligado o se ter aí verificado a principal violação, como o parece comprovar a cratera existente (Fig. 5).

A massa terrosa coberta por tal couraça lítica, encerrava no seu interior um verdadeiro amontoado de blocos de tipo «cairn», o qual por sua vez fazia a contrafortagem do dolmen de corredor nele contido. O *tumulus* era também delimitado por um anel de blocos, em granito, que rodeava por completo, formando uma coroa circular, com funções de contenção da massa tumular (Fig. 6), como temos constatado em todos aqueles monumentos que por nós têm sido escavados na região.

Tal coroa de blocos não assentava directamente sobre a rocha de base, o xisto-grauvaque, mas sim sobre uma camada de terra castanha amarelada clara, correspondente ao nível superior daquela, onde parece que o monumento foi construído (Fig. 6, 7). Sobre tal estrutura de contenção periférica vinha pousar o nível da couraça, o qual se prolongava ainda para a periferia, embora tal prolongamento possa não ser intencional e ser devido a derrubes próprios de alguns elementos pétreos da couraça<sup>10</sup>.

Não podemos deixar de referir que, pelo que nos foi dado observar, tudo indica que os construtores da Mamoa 4 de Alagoas, ergueram tal estrutura funerária sobre um solo ao qual parece terem retirado, previamente, a sua camada humosa, pois nos cortes obtidos nada foi assinalado que permitisse interpretar estratigraficamente como vestígio de um solo «enterrado», anterior ou contemporâneo da construção, sob o *tumulus*<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Na Mamoa 2 da Aliviada era nítida a existência de uma aba em pedra que rodearia por completo o montículo. V. Silva, F. — A.P. (1987), *Escavação da Mamoa 2 da Aliviada (Alviada)*. — *Escariz, Arouca, 1984*, «Arqueologia», Porto, 15, pp. 77-91.

<sup>11</sup> Tais níveis de solos «enterrados» apenas foram assinalados de forma mais clara nas mamoas 1 de Alagoas e 1 do Calvário e ainda na Mamoa 1 do Castelo-Fajões que, embora já no concelho de Oliveira de Azeméis, pertence indubitavelmente à mesma área geográfica em que se insere a Mamoa 4 de Alagoas. V. Silva, F. — A.P. (s/d), *Escavação da Mamoa 1 do Calvário. Escariz-Arouca*, «Arqueologia», Portó, 19, no prelo.

Estratigraficamente, a partir das verticalizações das paredes das quatro sanjas de escavação abertas<sup>12</sup>, a leitura que se obteve foi a seguinte, tomando como padrão o corte ENE-WSW (Fig. 7):

- Corte ENE-WSW: 1 — terra humosa superficial, de coloração acastanhada, de deposição natural;
- 2 — terra castanha muito escura, quase negra, formativa do *tumulus*;
- 3 — terra castanha amarelada clara;
- 4 — terra castanha amarelada muito clara, barrenta, que se encontra claramente depositada sobre o «cairn» de contrafortagem do dolmen;
- 5 — terras misturadas, castanhas escuras e de coloração amarelada, respeitante ao negativo de violação do monumento;
- 6 — alterite xisto-grauvácua de base.

Desta leitura estratigráfica que foi possível analisar, é notória uma certa homogeneidade na composição terrosa do *tumulus*, que nos aparece no essencial, composto por terras de coloração castanha, muito escuras, e onde não identificamos nível algum de possível solo antigo enterrado. Apesar disso, parece detectar-se uma certa descontinuidade na composição terrosa do montículo, com a existência de dois níveis de terras barrentas, de coloração amarelada, que indicam estarmos perante uma deposição antrópica, em que houve a preocupação de a sua deposição se circunscrever a uma área específica do monumento, o «cairn» de contrafortagem do dolmen, criando assim como que uma camada protectora envolvente (Fig. 6, 7).

É nítido que, por razões que nos são desconhecidas, os construtores do megálito, após o terem rodeado de um invólucro formado por grandes blocos em granito, o tenham completamente coberto por uma camada de terra, de composição xisto-argilosa, barrenta, sendo o todo posteriormente coberto pelo «*tumulus*» de terras negras, e por cima uma couraça pétreia. Não encontramos grande explicação para o caso, embora possa ter a ver com o interesse em isolar, toda a área deposicional funerária, de possíveis infiltrações pluviais, mas é apenas uma hipótese que só o continuar da investigação nos monumentos da região poderá vir a aclarar.

O *tumulus*, construído para proteger e relevar toda a estrutura deposicional funerária, cobriu ainda o espesso contraforte de envolvimento daquela, o qual se apresenta como um dos «cairn» mais potentes que temos verificado

---

<sup>12</sup> Tendo-se observado em todos os cortes estratigrafia idêntica, optou-se por apenas se apresentar aquele que compreende o paramento direito do corredor.

para os monumentos estudados na região, só comparado com o da Mamoa 2 da Aliviada e Mamoa 7 da Urreira, embora nestes casos, a área de protecção era mais reduzida pois estava limitada às câmaras poligonais simples que terão contido, o mesmo não acontecendo para a Mamoa 4 de Alagoas, em que se trata de um dolmen de corredor que é completamente envolvido pelo «cairn» exceptuando-se apenas a entrada do corredor. De referir que, tal estrutura de contrafortagem não foi construída imediatamente sobre a alterite de base, como se conhece para outros monumentos estudados, apresentando um recorte em triângulo rectângulo.

### 3.2. O Dólmen

Como já anteriormente tínhamos suspeitado<sup>13</sup>, e as escavações levadas a cabo na Mamoa 4 de Alagoas corroboraram, estamos perante o único montículo funerário para a região do fundo do concelho de Arouca, a conter no seu interior um dólmen de corredor. Embora muito destruído, os trabalhos realizados permitiram o estabelecimento da sua estrutura, de que passaremos de seguida a tratar.

#### 3.2.1. A câmara

O Dólmen da Mamoa 4 de Alagoas, apresenta uma câmara funerária de que apenas podemos sugerir a sua tipologia, a partir das valas e possíveis «camas» dos esteios, de um esteio tombado na massa tumular, o fragmento de um outro, *in situ*, e ainda o próprio espaço delimitado pelo «cairn». Ainda que possamos pressupor a tipologia da câmara dolménica e a sua orientação, é porém pouco claro qual o número dos esteios que a compunham pois, apesar de existirem algumas valas abertas na alterite de base, o facto de esta se mostrar muito alterada não torna segura a atribuição a fazer àquele nível, pelo que achamos mais prudente não avançar com suposição alguma.

A câmara, que tinha assim um número indeterminado de esteios, de que apenas conhecemos dois, um completo e o fragmento proximal de outro, sendo este último que fazia a ligação entre a câmara e o corredor, no paramento direito deste, apresentava-se afundada em relação à área circundante que, podendo ser intencional, pode também estar ligado aos remeximentos que tal espaço funerário sofreu. Em planta, seria por certo poligonal, alongada no sentido do eixo de orientação, Norte-Noroeste/Sul-Sudeste, tendo a configuração poligonal

---

<sup>13</sup> V. nota 2.

irregular. As dimensões internas deveriam rondar os cerca de três metros de comprimento, por cerca de dois metros de largura eixos respectivamente de Norte-Sul e Este-Oeste (Fig. 8, 10). As dimensões dos dois únicos esteios existentes, da câmara, são as seguintes:

Esteio nº 1 — comprimento médio 178 cm, largura média 79 cm, espessura média 24 cm;

Esteio nº 2 — comprimento médio 117 cm, largura média 56 cm, espessura média 23 cm. Deste esteio existe a ponta proximal, colocada no seu alvéolo, e o «grosso» do esteio sobre a mamoa.

Quanto ao facto de a câmara ter tido qualquer nivelamento, tipo lajeado, a grande destruição da mesma não permite que tomemos posição afirmativa nem negativa. Embora estejamos em crer que os construtores terão, por certo, providenciado a forma de resolver a «rudeza» da superfície daquele espaço, a realidade é que, durante a escavação, não foi assinalado vestígio algum de «pavimento», pelo que aqui fica a dúvida.

### 3.2.2. O corredor

Também o corredor foi violado, tendo-lhe sido, inclusivé, arrancados alguns dos esteios do mesmo, particularmente no paramento esquerdo (Fig. 9), voltado a Este-Sudeste, onde apenas duas lajes, tombadas na massa dos entulhos do corredor, foram assinaladas. Para o paramento direito, Este-Nordeste, o estado de conservação é bem melhor, pois podendo ter sido formado por sete esteios, restam seis colocados *in situ*.

De referir que todas as lajes foram colocadas em valas, a existência de algumas depressões para o lado esquerdo do corredor poderá estar ligada à colocação de esteios mas, pelas razões já aduzidas quando nos referimos à câmara, impedem-nos de tomar posição afirmativa. Dentro das valas abertas para o efeito, foram aquelas «calçadas» com pedras de pequeno tamanho. A disposição dos esteios é ligeiramente torsa para o interior, inclinados para o centro e adossados uns aos outros, em perfeito equilíbrio (Fig. 9).

As dimensões dos esteios, são as seguintes, segundo uma ordem da esquerda para a direita, em função de um observador colôcado voltado frontalmente para a entrada do corredor:

Esteio nº 1 — comprimento médio 98 cm, largura média 50 cm, espessura média 13 cm;

Esteio nº 2 — comprimento médio 122 cm, largura média 46,5 cm, espessura

média 18 cm;

Esteio nº 3 — comprimento médio 104 cm, largura média 61 cm, espessura média 14 cm;

Esteio nº 4 — comprimento médio 114 cm, largura média 36 cm, espessura média 25 cm;

Esteio nº 5 — comprimento médio 90 cm, largura média 60 cm, espessura média 16 cm;

Esteio nº 6 — comprimento médio 98 cm, largura média 38 cm, espessura média 24 cm;

Esteio nº 7 — comprimento médio 103 cm, largura média 36 cm, espessura média 14 cm;

Esteio nº 8 — comprimento médio 103 cm, largura média 62 cm, espessura média 29 cm.

Refira-se que os esteios números 1 e 2, são os únicos que existem no paramento esquerdo do corredor e, embora aí sejam apercebíveis algumas depressões, como já referimos, desconhecemos se este lado era constituído por um número de esteios idêntico ao existente no paramento direito. Apesar de incompleto, o corredor deverá ter tido um comprimento original de cerca de 4 metros, uma largura de cerca de 1 metro, apresentando-se descentrado face ao eixo da câmara, orientando-se a sua abertura para Este, ao mesmo tempo que a sua entrada não concidia com o limite exterior do *tumulus*, como pudemos constatar, distando cerca de três metros daquele.

A relação entre a entrada do corredor e a periferia do *tumulus*, assemelha-se ao que temos verificado para outros monumentos dolmênicos de corredor<sup>14</sup>, contudo aqui, o espaço de «circulação», entre aquela entrada e a coroa circular de contenção periférica é muito diminuta para poder ter constituído um possível «átrio», além de que o dólmen foi completamente submergido na massa tumular, que parece ter fechado, por completo, a totalidade do espaço deposicional funerário, tornando assim de pouca utilidade aquele corredor (Fig. 10).

---

<sup>14</sup> Por exemplo no dolmen da Mamoa da Portela da Anta, em fase de estudo, em que o corredor parece abrir-se para um átrio, ou então no Dolmen de Chã de Parada (Mamoas 1), na Serra da Aboboreira. V. Jorge, V.O. e Bettencourt, A.M.S. (1988), *Sondagens arqueológicas na Mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987)*, «Arqueologia», Porto, 17, pp.73-118.

O facto de toda a estrutura dolménica ter sido bastante violada, leva-nos a ter um conhecimento truncado da mesma, pelo que no caso do corredor, desconhecemos como era realizado o seu fecho, pois pouco nos chegou que nos elucide sobre o assunto. Assim, devemos referir a existência à entrada do corredor, de duas pequenas lajes em granito, dispostas cravadas na alterite de base, com uma altura de cerca, em média, de um terço do tamanho total do esteio de que estavam mais próximas, as quais poderiam ter tido a função de «marcarem» a entrada do corredor, sendo o que restaria da possível estrutura de fecho daquele<sup>15</sup>.

Apesar das reduzidas dimensões que o corredor não deixava de apresentar, o mesmo distingui-se-ia tanto em alçado como em planta, tomando nós como ponto de referência, para o primeiro caso, a altura média do único esteio completo da câmara e, para o segundo, todo o espaço delimitado pelo «cairn» envolvente do dólmen e o espaço entre ambos os lados do corredor (Fig. 11), o que confirma de modo claro o afirmado. Quanto ao nível a que se encontrava o solo do corredor, para o qual apenas conhecemos a rocha de base, era sensivelmente o mesmo do da câmara e, como ela, também constituído pela alterite xisto-grauváquica.

Quanto ao «cairn» de contrafortagem do dólmen, devemos referir que, no tocante ao corredor, o mesmo acompanhava o corredor, até sensivelmente à entrada, prolongando-se quase até ao anel de contenção periférica, formando em alguns pontos como que uma só estrutura (Fig. 10).

#### 4. ESPÓLIO

O espólio funerário, assinalado no decorrer dos trabalhos de escavação, foi muito escasso devido a que o monumento foi muito violado, parecendo inclusivé que o dolmen da Mamoia 4 de Alagoas terá sido alvo mesmo de escavações em épocas anteriores<sup>16</sup>. Por tudo isso, os artefactos ligados ao ritual funerário são em número reduzido, tanto ao nível dos artefactos líticos como no tocante a recipientes cerâmicos, estando estes últimos até pior representados, quer em número quer em qualidade. No total das peças obtidas, contaram-se 245 elementos, de que aqui entramos em linha de conta com os mais significativos, e que se encontram assim distribuídos:

---

<sup>15</sup> É bem possível que a entrada do corredor fosse bloqueada com alguma laje, porém desconhecemos tal aspecto pois o monumento chegou até nós muito violado.

<sup>16</sup> Embora tenhamos abordado alguns elementos da população sobre o assunto, nada nos souberam dizer, embora se recordem alguns deles das escavações de Pinho Brandão, em que mesmo alguns participaram na escavação de monumentos no Coval e Venda da Serra, desta freguesia de Escariz. Apesar disso estamos em crer que o monumento em causa foi intervencionado não propriamente por «buscadores de tesouros».

ESPÓLIO LÍTICO	
Geométrico/triângulo	1
Geométrico/trapézio	1
Fragmentos de lâmina	3
Lascas residuais	3
ESPÓLIO CERÂMICO	
Fragmentos cerâmicos	31
ELEMENTOS DE ADORNO	
Contas discóides perfuradas	206
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>

Quadro I: Distribuição do espólio assinalado na Mamoa 4 de Alagoas.

#### 4.1. Descrição

##### 4.1.1. Artefactos líticos (Fig. 12)

- Geométrico/triângulo escaleno, em quartzo leitoso, foi assinalado sobre a alterite de base, no interior da câmara funerária, tem as seguintes dimensões: comprimento 2,69 cm, largura 1,6 cm, espessura 0,18 cm (Fig. 12.1);
- Geométrico/trapézio assimétrico, em sílex, foi assinalado nas terras revolvidas da câmara, sobre a alterite de base, tem as seguintes dimensões: comprimento 1,76 cm, largura 1,55 cm, espessura média 0,2 cm (Fig. 12.2). O índice entre o comprimento e a largura leva a que o mesmo se aproxime bastante dos índices obtidos para as pontas de seta de gume transversal;
- Três fragmentos pertencentes a uma mesma lâmina, em sílex negro, com fractura na ponta distal. A metade inferior do bordo esquerdo da lâmina, ponta proximal, apresenta retoque directo, semi-abrupto, marginal, paralelo. Tem as seguintes dimensões: comprimento conservado 6,15 cm, largura média 1,3 cm, espessura 0,2 cm (Fig. 12.3).

O restante espólio lítico consistiu, como indica o Quadro I, em três lascas residuais em sílex, de reduzidas dimensões, em que os bolbos se apresentam bem marcados, tendo uma delas sido utilizada, muito possivelmente, como uma lamela.

#### 4.1.2. Cerâmica

O espólio cerâmico é aquele que pior se encontra representado, devido tanto ao número reduzido dos seus elementos, como também pelo estado fragmentário que apresentam que não permite reconstituição alguma de formas, sendo de todo incharacterístico. Dos 31 fragmentos assinalados, a grande percentagem foram-no no *tumulus*, excluindo-se alguns pequenos fragmentos, com evidentes sinais de torno de oleiro, de pasta castanha clara, com e.n.p. finos, detectados sobre as pedras da caparaça, no sector sul do montículo e fragmentos cerâmicos, de pasta muito grosseira, de colocação avermelhada, com e.n.p. médios a grossos, que foram assinalados colocados na camada geológica, também no sector sul.

#### 4.1.3. Elementos de adorno

Como vem sendo comum para os monumentos que temos estudado na região de Arouca, o aparecimento de pequenas contas discóides, perfuradas, em xisto, é uma constante, embora também se conheçam excepções a esta «regra», como são as mamoas 1 do Calvário, 7 da Urreira, Dólmen 1 da Mamoa da Portela da Anta e ainda a Mamoa 1 do Castelo em Fajões<sup>17</sup>. Para o monumento em causa, foram assinaladas duzentas e seis contas, todas elas dentro da área da câmara funerária, misturadas nos níveis de revolvimento, sendo poucas aquelas assinaladas imediatamente sobre a alterite da rocha de base.

### 5. A ARTE

No dólmen da Mamoa 4 de Alagoas foi identificada uma gravura, localizada num dos esteios do corredor, lado direito. Este esteio, numerado com o número sete, segundo uma ordenação tomada a partir do primeiro esteio lateral esquerdo do corredor, apresenta-se com um recorte sub-trapezoidal alongado, com um comprimento de 103 cm, uma largura média de 36 cm e uma espessura média de 14 cm, o que lhe confere um aspecto esteliforme.

O granito, em que o esteio/estela foi feita, é de grão muito grosso e tem a superfície, voltada ao interior do corredor, aplanada mas muito erodida, áspera ao tacto.

---

<sup>17</sup> V. Silva, F. — A.P. (s/d), *Escavação da Mamoa 1 do Castelo-Fajões. Oliveira de Azeméis*, Rel. Inédito, 1988.

É nesta superfície que se encontra uma gravura, a qual se distribui ocupando toda a zona central da laje, e que consiste num reticulado formado por sete linhas sub-verticais, cortadas por quatro linhas sub-horizontais. Os espaços assim definidos, apresentam-se irregulares e desiguais, diminuindo tais reticulados à medida que se aproximam da base do esteio, terminando então a gravura em espaços com tramos arciformes (Figs. 13 e 14). O facto de algumas das linhas gravadas nos aparecerem incompletas e quase todas irregulares poderá dever-se quer ao aspecto erosionado que a laje apresenta, como a terem sido já assim gravadas.

A técnica utilizada na gravura foi o picotado, não tendo a qualidade da matéria-prima escolhida sido a melhor pois, não favoreceu a realização do trabalho, de que desconhecemos se foi aplicado colorante algum. Estilisticamente, esta gravura assemelha-se aos reticulados gravados num dos esteios do dólmen da Mamoa 1 da Aliviada<sup>18</sup>.

Nos restantes esteios existentes, no corredor e câmara, não se assinalou indício algum de gravuras embora não possamos invalidar a possibilidade de que no dólmen não tenham sido gravados outros motivos, a que contudo a matéria-prima tornava de difícil realização.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto a páginas precedentes, ficou claro que a Mamoa 4 de Alagoas cobria um dolmen de corredor, que podemos considerar curto, voltado a Este, com uma câmara de planta poligonal alongada, orientada no sentido Norte-Noroeste/Sul-Sudeste.

Tal monumento, único até ao momento para o grande território necropolizado que representa o Sudoeste da Bacia do Arda, concelho de Arouca, apesar das características tipológicas excepcionais que apresenta, no conjunto dos *tumuli* da região, foi recoberto por um *tumulus* clássico já que, para todos os monumentos por nós estudados, ou ainda para aqueles que temos observado, é comum existir um montículo formado por terras, a que melhor ou pior, total ou parcialmente, foi adossada pelos construtores, uma carapaça de cobertura. As excepções a esta regra são casos raros na região, assim como em outras regiões «megalíticas», daí que os montículos funerários se nos apresentem como a principal característica homogénea, encobrindo todo um polimorfismo de soluções arquitectónicas funerárias, culturalmente e, ou, cronologicamente estabelecidas.

---

<sup>18</sup> Silva, F. — A.P (1984), *A Arte Parietal do Dolmen da Aliviada-Escariz*. «Aveiro e o seu Distrito», Aveiro, 33, pp. 37-45.

Apesar das características tipológicas do monumento estudado, o seu parco espólio apresenta uma mesma linha condutora com a dos outros espaços deposicionais conhecidos. Assim, surgem-nos os geométricos, acompanhando uma lâmina e pouco mais de duas centenas de contas discóides perfuradas em xisto que, numa leitura horizontal com os espólios dos outros monumentos estudados, é significativo de parecer apontar para um mesmo horizonte cultural de espaços funerários tão diferentes como o contido na Mamoia 1 e 2 da Aliviada, Alagoas 1 e ainda Aliviada 4. Também ao nível do simbolismo funerário-religioso se parecem detectar algumas afinidades.

Por tudo isto nos parece que a ambiência cronológica deste megálito sob *tumulus* não se deverá afastar da daqueles monumentos, podendo assim ser posicionado cronologicamente ente os meados/finais do IV<sup>o</sup> milénio a.C., em datação relativa, e inícios do III<sup>o</sup> milénio a.C.

#### BIBLIOGRAFIA

- JORGE, V.O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Faculdade de Letras, Porto, vol. I.
- JORGE, V.O. (1987), *Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver*, «El Megalitismo en la Península Ibérica», Ministério da Cultura, Madrid, pp. 111-125.
- JORGE, V.O. e BETTENCOURT, A.M.S. (1988), *Sondagens arqueológicas na Mamoia 1 de Chã de Parada (Baião, 1987)*, «Arqueologia», Porto, 17, pp. 73-118.
- SILVA, F. — A.P. (1986), *Mamoia 2 da Aliviada-Escariz*, «Informação Arqueológica», Lisboa, 6, pp. 30-31.
- SILVA, F. — A.P. (1986-a), *Monumentos Megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 26 (1-4), pp. 51-74.
- SILVA, F. — A.P. (1986-b), *Mamoia 1 de Alagoas-Escariz*, «Informação Arqueológica», Lisboa, 7, pp. 9-12.
- SILVA, F. — A.P. (1987), *Características do Megalitismo na freguesia de Escariz (Concelho de Arouca)*, «Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca», Arouca, pp. 21-38.
- SILVA, F. — A.P. (1987-a), *Escavação da Mamoia 2 da Aliviada (Alviada) — Escariz. Arouca, 1984*, «Arqueologia», Porto, 15, pp. 77-91.
- SILVA, F. — A.P. (1987-b), *Mamoia 4 da Aliviada-Escariz*, «Informação Arqueológica», Lisboa, 8, pp. 9.
- SILVA, F. — A.P. (1989), *Mamoia 1 do Calvário. Escariz-Arouca*, «Arqueologia», Porto, 19, no prelo.

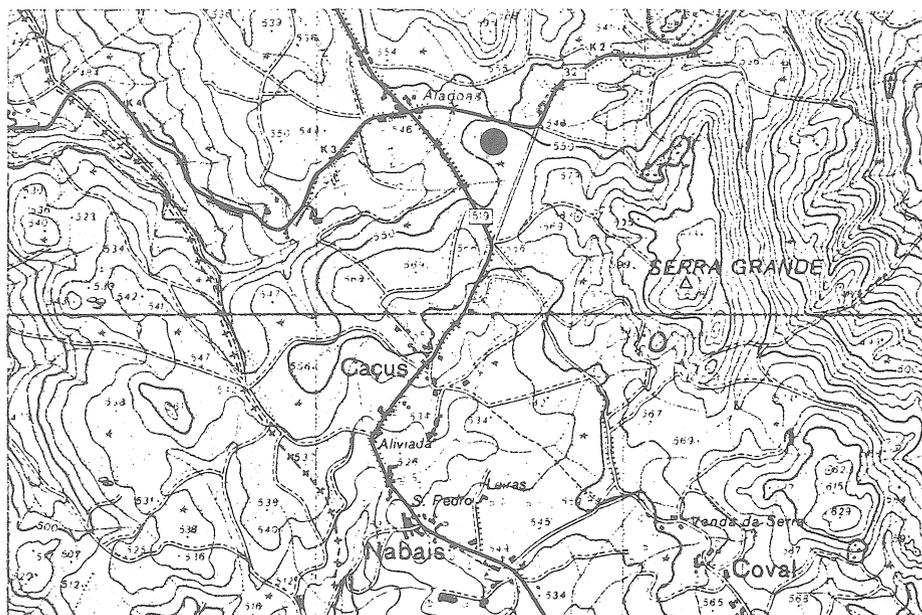


Fig. 1 — Localização da Mamoa 4 de Alagoas, segundo a Carta Militar de Portugal, Folha 154 — S. João da Madeira, Esc. 1:25.000, S.C.E.



Fig. 2 — Vista do monumento após o desbaste da cobertura vegetal, tomada sensivelmente de Norte-Noroeste.

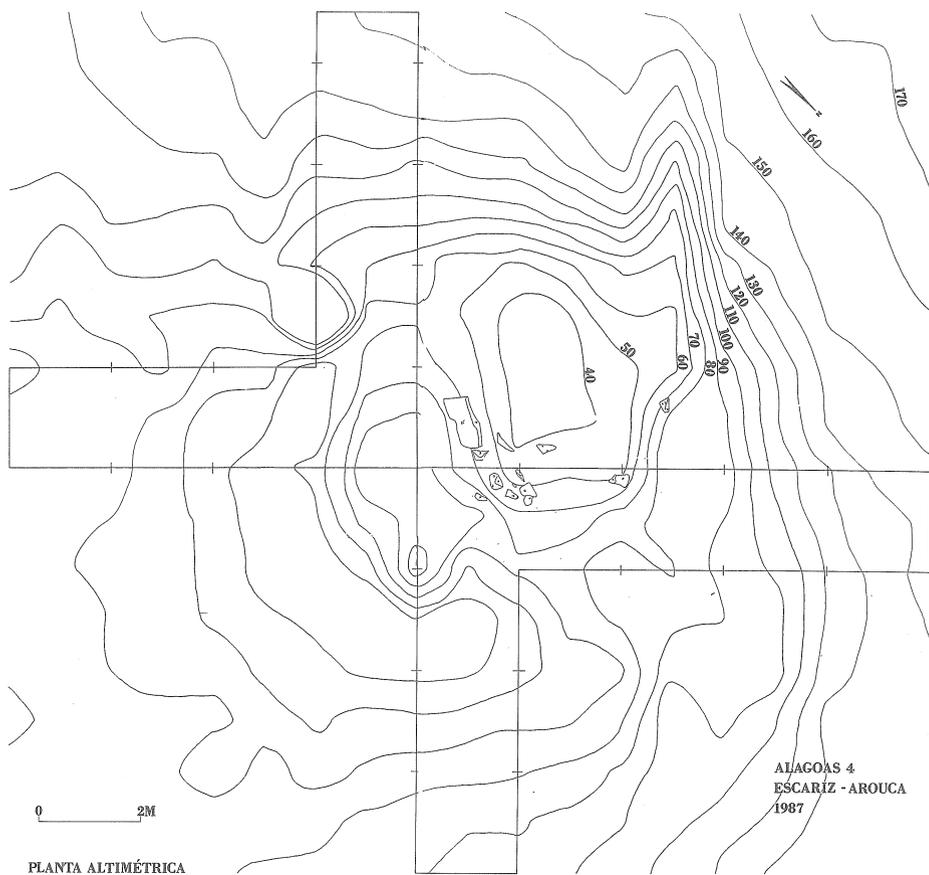


Fig. 3 — Altimetria das curvas de nível do monumento. Equidistância de 10 cm.



Fig. 4 — Vista da couraça de cobertura do montículo, tomada de Sul.

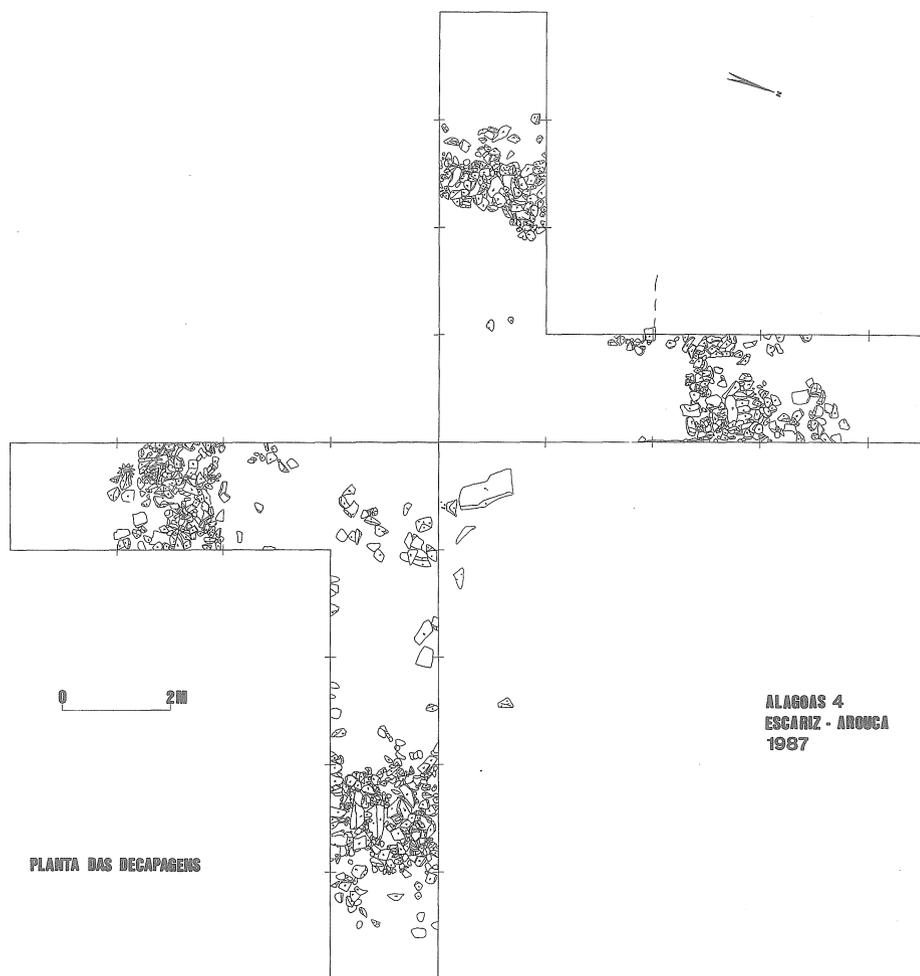
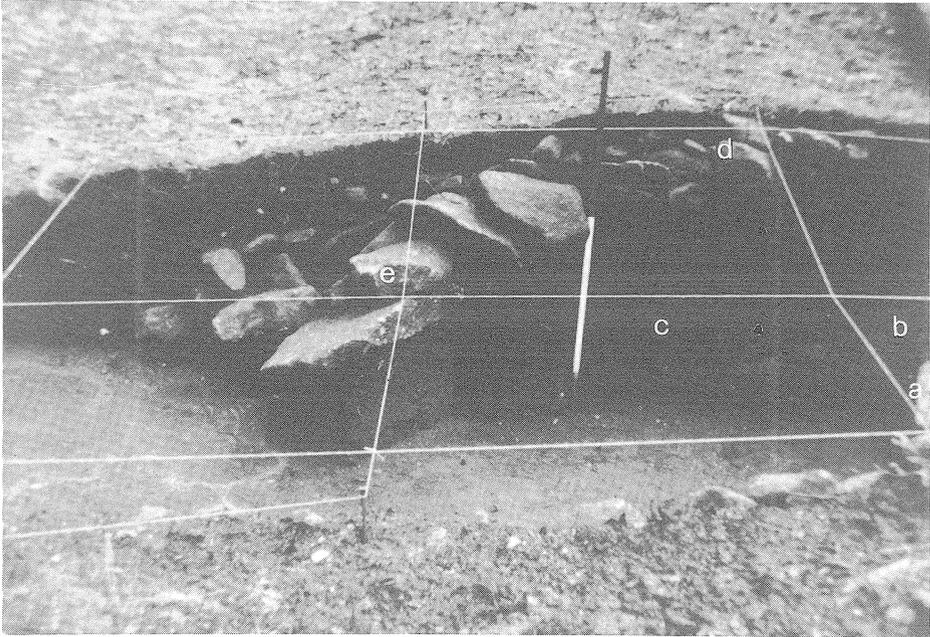


Fig. 5 — Planta da decapagem superficial da Mamoa 4 de Alagoas.



**Fig. 6** — Pormenor do sector terminal do tumulus, sanja Norte: a) «cairn» de contrafortagem; b) nível de terras amareladas sobre o «cairn» de contrafortagem; c) terras do *tumulus*; d) couraça de cobertura; e) coroa circular de contenção periférica.

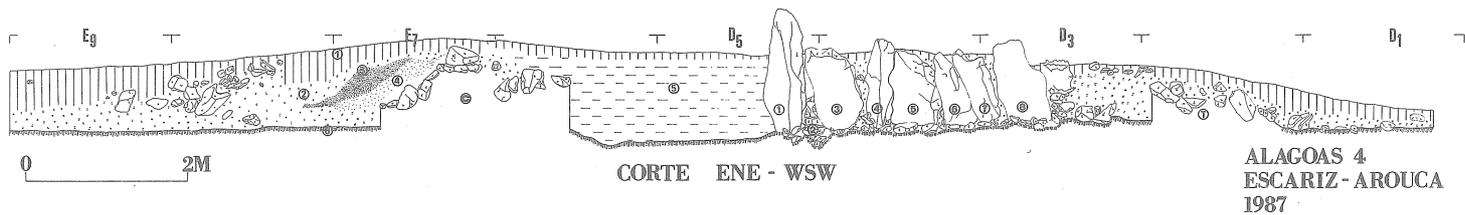


Fig. 7 — Corte Este-Nordeste-Oeste-Sudoeste.



Fig. 8 — Vista parcial do dólmen de corredor, tomada sensivelmente de Este-Sudeste.

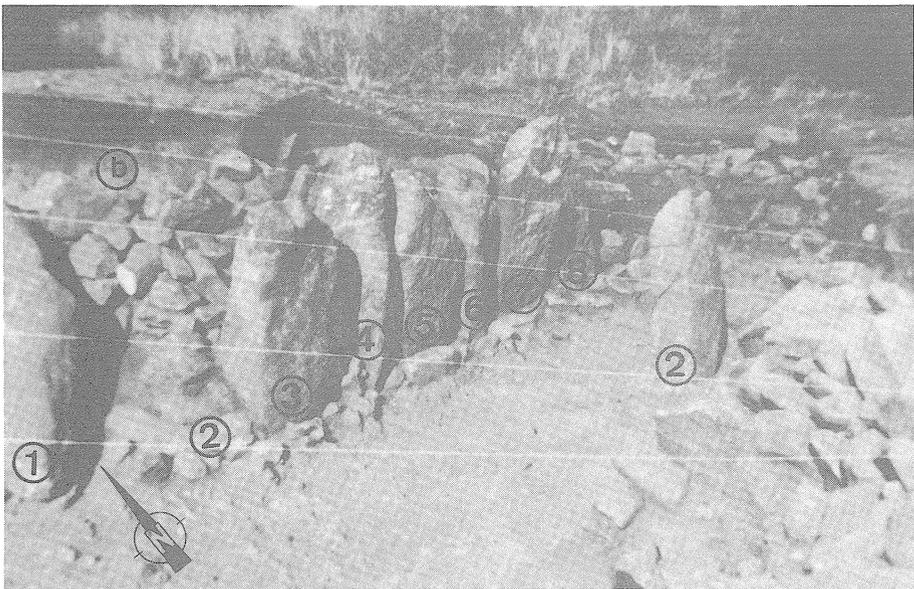


Fig. 9 — O corredor do dólmen, tomada sensivelmente de Sul-Sudeste. Em segundo plano pode-se apreciar o nível de terras amareladas cobrindo o «cairn» de contrafortagem (b).



**Fig. 10** — Vista de pormenor do «tumulus», no ponto limite do corredor: a) «cairn»; b) possível estrutura de fecho do corredor; c) couraça de cobertura; e) esteio.

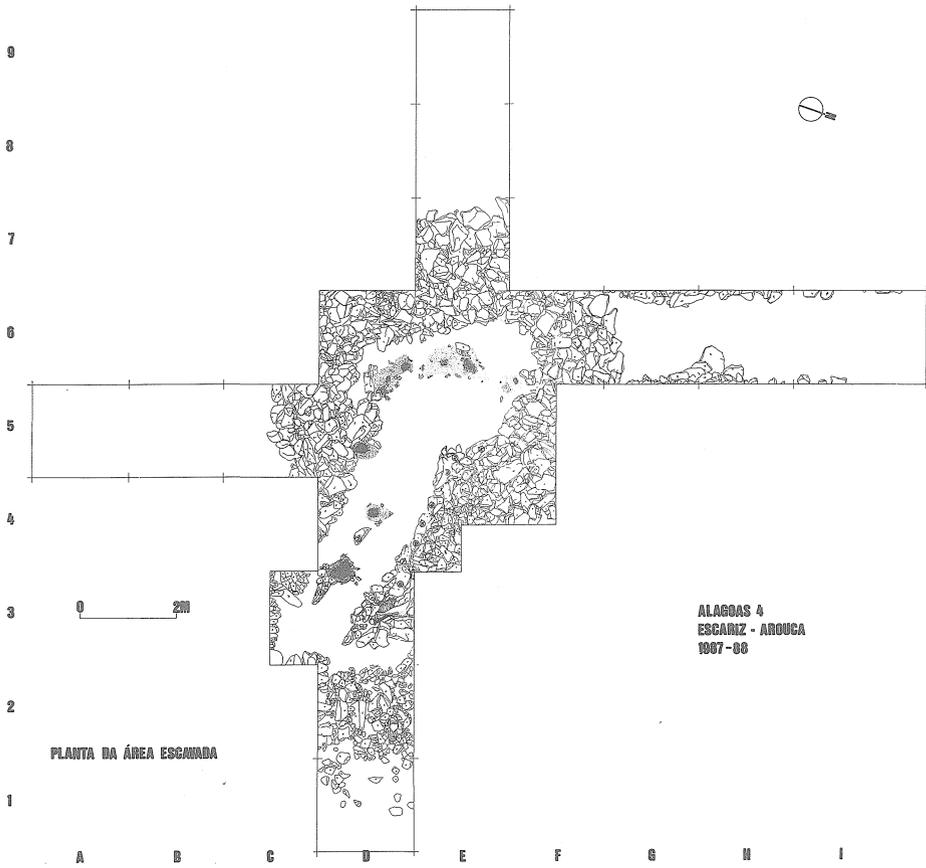


Fig. 11 — Planta das estruturas internas da Mamoa 4 de Alagoas após os trabalhos de decapagem até ao nível da alterite de base.

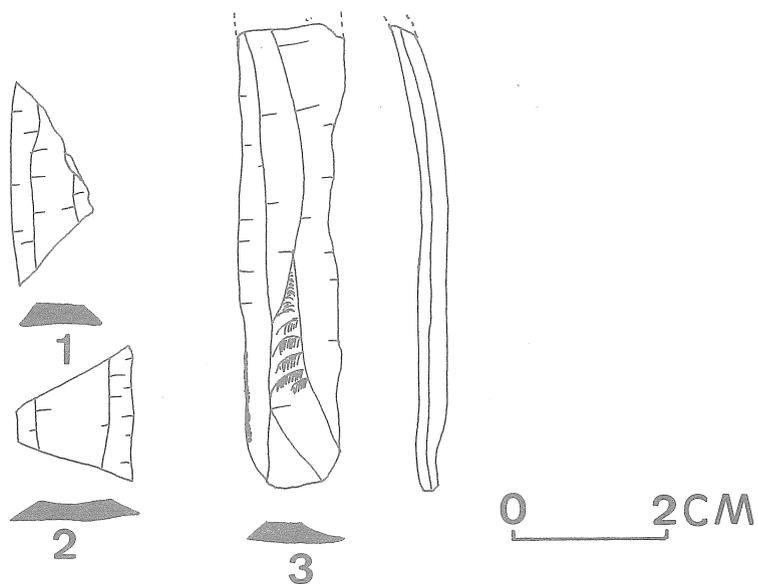


Fig. 12 — Espólio da Mamoa 4 de Alagoas.

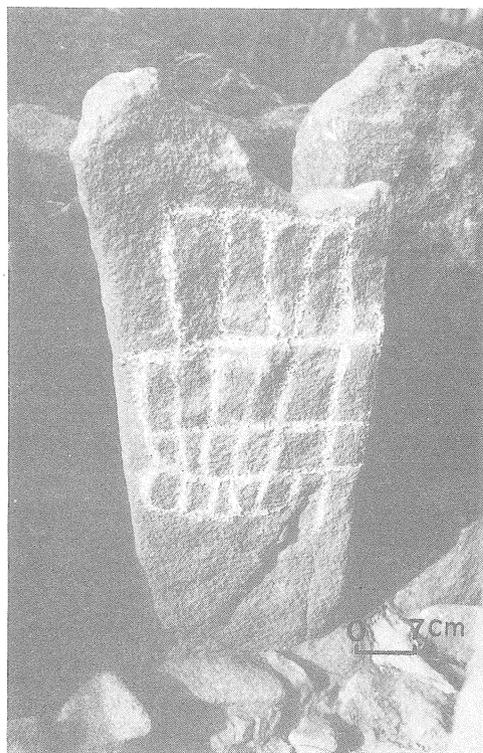


Fig. 13 — O esteio-estela gravado do corredor do dólmen da Mamoa 4 de Alagoas.

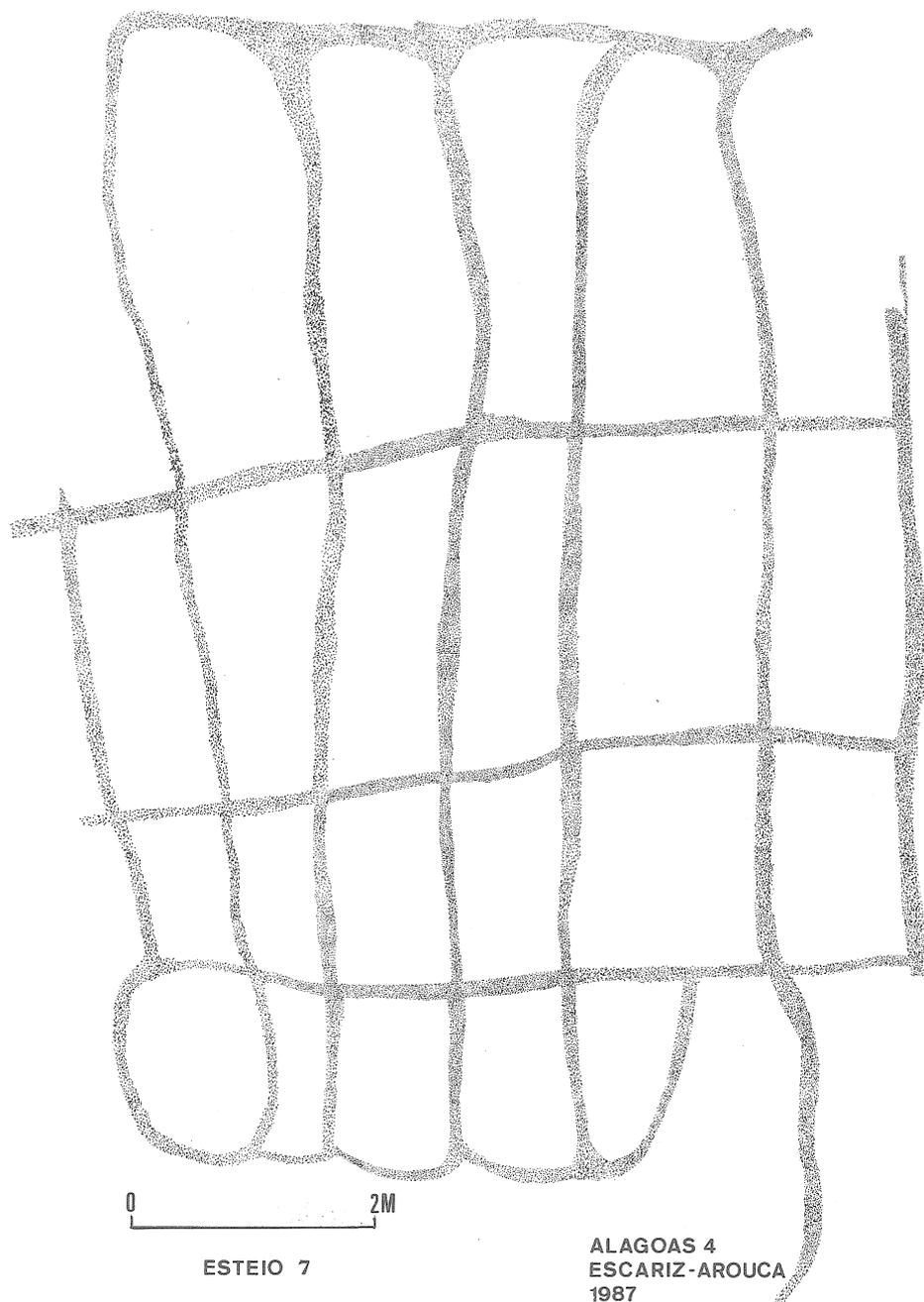


Fig. 14 — Decalque da gravura do esteio-estela.

# AS FIBULAS DO BRONZE FINAL ATLANTICO/1ª IDADE DO FERRO DO NOROESTE PENINSULAR — ABORDAGEM E ENQUADRAMENTO CULTURAL

por

Salete da Ponte

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta sessão científica referir-me-ei às inúmeras questões que estas espécies metálicas colocam no espaço e no tempo proto-históricos, quando pretendemos situá-las em áreas e culturas bem específicas, secundarizando a técnica e a indústria metalúrgicas, que essa cultura material nos fornece.

A evidência dos dados arqueológicos e estratigráficos de depósitos do Bronze Final Atlântico recentemente descobertos em Portugal<sup>1</sup>, e os recentes resultados de análise metalográfica de diversas espécies metálicas<sup>2</sup> apontam para três zonas de povoamento distintas: uma, correspondente ao Noroeste Peninsular; outra, à região entre o Douro e o Tejo (Estremadura e Beira Litoral) e a última concernente ao Sudoeste Peninsular (Andaluzia Ocidental)<sup>3</sup>.

As características morfológicas e tecnológicas evidenciadas por estas três grandes áreas, provêm necessariamente de bases económicas bem distintas; o Norte, ocupava-se de exploração do estanho, enquanto que o Sul explorava as jazidas de cobre; o Centro era, no entanto, pobre em jazidas metalíferas, mas largamente favorecido pelas características do terreno, que beneficiavam do estabelecimento e desenvolvimento de relações comerciais, tanto por via marítima, como por via terrestre<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. Kalb (Ph.), *O Bronze Atlântico em Portugal*, «Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1978)», Guimarães, 1980 (I), p. 113-120 (14 mapas fora do texto); Cf. Coffyn (A.), *Le Bronze Final Atlantique dans la Peninsule Ibérique*, Paris, 1985 (Publications du Centre Paris, 11).

<sup>2</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 205-240.

<sup>3</sup> Cf. *id. ibidem.*, p. 205; Cf. Kalb, Ph., *op. cit.*, (V. nota 1), p. 115-116.

<sup>4</sup> Cf. Montelius (Oscar), *La Civilisation Primitive en Italie*, Estocolmo, 1985, Est. VI e XVII, n.º 235-237; Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 156; Cf. Vaz (João I.) e Ponte, Salete da, *Considerações sobre algumas Fíbulas de Santa Luzia (Viseu) — seu contexto estratigráfico*, «Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu», Viseu, 1988 (no prelo).

É precisamente neste contexto geográfico que situaremos as fíbulas (Figs. 1 e 2) achadas em vários povoados do Bronze Final Atlântico/1ª Idade do Ferro<sup>5</sup>. Os modelos de fabrico mais antigo ocupam, sensivelmente duas áreas de povoamento diferentes: uma, no Noroeste<sup>6</sup> e outra na Estremadura-Beira Litoral<sup>7</sup>. Esta última área evidencia-se pela diversidade de fíbulas aí existentes nos finais do Bronze Atlântico, contrastando com a exiguidade de modelos, tanto no Noroeste como no Sudoeste<sup>8</sup>. Os modelos de fabrico mais recente (dupla mola e Alcores) aparecem também disseminados pelos povoados do Noroeste e da Beira Litoral<sup>9</sup>, da Estremadura<sup>10</sup> e na zona da sua influência, a sul do Tejo<sup>11</sup>.

## 2. FÍBULAS DO BRONZE FINAL ATLÂNTICO

A escassez de dados arqueológicos seguros e a insuficiência de resultados metalográficos<sup>12</sup> não permitem situar com rigor e segurança a diversidade de

<sup>5</sup> Fíbulas de «arco multicurvilíneo»: Fig. 1, nº 5 (Alcácer do Sal); nº 6 (Castro de Santa Luzia — Viseu); nº 7 (Mondim da Beira — Viseu); nº 8 (Castro de Pirreitas — Alcobaça); nº 9 (lugar de Areia, Guincho — Cascais); nº 10 (N.ª Sr.ª da Cola — Conc. de Ourique); nº 12 (Castro da Sr.ª da Guia — Baiões); Fíbulas de tipo em «Sanguessuga» ou «arco engrossado e abatido, de arco pouco engrossado» e de «Dupla Mola»: Fig. 1, nº 5 (Alcácer do Sal); Fíbulas de «arco pouco engrossado com descanso em disco» e de «arco losangonal com apêndices laterais»: Fig. 1, nº 8 (Castro de Pirreitas — Alcobaça); Fíbulas de tipo «Sem Mola», de «Dupla Mola» e de tipo «Alcores»: Fig. 1, nº 2 (Conimbriga); Fíbulas de tipo «Sem Mola» e de tipo «Alcores»: Fig. 1, nº 4 (Horta das Pinas); Fíbulas de «Dupla Mola»: Fig. 1, n.ºs 13-20 (Castro de Vaia Monte, Barreiro do Tojal, Casal de Vila Chã, Alto de Bocas, Castro de Pragança, Monte de Pena, Castro de Arraiolos e Castro de Corôa do Frade).

<sup>6</sup> São os exemplares do Castro de Santa Luzia (Fig. 1, nº 6), Mondim da Beira (Fig. 1, nº 7) e do Castro da Sr.ª da Guia — Baiões (Fig. 1, nº 12), todos pertencentes ao tipo de «arco multicurvilíneo».

<sup>7</sup> São os exemplares de Conimbriga (Fig. 1, nº 2: tipo «Sem Mola»), de Santa Olaia (Fig. 1, nº 3: tipo «Sem Mola»), do Castro de Pirreitas — Alcobaça (Fig. 1, nº 8: tipo de «arco multicurvilíneo», «arco pouco engrossado e abatido» e «arco losangonal com apêndices laterais»), de Areia, Guincho — Cascais (Fig. 1, nº 9: tipo de «arco multicurvilíneo»), da Roça do Casal do Meio (Fig. 1, nº 10: tipo de «arco multicurvilíneo»).

<sup>8</sup> São os exemplares de Alcácer do Sal (Fig. 1, nº 5: tipo de «arco multicurvilíneo»), de «arco engrossado e abatido» e de «arco pouco engrossado»), de N.ª Sr.ª da Cola (Fig. 1, nº 11: de «arco multicurvilíneo»).

<sup>9</sup> São os exemplares de Conimbriga (Fig. 1, nº 2: tipos «Alcores» e «Dupla Mola») de Santa Olaia (Fig. 1, nº 3: tipo «Alcores») e do Castro de N.ª Sr.ª da Guia — Baiões (Fig. 1, nº 12).

<sup>10</sup> São os exemplares do Barreiro do Tojal — Alpiarça (Fig. 1, nº 14: tipo «Dupla Mola») e do Casal de Vila Chã — Amadora (Fig. 1, nº 15: tipo de «Dupla Mola») do Alto de Bocas, do Castro de Pragança e do Monte da Pena (Fig. 1, n.ºs 16 e 18: tipos de «Dupla Mola»).

<sup>11</sup> São os exemplares de Horta das Pinas (Fig. 1, nº 4: tipo «Alcores»), de Alcácer do Sal, do Castro de Vaia Monte, do Castro de Arraiolos e do Castro da Corôa do Frade (Fig. 1, n.ºs 5, 13, 19 e 20).

<sup>12</sup> Cf. Coffyn (A.), op. cit., (V. nota 1), p. 274; Cf. Kalb (Ph.), *Uma data C14 para o Bronze*

modelos metálicos que preenchiam o mosaico fragmentário e complexo da última fase do Bronze Atlântico. No entanto, a atravessar-nos-emos a situá-las nesta última fase histórica, com algumas reservas metodológicas.

A fíbula de «arco multicurvilinear» é, por excelência, o único que aparece associado a cerâmicas de tipo Baiões-Santa Luzia<sup>13</sup>, de tipo Lapa do Fumo<sup>14</sup> e a diversos objectos de adorno e toilette<sup>15</sup>. É, por outro lado, representada nas estelas da Estremadura, conforme nos atestam os exemplares da sepultura de inumação da Roça do Casal do Meio<sup>16</sup>. Este tipo inclui, por outro lado, várias modalidades estilísticas que resultaram da diversidade de protótipos, provenientes do Mediterrâneo Central (Sardenha e Sicília) e da Itália Central<sup>17</sup>. Este artigo metálico penetrou, provavelmente na Península Ibérica, nos primórdios do Bronze Final Atlântico III<sup>18</sup> e, influenciou os bronzeiros locais na produção de novos modelos. É assim que encontramos do Noroeste ao Sudoeste português, duas modalidades do mesmo tipo de fíbula, provenientes de duas correntes estilísticas e culturais extra-peninsulares. Há exemplares que, pela simplicidade decorativa do arco<sup>19</sup>, aproximam-se de modelos italianos e sículos<sup>20</sup>, enquanto que outros<sup>21</sup>, sugerem o tipo sírio-cipriota<sup>22</sup>. É provável que estes protótipos tenham penetrado na Península, tanto por via mediterrânica, como por via atlântica. A influência diacrónica destas duas vias é constatada pela

---

Atlântico, «O Arqueólogo Português», série III, 7-9, 1974-77, p. 141-144; Cf. Silva (A.C.F.), *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986, p. 165-171.

<sup>13</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 227.

<sup>14</sup> Cf. *id. ibidem.*, p. 212 e p. 227.

<sup>15</sup> Cf. *id. ibidem.*, p. 222 e p. 226; Cf. Spindler (K.); Castelo Branco (A. de); Zbyszewski (G.) e Veiga Ferreira (O.), *Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio* (Calhariz), «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», 58, 1973-74, p. 91-153 (p. 119, fig. 10d).

<sup>16</sup> Cf. Spindler (K.) *et aliae*, *op. cit.*, (V. nota 15), p. 118-125, figs. 10-12.

<sup>17</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 156; Cf. Bosqued (M.<sup>a</sup> Concepcion Blasco), *Un ejemplar de fibula de codo «ad occhio» en el valle del Manzanares*, «Boletín del Asociación Española de los Amigos de la Arqueología», nº 23, p. 18-28 (p. 25-26).

<sup>18</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 152 e p. 156; Cf. Bosqued (M.<sup>a</sup> C. Bl.), *op. cit.*, (V. nota 17), p. 22; Cf. Vaz (J.I.) e Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 4), fig. 1 (no prelo).

<sup>19</sup> São os exemplares achados do Castro de Santa Luzia (Viseu), do Castro da Senhora da Guia (Baiões), da sepultura da Roça do Casal do Meio (Setúbal) e do Castro de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Cola (Ourique).

<sup>20</sup> Cf. Montelius (O.), *op. cit.*, (V. nota 4), p. I-IV; Cf. Almagro (M.), *Las fibulas de codo de la ría Huelva. Su origen y cronología*, «Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma», tomo IX, Madrid, 1957, p. 7-46; Cf. Bosqued (M.C. Bl.), *op. cit.*, (V. nota 17), p. 22 e 26.

<sup>21</sup> São os exemplares achados em Alcácer do Sal, em Mondim da Beira, no Castro de Pirreitas e no sítio de Areia (Cascais).

<sup>22</sup> Cf. Almagro (M.), *op. cit.*, (V. nota 20), p. 7-46; Cf. Bosqued (M.C. Bl.), *op. cit.*, (V. nota 18), p. 22; Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 152, fig. 56.

maior ou menor abundância destas fíbulas, ora na Meseta Norte<sup>23</sup>, ora no Baixo Guadalquivir durante o Bronze Final Atlântico III (900-700 a.C.). A cronologia destas fíbulas na Península Ibérica<sup>24</sup>, nomeadamente nos povoados do território português, apontam uma data não anterior à 1ª metade do séc. IX a.C. Em suma, é no decurso dos sécs. IX-VIII a.C. que as províncias da Estremadura e de Huelva, se tornam nos principais interlocutores de dois mundos diferentes<sup>25</sup>: o mediterrânico e o atlântico. Acolhe os vários modelos importados e difunde-os pelo interior da Península Ibérica; modela-os e transforma-os em vários tipos específicos, tornando-se, alguns deles réplicas aproximadas ou longínquas de protótipos italianos<sup>26</sup> e mediterrânicos<sup>27</sup>. Citemos a título de exemplo, as fíbulas achadas nos povoados da Estremadura-Beira Litoral e Alto Alentejo<sup>28</sup>.

Para o fabrico destes objectos de adorno, os bronzeiros serviam-se, naturalmente dos vários processos metalúrgicos correntes no Bronze Final Atlântico III: fabrico de peças por fundição em moldes de areia ou bivalves de material refractário<sup>29</sup>, ou pelo método de cera perdida. A fíbula de «arco multicurvilinear» de Perales del Rio (Madrid) foi feita pelo método de cera perdida, segundo os resultados da análise metalográfica<sup>30</sup>. Esta técnica de fabrico válida para a fíbula de Perales del Rio, será extensiva a todas as fíbulas do Bronze Final Atlântico III?

A ausência de moldes bivalves nos povoados para a fundição de fíbulas proto-históricas, será um válido argumento para generalizarmos aquela evidência metalográfica?

<sup>23</sup> Cf. Cuadrado (Emeterio), *Precedentes y Prototipos de la Fíbula Anular Hispanica*, Madrid, 1963, p. 9-12, mapa I.

<sup>24</sup> Cf. Bosqued (M.C.Bl.), *op. cit.*, (V. nota 17), p. 22-24; A autora refere-se à semelhança do exemplar de Roça do Casal do Meio com os modelos de Cerro Alcalá (Guadalquivir: datáveis entre 800-600 a.C.), de Mola d'Agrès (Alicante: datado de 1000-700 a.C.) e de Perales del Rio Gatafe (Madrid: séc. IX-meados do VIII a.C.).

<sup>25</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 240.

<sup>26</sup> Cf. Montelius (O.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. II-VI; Cf. Duval (Alain), Eluère (Christiane) e Mohen (Jean-Pierre), *Les fibules antérieures au VI<sup>e</sup> siècle avant ère trouvée en France*, «Gallia», 32, 1974, p. 1-61 (p. 11-15, p. 21 e 28-30). Estes exemplares concentram-se na Itália Central e Meridional.

<sup>27</sup> Cf. Duval (A.), *op. cit.*, (V. nota 26), p. 45; Cf. Cuadrado (E.), *op. cit.*, (V. nota 23), p. 9.

<sup>28</sup> São os exemplares provenientes de Conimbriga (tipo «Sem Mola»), de S.<sup>1</sup>a Olaia (tipo «Sem Mola»), do Castro de Santa Luzia — Viseu (tipo de «arco pouco engrossado com descanso em disco»), do Castro de Pirreitas (tipos de «arco pouco engrossado com descanso em disco» e de «arco losangonal com apêndices laterais»), e de Alcácer do Sal (tipos de «arco em sanguessuga» ou de «arco engrossado e abatido» e de «arco pouco engrossado»).

<sup>29</sup> Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 209, 224-227 e 230; Cf. Sierra Rodriguez (J.C.), *Sobre la tecnologia del Bronce Final en los talleres del Noroeste Hispanico*, «Studia Archaeologica», 47, Valladolid, 1978, p. 37-40.

<sup>30</sup> Cf. Bosqued (M.C.Bl.), *op. cit.*, (V. nota 17), p. 20 e 28.

Entendemos que a análise espectrográfica e metalográfica das fíbulas do Bronze Final Atlântico III, concorrerão para o conhecimento espacial de oficinas de produção, e fornecerão preciosas achegas sobre a composição e técnicas de fabrico.

### 3. FÍBULAS DO BRONZE FINAL/1ª IDADE DO FERRO

A questão cronológica das fíbulas de «dupla mola» e de tipo «Alcores»<sup>31</sup> tem suscitado entre os especialistas, opiniões contraditórias e até polémicas. Ambas as formas sofreram a influência orientalizante de vários modelos mediterrânicos<sup>32</sup> no decurso do séc. VIII a.C. É, no entanto, nos finais do séc. VIII-inícios do VII a.C., que surgem os dois tipos especificamente peninsulares, transformando-se em subtipos e em variantes. A discrepância cronológica destes modelos, resulta das características diacrónicas, que a sua própria estrutura denuncia. É nesta perspectiva que situamos os modelos mais antigos entre os finais do Bronze Final e a 1ª Idade do Ferro.

### 4. ÍNDICE DE PROVENIÊNCIAS

**Alcácer do Sal:** Cf. Correia (Virgilio), *As fíbulas da necrópole de Alcácer do Sal*, «Obras», Iv, Coimbra, 1972, p. 181-186, n.ºs 3 a 11; Cf. Schule (W.), *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlim, 1969, p. 153, fig. 71; Cf. Ponte (Salette da), *Algumas fíbulas de Alcácer do Sal*, «O Arqueólogo Português», Série IV, 3, Lisboa, 1985, p. 137-154, figs. 1, 2 e 4. O exemplar de «arco multicurvilinear», de secção circular, é inédito.

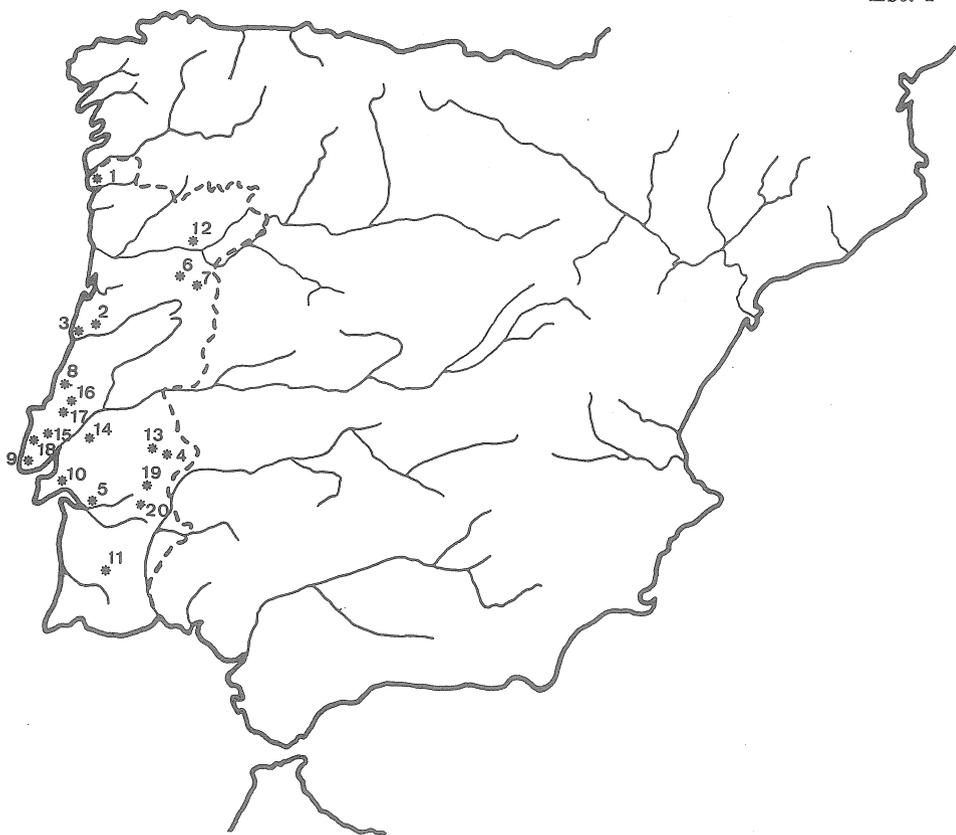
**Alto de Bocas (Rio Maior):** Viana (A.), Veiga Ferreira (O.), Formozinho (J.), *Necrópolis de Caldas de Monchique*, Madrid, 1950; Cf. Coffyn (A.), *Le Bronze Final Atlantique dans la Peninsule Ibérique* (Publications de Centre Pierre Paris), Paris, 1985, p. 414.

<sup>31</sup> Cf. Cuadrado (E.), *op. cit.*, (V. nota 23), p. 20-30; Cf. Schule (Wilhiem), *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlim, 1969, p. 145; Cf. Schule (W.), *Las más antiguas fíbulas con pie alto y ballesta*, Madrid, 1961, p. 32; Cf. Ponte (Salette da), *As fíbulas do Museu Municipal da Figueira da Foz*, «Conimbriga», 1982, (21), p. 151-154; Cf. Ruis Delgado (Manuel M.), *La fibula de doble resorte en Andalucía* (I): tipos e cronologia, «Habis», 17, Sevilha, 1986, p. 491-514 (p. 500-511).

<sup>32</sup> Cf. Ponte (S. da), *Fíbulas pré-romanas e romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», Coimbra, (12), 1973, p. 160-197 (p. 163); Cf. Ponte (S. da), *Les Fíbules*, «Fouilles de Conimbriga», VII, Paris, 1979, p. 109-126 (p. 110); Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 267 e 273.

- Areia, Guincho (Cascais):** Cf. Ponte (Salette da), *Algumas fíbulas dos Concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer*, «Sintria», I-II (1), Sintra, 1982-1983, p. 107-116, figs. 1, nº 1.
- Barreiro do Tojal (Alpiarça):** Cf. Ponte (Salette da), *Uma colecção de fíbulas da Estremadura*, «Boletim Cultural da Assembleia Distrital», III, Série III, nº 88, 1º tomo, 1982, p. 2-10, fig. 2.
- Casal de Vila Chã (Amadora):** Cf. Ponte (Salette da), *op. cit.*, 1982-1983, p. 112, fig. 2.
- Castro de Arraiolos (Évora):** Cf. Marques (Gustavo) e Andrade (Migueis), *Aspectos da proto-história do território português. I — Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça — Idade do Ferro*, «Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia», I, Porto, 1970, p. 125-14 (p. 147); Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, 1985, p. 417.
- Castro de Corôa do Frade (Évora):** Cf. Arnaud (J.M.), *Corôa de Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. Escavações de 1971-1972*, «Madrider Mitteilungen», 20, 1972, p. 56-100; Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, 1985, p. 417.
- Castro do Coto da Pena (Caminha):** Cf. Silva (A.C.F.), *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986, p. 186-187, Est. CI, nº 1.
- Castro de Pirreitas (Alcobaça):** Cf. Ponte (Salette da), *Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré)*, «Conimbriga», 23 (1984), p. 87-95, figs. 1 e 2. Os nº 3 e 4 provêm provavelmente deste povoado.
- Castro de Pragança (Cadaval):** Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, 1985, p. 417.
- Castro de Santa Luzia (Viseu):** Cf. Kalb (Ph.), *Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal*, «Germania», 58, 1980, p. 25-59; Cf. Vaz (João L. Inês), *Roteiro arqueológico do Concelho de Viseu*, Viseu, 1987, p. 20; Cf. Vaz (J.L.I.) e Ponte (Salette da), *Considerações sobre algumas fíbulas de Santa Luzia (Viseu) — seu contexto estratigráfico*, «I Colóquio Arqueológico de Viseu», Viseu, 1988, fig. 1 (no prelo).
- Castro da Senhora da Guia (Baiões):** Cf. Kalb (Ph.), *Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal*, «Madrider Mitteilungen», 19, 1978, p. 112-138, fig. 10; Cf. Kalb (Ph.), *Contribucion para el estudio del Bronce Atlantico: escavaciones en el Castro Senhora da Guia — Baiões (S. Pedro do Sul)*, «Congresso Nacional de Arqueologia», VI, Saragoça, 1979, p. 581-583; Cf. Silva (Celso Tavares da), *O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul)*, «Beira Alta», 1979, 38, fasc. 3, p. 511-531, (p. 519, Est. IV, nº 4).
- Castro de Vaimonte (Monforte):** Cf. Ponte (Salette da), *Fíbulas de Vaimonte (Monforte)*, «Actas del III Colóquio sobre lenguas y culturas paleo-hispanicas», Salamanca, 1985, p. 137-158, fig. 1).

- Conimbriga (Condeixa-a-Nova):** Cf. Ponte (Salette da), *Análise de três fíbulas de especial interesse*, «Actas del XII Congresso Arqueológico Nacional de Arqueologia (Jean, 1971)», Saragoça, 1973, p. 363-368; Cf. Ponte (S. da), *Fíbulas pré-romanas e romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», XII, 1973, p. 159-197, Est. I, n.ºs 1 e 3; Cf. Ponte (S. da), *Les Fibules*, «Fouilles de Conimbriga», VII, Paris, 1979, p. 109-126, Est. XXIV, n.ºs 1 e 2.
- Horta das Pinas (Conc. Elvas):** Cf. Viana (Abel) e Deus (António Dias de), *Campos de urnas do concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da secção arqueológica*, Coimbra, 1958, p. 30 e 57, Est. XXIII, nº 193; Cf. Ponte (S. da), *Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora*, «Conimbriga», 25, 1986, p. 99-129, fig. 28.1.
- Mondim da Beira (Viseu):** Cf. Ponte (Salette da), *Uma fíbula de Mondim da Beira*, «Beira Alta», 1986, vol. XLV, fasc. 1-2, p. 70-71, fig. 1.
- Monte de Pena (Torres Vedras):** Cf. Coffyn (A.), *op. cit.*, 1985, p. 424.
- Nª Srª da Cola (Ourique):** Cf. Ponte (Salette da), *Valor residual de seis fíbulas da região de Beja*, «Arquivo de Beja», III volume, 2ª série, p. 75-87, fig. 1.
- Roça do Casal do Meio (Setúbal):** Cf. Spindler (K.), Castelo Branco (A. de), Zbyzewski (G.), Veiga Ferreira (O.), *Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», LVII, 1973-1974, p. 91-153 (p. 125-126), fig. 10, d.
- Santa Olaia (Figueira da Foz):** Cf. Santos Rocha (António dos), *Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*, «Memórias e Explorações Arqueológicas», vol. II, Coimbra, 1971, p. 45, Est. V, 33; Cf. Ponte (Salette da), *As fíbulas do Museu Municipal da Figueira da Foz*, «Conimbriga», 21, 1980, p. 159-162, fig. 1.

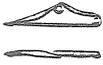


**Fig. 1** — Fíbulas do Bronze Final Atlântico III / 1ª Idade do Ferro — 1. Castro do Coto da Pena (Caminha): fíbula de tipo Bencarrón não ilustrada; 2. Conímbriga (Condeixa-a-Nova): fíbulas de tipo «Sem Mola», «Alcores» e de «Dupla Mola»; 3. Santa Olaia (Concelho da Fig. Foz): fíbulas de tipo «Sem Mola» e «Alcores»; 4. Horta das Pinas (Conc. de Elvas): fíbula de tipo «Alcores»; 5. Alcácer do Sal: fíbulas de «arco multicurvilíneo de dupla mola unilateral e de secção roliça»; de «arco engrossado e abatido»; de «arco pouco engrossado» e de «Dupla Mola»; 6. Castro de Santa Luzia (Viseu): fíbulas de «arco multicurvilíneo de dupla mola unilateral, de secção laminar»; de «arco pouco engrossado com descanso em disco»; 7. Mondim da Beira (Viseu): fíbulas de «arco multicurvilíneo, de dupla mola unilateral de secção roliça»; 8. Castro de Pirreitas (Alcobaça): fíbulas de «arco multicurvilíneo de dupla mola unilateral de secção roliça»; de «arco pouco engrossado e abatido» e de «arco losangonal com apêndices laterais»; 9. Areia (Cascais): fíbulas de «arco multicurvilíneo, de dupla mola, de secção roliça»; 10. Roça do Casal do Meio (Setúbal): fíbula de «arco multicurvilíneo de dupla mola unilateral, de secção laminar»; 11. Nª Srª da Cola (Conc. de Ourique): fíbula de «arco multicurvilíneo, de dupla mola unilateral, de secção laminar»; 12. Castro da Senhora da Guia (Baiões): fíbulas de «arco multicurvilíneo, de dupla mola unilateral, de secção laminar» e de «dupla mola»; 13. Castro de Vaiamonte (Monforte): fíbula de «Dupla Mola»; 14. Barreiro do Tojal (Alpiarça): fíbula de «Dupla Mola»; 15. Casal de Vila Chã (Amadora): fíbula de «Dupla Mola»; 16. Alto das Bocas (Estremadura): fíbula de «Dupla Mola»; 17. Castro de Pragança (Cadaval): fíbula de «Dupla Mola»; 18. Monte da Pena (Torres Vedras): fíbula de «Dupla Mola»; 19. Castro de Arraiolos (Évora): fíbula de «Dupla Mola»; 20. Castro de Corôa do Frade (Évora): fíbula de «Dupla Mola».

TIPOS

arco multicurvilíneo

arco sanguessuga



6 10

5 7

5

11 12

8 9

arco pouco engrossado e com disco



6

5 8

arco losangonal

sem mola



8

2 3

dupla mola

alcores



2 3 5

2 — 4

13 — 20

Fig. 2 — Tipos de fíbula dos finais da Idade do Bronze / 1ª Idade do Ferro achados no território português, cujos números indicam a sua proveniência.

# A POPULAÇÃO ROMANA DE CAMPO MAIOR

por

José d'Encarnação\*

## SUMÁRIO

Através da análise dos seis monumentos epigráficos romanos provenientes do território hoje englobado no concelho de Campo Maior, procura-se responder à questão: qual a população que, no tempo dos Romanos, aí viveu? Que grau de cultura possuía?

Conclui pela possibilidade de essa região, decerto pertencente ao termo de Mérida, ter sido povoada com colonos itálicos, possuidores — por isso — de um certo grau de cultura; e que não existem, por enquanto, vestígios de uma população autóctone pré-romana.

## SOMMAIRE

L'Auteur analyse six monuments épigraphiques romains trouvés au territoire de Campo Maior, municipe situé au NE de l'Alentejo portugais, pour répondre à la question: quelle population, au temps des Romains, y habitait? Quel était son degré de culture?

Et il aboutit à la conclusion que cette région — qui appartenait sûrement au territoire de Emerita — a été colonisée par des gens de la Péninsule Italique, ayant une certaine culture. Il n'y a, d'autre part, aucun vestige de l'existence d'une population pré-romaine.

Sempre foi preocupação do Homem escrever, deixar rasto da sua passagem. Hoje, quando se pretende homenagear alguém ou comemorar uma data célebre, manda-se lavar uma lápide, que solenemente se inaugura. O casal de namorados, ao visitar um monumento histórico, não resiste a gravar, num coração trespassado, os dois nomes enlaçados e a data da sua presença. Os reis nomearam cronistas. O próprio Deus mandou gravar os dez mandamentos e entregou as tábuas a Moisés.

---

\* Professor do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Rua Eça de Queirós, 89, r/c — 2750 CASCAIS

Dai ressalta a enorme importância documental da Epigrafia, ciência que estuda o valor histórico das inscrições, através da sua interpretação e correcta integração no momento que as viu nascer e no local para que foram pensadas.

Todos os domínios da vida humana podem estar, pois, documentados por inscrições. E, nesse aspecto, os Romanos também não quiseram deixar os seus créditos por mãos alheias. Hoje em dia, o verdadeiro historiador da época nunca se poderá alhear das mensagens e das informações que os monumentos epigráficos lhe fornecem.

Vejam, pois, o que nos reserva a epigrafia romana proveniente de Campo Maior e seu termo. Descreverei com algum pormenor cada um dos seis monumentos até agora conhecidos e aludirei, de imediato, à importância histórica de que cada um deles se reveste, de forma a procurar responder à questão: quem, ao tempo dos Romanos, viveu no território campo-maiorense? Quais as famílias mais importantes? Que grau de cultura possuíam?

## OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

### a) Uma ara votiva

Procede da Herdade da Defesinha, perto da Ouguela, a árula dada a conhecer por Dias Diogo (1984). Desconhece-se o seu actual paradeiro e, por isso, para o seu estudo apenas se dispõe de uma fotografia (*foto nº 1*).

Trata-se de um pequeno monumento, cujos toros e largo fóculo estão bastante danificados. Nota-se, sob eles, uma platibanda, dois toros e, na união com o fuste, um filete directo. A molduração da base, se a teve, desapareceu com eventuais reaproveitamentos da pedra em qualquer construção.

O que desperta curiosidade nesta epígrafe é o facto de o seu texto estar praticamente todo ele em siglas:

Q. P. R. D. S  
V. Q. F. A. L  
E. V. PO. POT  
E M

Nem todas as letras se lêem distintamente, sobretudo na linha 4. E cá está um exemplo em que é suposto toda a gente compreender o significado das siglas, correntes nessa época. E, aqui, entra em jogo a perspicácia do epigrafista para justificar hipóteses de interpretação.

E. V. PO. desdobrar-se-á em E(x) V(oto) PO(*suit*), que é fórmula habitual em inscrições dedicadas a divindades e que significa «colocou por promessa». As siglas da linha 2 também não serão estranhas se as interpretarmos V(*otum*) Q(*uod*) F(*ecit*) A(*nimo*) L(*ibens*), expressão que surge noutros textos. Desta

sorte talvez possamos lançar luz sobre o sentido da linha 1: como, em Latim, as pessoas se identificam habitualmente mediante três nomes, as siglas Q. P. R. ocultarão a identificação do dedicante, que será um Q(*uintus*); único nome que poderemos desdobrar com segurança porque, dos outros dois, P é a inicial do nome da família, e não temos na zona, por enquanto, notícia de famílias romanas cujo nome comece assim; o último é o nome individual e, por isso, muito variável.

Tratando-se de um texto votivo, trará necessariamente o nome da divindade a que, reconhecidamente, se cumpre a promessa. Dias Diogo interpretou D. S. como D(*eae*) S(*anctae*), «à deusa santa», lendo, ainda nessa linha em T de *Turubrigensi*, epíteto por que era conhecida uma divindade indígena, Atégina, venerada no santuário de Turóbriga. Em nosso entender, porém, a identificação do teónimo por siglas ou através de nomes genéricos — neste caso, «deusa santa» — significa apenas que, por o monumento se destinar ao habitual lugar de culto, se dispensava uma identificação completa: todos sabiam qual era a «deusa santa».

O final é mais sibilino e resulta, quiçá, da má compreensão, por parte do gravador, do texto que lhe foi apresentado. Não encontro, de facto, explicação para as letras POT — bastante claras, aliás, na fotografia; E M poderá ser, como opina Dias Diogo, E(x) M(*onitu*), o que significaria que a oferenda fora feita «por mandado divino», mas tal não seria muito corrente.

### b) A árula funerária de Gaio Márcio Tuscetano

Estudei, em 1984 (Encarnação 1984, 655-656), baseado apenas na notícia publicada pelo P.<sup>o</sup> Henrique da Silva Louro (1956), uma inscrição que aquele sacerdote e meu prezado amigo dizia estar gravada numa «estela de mármore duns 60 cm de altura». O monumento foi recentemente reencontrado pelo Dr. Rogério Carvalho e deu entrada no museu municipal da vila.

Trata-se não de uma estela mas de uma graciosa árula de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa (*foto n.<sup>o</sup> 2*). Praticamente intacta<sup>1</sup> e bem polida, foi moldurada nas quatro faces<sup>2</sup> e apresenta capitel com toros e

<sup>1</sup> Leves escuriões nos cantos das molduras superiores e nas arestas do fuste (designadamente do lado esquerdo). Da parte inferior da base foi retirada uma lasca do lado direito e uma porção em baixo, do lado direito. A inscrição, porém, permanece incólume.

<sup>2</sup> A molduração aqui presente obedece aos cânones mais correntes em monumentos deste género. Assim, sob a platibanda que sustenta o capitel, há um listel simples, uma garganta encastada e um filete directo. Na base, a molduração é rigorosamente simétrica: filete reverso, gola directa, listel simples e faixa reversa, a que se segue uma porção mais rudemente debastada porque se destinava a ser encaixada na cavidade preparada para esse efeito na laje superior da campa.

fóculo<sup>3</sup> (foto n.º 3). Este tipo de monumento destinava-se a ser colocado sobre a campa do defunto e a concavidade superior, a que se dá o nome de fóculo (*foculus* em latim, «fogo pequeno»), recebia as essências que os familiares ali queimavam para celebrar a memória do falecido e lhe minorar o sofrimento além-túmulo.

Mede 68,6 centímetros de altura e 33,7 centímetros na sua largura máxima<sup>4</sup>. De notar, a sua pouca espessura<sup>5</sup>, que lhe confere particular beleza.

Do lado esquerdo do fuste, encontra-se esculpida, em relevo, uma pátera, de *umbo* (saliência arredondada) bem visível ao centro e 6 cm de diâmetro externo (foto n.º 4). A pátera era um vaso sagrado que se usava para queimar essências.

No lado direito, em relevo também, um jarro (foto n.º 5), de proporções não muito harmoniosas — 14 cm de altura, 6,5 cm de largura no bojo. Asa quase vertical, que liga a boca (larga, com fissura a assinalar a abertura) à parte superior do bojo. Colo largo. Bojo vagamente triangular. Pé oblongo. Pode classificar-se como um tipo dos vasos que os Romanos designavam por *lagoena*. Era, tal como a pátera, um vaso sacrificial e é corrente a representação de ambos em aras funerárias.

O epitáfio, redigido em latim como é hábito, diz:

D. M. S  
C. MAR.CI.VS. TVS  
CVLANVS  
AN. L. H. S. E. S T T. L. AP  
5 RONIA. MAXIMA  
MA.RI.TA. PI.EN.TIS  
SIMA. D. S. E. F. C

Se desdobrarmos as siglas e as abreviaturas utilizadas<sup>6</sup>, o texto completo é o seguinte:

<sup>3</sup> Os toros, bem cilíndricos, estão adossados ao fóculo, como que em baixo-relevo: nos topos, parte da circunferência é, pois, apenas sugerida por uma ranhura. O fóculo é súpero, bem circular, com 0,8 cm de profundidade e 9 de diâmetro exterior. Entre os toros, na face dianteira, o frontão é semicircular. Um conjunto deveras harmonioso, a denotar bons conhecimentos escultóricos.

<sup>4</sup> Na parte superior, que designamos por capitel, a largura varia entre 30,5 e 22,3 centímetros: no fuste, ou seja, a parte intermédia que contém a inscrição, oscila entre 24 e 23,8; na base, entre 32,5 e 33,7.

<sup>5</sup> Também a espessura não é totalmente regular: no capitel, vai de 10,2 a 17 centímetros; no fuste, 8,7/8,8; na base, 11,9 é a medida menor e 17,1 a maior.

<sup>6</sup> Como ainda hoje acontece, para os textos não ocuparem muito espaço e a despesa de gravação não ser demasiadamente elevada, os canteiros romanos usavam siglas e abreviaturas daquelas palavras que, por serem correntes nesse tipo de textos, facilmente eram compreendidas pela maioria da população.

D(is) M(anibus) S(acrum)  
 C(aius) MARCIVS TVS-  
 CVLANVS  
 AN(norum) L H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(erra) L(evis) AP-  
 RONIA MAXIMA  
 MARITA PIENTIS-  
 SIMA D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit)

Vertido para português, o epitáfio reza assim:

*Consagrado aos deuses Manes.*

*Aqui jaz Gaio Márcio Tusculano, de cinquenta anos.*

*Que a terra te seja leve.*

*Aprónia Máxima, esposa muito piedosa, mandou fazer, a expensas suas.*

Curiosamente, a contrastar com a esbelteza do monumento, os caracteres apresentam-se muito irregularmente gravados: as suas alturas variam entre 1,4 e 2,7 cm. É certo que as linhas estão acertadas do lado esquerdo, no seu começo, mas não se encontram direitas: os espaços interlineares variam entre 0,2 e 2,1 cm. Há palavras que foram divididas por duas linhas quando poderiam figurar numa apenas (é o caso, por exemplo, de Tusculanus) e mesmo a divisão silábica nem sempre foi respeitada (APRONIA). Por outro lado, o recurso à pontuação inter-silábica (MAR.CI.VS, MA.RI.TA), que poderia trazer, noutras circunstâncias, uma certa graça ao conjunto, no caso vertente, não passa de expediente sem efeito estético de monta.

Detectam-se, pois, neste simples monumento epigráfico de âmbito privado, dois níveis culturais, cada qual com a sua manifestação específica. Do ponto de vista formal, a árula obedece aos cânones clássicos e nada há, nesse aspecto, a apontar-lhe. O texto em si também se enquadra no que é habitual, sugerindo, portanto, que quem o redigiu está bem integrado na cultura romana, porque domina o estereotipado formulário sepulcral. Já o mesmo não direi, porém, de quem teve a seu cargo passar para a pedra o texto que lhe foi fornecido.

Por conseguinte, a cliente sabe ler e escrever com correcção, mas o artífice, se logrou captar bem os aspectos formais da sua arte, ainda manifesta bastante dificuldade em paginar o texto, segundo as regras gramaticais, no espaço de que dispõe. E o recurso à pontuação inter-silábica, que só os verdadeiros peritos sabem utilizar a preceito, resultou deficiente — era passada demasiadamente larga para a altura da perna...

Falarei mais adiante dos nomes aqui registados e das informações complementares que a sua análise pode fornecer. Atentemos, agora, em duas questões: a idade com que Tusculano faleceu e o modo como vem identificada a dedicante.

A expressão «de cinquenta anos» não pode ser tomada à letra. Os estudos epigráficos já nos permitem concluir que, muitas vezes, a idade com que as pessoas faleciam vem, nos seus epitáfios, indicada por um múltiplo de cinco. Os epigrafistas discutem ainda a razão deste facto. Uns opinam que, como os censos populacionais se faziam de cinco em cinco anos, as pessoas seriam levadas a pensar a sua idade em termos de censos quinquenais. Portanto, seguindo essa ideia, Tusculano teria figurado em dez censos. Outros pensam que, esteticamente, um múltiplo de cinco fica mais «bonito» numa inscrição. Finalmente, uma terceira explicação se poderá apontar: nesses tempos (como, de resto, até bem recentemente), não havia um registo cronológico rigoroso a nível pessoal; e, tal como ainda hoje, se calhar seguindo essa vetusta tradição, nós dizemos «fulano deve ter uns quarenta anos, uns vinte e cinco...», os Romanos indicavam na pedra a idade aproximada, porque (e isto parece-nos razoável) de facto a desconheciam com rigor.

Num epitáfio, é corrente a menção do dedicante. Visa-se perpetuar a memória do defunto mas também a piedade dos familiares para com ele. Daí que eles se identifiquem: foi a mãe, o pai, os filhos quem mandou fazer...

Neste epitáfio, no entanto, algo de inusitado acontece; é que a mulher, Aprónia Máxima, vem qualificada de *pietissima*, «muito piedosa». Não acredito que esse tenha sido um aposto de sua lavra; não lhe teria ficado bem louvar-se a si própria. Acrescente-se, de resto, que são raríssimos, em Epigrafia, os qualificativos dos dedicantes, mesmo quando não passam de uma aceitável expressão de dor: *mater misera*, «mãe despedaçada pela dor», por exemplo. Que se terá passado, portanto, aqui?

Em meu entender, a explicação reside fundamentalmente na expressão *de suo*, que traduzi por «a expensas suas». A intervenção da dedicante cingiu-se, de modo especial, ao pagamento do monumento, como que entregou a sua execução ao artífice. Isto era, evidentemente, habitual. Mas, no caso presente, o artífice «assumiu-se» também ele como interveniente no processo. Inconscientemente, talvez, mas o certo é que, ao pensar no texto a gravar, não conseguiu prescindir do seu papel de executante, diverso do papel da dedicante, e pensou na terceira pessoa quando o normal seria pensar na primeira, identificando, na prática, dedicante com artífice. E «viu», portanto, no gesto da sua cliente, a celebrada *pietas* — daí, o aposto *marita pietissima*.

### c) Uma placa funerária

Está depositado no Museu Municipal de Campo Maior o canto inferior direito de uma placa funerária, moldurada, de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa, grão muito fino e superfície bem polida (*foto nº 6*).

Foi recolhida à superfície, no sítio da Avelada, freguesia de S. João Baptista (cf. Carvalho 1988a). Mede 32,3x30,7x15,9 cm.

Do que resta do texto apenas se pode concluir que o defunto — de sexo masculino ou feminino, não sabemos — morreu com sessenta anos, ou seja, em avançada idade. Desconhece-se que nome usaria e o nome do pai parece terminar em — *onis* (Caturonis?), o que nos leva a pensar que o defunto se identificaria à maneira indígena, porque só os naturais da Península ainda no início da romanização é que não indicavam em sigla o nome do seu pai.

No final do epitáfio, após a habitual fórmula funerária — H. S. E. S. T. T. L. — viria a menção do dedicante, identificado apenas por um nome — o que está de acordo com o facto de, na identificação do defunto, o patromínico vir, como se disse, expresso à maneira indígena. Dado que não é visível a terminação da letra precedente, não se pode reconstituir esse nome: *Iustus?*, *Faus-tus?*...

Apesar das linhas de pauta, bem perceptíveis inclusivé na linha final, a paginação não foi cuidada: a fórmula encavalita-se no termo da 1. 3 e o nome do dedicante apresenta espaços interlineares bastante irregulares. Verifique-se que, tal como acontece no epitáfio de Tusculano, também aqui a pontuação foi usada a meio das palavras — o que, aliado à irregularidade de caracteres que igualmente se verifica (hastes oblíquas pronunciadas, vértices acentuados com barras, S de inclinação heterogénea), poderá ser sintoma de que houve uma tradição epigráfica local, apesar de este monumento, pela paleografia e pelo tipo de moldura, ser datável, como diz Rogério Carvalho, da segunda metade do séc. I da nossa era.

#### d) Um fragmento com numeral inscrito

Considerarei (Encarnação 1984, 662-663) como pertencente a uma inscrição funerária o fragmento de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa, identificado por José Leite de Vasconcelos (1916) como uma *tabula* e inserido por Scarlat Lambrino (1967, 208-209) no catálogo do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa, a cuja colecção pertence. A peça foi achada, por ocasião de trabalhos agrícolas na Tapada da Pombinha, perto da Sênhora da Enxara, nos arredores de Ouguela (*foto nº 7*).

De facto, a forma de placa, a existência de um numeral — XVIII — e a hipótese de a fractura do lado esquerdo ter ocorrido pelo corte da perna vertical esquerda de um N — levaram-me a pensar que se tratava da normal indicação da idade com que a personagem falecera.

Hoje, embora continue a pensar — quer pelo desenho dos caracteres, quer pelo que resta da moldura inferior, em gola encurtada — que se trata de um monumento romano, sou, todavia, menos afirmativo do que em 1984. De facto, a anormal altura das letras (11,5 cm) e a circunstância de haver um grande espaço sob elas (23 cm) sem qualquer inscrição quando seria de esperar a

ocorrência de fórmulas finais como H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis), suscitam sérias reticências quanto à natureza funerária da inscrição.

Trata-se, sem dúvida, pela sua diminuta espessura (7/8 cm), de uma epígrafe a incluir em monumento de uma certa grandiosidade. Por isso, estou em crer que uma prospecção cuidada na área do seu achamento poderá trazer informações preciosas, proporcionando quiçá a recuperação dos fragmentos em falta.

De qualquer modo, o inusitado da peça constitui mais um argumento a favor da ocupação romana no local.

### e) Um miliário de Severo Alexandre<sup>7</sup>

Na cópia manuscrita — começada por António Carvalho a 26 de Dezembro de 1918 — de uma *Memória apresentada à Academia Real de História Portuguesa por Estêvão da Gama de Moura e Azevedo*, em data que, por enquanto, não sei precisar, e que tem por título *Notícias de antiguidade, aumento e estado presente da vila de Campo Maior, tiradas de A. A. papéis autênticos e tradições antigas, e conservadas na memória de seus naturais*, alude-se, na pág. 2, a uma coluna cuja ponta «se descobria» junto da ermida de S. Pedro, desta vila, a qual «fizemos desenterrar e levantar como hoje se vê», para usar da sua expressão. A pedra, que media onze palmos de comprimento e dois e um quarto de diâmetro, fora — por requisição feita em 1749 — guardada «no pátio ou cavaleriça das casas de D. João de Aguilhar Meira».

«As letras que estavam para baixo se lêem sem equivocação», afirma o académico: «porém, as que estavam descobertas estão gastadas pela aplicação dos golpes que, com outras pedras, lhe davam os ignorantes».

A leitura apresentada (*vide reprodução — foto n.º 8*) é a seguinte:

I.M.P.CAES  
M.....SEVERVS  
.....EIVSEELIX...  
PONTI.EEXMAXIMVS  
TRIB.POTES.P.P.COS  
PROCONSVL FECIT.  
LIII.

O monumento parece ter desaparecido ou, pelo menos, ainda não foi recuperado. Identifiquei-o como miliário<sup>8</sup> do tempo do imperador Severo

<sup>7</sup> Utilizo aqui parte do texto que publiquei no «Ficheiro Epigráfico» (cf. Encarnação 1988).

<sup>8</sup> Denomina-se miliário um marco que se destinava, originalmente, a ser posto ao longo das vias. O nome deriva de *millia*, «milha», porque, em princípio, esses marcos deveriam ser

Alexandre, cujo nome foi martelado em consequência de *damnatio memoriae*<sup>9</sup> — daí a expressão utilizada por Moura e Azevedo «...*gastadas pela aplicação dos golpes que, com outras pedras, lhe davam os ignorantes*». Só que, nesta circunstância, não teriam sido propriamente ignorantes os autores dos golpes...

Poder-se-á, pois, reconstituir assim o texto original:

IMP(erator). CAES(ar)  
 M(arcus). [AVRELIVS]. SEVERVS  
 [ALEXANDER]. PIVS FELIX [AVG(ustus)]  
 PONTIFEX MAXIMV  
 5 TRIB(unicia). POTES(tate). P(ater). P(atriciae). CO(n)S(ul)  
 PROCONSVL FECIT.  
 (milia passuum) LIII

Em português, teríamos:

*O imperador César Marco Aurélio Severo Alexandre, Pio, Feliz, Augusto, Pontífice Máximo, dotado de poder tribunício, Pai da Pátria, cônsul, procônsul, fez.*

*Cinquenta e três milhas.*

O miliário data de 222-225, já que Severo Alexandre assumiu em Janeiro de 226 o segundo consulado.

Cinquenta e três milhas seria, pois, a distância daqui até Emerita, pela via que unia Scallabis à capital da Lusitânia. Esta é, por conseguinte, uma precisão do maior interesse histórico, tanto mais que, segundo os cálculos feitos com base num documento do século III da nossa era, o chamado *Itinerário de Antonino*,<sup>10</sup> é possível que em Campo Maior ou muito próximo se situe a povoação de Ad Septem Aras. Diz Jorge Alarcão, a este propósito (1983,

---

colocados de milha a milha, o que habitualmente não acontece, pois são levantados, geralmente, no começo da via ou junto de uma povoação importante. A inscrição contém a identificação do imperador em cujo reinado a via foi aberta (nome, títulos, cargos ocupados), o que fornece, por conseguinte, importantes informações de âmbito cronológico, e termina habitualmente, quando o miliário se encontra no percurso da via, pela indicação do número de milhas de que o local dista da povoação considerada o seu início. Sobre miliários e seu significado pode ver-se, com proveito, a síntese publicada por Vasco Mantas numa das fichas extratexto da revista «Arqueologia» (Porto), 5, Junho de 1982.

<sup>9</sup> Após a morte, alguns imperadores foram, pelas suas virtudes, divinizados pelos Romanos: tornavam-se *divi*, «divinos». Doutras, porém, as atrocidades cometidas eram tamanhas que a sua memória foi amaldiçoada. Daí a expressão *damnatio memoriae*, «condenação da memória». Severo Alexandre, que reinou de 222 a 235, foi um dos amaldiçoados: depois da morte, o seu nome foi picado em todos os monumentos.

<sup>10</sup> Veja-se, a propósito deste itinerário, a síntese incluída por Jorge Alarcão no seu *Portugal Romano*, Lisboa,<sup>3</sup> 1983, 67.

80-81), que «Ad Septem Aras, a julgar pelo nome, deve ter começado como um santuário rural». Na verdade a expressão «sete altares» indicia a presença de um local de culto. Ora, como vimos, a árula votiva achada na Herdade da Defesinha traz em siglas o nome da divindade, o que é sintoma da existência de um santuário perto. Por conseguinte, os dados começam a agrupar-se com algum sentido.

### f) Um segundo miliário

Encontra-se actualmente no Museu Municipal de Campo Maior o miliário, de granito, bem cilíndrico (*fotografia n.º 9*), já referenciado desde remotos tempos<sup>11</sup>. O texto que ostenta resulta de uma regravação feita, há muitos anos, a partir de um texto incompletamente desaparecido com a erosão e os maus tratos. A epígrafe inicial ocuparia uma superfície mais larga e só esta franja, porque mais protegida, se salvou e foi avivada desajeitadamente. Mede 145 cm e 35 de diâmetro.

Concordo com Rogério Carvalho: «Será sempre — muito provavelmente — mera conjectura o que se disser acerca da verdadeira identidade do imperador aqui referido». «Tudo gira», diz aquele investigador, «em torno da resposta a esta questão: o texto começaria na actual linha 1, ou seja, com DOMI? Parece-nos que não, porque o módulo das letras (que poderá ter-se baseado no original) é demasiado grande para um texto indicado com *Dominus Noster*; não teremos, portanto, um imperador posterior a Diocleciano, inclusive porque, nesse caso, o conjunto dos títulos seria incomparavelmente maior. *Domitianus* seria, por conseguinte, uma das palavras possíveis e a epígrafe poderia estar referida ao imperador Domiciano (81-96), o que justificaria inclusive o desaparecimento de parte do texto, uma vez que Domiciano sofreu uma *damnatio memoriae*».

No entanto, como também escreve R. Carvalho, «EMERITE não padece dúvida — pelo menos, à primeira vista — porque se trata da indicação de que de Mérida até ali seriam *tantas milhas*».

Mais uma confirmação, portanto, de que por ali passava a via que, de Scallabis, seguia até Mérida, a capital de província.

<sup>11</sup> Rogério Carvalho (1988b) transcreve do «O Archeologo Português (3, 1897, 105), o seguinte passo retirado por Pedro A. de Azevedo das *Memorias Parochiaes de 1758*, tomo VIII, f. 572:

«Neste sítio estão umas colunas de pedra, obra que parece ser dos Romanos, com vários caracteres que já se não podem ler e apenas em uma delas se percebe a palavra EMERITENCIS e o tempo tem descoberto neste lugar outros sinais de edificios».

Referência idêntica vem na *Memoria historica da Junta de Campo Maior*, de Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo Fonseca, editada por António José Torres Carvalho (Elvas, 1912).

## CONCLUSÃO:

### Uma população de origem itálica

São muito escassos os dados epigráficos de que dispomos para o estudo da população que, ao tempo dos Romanos, estanciou no território hoje ocupado pelo concelho de Campo Maior.

Os dois miliários apontam, desde já, a ligação da zona aos centros populacionais e administrativos mais importantes da província e, através deles, ao mundo romano.

Na realidade, as manifestações artísticas — designadamente o que observámos na ara funerária de Gaio Márcio Tusculano — sugerem que a população conhecia bem os cânones estéticos clássicos.

Mas há uma outra análise que ainda podemos fazer, justamente com base nessa ara, que é o único documento que nos informa acerca da onomástica.

O defunto pertence a uma família Márcia que está bem representada no vizinho termo de Elvas (cf. Encarnação 1984, 654-656). O seu cognome, *Tusculanus*, formado a partir do topónimo Túsculo, cidade do Lácio, indicia, por seu turno, que ele próprio ou os seus directos ascendentes seriam originários daquela zona da Península Itálica. A mulher pertence também a uma família, a Aprónia, escassamente representada no território peninsular e cuja proveniência itálica se me afigura assaz plausível.

Não podemos, obviamente, generalizar a toda a população o que acabo de afirmar. Isso não diminui, porém, o seu valor como índice importante a ter em conta. E, assim, a possibilidade de a zona de Campo Maior ter sido povoada com colonos itálicos não é, pois, despicienda, sobretudo se tivermos em conta que ela pertencia ao território emeritense e, como diz Agénio Urbico (cf. Encarnação 1984, 774), esse território, devido à sua extensão, começou a ser povoado por veteranos a partir das zonas mais afastadas da cidade.

Por outro lado, a epigrafia disponível até ao momento não comprova a existência de um importante estrato populacional pré-romano (é dubitativa, como vimos, a reconstituição do fragmento de epitáfio onde o defunto pode vir identificado à maneira indígena).

Aguardemos, por conseguinte, que novos achados epigráficos e arqueológicos possam vir confirmar ou corrigir a hipótese enunciada<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Agradeço a Rogério Carvalho e à Câmara Municipal de Campo Maior todo o apoio que amavelmente me dispensaram para a elaboração deste trabalho. A Guilherme Cardoso, o meu reconhecimento pela colaboração: deve-se-lhe a boa qualidade das fotografias.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Pedro A. de, *Notícias arqueológicas colhidas em documentos do século XVIII*, «O Archeologo Portuguez», 3, 1897, p. 247-252.
- CARVALHO, Rogério, *Uma placa funerária de Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº113.
- CARVALHO, Rogério, *Miliário de Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº114.
- DIOGO, A. M. Dias, *Ara votiva de Ouguela, Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 8, 1984, nº32 = «L'Année Épigraphique», 1984, 475.
- ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- ENCARNAÇÃO, José d', *Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº115.
- LAMBRINO, T. Scarlat, *Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos*, «O Archeólogo Português», IIIª série, 1, 1967, p. 123-217.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Entre Tejo e Odiana*, «O Archeologo Portuguez», 21, 1916, p. 152-195.



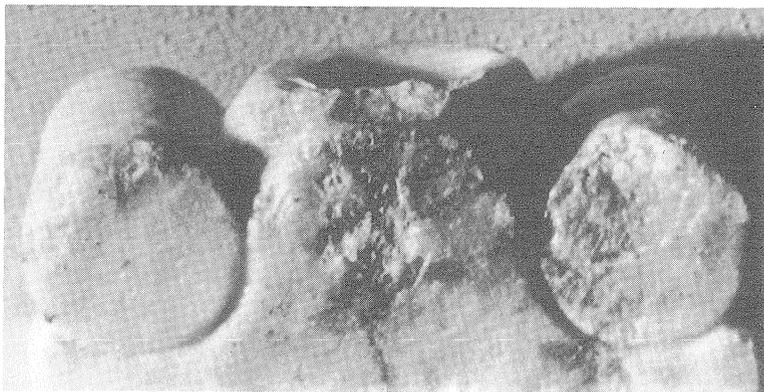


Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6



Foto 7

I·M·P·CAES  
M.....SEVERVS  
.....EIVSEELIX.....  
PONTIFEX MAXIMVS  
TRIB. POTEST. P. P. COS  
PROCONSVL FECIT.  
LIII.

Foto 8

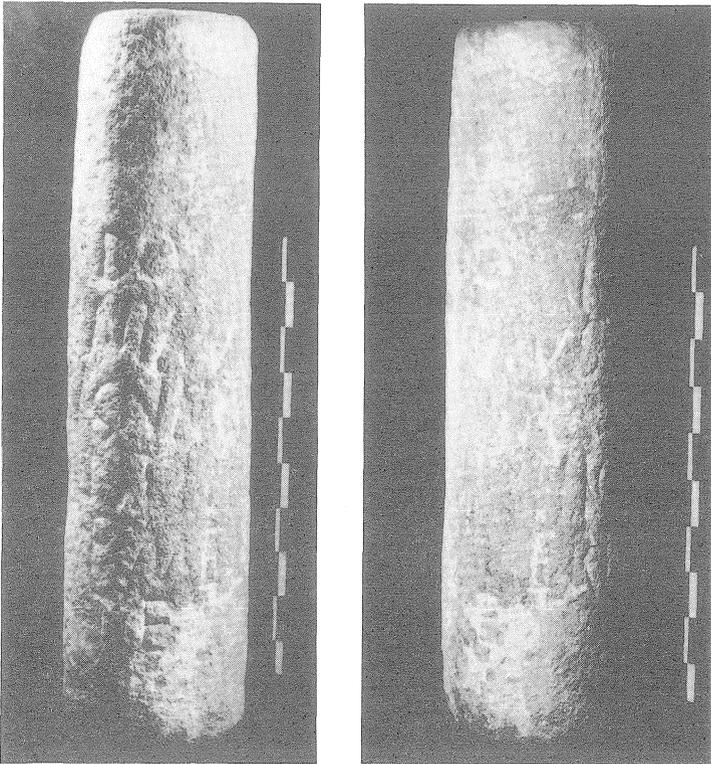


Foto 9

# LA TECNICA GENEALOGICA EN LA INVESTIGACION ANTROPOLOGICA (PRIMERA PARTE)

por

Marta M. Maffia

## RESUMEN

Este trabajo tiene dos propósitos, por un lado, aportar una serie de ideas vinculadas con el sistema de parentesco y familiar caboverdeano (descripción etnográfica), y por otro, la elaboración de recursos formales como son los diagramas genealógicos, su uso e interpretación en el estudio de la familia y los procesos familiares (Aspectos Metodológicos).

## ABSTRACT

The paper has a double purpose: to provide a series of ideas related to Capeverdian kinship and family system (ethnographic description) and to construct formal resources (genealogical diagrams) to be used interpretatively in the study of the family and familiar processes (methodological aspects).

## 1. INTRODUCCION

Este trabajo tiene dos propósitos, por un lado, aportar una serie de ideas vinculadas con el sistema de parentesco y familiar caboverdeano (descripción etnográfica), y por otro, la elaboración de recursos formales como son los diagramas genealógicos, su uso e interpretación (aspectos metodológicos).

Los caboverdeanos, sobre los que investigamos desde 1979, constituyen un grupo de inmigrantes provenientes de las islas de Cabo Verde (África) asentados en la Argentina desde la primer década del siglo XX<sup>1</sup>. En la primera etapa de la investigación nos abocamos a la descripción y análisis del contexto de la migración. De las relaciones establecidas entre los diferentes parámetros surgidos de dicho análisis, construimos algunas hipótesis preliminares que sirvieron de guía a nuestro razonamiento. Una de ellas es la referida a que la mayor parte de los caboverdeanos — en su lugar de origen — establecen relaciones interpersonales en un círculo bastante amplio de parientes y no-parientes, al que denominamos «familia», término con el que se designa una modalidad de convivencia, que permite articular la organización de miembros

consanguíneos y afinales con grupos semejantes, elaborando desde ella sistemas de adecuación que hacen posible su coexistencia adaptativa.

En dicha investigación, que aún proseguimos, la migración, el parentesco y la familia constituyen un campo único de observación, ya que precisamente lo que se llama el impacto que produce el cambio de lugar-cambio cultural, tiene mucho que ver con lo que la familia puede asimilar o rechazar al instalarse en un lugar — a veces elegido, a veces aceptado —, como única posibilidad de vida.

A propósito del estudio del sistema de parentesco de los hijos de los inmigrantes caboverdeanos<sup>2</sup>, tuvimos ocasión de explorar la literatura antropológica en lo concerniente a estos temas, en ella hemos hallado que muy pocos antropólogos toman la familia como unidad parental y mucho menos los que se han dedicado a hacer explícitos los criterios metodológicos con los que tal estudio puede llevarse a cabo.

En la búsqueda de otras perspectivas complementarias, analizamos trabajos provenientes del campo de la Sociología y la Psicología, en esta última disciplina es de destacar la obra de Mónica McGoldrick y Randy Gerson sobre Genogramas en la evolución familiar<sup>3</sup>, donde presentan un formato típico de la construcción de diagramas genealógicos y señalan los principios que sustentan su interpretación y uso por terapeutas familiares, médicos y otros profesionales que trabajan con familias.

## 2. ANTECEDENTES DEL USO DE GENEALOGÍAS — TÉCNICAS AFINES

El uso de genealogías, con distintos propósitos, es tan viejo como la historia, aunque ya aparecen mencionados en la Biblia y en numerosos autores griegos<sup>4</sup>, genealogistas como Enrique de Gandía reconocen que su verdadero origen se halla entre los árabes, los cuales se valían de dichos árboles para conservar y estudiar la genealogía de sus caballos.

Es recién a fines de la Edad Media que se usó como técnica de registro del «pedigree» humano, por «nobles y plebeyos, ansiosos de relumbrar con los méritos de sus antepasados o con el mayor número de parientes conocidos»<sup>5</sup>.

Desde mediados del siglo XIX, Lewis Morgan, jurista y etnólogo americano, recoge el parentesco de los séneca iroqueses, usando genealogías tabuladas<sup>6</sup>. Pero es a W.H. Rivers, mientras trabajada como miembro de la expedición organizada por la Universidad de Cambridge al Estrecho de Torres<sup>7</sup>, a quien es atribuido su uso en Antropología como instrumento o técnica para el relevamiento de datos de diversa índole, como la terminalogía de parentesco, la herencia, las reglas de matrimonio y residencia, etc<sup>8</sup>.

A propósito de esta técnica nos dice en su obra «The Todas»:

«I wish, however, to draw attention here to a far wider use of the genealogies in Anthropological investigation. The bring a concrete

element into Anthropological work wish greatly facilitates inquiry...»

«The greater part of my works on the social aspect of the life of the Todas is based on material derived from the genealogies or perhaps I should rather say that most of the information I give has been checked, if not entirely obtained, by means of the genealogies».

Y en 1910 escribe «El método genealógico de la investigación antropológica»<sup>9</sup>, donde caracteriza los rasgos y usos más importantes del mismo, entre los que menciona:

- 1 — La elaboración de sistemas de parentesco
- 2 — La transmisión de los nombres
- 3 — El estudio de la regulación del matrimonio, a través del registro de los matrimonios permitidos, impuestos o prohibidos y su expresión estadística; de las formas de matrimonio, tales como poligamia, con sus dos formas la poliginia y la poliandria, el levirato y el matrimonio entre primos cruzados. También nos permite detectar hasta qué punto se siguen realmente en la práctica las normas matrimoniales de un pueblo y revelar en sucesivas generaciones cambios en la rigurosidad con que se observa una norma dada.
- 4 — Investigar las leyes que regulan las filiaciones y la herencia de la propiedad.
- 5 — Otra línea de aplicación es el estudio de las migraciones, la información brindada por los informantes acerca de las localidades en las que han nacido, vivido y muerto sucesivas generaciones, pueden arrojar mucha luz sobre la naturaleza de tal emigración.
- 6 — Tampoco carece de utilidad en el estudio de la magia y religión, por ej. en el ceremonial, ritos funerarios, casamientos, enfermedades.
- 7 — Otro uso importante, es el aporte brindado a la Antropología Física, donde en combinación con otros métodos propios de ella proporcionan una masa de materiales para el estudio de los problemas de la herencia.

Según Rivers, los datos obtenidos respecto a la proporción entre los sexos, el sexo del hijo primogénito, el tamaño de la familia, la proporción de hijos que crecen y se casan respecto al total de nacidos y otros temas similares, pueden ser estudiados posteriormente estadísticamente.

Además de mencionar algunas ventajas en términos generales, como su concreción, Rivers enfatiza la posibilidad que este Método posee de detectar el descuido y la inexactitud de los informantes con mucha más facilidad. También proporciona una «mutua» confianza entre el investigador y el informante y nos capacita para entender aquellos rasgos de la psicología del informante que aportan su dificultad al trabajo antropológico. Dificultades que aún persisten.

Es Oscar Lewis, uno de los pocos antropólogos, cuya obra centrada en estudios familiares, desarrolla los presupuestos teóricos y metodológicos de los que parte, brindando abundantes detalles de tipo técnico.

En «Antropología de la pobreza» (1964)<sup>10</sup>, expone las cuatro formas que ha utilizado de acercamiento a las familias, cuya combinación proporciona una visión global de la vida familiar, ellas son: la primera, el estudio local, donde aplica las categorías conceptuales utilizadas en el estudio de una comunidad completa (cultura material, vida económica, relaciones sociales, vida religiosa, relaciones interpersonales, etc.) a una sola familia.

La segunda, es la técnica al Rashomon, que consiste en ver la familia a través de los ojos de cada uno de sus miembros.

El tercer enfoque, consiste en seleccionar, para su estudio en profundidad, aquel problema, suceso especial o aquella crisis a la que reacciona toda la familia.

Finalmente, el cuarto, es la observación detallada de un día típico de la vida familiar.

En «La Vida» (1969)<sup>11</sup> dice respecto a las genealogías familiares:

«Al estudiar la familia extendida, es muy deseable disponer de una genealogía familiar completa, que incluya los nombres y la relación de todos los parientes, vivos o muertos conocidos por el informante; su edad, lugar de nacimiento, estado civil, ocupación, lugar de residencia y años de educación escolar; la frecuencia de las visitas; la ayuda que le prestan al informante, si son propietarios de casas o tierras, y si han vivido en los Estados Unidos...».

### 3. EXPLORANDO CON DIAGRAMAS GENEALÓGICOS

El desarrollo sistemático de esta técnica como instrumento de investigación en Antropología ha sido bastante pobre, un aspecto descuidado de la misma, es su uso en el estudio de la familia y los procesos familiares.

El objetivo principal de este trabajo, es destacar la utilidad de los Diagramas Genealógicos, no sólo en el registro de los ancestros y descendientes de un Ego, sino la posibilidad que posee de constituirse en vía de ingreso para materiales de diversa índole, fundamentalmente aquellos vinculados a la familia y sus pautas de relación.

El interrogatorio para su construcción — según McGoldrick y Gerson — va directamente al corazón de las experiencias familiares: nacimiento, enfermedad, muerte y relaciones intensas, proporcionando su estructura un marco orientador para la discusión de todas las experiencias de la familia. Temas permanentemente presentes en relatos, mitos, cuentos y música caboverdeana. Este fragmento de una carta que en 1937 dirige un hermano, desde

Cabo Verde, a su hermana — inmigrante en Argentina — ilustran y sintetizan toda la problemática que recurrentemente aparece al construir junto a los informantes caboverdeanos su Diagrama Genealógico.

«Ojalá que estas dos líneas tengan la ventura de encontrarte en perfecta salud. Ya por dos veces te escribí dos cartas e no tuve respuestas ninguna, con esta ya son tres cartas, yo te escribo por mi necesidad y pediéndote por amor de Dios para que veas si tú me auxilias de una limosna, para ver si mis hijos no mueren de hambre. Esto en Cabo Verde está cada día peor, no ha llovido nada y ya hace unos años; ha muerto mucha gente de hambre que ya es una tristeza. Juana y Pedro están todos desnudos, porque desde que su padre murió nunca encontré nada que hacer, no hay trabajo de ninguna especie. Te pido que tú me mandes a decir porqué no me respondes aún, si hay alguna cosa. Sobre el dinero que hablabas que mandabas para estos chicos nunca Joaquín me entregó nada, él lo recibió y se quedó con el dinero y vino a decir que nunca mandaste nada. Si él hizo esto fue por mala fe, porque él sabe como estos chicos no tienen aquí quien les de nada, y esto chicos no tienen ropa para vestir, están llenos de hambre y uno está viviendo en casa ajena por no poder pagar la renta. Por amor de Dios no dejes de mandarme una limosna porque pasamos hambre hasta de más...»

A continuación señalaremos algunas de las ventajas obtenidas en el uso de esta técnica de relevamiento y registro. En primer lugar, su forma de representación arbórea, la que no le resulta demasiado ajena a los informantes. La realización de estos relevamientos en el campo, permite que gran parte de los miembros de la comunidad se familiaricen con esta calidad de trabajo, facilitando enormemente la tarea. En segundo lugar, el proceso de construcción de los diagramas junto a ellos, contribuye al establecimiento de una relación antropólogo-informante, cargada de una mayor intensidad afectiva, la que facilita — en muchos casos — la aparición y/o profundización de temas que de otro modo no hubiesen surgido. Por ejemplo, el caso de la presencia de dos o más mujeres simultáneamente en la vida de los hombres caboverdeanos, tema soslayado en la mayor parte de las entrevistas, difícil de tocar con los hombres, frecuentemente enmascarado por las mujeres.

Producto de las entrevistas que acompañaron a la construcción del Diagrama Genealógico del informante T. obtuvimos la siguiente información:

«Usted como antropólogo y como mujer, todas esas cosas, las costumbres de Cabo Verde, las va a saber. Nosotros muchas veces las escondemos, pero a usted no se las podemos esconder... Usted sabe que el hombre naturalmente, aunque la mujer dice que no — el

feminismo — naturalmente fue bígamo, y más las circunstancias de Cabo Verde, donde hay muchas más mujeres que hombres, porque los hombres emigran, entonces los hombres que están, tienen un hijo allá, otro por otro lado...»

Vinculada con la ventaja anterior está la posibilidad de detectar la resistencia al tratamiento de determinados, por ejemplo, el caso de la informante A. que responde de la siguiente manera a preguntas vinculadas a la unión de un hombre con varias mujeres:

«Le contaron eso? de San Vicente puede ser, allá no tenemos nada que ver, San Vicente sí puede ser. En Cabo Verde, es todo por medio de barcos, por medio del mar, no hay medio de tierra. Allá sí, allá en San Vicente es bravo, pero en Santo Antão no»\*.

Otros ejemplos de expresión de la resistencia, han sido negarse a realizar el Diagrama Genealógico por ser el único miembro vivo de la familia, el detenerse en su desarrollo al llegar a un miembro muerto, al que generalmente no habían visto nunca más desde su migración. En estos casos el Diagrama funciona como un «test empírico» que va «golpeando» la memoria del informante y desde ahí la posibilidad que éste recupere algunas representaciones, en muchos casos dolorosas, como la pérdida de familiares directos, la imposibilidad de volver al lugar de origen, la construcción de nuevas familias con las que no se mantiene contacto, la imposibilidad de ver a los hijos naturales o «de fora». Y también nos muestra — en algunos casos — el equilibrio emocional de quien o quienes se someten a dicha entrevista.

### 3.1. Condiciones Preliminares — Pasos para su construcción

La construcción de un Diagrama Genealógico en Antropología, generalmente se da dentro del contexto enmarcado por preguntas acerca del grupo parental de un informante.

Hace unos años nuestra inexperiencia y el afán de recolectar la mayor cantidad de genealogías posibles, nos llevó a realizar un Diagrama Genealógico a una familia constituida por una madre y su hija, en pleno proceso de duelo por la muerte, de hacia muy pocos días, del esposo de la informante principal (la madre) asesinado por el yerno (el esposo de la hija), después de

---

\* La casi totalidad de los Diagramas Genealógicos realizados a informantes de ambas islas de las cuales provienen la mayoría de los inmigrantes radicados en la Argentina, muestran situaciones de esa índole. Es de destacar el énfasis que pone el nuevo Código de familia sancionado por el actual Gobierno de Cabo Verde en 1977/1981 en corregir los problemas derivados de tales uniones.

una pelea bajo los efectos del alcohol, el que en ese momento estaba en la cárcel. La madre se encontraba en la cama con problemas cardíacos. Toda esta información surge durante el desarrollo de la entrevista, la que posteriormente debimos suspender.

Para evitar situaciones de esta índole, es que consideramos necesario — como un paso previo a la construcción de un Diagrama Genealógico — una exploración de las condiciones iniciales, lo que también posibilitará el diseño de estrategias para un mejor abordaje de ciertas cuestiones que pueden suscitarse.

Pero a pesar del caso mencionado anteriormente y contrariamente a la opinión de Mónica McGoldrick y Randy Gerson sobre «que es una cuestión común de bloqueo para la familia la de pérdida y muerte» hemos observado — en el trabajo de campo — que los informantes caboverdeanos, al menos en un gran porcentaje de ellos, toman estas representaciones como abreactores, más que como cierre de entrevistas. Lo que no significa que el movimiento que producen dichos recuerdos no sea doloroso para quien habla.

### 3.2. Sistema de representación — Categorías

#### I

Habitualmente se comienza el Diagrama Genealógico a partir de un Ego (Feminino o masculino), aunque obviamente la posibilidad de recolectarlo de distintos integrantes de la familia proporciona la oportunidad de comparar perspectivas.

En todos los casos donde se reúnen varios miembros de una familia, a fin de lograr la receptividad de todos, es necesario constituir conexiones temáticas entre ellos, por ejemplo el caso de la familia N., donde todos sus miembros migraron en distintos momentos, el nexo temático que permitió trabajar con todo el grupo fue la migración. Indagamos a través de preguntas circulares qué pensaban, sintieron, hicieron cada uno de ellos sobre lo que pensaban, sentían y hacían cada uno de los otros.

Respecto al tiempo requerido para analizar un Diagrama Genealógico puede sufrir grandes variaciones, por supuesto, en relación al grupo familiar involucrado, a la memoria de sus miembros, a su grado de colaboración, etc., puede llevar una o varias reuniones de una a dos horas cada una como tiempo prometido.

La notación elemental empleada es la que la Antropología tradicionalmente ha utilizado, ésta difiere (aunque no significativamente) de la propuesta por los especialistas provenientes de la Psicología.

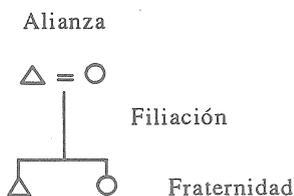
En este Diagrama cada miembro es representado por un triángulo si es hombre, un círculo si es mujer.

El informante a partir del cual se construye la genealogía es denominado EGO y se representa sombreado.

Las relaciones de filiación, que se dan entre padres e hijos, fraternidad, entre individuos biológicamente procedentes de un mismo progenitor y las relaciones que se dan entre esposos en virtud de la alianza matrimonial, llamadas de afinidad se representan de la siguiente manera:

Este esqueleto es completado con datos de diversa índole, como a continuación detallamos:

- nombre y apellido(s) de cada miembro;
- fecha y lugar de nacimiento;
- lugar de residencia actual y anteriores;
- si están vivos o muertos. Edad de la defunción, lugar y motivo;



- tipos y número de unión.

Por ejemplo:

civil sola: 

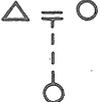
unión libre: 

religiosa sola: 

civil + religiosa: 

Especificando en cada caso fecha y lugar de la unión:

- si la unión fue disuelta (separación, divorcio, abandono).
- duración de las uniones e intervalos llamados de «viuvez» que separan las uniones sucesivamente contraidas.
- edad aproximada de los consortes en el momento de la realización de cada unión.
- presencia sincrónica de esposas o esposos.
- orden de nacimiento de los hijos en relación con la madre y con el

- padre.
- cada hijo se representa de la siguiente manera: 
- mellizos y gemelos 
- si son adoptivos 

Una vez trazado el esqueleto del diagrama podemos comenzar a agregar información sobre cada uno de sus miembros, vinculada a los objetivos planteados en nuestra investigación: nivel de escolaridad alcanzado, ocupación actual y anteriores, religión, migración, etc.

## II

El siguiente paso es la caracterización de la «familia» partiendo: primero, de la consideración que familia es un término relativo, término definido de manera empírica por el contexto: aunque cualquier definición de la misma — con muy pocas excepciones — implica tres tipos de relaciones; filiación, fraternidad y alianza. La inclusión o exclusión de parientes en la familia no es una cuestión de criterios estrictamente formales como la distancia genealógica, el grado de consanguinidad y afinidad, sino de relaciones afectivas que expresan un sentido de identidad con determinadas personas. Esto nos indica que dentro de la familia, los denominados parientes, no solo se hacen cargo de un nombre, sino que con ese nombre vienen algunas posibilidades conductuales del tipo «deberes-obligaciones»; «afección-hostilidad»; «aceptación-rechazo», lo cual permite o impide — como decía Lévi-Strauss<sup>12</sup>, el desarrollo de determinadas condiciones en el seno de la familia.

Este regimen de actitudes denominadas, es el que «a posteriori» de los aportes de la Antropología, han trabajado sociólogos, psicólogos sociales y psicoterapeutas.

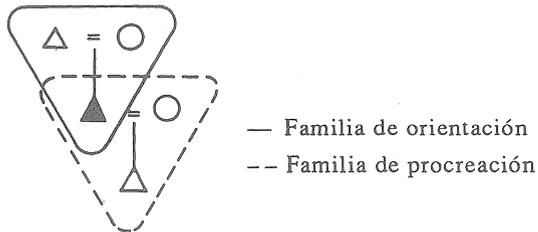
Segundo, la familia considerada como sistema. Ya Lévi-Strauss en 1949 en las Estructuras Elementares del Parentesco, considera que la estructura se comporta como un sistema, en la que la modificación de un elemento significa,

la modificación del conjunto, e incluye en la última parte de su texto un capítulo especial dedicado a la obra de Freud «Totem y tabú», donde reflexiona sobre cómo nuestra sociedad regula la idea de familia<sup>12</sup>.

Y tercero, la transmisión multigeneracional de pautas familiares de Bowen<sup>13</sup>, cuya hipótesis principal es que las pautas vinculares en generaciones anteriores, pueden suministrar modelos implícitos en la siguiente generación. Es decir, que las interacciones en el sistema familiar suelen ser pautadas y reiterativas y son esas pautas redundantes, las que nos permiten realizar predicciones interpretativas.

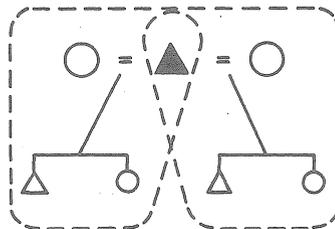
La mayor parte de los antropólogos que han trabajado sobre parentesco coinciden en la descripción de tres grandes tipos de familia<sup>14</sup>, la denominada familia conyugal o nuclear que comprende dos generaciones: un matrimonio y su prole. Todo individuo puede pertenecer a dos familias nucleares: aquella en que nació (familia de orientación) y aquella en que engendra hijos (familia de procreación), las que se representan de la siguiente manera:

Familia nuclear



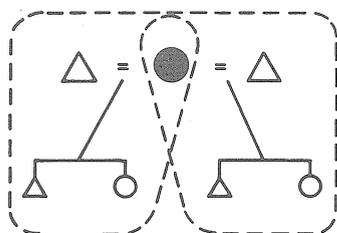
La familia compuesta o poligámica que resulta del casamiento plural. Este tipo de familia toma dos formas, la poliginica, generalmente constituida por dos o más unidades matricéntricas (madre+hijos) ligadas por intermedio de un lazo conyugal con el mismo hombre (ciertamente la forma más difundida).

Familia compuesta poligámica, en su forma poliginica.



Familia compuesta poliginica

y la poliándrica constituída por una mujer con sus maridos y sus hijos:



Familia compuesta poliándrica

El tercer tipo, la familia extensa es la que resulta de la extensión en el tiempo y por intermedio de los lazos de casamiento, de las relaciones entre padres e hijos. En una sociedad de filiación diferenciada, la familia extensa puede coincidir con una de las líneas (matrilineal o patrilineal). Y si la filiación es indiferenciada o cognática ella corresponde, «idealmente», al grupo formado por una pareja y las «familias nucleares» de sus descendientes.

El Anexo correspondiente proporciona algunos ejemplos de diagramas genealógicos pertenecientes a inmigrantes caboverdeanos residentes en Argentina.

### III

Es con referencia a las categorías con que interpretan los genogramas, en donde encontramos el principal desacuerdo con el punto de vista desarrollado por Mónica McGoldrick y Randy Gerson. Ellos definen estas categorías desde «una» idea de familia — la relativa a algunos sectores del mundo occidental — y dentro de un contexto terapéutico, donde el objetivo es la corrección de la desviación de los sistemas familiares.

Nosotros, en esta primera etapa, testeamos el valor descriptivo de estas categorías (en entrevistas, genealogías y cartas de informantes caboverdeanos), testeando del cual ha resultado la selección de una serie de «términos provisionales» con los cuales operar. Estos términos nos permiten la construcción de las entrevistas genealógicas y por su combinatoria la generación de hipótesis, los que en una segunda etapa, serán ajustados y posiblemente reformulados, profundizando sus contenidos.

Los anexos correspondientes presentan algunos ejemplos de los contenidos en Lenguaje Natural (L.N.) que justifican la existencia de los descriptores.

### A. Composición

- a) Cónyuges casados por primera vez con su descendencia.
  - b) Uno solo de los padres está a cargo de los hijos (Esto puede ser debido a muerte, separación, divorcio, abandono, migración).
  - c) Uno o ambos padres han vuelto a casarse luego de una separación, divorcio, abandono, muerte.
  - d) El/lo(s) padre(s) viven con el/lo(s) abuelo(s) de un lado de la familia.
  - e) Inclusión de: otros parientes fuera de los nucleares como tíos, tías, sobrinos(nas); primos(as), etc; no parientes como amigos, vecinos, etc.
- (Ver Anexo I)

### B. Configuración Fraternal

- a) Orden de nacimiento.
  - b) Sexo-Género de los hermanos.
  - c) Diferencia de edad entre hermanos.
  - d) Otros factores presentes:
    - 0. Inicio de una secuencia.
    - 1. Nacimiento del niño.
    - 2. Características del niño.
    - 3. Expectativas y/o programa respecto al niño.
    - 4. Inclinationes parentales sobre las diferencias de sexo, etc.
- (Ver Anexo II)

### C. Etapas del ciclo vital. Caracterización comparativa a campo.

(Ver Anexo III)

### D. Sucesos e Eventos (tomados en consideración por el grupo).

(Ver Anexo IV)

## IV

El siguiente paso en la construcción de un Diagrama Genealógico el de mayor complejidad, es el que comprende el trazado de las relaciones entre los miembros de la familia. Dicha construcción está basada, por un lado, en lo dicho por sus miembros y por otro, en las observaciones del antropólogo del funcionamiento del grupo familiar en distintos contextos, incluyendo el de la entrevista.

No estamos de acuerdo con la representación (que surge como producto de una categorización anterior), habitualmente usada por los psicoterapeutas, de los distintos tipos de relaciones:

muy unidos o fusionados	=====
pobre o conflictivo	^ ^ ^ ^ ^
separados o apartados	—   —
fusionados y conflictivos	=====
unidos	=====
distante	-----

En virtud de que no están claramente definidos los indicadores tomados para describir (ya la descripción implica una interpretación)<sup>15</sup>, una relación a qué, sin lugar a dudas a nuestros modos de concebir las relaciones.

Mal podríamos comprender el tipo de vínculo establecido entre una madre caboverdeana y los hijos de distintas uniones (simultáneas) de su esposo; las relaciones entre hermanos, hijos de distintos padres y madres, criados dentro de un mismo ámbito familiar; la relación entre marido y mujer separados por kilómetros y años de distancia, sin interrupción de los vínculos.

Por ejemplo:

«Cuando me casé me fui a vivir a mi casa solita con mi marido. Mi marido se embarcó. Cuando hacía cuatro años que estábamos casados mi marido se vino a la Argentina. Me quedé en mi casa, pero mi padre no quería que me quedase solita con los chicos que tenía y me fue a buscar y me llevó a su casa. Me quedé en su casa hasta que mi marido se fue de cá. Mi marido estuvo 16 años acá en Argentina. Cuando fue nos fuimos de nuevo a la casa que teníamos».

Pretendemos, como lo hemos dicho anteriormente, caracterizar las «categorías y relaciones» de modo que sean menos clasificatorias y más descriptivas, a fin de evitar un error tan frecuente en muchos trabajos antropológicos, en los que se clasifica con una designación, la que después es utilizada como criterio para reconocer.

Pero este necesario reajuste de categorías y relaciones deberá contemplar la posibilidad de identificar actos de conducta (desde la observación y con la ayuda de otros indicadores de alto valor descriptivo) que tengan que ver con el «sistema de actitudes» manejado por el grupo. Para lo cual deberemos contar con estudios de kinética humana, que permitan codificar en forma explícita a modo de lenguaje — ya en parte desarrollado por antropólogos de la altura de Birdwhistell, Hall, Schefflen — la coordinación conductual expresada por el grupo.

De este modo la distancia entre categorías tales como «hecho observado/hecho designado», «connotación/denotación», «aceptación/rechazo», «deberes/obligaciones», se irá acortando, componiendo un campo de observación único, que permite agregar a lo dicho, el contexto desde el cual toman significación las acciones humanas.

## ANEXO I

### 1.

«Mi papá se casó acá (Argentina) en el año 33 con mi mamá. Era soltero, anteriormente soltero yo nunca supe que haya vivido así en casa con alguna mujer, al menos si la tuvo, yo nunca lo supe».

### 2.

«Mi mamá era hija de afuera como dicen, pero el padre estaba en otra isla. Donde estaba la madre no era la misma isla del padre. La madre de mi mamá murió. Ella tenía dos años entonces. Ella pasó y se crió en la casa del padre, con la otra señora. Los hermanos la trataban propio como hermanos. Ella decía mi hermano».

«...mi padre abandonó a madre cuando yo estaba por nacer...mi padre dejó el tendal de hijos, de los que conozco cuatro somos hijos extramatrimoniales, en mi caso particular mi padre era soltero...

...yo con mis hermanos somos hermanos de parte de madre, no tenemos el mismo apellido, yo soy el único que tiene el apellido de mi madre. Mi madre es hija natural reconocida, mi abuelo estaba casado, se presentó al Registro Civil y dijo yo reconozco a esta chica así como mi hija...

...mi madre era la cocinera de mi padrastro...mi padrastro estaba separado de la mujer, con la primera tuvo siete hijos, yo con ellos no tengo hermandad de sangre. Esa es la familia caboverdeana para comprender. Nosotros nos tratamos como si fuéramos hermanos, particularmente los más chicos, los mayores no, porque los mayores nunca estuvieron juntos. Pero de Pedro para abajo mi mamá los crió igual que a mí, ella los tomó de chiquitos de 6 o 7 años...los que criamos juntos seguimos una relación familiar como hermanos...

...Mis hermanos son todos reconocidos...

...con los hermanos por parte de padre no hay una relación fluida como con esos hermanos-tros o hermanos de crianza. Como decimos nosotros, sanguíneamente no tenemos nada nada, pero hay toda una relación, comimos en la misma mesa, dormimos en el mismo catre, o en la misma esterrilla, como era costumbre en Cabo Verde, en aquella época. De modo que la relación de la familia es asunto muy complejo».

«...si yo te digo que los míos era un despirole, porque además de la hermana de mi papá que tiene 7 hijos que están todos vivos, el marid, ella, yo que no era hijo pero estaba como uno de los hijos más, vivía en la misma casa, aparte de eso otra familia que son parentesco, vendría ser primo segundo...

...mi mamá prácticamente bastante enfermita pobrecita, trabajava, entonces yo estaba todo el día con la hermana de mi papá, te das cuenta, a la noche sí me iba a la casa con ella mi mamá tenía su casa, a la mañana venía al mercado, trabajava en el mercado, así vendiendo frutas y todas esas cosas y yo tenía que estar con mi tía, prácticamente la que me crió, la que me lavó, me hijo todo...

...a la hermana de mi papá le decía mamá y a mi mamá que era mi mamá propia no le decía mamá, la llamaba por su nombre. Los hijos que vivían con ella le decían mamá, entonces yo también. Eso se acostumbra mucho, se acostumbra mucho...

...antes que muriera ella tuvo una nena que se murió al año de nacida. Así que era yo solo prácticamente yo solo...

...ella era muy asmática, cuando le atacaba bastante fuerte y en aquella época no había tantos remedios como ahora...».

## ANEXO II

1.

«Cuando tuvo las dos ya no iba a tener más. Había entusiasmo de tener un varoncito y no lo tuve...entusiasmo mío, yo tenía ganas de tener un varoncito, pero no lo tuve. Cuando nació Liliana decía todo el mundo: va a ser varón; con Marta más todavía, esperando que sea varón, todo el mundo esperando. Cada uno había elegido un nombre de varón, Juan, Pedro, todos esos nombres que se usaban en aquellos tiempos. Y cuando la partera me dijo «una nena» me parecía que me habían tirado un balde de agua fría y yo no creía que para nada la iba a querer a Marta. Pero ella tuvo suerte, me acuerdo nació en marzo y recién en junio vino Juana a conocerla. Juana estaba ablando conmigo y Marta se reía con ella, risa pura, risa pura, risa hasta que Juana tuvo que levantarla «tu hija me está festejando»...así empezó el cariño de Juana con ella, Juana fue la madrina. Marta la eligió como madrina...»

2.

«Mi padre me celebra mucho, mi mamá tenía más predilección por mis hermanos, es normal, aparte había sido enfermo de chico. Después que el varón...en esa época había que tener el varón...»

3.

«...cuando yo terminé la escuela primaria, mis abuelos me mandaron a llamar, ma querían poner en la escuela secundaria, porque con determinada instrucción me podían buscar empleo, siempre manteniendo la distancia que era un hijo de soltero, me reconocían así en forma...no oficialmente, me reconocían que yo era hijo del hijo. Me iban a procurar educación mi madre se puso furiosa, no quiso y Usted conoce a mi madre no es una mujer mala, no sé que diablos tendría pero dijo que no, rotundamente. Otra familia hubiese aceptado, hubiese sido todo normal, porque es normal en Cabo Verde, excepto para mi madre...Mi madre no es una mujer con instrucción, ni siquiera sabe leer y escribir, pero tiene esa formación de la calle que le da a entender a uno lo que puede y debe ser ¿no es cierto?...»

«...Mi hermano F. (hermanastro) a pesar que la mujer es un poco resistente al trato, mi cuñada, la última vez que nos vimos para el aniversario de la muerte de mi hermano, yo fui a la casa buscarla y la llevé al cementerio porque yo quería conocer la tumba de mi hermano por intuición. Yo soy una persona que me gusta darme en vida, después de muerto...estar ahí, poner flores...pero yo quería conocer la tumba de mi hermano. Entonces nos pusimos de acuerdo, un día la fui a buscar a la casa, fuimos el cementerio, del cementerio vinimos a almorzar acá (su casa) y tuvimos una conversación larga sobre la familia. Desde ese día nunca más me llamó, nunca más me trató. Porque yo toqué su problema, mi sobrina. Cuando mi hermano vino para acá era soltero, había dejado una chica recién nacida, hija de soltero y cuando llegó acá no sé, por presión de la mujer nunca más la trató. Mi sobrina me presionaba para que yo le hiciera contacto con los hermanos que tiene acá, pero ojo, ele es hija reconocida, antes que mi hermano viniera acá. Ella está bien, una mujer comerciante viaja a Lisboa, ha ido a operarse a Lisboa, está bien económicamente, el marido los hijos, todos están bien. Ella no quiere nada, no necesita nada, simplemente quiere esa relación, ese trato de familia, de hermanos que tiene acá, que son lo único que tiene porque la madre no tuvo más hijos, después murió. Y los hermanos que están acá nunca

se trataron, no sé si saben pero a mi me resulta doloroso, porque mi hermano falleció y no sé como trató el asunto, como el lo enfrentó. Entonces conversando con mi cuñada le dije mirá pasa esto, así, no me dijo nada, pero nunca más. Conversando con mi otro hermano me dijo no te metás, hacé como hacé el criolo, pero yo no puedo, incluso sabe lo que hice, mi sobrina estaba desesperada que quería conocer a los hermanos, mirá yo le dije, tus hermanos son estos y le dí fotografías de todos ellos, este es..., este y este tu padre, porque ella ni siquiera conocía al padre...y le dije la dirección de todos ellos...Si te preguntan como conseguiste la dirección le decís el tío...no hay ningún problema. Yo tenía que encontrar una salida».

### ANEXO III

#### 1.

«Juana, María, Joaquín, Alfredo, me decían tía, pero un tío de cariño porque llevamos toda la vida juntos, era una familia sola cuando vivían los padres. Ahora cuando se casan la cosa va cambiando, ahora ya no se puede llevar este tratamiento que llevábamos antes, todos viven ocupados. Juana es casada, el marido es ingeniero, trabaja, no tiene tiempo, solamente que lo inviten, vengan a cenar, vamos a cenar todos juntos. Alfredo vive en Beriso, casado también no tiene tiempo. Joaquín es casado acá en La Plata, ya tiene su hija. Se empleó de policía, aparte tiene un taxi, cuando no trabaja en la policía toma el taxi, les invito, en el mes de agosto los invité a todos a una cachupa (comida típica caboverdeana)».

#### 2.

«Le puedo decir que mi juventud fue alegre y triste a la vez, porque fui como un pajarito que le quitaron las dos alitas, muere mi padre, muere mi madre y calcule usted, y era muy muy movediza, sufrí muchísimo y quedé con mis hermanitas, una hermana, la madre de este chico y un hermano que me llevaba tres años a mí; sufrí muchísimo, pero cuando pasaba eso yo me ponía a bailar, bailaba con un palo de escoba, era un cascabel, como no había mucha ambición, vio, todo me conformaba, me conformaba con mínimo..»

...he llorado mucho, muchas saudades, porque de mi familia murieron mis hermanos, yo tengo todavía una cartera que está llena de cartas, de mi hermano que murió hace 37 años, escribíamos cada 15 días dando satisfacción de todo lo que pasaba, yo fui muy unida...

...llegó un momento, ya había muerto papá mi mamá yo me quedé sola, tuve necesidad de ir a la iglesia, necesidad de ir a llorar, de abandonada que me sentía, a llorar a mi mamá y a reprochar a las imágenes por qué me la llevó, tanta necesidad...era religiosa de mi familia...»

### ANEXO IV

#### 1.

«Yo tenía ganas de venir (a la Argentina) por los chicos, para que encontraran un mundo mejor, un horizonte más amplio, un horizonte más amplio para los hijos. Tuvimos que dejar tres hijos allá, los trajimos en dos veces, trajimos los dos más grandes y los más chicos, dejé los del medio, porque para traerlos ya tenía que pagar un pasaje entero para cada uno. Preferí traer dos más chiquitos que pagaban medio pasaje y los dos más grandes que ya directamente pagaban uno entero. Se quedaron con la abuela (materna) con mi mamá, mi papá y mis hermanos. Después de cuatro años se reunió toda la familia. Trabajé también (la Sra.) en una fábrica, y fuimos juntando unos pesitos para traerlos, lo primero que hicimos fue traer los chicos. Los chicos se adaptan enseguida y más si están al lado de los padres, están bien siempre. Aprendieron el idioma enseguida, más rápido que yo, jugando con los chicos. Lo importante de la Argentina es que todos los extranjeros son bien recibidos, yo nunca me voy a olvidar donde viví primero, donde alquilé, todos los vecinos fueron buenos conmigo porque veían el sacrificio que yo hacía con los chicos acá, mi hija mayor quedaba con los chicos, ella tenía trece años en aquel tiempo, yo iba a trabajar

y ella se quedaba con los chicos y con la casa. Todos los vecinos ayudaban, me cuidaban los chicos más chiquitos. Me ayudaron mucho, acá se recibe muy bien a la gente».

2.

«Un día le dije a mi señora "querés que le cuente a un escritor todas las injurias que sufrí en mi pago para que haga una película".

Yo estube preso por chorro que nunca fui en mi vida, injuria, un falso testimonio, tuve que ir a un Tribunal Supremo. Me quedé libre porque mi mamá, bajo la miseria, puso un abogado. Fui muy abatido por la policía para que yo confesara una cosa que no era, llegó un momento para que los dolores eran tan horribles confesé que yo era el autor... de haber asaltado un negocio como era pobre, decían bueno ese habrá asaltado, ni para comer tenía a veces como voy a asaltar un negocio, revisaron mi casa. Mi mamá pobrecita, vendió todas las cositas de oro para darme de comer en la cárcel, son sufrimientos que pasaron en la vida...

Una de las razones para irme de Cabo Verde, no quería verle la cara a esa gente, uno que Dios me perdone, falleció pobre, miserable, después hubo una creciente de agua en esa época que le arrasó todo el negocio, quedó en nada el negocio, murió en la miseria, otro fue a Francia y no sé que le pasó, ellos mismos habían robado su plata...».

#### CITAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> Lahitte, H.; Maffia, M., *Presentación Estadística y corroboración del cálculo por el tratamiento analítico descriptivo en un grupo caboverdeano*, La Plata, Larda Publicaciones.

Maffia, M. (1986), *La migración caboverdeana hacia la Argentina. Análisis de una alternativa*, Porto (Portugal), «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. 26, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

<sup>2</sup> Lahitte, H.; Maffia, M. (1983), *Aproximación cognitiva a los estudios del parentesco. Parte I. Los hijos de migrantes caboverdeanos*, La Plata, Cuaderno Larda, Año V, nº 16.

<sup>3</sup> McGoldrick, M.; Gerson, R. (1985), *Genograms in Family Assesment*, New York, W.W. Norton & Company.

<sup>4</sup> Pereira Lahitte, C.T. de (1976), *Ensayo para una Introducción a la Teoría de la Genealogía*, Revista «Genealogía» del Instituto de Ciencias Genealógicas, nº 16, Buenos Aires.

<sup>5</sup> De Gandia, E., (1930), *Del origen de los nombres y apellidos y de la Ciencia Genealógica*, Editorial La Facultad, Buenos Aires.

<sup>6</sup> Morgan, Lewis, (1871), *Systems of Consanguinity and Affinity of Human Family*, Smithsonian Contributions to knowledge, Vol. XVII.

Morgan, Lewis, (1935), (1.ª Ed. 1907), *La sociedad primitiva*, La Plata, Editorial Biblioteca de la Universidad Nacional de La Plata.

<sup>7</sup> Rivers, W.H.R., (1901-1908), *Vision, genealogies, kinship,...*, Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits Reports, Vols. II, V, VI.

<sup>8</sup> Rivers, W.H.R., (1909), *The Todas*, Londres, Macmillan.

<sup>9</sup> Rivers, W.H.R., (1910), *The genealogical Methods of Antropological Inquiry*, The Sociological Review 3: 1-12.

<sup>10</sup> Lewis, O., (1969), *La Antropología de la pobreza*, México, Fondo de Cultura Económica.

<sup>11</sup> Lewis, O., (1969), *La vida*, México, Mortiz.

<sup>12</sup> Lévi-Strauss, (1949), *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, Mouton & Maison des sciences de l'homme.

Lévi-Strauss, C., (1974), (1.ª Ed. 1956), *La familia*, Barcelona, H. Shapiro (Ed.) Anagrama.

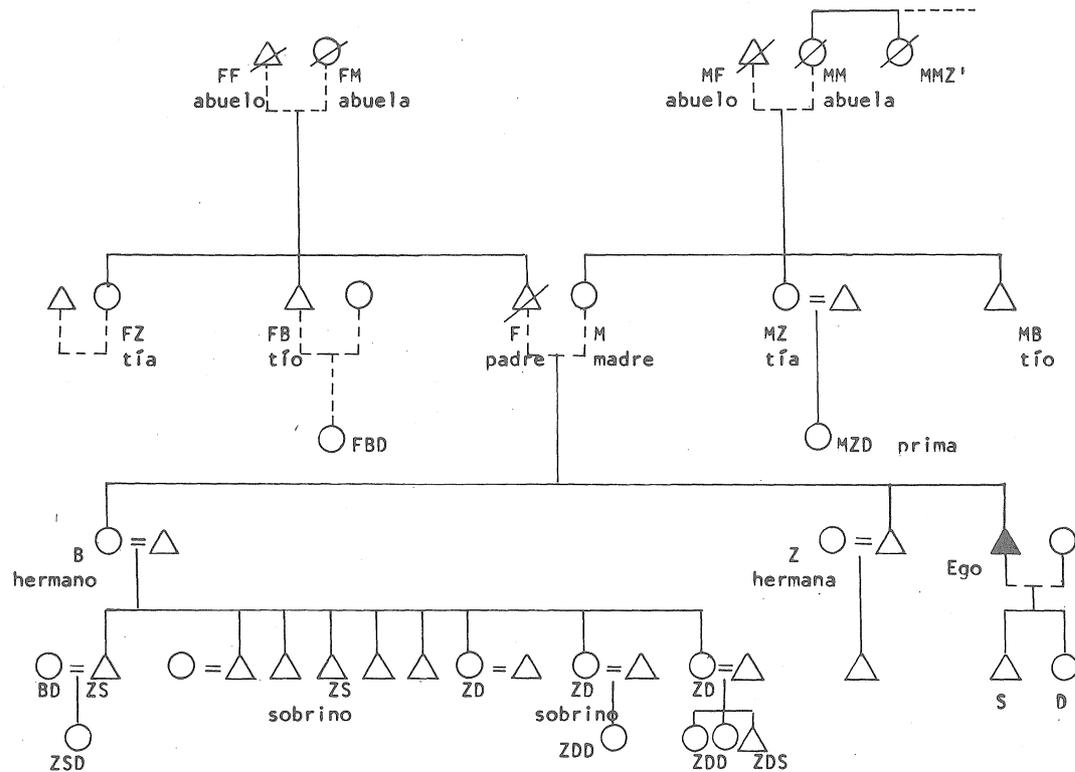
<sup>13</sup> Bowen, M., (1978), *Family Therapy in Clinical Practice*, New York, Jason Aronson.

<sup>14</sup> Augé, M. (Direcção), (1975), *Os domínios do Parentesco*, Lisboa, Edições 70.

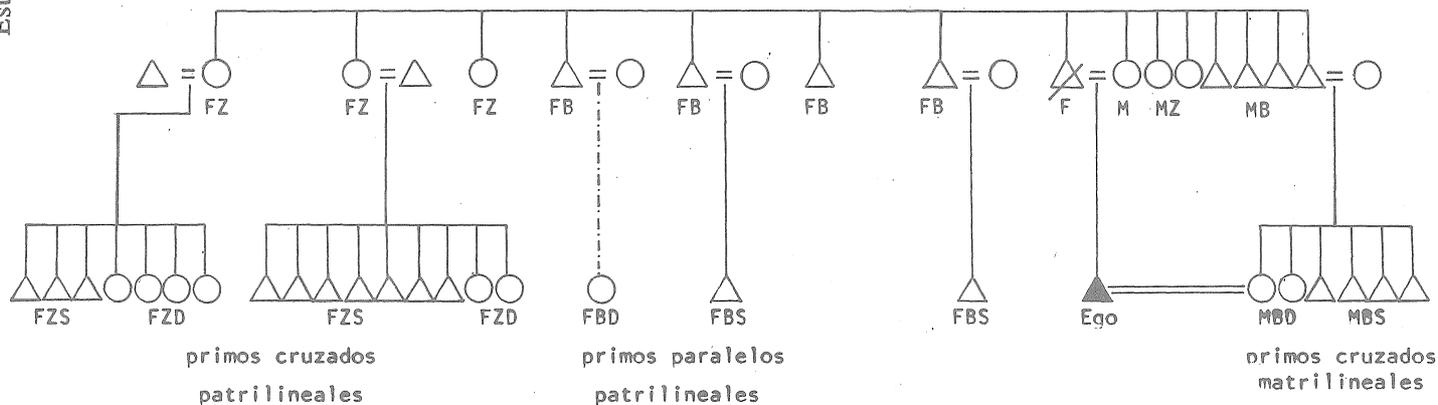
Shusky, E., (1972), (1.ª Ed. 1965), *Manual for kinship analysis*, New York, Holt, Rinehart and Winston.

Dumont, L. (1971), *Introduction a deux théories d'anthropologie sociale. Groupes de filiation et alliance de mariage*, Paris, La Haye, Mouton.

<sup>15</sup> Lahitte, H; Hurrel, J.; Malpartida, A., (1989), *Relaciones II*, La Plata, Editorial Nuevo Siglo.



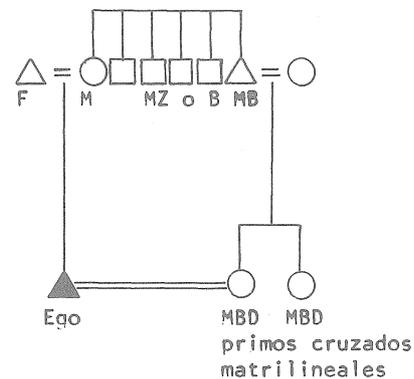
▲ ego: Informante N°1  
 Residencia: Argentina



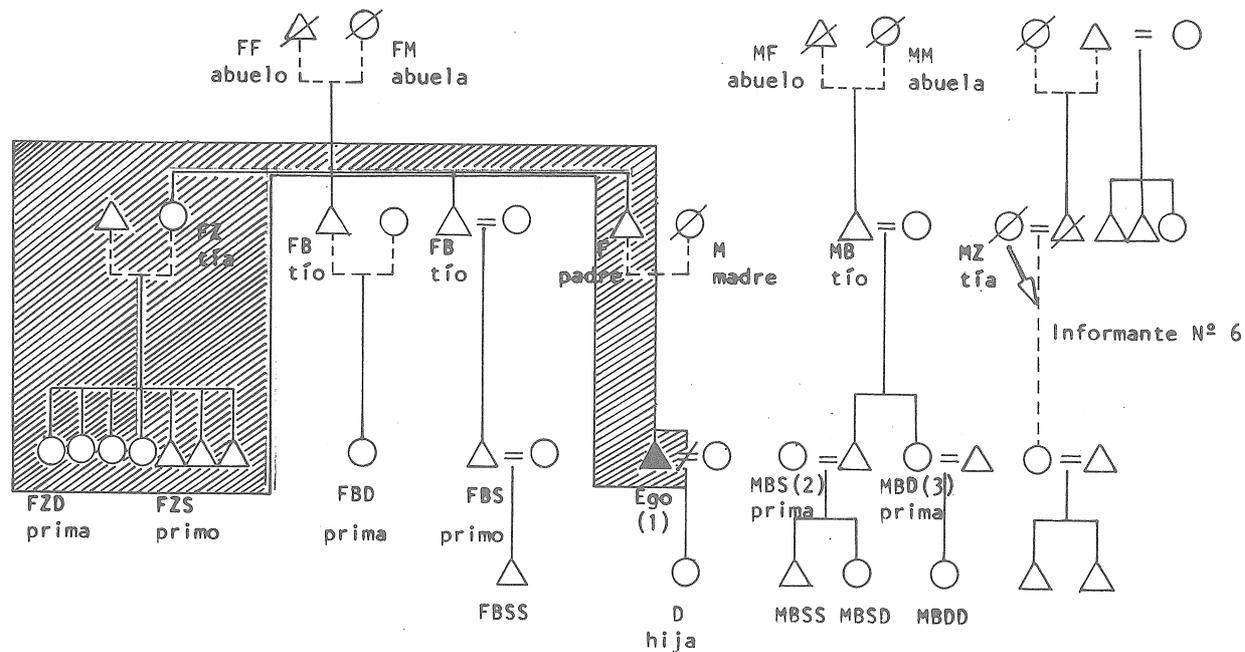
Considerando como ego al padre de la esposa del anterior

▲ ego: Informante N°2

(1) y (2): Ejemplos de matrimonios simétrico matrilateral entre primos cruzados: casamiento con una hija del hermano de la madre.



Para el Informante N° 3 estas son las relaciones:



Lo enmarcado indica el grupo de parentesco que residía en una misma unidad habitacional en Cabo Verde.  
 (1), (2), (3) migraron juntos a la Argentina, a través de la carta de llamada de su tía (Informante N°6).

▲ ego: Informante N° 3.

Residencia actual del ego: Argentina

## CORRELATIONS BETWEEN HEIGHT AND FINGER-PRINTS (PORTUGAL)

by

M.A. Maia Neto\*  
M.A. Rocha\*

### ABSTRACT:

Height and finger-prints of two homogenous samples (720 males and 589 females), ages comprised between 25 and 50, collected in Coimbra and Figueira da Foz cities are analysed. The aim of this paper is to study the behaviour of R and U genes and the correlations between height and quantitative values of the digital dermatoglyphics. The statistic analysis shows that is linear the correlation between radial and ulnar differences — the cushioned factors are partly conditioned by maximum value of ridge. The correlation height/quantitative values is linear, but very small; this fact suggest that the height does not influence R and U.

*Key words:* Height, finger-prints Portugal.

The study of finger-prints has been carried on more under the morphological point of view than that of genetic. Many authors correlate the different digital systems (Becker, 1954-55; Pons, 1956 and 1956-57; Wichmann, 1952 and 1956).

In other works values of correlation were determined between dermatoglyphics and different illnesses (Holt, 1950-51; Bragança, 1985; Olivier, 1968; Weninger, 1987) or with blood groups (Geipel, 1935; Hesch, 1932).

According to Bonnevie (1931) the quantitative values are conditioned by three independent pairs of genes, V, R e U; the quantitative values are however correlated between each other ( $r=0.64\pm 0.022$ ). It would be logical to expect that the radial and ulnar differences were also correlated, but the author states that R and U genes are independent.

Piebenga (1938) in his study found  $r=0.35\pm 0.043$  and  $\eta_{RU}=0.46$  and  $\eta_{RU}=0.42$ , despite radial and ulnar differences are not very different. The correlation ratio ( $\eta$ ) show an even stronger linkage. However Piebenga's study using material of Urk island (1942) accurately did not confirmed this link.

---

\* Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra — 3049 Coimbra Codex (Portugal).

When Fleischhacker (1951) investigated the frequency and distribution of the hereditary forms of Bonnevie, he came to the conclusion that from 27 possibilities of R, U and V combinations not all of them do not present the same frequencies. There are 8 or 9 of them which are more frequent and always represented in racial different groups with a considerable frequency. This fact is partly conditioned by the frequency of each pair of factors, however this seems to make one believe that it may exist a partial link between factors, chiefly those that determine the cushioned factors (R, U). And the author goes on: if both factors were inherited separately, the different combinations (rr, Rr, RR and uu, Uu, UU) would match according to random laws. This does not occur since Fleischhacker (1951) arrives at the conclusion that certain pairs occur more frequently while others occur more slowly than it would be expected. Studies carried on with families-relationship parents-children, grandparents-grandchildren and twins allowed to conclude that the quantitative values have a polygenic inheritance and may even be influenced by intra-uterine factors (Lamy, 1956-57; Hreczko and Ray, 1985).

The aim of this paper is to study the behaviour of R and U genes and to correlate the height with the quantitative values among an homogeneous population from the district of Coimbra.

## MATERIAL AND METHODS

The dermatoglyphies, the height, the birth place and profession of 725 men and 590 women — ages between 25 and 50 — are collected in Coimbra and Figueira da Foz, in 1969. The classification of the digital patterns is those described by Geipel (1935); different categories of arches, loops and whorls were considered and ridge counting were carried out according Geipel (1935). The percentage of digital patterns, the distribution by fingers and hands, the quantitative values (average and maximal), the radial and ulnar differences, and the empirical frequencies were determined.

This paper does not present all the results but only those concerning the present study. The sequence of the statistical analysis was as follows:

- 1 — *Correlations between radial and ulnar differences*: coefficient of correlation ( $r$ ) and respective regression lines; correlation ratio ( $\eta$ ); coefficients of partial correlation that keep the maximum value of the papillars in case we keep constant the maximum value; the «spurious correlation» based on the variability coefficient.
- 2 — *Correlations between height and quantitative values*: correlation coefficients ( $r$ ); correlation ratio ( $\eta$ ); the variance analysis was also used to verify non-linearity of regression lines ( $Q^2$ ).

## RESULTS AND DISCUSSION

Table 1 presents the number and percentages of arches, loops and whorls of two studies (Cunha and Abreu, 1954; and the present one).

	Indiv. F-prints		Arches		Loops		Whorls	
	N	N	N	%	N	%	N	%
a ♂	100	1000	—	3.6	—	69.5	—	26.9
a ♀	100	1000	—	8.6	—	67	—	24.4
b ♂	725	7250	309	4.3	4774	65.9	2167	29.9
b ♀	590	5900	373	6.3	4048	68.6	1479	25.1
♂ + ♀	1315	13150	682	5.2	8822	67.1	3646	27.7

TABLE 1 — Distribution in number and percentages for arches, total loops and whorls in two portuguese samples.

a) Cunha and Abreu (1954)

b) Neto and Rocha (1989)

The differences may be imput to the samples while the first one concerns only 100 individuals for each sex (all ages comprised) and a large geographic distribution, our data is larger  $\hat{O}=725$ ,  $\hat{Q}=590$  (only ages groups between 25-50) and with restrict geographic distribution.

After this comparasion we are going to analyse the proposed research.

Table 2 we have the mean, the standard deviation and respective errors of variables that we intend to study. The number of individuals is little ( $\hat{O}=720$ ,  $\hat{Q}=589$ ) due to the impossibility of counting some papillars.

Ridges Values	♂ (n=720)		♀ (n=589)		♂+♀ (n=1309)	
	$\bar{x}$	s	$\bar{x}$	s	$\bar{x}$	s
HEIGHT	167.62±2.274	69.92±1.605	155.28±2.246	54.52±2.246	—	—
AVERAGE VALUE	15.06±0.184	4.95±0.130	13.68±0.212	5.14±0.150	14.44±0.140	5.08±0.101
MAXIMAL VALUE	22.95±0.186	4.99±0.131	20.93±0.213	5.18±0.151	22.04±0.143	5.17±0.103
RADIAL DIF.	13.67±0.208	5.58±0.147	12.70±0.206	5.01±0.146	13.23±0.148	5.35±0.135
ULNAR DIF.	9.81±0.170	4.56±0.120	9.12±0.178	4.32±0.178	9.50±0.123	4.47±0.087

TABLE 2 — Means, standard error of mean ( $x$ )/( $\bar{x}$ ) and standard deviation (s) for height and ridges values in both sexes.

We find that the means of height are higher than those found before for Portuguese adult population. Tamagnini (1932) obtained in 11.657 recruits ( $x=164.50\text{cm}$ ) and Themido (1933)  $\bar{O}=164.80\text{ cm}$  ( $n=200$ ),  $\bar{O}=152.35\text{cm}$  ( $n=150$ ).

### 1 — Correlations between radial/ulnar differences.

The correlation coefficients between two cushioned R and U factors as well as the respective correlation ratio are in the *Table 3*.

Rad. dif:	Uln. dif	r	$\eta_{yx}$	$\eta_{xy}$
Men	(n=720)	0.47>0.06	0.49	0.50
Women	(n=589)	0.42>0.07	0.43	0.43
Total	(n=1309)	0.45>0.04	0.46	0.54

TABLE 3 — Correlation coefficient (r) and correlation ratio ( $\eta$ ) between radial and ulnar differences.

The correlation coefficients exceed in the three cases the limits of security and the higher than those determined by Piebenga (1931),  $r=0.35\pm 0.15$ . In the relation to the Wichmann (1963) values our correlation coefficient for males is lower but in females is higher (Wichmann  $\bar{O}$   $r=0.52>0.15$ ;  $\bar{Q}$   $r=0.32>0.19$  and  $\bar{O}+\bar{Q}$   $r=0.48>0.12$ ). This author attributes the differences between the both sexes to the non-linearity of regression lines, chiefly in the ulnar (female difference as the correlation ratio shows —  $\eta_{yx}=0.44$ ).

Our two samples may be considered homogeneous, since there are no significant statistical differences between the two correlation coefficient. The correlation ratio are significantly different from zero in all cases.

For men the correlation is not significantly different from the ulnar correlation ratio, which results that the respective regression line is linear and deviations must be attributed to fluctuations imputable to the random of data. However the regression radial line is non-linear, once the correlation is significantly different from the radial correlation ratio.

In the female sex the correlation is not significantly distinct from the two correlation ratio, which results that the two regression lines may be considered to be linear, and the deviations imputed to the random of the sample.

In the case the two sexes together the correlation between the radial and ulnar difference is significantly distinct from the two correlation ratio, the

regression lines being therefore considered to be non-linear.

In a next step we rickon the *partial coefficients of correlation* between the values of cushioned factors, R and U, and we maintain constant the maximum value of pappilar ridges. We found for men  $r_{RU,V}=0.42>0.06$ , for women  $r_{RU,V}=0.37>0.07$  and for both sexes  $r_{RU,V}=0.40>0.05$ . The values of r got lower, but they do not seem to present any satisfactory conclusion, since the dependence of these values with the maximum value of the figures is not taken in consideration, according to the definition of Bonnevie.

An attempt to find out an apparent correlation consists in calculating a «*spurious correlation*» as Pearson, that uses the variability coefficient. The correlation values got very lower ( $r_{RU}=0.20>0.07$  for men,  $r_{RU}=0.26>0.08$  for women and  $r_{RU}=0.22>0.05$  for two sexes), but they are still out the minimum of randow, since they are all significative.

## 2 — Correlations between height/papillars values.

In our sample the male right thumb has an  $\bar{x}=19.45$  ridges and the female an  $\bar{x}=17.85$  ridges, both sexes presenting  $\bar{x}=18.52$ ; ulnar side of the hand has fewer ridges ( $\bar{O}=13.52$ ;  $\bar{Q}=12.33$ ;  $\bar{O}+\bar{Q}=12.93$ ); whorls are richer in ridges than loops (6 ridges more than the mean) and the ridges exist larger number in men ( $\bar{O}=26\%$ ;  $\bar{Q}=24\%$ ); there is sexual differentiation in the ridge distribution, see *Table 1*.

After these variations had been found out we calculated, just as Wichmann (1963) and Tillner (1967), the correlation coefficients between height and the quantitative values in each of the sexes.

Ridges Values	r	$\eta_{yx}$	$Q^2$	$\eta_{xy}$	$Q^2$
Average value	0.03<0.08	0.08	1.08<2.79	0.13	1.08<2.30
Maximal value	0.06<0.08	0.17	1.78<1.80	0.20	2.12>1.76
Radial dif.	0.08=0.08	0.16	1.29<1.80	0.16	1.72<1.76
Ulnar dif.	0.002<0.08	0.15	1.55<1.80	0.13	1.02<1.80

TABLE 4 — Correlation coefficient (r), correlation ratio ( $\eta$ ) and variance analysis ( $Q^2$ ) between height and ridges values for males (N=720).

Ridges Values	r	$\eta_{yx}$	Q <sup>2</sup>	$\eta_{xy}$	Q <sup>2</sup>
Average value	0.09>0.08	0.16	1.06<1.95	0.20	1.62<1.78
Maximal value	0.09>0.08	0.13	1.65<2.72	0.17	1.02<1.78
Radial dif.	0.04<0.08	0.13	1.02<1.90	0.11	1.66<2.40
Ulnar dif.	0.05<0.08	0.12	1.30<2.71	0.14	1.01<1.85

TABLE 5 — Correlation coefficient (r), correlation ratio ( $\eta$ ) and variance analysis (Q<sup>2</sup>) between height and ridges values for females (N=589).

Our values are even lower than those of Wichmann, and the random limits were not reached, either (except in females for the height/maximum value and height/average value correlation, where the coefficients values of correlation are significant, but only at the level of 5%).

In spite of these results we cannot conclude that there is absence of relationship between height and quantitative values. Only the linearity of the regression lines cannot lead to any conclusions. In case these hypothesis is not verified then the calculated values get nearer to zero.

Next we calculate *correlation ratio*, which, in spite of being higher than the respective values of (r) and exceeding the security level of the correlation coefficients, are small that they do not convince of the non-linearity of the regression lines. Almost these correlation ratio are not significantly different from zero except those of maximum value  $\hat{O}$  and one of them of the average value  $\hat{Q}$  (level 5%). As to the correlation coefficients there are not significantly distinct from their correlation ratio values either (except for the correlation height/maximum value  $\hat{O}$ ) which is significantly distinct from the correlation ratio ( $\eta/xy$ ).

We keep on trying to prove the non linearity of the regression lines by calculating the *analysis of variance* since by means of Q<sup>2</sup> (*relation of variance*) we can reach the Known levels of security. Only once (maximum value and correlation ratio  $\eta_{xy}$ ) F value was significant ( $p < 0.05$ ), so the regression line is not linear; for all the other cases the regression lines are linear so the deviation to the straight line can be imputed at random fluctuation of the sample.

In our sample as correlation ratio are according to their respective coefficients of correlation and accordingly they show that there are no non-linear relationship but only linear between height and the quantitative values.

## CONCLUSION

We can conclude that in one sample there was also, a correlation between the cushioned factors which are partly conditioned by its dependance on the maximum value of ridges, according to the Bonnevie definition.

Through the calculation of *partial correlation* (in case we keep constant the maximum value) there still remains a correlation that leads us to suppose that there are still other causes that influence the quantitative values.

Wichmann (1963) came to the conclusion that the height was one of there, since she found non-linear correlation between it and the quantitative values.

In our case the correlation between height the quantitative values are linear but too small that we can conclude for the non-existence of any influence of the height on the relationship of R and U genes.

## REFERENCES

- BECKER, E. (1954-55), *Korrelationen zwischen Leistenwert und Mustertyp der Papillarmuster*, Dt. Z. gerichtl. Med. 43, p. 381-390.
- BONNEVIE, K. (1924), *Studies on papillary patterns of human fingers*, J. Genetics, 15, p. 1-110.
- BRAGANÇA, K. (1985), *Spezifische Merkmale der Dermatoglyphen beim Down-Syndrom und ihre diagnostische Bedeutung*, Diplom Arbeit, vorgelegt an der Universität zu Bonn.
- CUNHA, A.X. and ABREU, M.D. (1954), *Impressões digitais de Portugueses: percentagens de figuras, valores quantitativos e frequências empíricas dos genes V, U e R.*, Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, 5, p. 315-347.
- FLEISCHHACKER, H. (1951), *Rassenmerkmale des Hautleistensystems auf Fingerbeeren und Handflächen*, Z. Morph. Anthropol., 42, p. 383-438.
- GEIPEL, G. (1935), *Bestehen Korrelative Beziehungen zwischen den Fingerleistenmustern und den Blutgruppen ?*, Z. Rassenphysiol, 7, p. 165-166.
- GEIPEL, G. (1935), *Anleitung zur erbbiologischen Beurteilung der Finger- und Handleisten*, J.F. Lehmanns, München.
- HESCH, M. (1932), *Papillarmuster bei Eingeborenen der Loyalty-Inseln. Beziehungen zwischen Papillarmustern und Blutgruppen bei diesen und einer deutschen Vergleichsgruppe*, Z. Rassenphysiol, 5, p.163-168.
- HOLT, S.B. (1950-51), *A comparative quantitative study of the finger-prints of mongolian imbeciles and normal individuals*, Ann. Eugenics, 15, p. 455-374.
- HRECZKO, T.A. and RAY, A.K. (1985), *An extended family study of ridge counts in two Indian populations*, Human Biol., 57, p. 289-302.
- LAMY, M. et alli (1956-57), *Le nombre de dermatoglyphes dans un échantillon de jumeaux*, Ann. Hum. Genet., 21, p. 374-385.

- OLIVIER, G. (1968), *Les dermatoglyphes palmaires des trisomiques mongoliens*, Academie Nationale de Médecine, Séance 21 Mai, p. 304-308.
- PIEBENGA, H.T. (1938), *Systematische und erbbiologische Untersuchungen über das Hautleistensystem der Friesen, Flamen und Wallonen*, Z. Morpholog. Anthrop., 37, p. 140-165.
- PIEBENGA, H.T. (1942), *Über das Hautleistensystem der Bevölkerung der Insel Urk*, Z. Morph. Anthrop., 40, p. 149-177.
- PONS, J. (1956), *Analisis de las relaciones pleiotropicas entre distintos caracteres dermopapilares*, Genetica Iberica, 8, p. 117-131.
- PONS, J. (1956-57), *Genetical intercorrelations between several dermatoglyphical traits*, Acta Genet. Stat. Med., 6, p. 476-481.
- TAMAGNINI, E. (1932), *Sobre a distribuição geográfica de alguns caracteres fundamentais da população portuguesa*, Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, 2, p. 242-262.
- THEMIDO, A. (1933), *Sobre alguns caracteres antropométricos da população portuguesa*, Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa, 2, p. 285-309.
- TILLNER, I. (1967), *Hautleistenbefunde der Fingerbeeren bei den Baga, einem Westafrikanischen Negerstamm*, Anthrop. Anz., 30, p. 97-119.
- WENINGER, M. (1987), *Comparative Dermatoglyphic Investigation of Patients with Thyreoiditis Lymphomatosa Hashimoto and with Endemic Struma*, Coll. Antropol, 11, p. 407-410.
- WICHMANN, D. (1952), *Das Hautleistensystem der Fußsohle bei Zwillingen*, Z. Morph. Anthrop., 44, p. 274-284.
- WICHMANN, D. (1956), *Zur genetick Hautleisten Systems der Fußshole*, Z. Morph. Anthrop., 47, p. 331-381.
- WICHMANN, D. (1963), *Über nichtlineare Korrelationen der quantitativen Werte der Fingerbeerenmster mit der Koiperhohe*, Anthrop. Anz., 26, p. 55-61.

## 70º ANIVERSÁRIO DA S.P.A.E.

### COLÓQUIO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL

*Realizado pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia no dia 14 de Maio de 1988, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, e coordenado por Augusto Santos Silva (Fac. de Econ. da Univ. do Porto e membro da direcção da S.P.A.E.)*

#### **Temas:**

**1. *A Análise antropológica de colectividades rurais***

Comunicação inicial de *José Manuel Sobral* (Instituto de Ciências Sociais, Lisboa) (texto não enviado para publicação);

**2. *O estudo da cultura material numa perspectiva antropológica***

Comunicação inicial de *Jorge Freitas Branco* (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa);

**3. *As monografias locais na perspectiva da Antropologia***

Comunicação inicial de *Joaquim Pais de Brito* (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa) (texto não enviado para publicação).

## PALAVRAS DE ABERTURA

por

Susana Oliveira Jorge

(Presidente de Direcção da S.P.A.E.)

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia atribuiu um grande significado à realização do *Colóquio* que neste momento se inicia.

Por duas razões principais: — em primeiro lugar, porque a sua programação teve em conta o desejo de *renovação global* da S.P.A.E., manifestado pelos seus sócios em 1985. Na verdade, cremos que um «Colóquio de Antropologia Social», nos termos em que foi pensado, tendo em vista os temas em debate e as personalidades presentes (convidados a enriquece-los com as suas reflexões), marcará mais uma etapa de *viragem* nos objectivos e na postura desta instituição face aos problemas teóricos e metodológicos que este campo do saber encerra. Se, no passado, a S.P.A.E. pretendeu promover a investigação e a divulgação de temas de cariz etnológico, não raras vezes, é necessário lembrá-lo, deu cobertura à expressão duma Etnografia descritivista, alheada das grandes preocupações teóricas que, ao longo do tempo, foram enformando esta área científica. Gostaríamos, assim, que o presente Colóquio pudesse, de alguma forma, ajudar a despertar no interior da S.P.A.E., um amplo processo de actualização, visando o *debate das actuais perspectivas* existentes no domínio da Antropologia Social; — em segundo lugar, a «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» está consciente do papel que, nesta área, pode e deve desempenhar junto da comunidade científica e do público em geral, sobretudo, do Norte do País. Não existindo actualmente, fora de Lisboa, uma licenciatura no campo da Antropologia Social, mas sendo visível o interesse que tal ciência desperta a nível nacional, entre especialistas dos mais diversos ramos (historiadores, sociólogos, arqueólogos, por exemplo), cremos que esta instituição deverá estar atenta à possibilidade de poder polarizar, em torno de si, *um amplo espaço de diálogo* que ajude a clarificar áreas de convergência (e de diferença) entre campos do saber que partilham, em maior ou menor medida, objectivos comuns.

Por todos estes motivos, desejamos que este «Colóquio de Antropologia Social» possa constituir um sucesso, não só em termos de estimular perspecti-

vas sobre os temas a tratar, como de intervenção cultural na vida da cidade do Porto, onde, como sabemos, não são tão frequentes quanto seria desejável as reuniões de cariz científico.

Finalmente, gostaríamos de agradecer aos conferencistas o facto de terem aceite o nosso convite para intervir em comunicações de fundo, sobre os três temas em debate.

À Reitoria da Universidade do Porto, ao Banco Português do Atlântico e à Fundação Eng<sup>o</sup> António de Almeida, expressamos também o reconhecimento pelo apoio prestado na montagem desta realização.

A todos os presentes, desejamos que este «Colóquio de Antropologia Social» seja pretexto para uma viva e construtiva discussão de ideias.

*Universidade do Porto, 14 de Maio de 1988*

## APRESENTAÇÃO DO COLÓQUIO

por

**Augusto Santos Silva**

A passagem do 70º aniversário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia constituiu, em 1988, um excelente pretexto para a realização de um debate público em torno destas disciplinas. O Colóquio de Antropologia Social, que decorreu no Porto, durante todo o dia 14 de Maio de 1988, procurou sê-lo.

Dois objectivos nos guiaram, então.

Um tem a ver com a história e o presente da Sociedade. Nascida inicialmente no quadro da antropologia física, ela abriu-se depois, progressivamente, a estudos de disciplinas sociais, em particular a etnologia e a etnografia, a arqueologia e a pré-história. O momento alto dessa abertura foi, sem dúvida, aquando da constituição, no Porto, do grupo de investigações etnológicas, animado por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Enes Pereira. Em anos mais recentes, a renovação da Sociedade tem-se devido ao labor de investigadores que, oriundos do campo disciplinar da arqueologia, procuram enriquecê-lo com as contribuições específicas da abordagem antropológica. Era, pois, de todo o interesse para a dinamização da vida interna da Sociedade — propiciadora de uma redefinição da sua identidade própria — o debate interdisciplinar.

O segundo objectivo tinha a ver com a situação dos estudos antropológicos na área regional de implantação da Sociedade. A disciplina tem, no Norte, uma audiência que se vai alargando, mas escasseiam os especialistas profissionais, escasseia a formação de outros e os contactos entre os que existem são relativamente ténues. Ora, a Sociedade era e é um espaço institucional cuja vocação se cumpre na alteração deste estado de coisas e, nomeadamente, na cooperação regular e interessada dos antropólogos e estudiosos da antropologia nortenha.

O programa do Colóquio estava concebido de acordo com estas considerações. Não pretendendo ser um congresso nacional especializado, ocasião de

apresentação de múltiplos resultados de pesquisa e de balanço do estado da antropologia portuguesa, dirigido preferencialmente aos investigadores profissionais; optou por estruturar-se como ocasião de encontro mais caracteristicamente regional, em função, claro, de discussões teóricas actualizadas. O seu alvo era, por isso, um público alargado de interessados, a diferentes títulos, pela antropologia e empenhados no seu desenvolvimento, teórico e institucional.

Tratou-se de um dia de trabalho, com três debates em torno de temas genéricos. O primeiro tema — a análise antropológica de colectividades rurais — propiciava a abordagem de um objecto clássico da antropologia. A comunicação inicial pertenceu a José Manuel Sobral, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O segundo tema — o estudo da cultura material numa perspectiva antropológica — pretendia, além do mais, favorecer a relação entre antropólogos e outros estudiosos da cultura material, entre os quais se contam, justamente, os arqueólogos. A intervenção inicial pertenceu a Jorge Freitas Branco, professor do Departamento de Antropologia do I.S.C.T.E. Com o terceiro tema — as monografias locais na perspectiva da antropologia — pretendíamos interessar os estudiosos locais, como é sabido figura de grandes tradições no Norte, e cujo trabalho nos parece necessário, ao mesmo tempo, apoiar e actualizar.

O Colóquio mereceu uma elevada receptividade pública. Aos 90 participantes previamente inscritos juntaram-se cerca de três dezenas mais, no dia do Colóquio. E uma breve caracterização estatística, com base naqueles 90 inscritos, mostra bem que tinha sido sensibilizado, como queríamos, um público de interessados (mais vasto, portanto, do que o simples colégio de especialistas).

Público relativamente jovem (14% dos participantes tinham menos de 25 anos e 60% entre 25 e 39); com ligeira predominância das mulheres (que representavam 59% do total); com habilitações escolares de nível superior (69% diplomados em ciências sociais e humanas, 9% em ciências naturais ou belas-artes, 16% com frequência do ensino superior); e com uma relativamente dispersão geográfica (57% residentes no Grande Porto, 12% noutros concelhos da Região Norte, 18% no Centro, 9% no Sul). 62% dos inscritos não eram sócios da Sociedade, outro sinal da repercussão pública da iniciativa. Mas o facto mais importante, quanto à composição do público, é a distribuição por profissões/ocupações: 23% dos inscritos eram docentes do ensino superior, 17% do secundário, 2% do básico, 6% declaravam ser professores sem especificar o nível de ensino; 7% eram investigadores; 13% estudantes; 30% eram técnicos de administração pública e de serviços (havendo 2 ocupações não indicadas). Está-se a ver que o Colóquio conseguiu ultrapassar duas fronteiras: conseguiu passar para além dos profissionais do ensino superior, e conseguiu passar além dos professores. E a presença significativa de técnicas do serviço

social é um bom indicador da crescente sensibilização para a utilidade social da antropologia.

O debate foi vivo. Dele se publicam aqui, os registos possíveis. Com a consciência de que ele constituiu um bom momento de diálogo e de cooperação em torno de uma disciplina, a antropologia, e dos cruzamentos interdisciplinares que ela favorece e que a enriquecem, diálogo e cooperação que, noutros lugares ou sob outras formas, convinha prosseguir

TEMA 1

## A ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DE COLECTIVIDADES RURAIS (resumo)

por

**José Manuel Sobral**

José Manuel Sobral centrou a comunicação sobre a sua própria experiência de trabalho de campo, numa aldeia da Beira Alta. Referindo-se, sobretudo, à problemática da reprodução social, privilegiou a análise das representações sociais locais acerca da estrutura social da colectividade, com desigualdades muito marcadas. Mostrou, assim, a fecundidade do estudo da «economia moral»; e, neste quadro, chamou a atenção para as virtualidades da investigação focalizada nos processos de construção social do passado, de uma memória histórica colectiva.

## DEBATE

**Augusto Santos Silva:** Penso que a comunicação inicial permite levantar várias pistas que podem ser seguidas na discussão e que, em certa medida, se prolongarão nas discussões desta tarde. É interessante notar, do ponto de vista do que é a tradição antropológica, pelo menos a que era mais consistente em Portugal e que está recentemente em causa, como a experiência relatada pelo José M. Sobral é a experiência da análise de um espaço social que nós estaríamos, aparentemente, muito longe de caracterizar como uma comunidade. Aliás, há um pequeno dado muito interessante na própria exposição: o tema é a análise antropológica das colectividades rurais, e o José Manuel Sobral falou sempre em comunidade. Uma primeira pista para a discussão, a meu ver, pode ser essa; de facto, como vários outros trabalhos recentes em antropologia publicados em Portugal têm vindo a insistir, a antropologia não é necessariamente a análise de comunidades no sentido que o senso comum pode atribuir a esta expressão, no sentido de espaços sociais fortemente homogêneos mesmo que socialmente diferenciados. A experiência relatada é proveniente da análise de uma comunidade fortemente contrastada, não só ao nível da estrutura social, mas também ao nível das representações sociais, do sentido que os actores sociais atribuem às suas acções e à estrutura social.

Uma segunda questão que pode ser bastante interessante é esta: digamos que um certo predomínio da maneira etnográfica de analisar colectividades tradicionais, no nosso país, tem induzido as pessoas interessadas, os estudiosos e não propriamente os especialistas, na ideia que fazer etnologia de espaços locais é recensear as suas tradições, os seus usos e costumes e as ideias que as pessoas vão exprimindo em conversa com o inquiridor (ou investigador, para usar uma expressão menos policial). O que acho interessante na exposição do José Manuel Sobral é exactamente a insistência com que ele frisa que a análise das representações sociais é insubstituível. Nós não podemos ficar só na análise da estrutura social, nomeadamente, recorrendo a dados duros, a factos duros e à análise no limite quantitativa. Portanto, como ele frisa, a análise das representações sociais é insubstituível. Mas é insubstituível se teoricamente orientada, quer dizer: há um problema em questão, que é o problema da análise dos processos de reprodução social, e é em relação a esse problema que faz sentido analisar o modo como as pessoas atribuem sentido à sua vida e à sua

organização social. É muito importante, suponho eu, discutir um pouco isto. Penso que vamos discutir de manhã e vamos discutir da parte da tarde esta ideia de que fazer a investigação etnográfica não é meramente fazer um re-enseamento de tradições, usos e costumes.

Finalmente, outro ponto que me parecia talvez interessante explorar (visto quer a formação histórico-anropológica do nosso convidado, quer a formação historiográfica de uma parte muito importante da assistência) é exactamente esta ideia da ligação, da articulação entre a análise antropológica e a análise histórica, sobretudo esta ideia de que estudar colectividades locais de hoje é estudar também os modos diferenciados como as colectividades de hoje constroem socialmente o seu próprio passado. É muito interessante, nomeadamente, tendo em conta como, nas nossa escolas, nós fomos redescubrimo, através sobretudo de alguns livros de autores franceses e ingleses, a importância recentemente dada à articulação entre a história e a antropologia. É de interesse notar, penso eu, que ela se faz não apenas do modo clássico de *Montaillou* de E. Ladurie, portanto fazer uma análise antropológica utilizando fontes e referenciando-nos a acontecimentos e processos do passado, mas também — o que é capital a meu ver — tentando fazer exactamente o que se chama de análises regressivas, quer dizer, partir do presente e tentar perceber como as colectividades locais de hoje constroem socialmente o seu passado e como é importante perceber essa construção para perceber o que elas são hoje.

Alice Duarte Geraldès: Na parte que me toca eu queria agradecer ao nosso conferencista a comunicação que fez e que, tanto quanto me diz respeito, fez-me reviver toda a exaltação e ao mesmo tempo os tormentos do trabalho de campo que realizei, há quatro anos, aqui no Norte de Portugal. Estou aqui a reviver o que me atormentou e o que me foi extremamente agradável. Agora queria dizer o seguinte: é que verifico que Portugal, por mais que se estique a bitola, é sempre igual de Norte a Sul. Portanto, toda a sua informação cabia absolutamente na minha experiência; a mesma maneira de reagir do povo; as mesmas diferenciações sociais, as mesmas conceptualizações. É muito curioso, passando-se a minha experiência aqui no Minho e localizando-se a sua aldeia na Beira.

Agora queria entrar um bocadinho mais no assunto que me interessa e que é o seguinte: Eu fiz o percurso contrário. Sou antropóloga e utilizei muitas fontes históricas. Apresentei uma tese de doutoramento que tem exactamente este título «Um Processo de Reprodução Social em Mudança» e realizou-se aqui na Correlhã (uma freguesia de Ponte do Lima). Utilizei muitas fontes históricas, fiz também a reconstituição histórica a partir da população, compreendendo um período histórico de cem anos, mais ou menos do fim do século passado até agora, e fui acompanhando o percurso da comunidade. (Eu chamo-lhe comunidade sem receio nenhum: apesar dessas grandes diferenciações existentes, apesar das relações com a vila, apesar das comunicações que tem

com o exterior e as estratégias e as redes matrimoniais que se alargam a várias freguesias, eu chamo-lhe comunidade). Mas, como ia dizendo, para reconstituir esse passado histórico foi efectivamente a população quem o ajudou a reconstituir e não só eu; mas isso foi acompanhado de documentação histórica, a documentação histórica que é a melhor que se encontra nas aldeias: a dos arquivos paroquiais. Acerca de algumas fontes histórias encontradas no arquivo, o que eu lhe queria pôr era o seguinte: encontrei uma grande dificuldade nessas fontes porque elas não eram fidedignas; e foi extremamente curioso porquanto, em contacto com a população, foi a própria memória viva da população que me ajudou a corrigir os assentos dos baptismos, portanto os dados que constavam desses documentos.

Ajudaram-me a corrigi-los porque não estavam correctos e se eu tivesse partido simplesmente desses dados históricos, tinha chegado a conclusões completamente erradas. Não sei se o mesmo aconteceu consigo. Eu penso que é preciso ter um cuidado muito grande com a utilização dessas fontes históricas, porque nem todas elas são fidedignas, sobretudo aqui nesta zona, onde os párocos, sobretudo a partir da implantação da República, entraram numa certa anarquia no preenchimento dos assentos de casamentos, de baptismos e de mortes. Só lhe queria perguntar se realmente encontrou estes problemas e como é que os resolveu. [...]

Um dos aspectos curiosos era a anarquia que reinava na atribuição de profissões às pessoas. Eu utilizei muito a variável profissão na análise que fiz mas aqui tudo era caótico; de padre para padre, mudavam os critérios de classificação. No caso das mulheres, a partir de certa altura — a meio do século — estas passam a ser designadas como domésticas, quando tal não correspondia à verdade. Ainda hoje é-lhes muito difícil entender o que é doméstica e nenhuma delas se aceita como tal. Todas elas tiveram uma profissão mas, a partir de determinada altura, são registadas e classificadas como domésticas. É um factor ideológico que interfere na maneira como os assentos são feitos e isto perturba a análise que se pretende fazer. [...]

É um facto. Podiam falhar noutro tipo de profissões a atribuir, mas a pobreza aparece como uma profissão, sobretudo no fim do século passado — «profissão pobre». Mesmo no acto do matrimónio: «padrinho, profissão: pobre» aparece imenso; e isso permite avaliar realmente até do nível de pobreza da comunidade.

**Pedro Hespanha** (*Faculdade de Economia de Coimbra*): Eu gostei imenso da exposição do Sobral, que levanta uma série de questões interessantes. Limitar-me-ei a tentar relacionar o que for mais interessante nesta parte da manhã, uma vez que estamos centrados nas questões das comunidades rurais. O que me parece interessante nesta exposições é que fica muito claro que considera a colectividade, comunidade ou aldeia rural, como um espaço diferenciado. Pelo menos no modo como foi apresentado o trabalho, essa grande preocupação

ficou clara; não sei se a outra a que me vou referir é também considerada. Se a aldeia é um espaço diferenciado, também é um espaço aberto. Quando se está a estudar os fenómenos de reprodução social e se nos quisermos limitar à reprodução económica, há consciência de que em todas as aldeias portuguesas faz sentido considerar este aspecto da abertura ao exterior. Existe um espaço de reprodução muito alargado para além fronteiras da aldeia. A opção de J. M. Sobral foi estudar apenas uma aldeia e não o conjunto da freguesia; mas a forma como ele apontou as relações que existem entre os núcleos da aldeia e as diferentes partes da freguesia, dá ideia que há uma grande interação e uma grande complementariedade em termos de reprodução do espaço social da freguesia.

Aquela opção tem algumas consequências: ele está a estudar profundamente uma aldeia onde é dominante o estrato social dos jornaleiros e, naturalmente, não vai poder dar tanta atenção à reprodução da outra componente da sociedade local, que reside fora desta aldeia. Mas este raciocínio pode-se ampliar precisamente para fora do espaço local, se pensarmos por exemplo, nas migrações. A questão é de saber como se vai relacionar a reprodução dos diferentes grupos com o espaço externo e, até onde chegam essas relações. E daqui decorre uma série de consequências teóricas, por exemplo, a da velha questão de saber o que é a comunidade: se definirmos a comunidade como uma relação, privilegiando a componente da relação social em detrimento do aspecto ecológico da localização espacial, ou se resolvermos o problema estudando uma aldeia, privilegiando a localização e o espaço físico ocupado por uma população. Se a concepção que temos sobre a reprodução de uma população é pensada em termos sociais amplos, então já é discutível se vamos estudar a aldeia, a freguesia ou mesmo a economia mundial.

São questões que o J. M. Sobral considerou, por certas referências que nos dá, mas gostava que falasse mais sobre elas. O aspecto que ele escolheu, a diferenciação social interna, é o aspecto que está a ser mais estudado e que conhecemos melhor. O outro, o de as aldeias serem um espaço aberto, coloca problemas especiais que têm reflexos na própria estruturação social da aldeia. Simplesmente há um processo, uma transformação, uma mudança. Quando o J.M. Sobral estuda os modos de reprodução social, esse processo não fica muito claro, salvo no aspecto relativamente limitado da relação entre os grupos da mesma aldeia e do seu espaço social. Mas parece que os elementos mais importantes da dinâmica social já não estão hoje aí.

Faltam-nos referências sobre o modo como os recursos externos do grande mercado, da economia externa (tudo isto são expressões problemáticas, de qualquer maneira podemos lidar com elas), são utilizados pelos grupos para a sua reprodução social; sobre o papel cada vez mais importante da componente salarial e, sobre, o modo como isso se relaciona com a esfera económica da aldeia. Quer dizer, se é preciso que venham os ciganos para assegurar certos

serviços, isso também é o reverso de alterações importantes na reprodução das famílias de trabalhadores rurais.

**Henrique Gomes de Araújo:** A comunicação de José Manuel Sobral foi muito importante. Mas a pergunta que faço a mim próprio é: o que está *antes*, e que determina os frutos desse trabalho — frutos a que nós assistimos hoje. É o problema da integração na colectividade — e o José Manuel Sobral deu dois tópicos: a perda da identidade e, mais tarde, o dique que se realiza. A escola americana de *Gregory Batteson*, que faz estudos sobre comunicação, diz que a comunicação só é gratificante se consegue ser comunicação sobre a comunicação. Ora, eu penso que nós não conseguimos, nas faces iniciais do trabalho de campo, comunicar sobre a comunicação que vem da colectividade para nós próprios; e daí surgirem fenómenos, de comunicação paradoxal, isto é: efeitos perversos da comunicação sobre os comportamentos. Não sei se o José Manuel Sobral pode dar uma contribuição a isto; eu penso que é sempre uma matéria oculta nos nossos trabalhos, o processo de integração que está por trás do trabalho que apresentamos ao público.

**Luís Polanah:** Felicito-o pelo cuidado, pelo pormenor, pela lição que nos dá a todos que somos praticantes desta ciência. Tenho estado a estudar uma pequena freguesia na cidade de Famalicão e estou actualmente bastante interessado em estudar outros aspectos, não visíveis mas sensíveis, dificilmente talvez quantificáveis. O Senhor tocou num desses assuntos — a taberna. Ela é o espaço onde as pessoas, da localidade que estuda, exploram todas as possibilidades da má língua, da difamação, de assuntos sexuais, traições, fidelidades, etc. Essas forças, ou actividades, são permanentes nestas comunidades e são, em certo sentido, forças disruptoras, forças que aparentemente ameaçam a unidade, a harmonia dos diferentes elementos que compõem a comunidade.

Não sei se teria examinado, se se teria preocupado em verificar os aspectos positivos que resultam desta actividade ou deste entretenimento de falar mal do outro por trás e fazer a [...] pela frente, e até, se calhar, convidar a tomar um copo de vinho. Mas teria sido a oportunidade de pensar porque é que o homem é assim? Porque é que as pessoas de uma comunidade aparentemente equilibrada, onde todos se entendem, se dão bem, evitam acentuar as suas desigualdades, ou diferenças, no momento em que podem reunir elementos de confiança, desabafam contra este e contra aquele com a linguagem que todos nós conhecemos, a do português quando está descontraído.

Outro aspecto é se teria reparado na existência nessa aldeia da sobrevivência daquelas formas tradicionais de cooperação que tanto encantam os etnólogos nossos antecessores.

## DA ANÁLISE DE CONTEXTOS MATERIAIS

por

**Jorge Freitas Branco\***

### 1. CONTORNOS DA PROBLEMÁTICA

A designação cultura material permanece muitas vezes ainda associada a determinadas questões de etnografia conotadas com fases ultrapassadas da Antropologia.

A ideia de que tais preocupações se inserem no contexto histórico do desenvolvimento do discurso antropológico perdura, tornando-se por isso pouco frequentes as aproximações teóricas que, recuperando o passado, procedam à elaboração e à consolidação de linhas de pesquisa diferentes.

Para este estado de coisas contribui o labirinto de conceitos, denominações e de categorias atribuídas às correntes etnológicas que se servem ou se apoiam na cultura material. Tanto somos confrontados com os aspectos materiais da cultura, como com as bases materiais dos sistemas sociais, ou ainda com a materialidade dos factos sociais ou dos fenómenos ligados à cultura. O panorama pode induzir a maior confusão, na medida em que a cultura material pode ser abordada num âmbito de análise mais amplo. Assim ela transforma-se em parte constituinte e essencial no estudo dos sistemas económicos, reflectindo o quadro dos recursos naturais de que dispõe um grupo social para gerir. Outras linhas de pesquisa apoiam-se nos elementos materiais da cultura para interpretar sistemas complexos de tecnologias, chegando-se nesses casos a defender uma etnologia das técnicas ou uma tecnologia cultural.

Este mosaico não é exaustivo, mas atesta a título exemplificativo, a diversidade terminológica que rodeia a cultura material. Ele traduz, quanto muito, algumas facetas importantes do percurso epistemológico da Antropologia, testemunha vários dos desafios enfrentados por esta disciplina e, como resultado dos pontos anteriores, revela os posicionamentos adoptados perante problemas concretos de pesquisa.

---

\* ISCTE, Lisboa.

IICT/Museu de Etnologia, Lisboa.

Mesmo assim seria incorrecto falar de uso e abuso no emprego das categorias destinadas a abranger o âmbito tradicional da cultura material. Será mais justo reconhecer o papel relevante desempenhado por esta especialidade, graças ao enorme quantitativo de informação recolhida, tratada e interpretada pelas diferentes correntes antropológicas. A heterogeneidade na nomenclatura resulta da importância da matéria, uma vez que outros ramos do conhecimento instituído recorrem igualmente a este tipo de materiais (Arqueologia, Pré-história, História da Arte, História das Técnicas, História Rural, Geografia Humana, etc.). Deste modo o labirinto acima referido é talvez mais aparente do que real. Comprova a essência transdisciplinar dos estudos dedicados aos elementos ou vestígios da cultura material. O desafio global que se proporcionou, e continua a proporcionar, consiste em propôr leituras coerentes a organizar através dos artefactos.

## **2. ALGUNS CONTEXTOS DE PESQUISA NA ETNOGRAFIA EUROPEIA.**

### **2.1. O equipamento material como especialidade**

O estudo da cultura material no terreno europeu alcançou incremento notável apoiando-se numa série de projectos desenvolvidos sobretudo no após-guerra e até à década de 60. Embora o leque dos temas escolhidos e sujeitos a tratamento fosse amplo, alguns tópicos mereceram a atenção preferencial dos etnólogos nos diversos países. Uma vez que se organizaram no âmbito supra-nacional, os resultados obtidos tornar-se-fam relevantes no plano teórico e metodológico, constituindo uma base suficientemente sólida para algumas generalizações conclusivas a nível continental.

Os instrumentos aratórios foram uma das áreas predilectas para a investigação. Na senda do estudo pioneiro de Paul Leser (1931), no qual a preocupação difusionista levou o autor a empreender uma vasta e arrojada sistematização do material secundário então disponível, os etnólogos europeístas procederam a partir dos anos 50 a levantamentos à escala nacional ou regional para esta alfaia agrícola. O seu objectivo era conseguir através da menor dimensão da unidade de análise escolhida, aprofundar a recolha a todos os níveis, evitando por outro lado conclusões demasiado globais. Entre estes trabalhos destaca-se a monografia de A. J. Dias (1948), à qual se seguiram outras similares para diversas áreas da Europa continental, incluindo as regiões aparentemente periféricas, como a Finlândia (Vilkuna 1971).

As investigações sobre os arados não se confinaram ao espaço geográfico mencionado. Alguns autores, inspirados nesta acumulação de conhecimentos, mantiveram e exploraram mesmo possibilidades da comparação mais geral, ou seja, a abordagem comparativa à escala mundial (Haudricourt & Delamarre

1955). Uns e outros pouco divergiam no método seguido para alcançar uma meta também análoga: estabelecer a distribuição do implemento, elaborar uma tipologia adequada e finalmente propôr uma classificação morfológica. Em torno deste último passo surgiram interpretações polémicas, porque enquanto uns concediam maior atenção aos critérios formais, outros preferiam agrupar segundo aspectos de funcionalidade. Estes níveis de tratamento dos materiais e a sua análise constituíram um arranque para reflexões interpretativas e tendentes a reconstruir a difusão ou mesmo o(s) foco(s) de origem mais prováveis. A produção científica inspirada nos instrumentos aratórios conta-se entre a de maior relevo dentro das monografias de alfaias. A sua influência e o conjunto dos conhecimentos disponíveis a nível internacional é tal, que prosseguem ainda hoje pesquisas, nomeadamente em contextos fora da Europa, como por exemplo, na África (Seignobos & Peltre-Wurtz 1984).

O pastoreio tem sido outro assunto onde o interesse perdura, sobretudo na Europa central.

Certamente que trabalhos de fundo, como o de Jacobeit (1961) ou de Mariel J. B. Delamarre (1971) foram marcos importantes para situar a questão e impulsionar os conhecimentos sobre esta faceta frequentemente oculta do mundo rural europeu. Enquanto o primeiro autor aborda os pastores, como grupo social, reconstruindo o seu quotidiano em épocas passadas, graças à exploração de arquivos, apresentando o labor, o ritmo de vida, os apetrechos de trabalho — a cultura —, numa vertente de análise incidindo nas transformações históricas vistas à luz das alterações verificadas nas condições de vida dum grupo rural, por vezes oposto e em litígio com o campesinato. No segundo dos trabalhos mencionados, a autora centra a sua atenção em regiões francesas, proporcionando os seus dados uma boa base de comparação com a investigação de W. Jacobeit. Recentemente esta etnóloga publicaria mais material sobre este tema (Delamarre 1985), alargando o campo de investigação ao resto do mundo e colocando o enfoque comparativo a uma escala mais ampla, já patente no estudo sobre os instrumentos aratórios, de que é co-autora.

Em torno do interesse suscitado pelo pastoreio é possível estabelecer uma diferenciação idêntica à verificada em relação aos arados; enquanto alguns trabalhos se concentram na recolha detalhada do equipamento material, outros procedem ao seu levantamento no propósito de melhor fazer transparecer a dinâmica cultural nas suas implicações com as relações sociais e com os respectivos contextos históricos. O cuidado de definir Etnologia Europeia como uma prática científica orientada predominantemente para a descoberta do modo de vida das camadas populares pré-industriais, transformando-as assim em protagonistas da história, prevalece na escola escandinava, da qual há que citar uma obra importante (Szabó 1970).

O eco destas pesquisas na Península Ibérica tem sido reduzido, se nos quisermos ater à produção etnológica no sentido estrito do termo.

Neste domínio falta um estudo de referência e esta lacuna não poderá ser explicada invocando razões de ordem histórico-geográfica. A condição mediterrânica não parece constituir barreira intransponível para que o investigador não encontre materiais susceptíveis de tratamento desta temática. Prova-o um estudo recentemente publicado sobre a Córsega (Ravis-Giordani 1985).

A pesca era até à pouco tempo um aspecto da vida rural da Europa continental menos privilegiado na pesquisa. Talvez por o pescador confinar a sua presença a locais bem definidos e por estar dependente de garantia de escoamento das capturas, não deverá constituir surpresa verificar que as mais completas monografias contendo cuidadosa recolha do equipamento material, tenham sido redigidas sobre o norte europeu, nomeadamente a Escandinávia (Vilkuna 1975). Não deixa no entanto de ser interessante constatar como as questões ligadas aos pescadores e às actividades marítimas afins, salientando os moldes de processamento da faina e a especificidade das respectivas manifestações culturais, têm motivado etnólogos europeístas a trabalhar fora da Europa, em países culturalmente a ela próximos, como o Canadá (Beaucage 1968; Geistdoerfer 1986; et al).

A diversidade da cultura material europeia traduz situações e contextos múltiplos, o que justifica a heterogeneidade da formação dos autores interessados no enfoque etnográfico: geógrafos, historiadores, folcloristas, filólogos. Na esfera das actividades do mundo camponês, a moagem de cereais tem sido objecto de inúmeras investigações, cuja oportunidade coincide com o avanço da industrialização da região em causa. Assim, é compreensível, que as técnicas tradicionais de farinhação tenham despertado a curiosidade dos investigadores da Europa do norte e central já em princípios do século, enquanto o material de estudo no terreno permanecia quase intacto nos países da orla mediterrânica. É a propósito da moagem a vento que a Etnologia iria estabelecer uma caracterização (possível) entre o norte e o sul do continente, confrontando alguns pormenores técnicos dos engenhos. O recurso à energia eólica estendeu-se a muitas paisagens europeias, sendo exclusivo de algumas zonas meridionais a implantação de velame triangular nos moínhos. Neste sentido o levantamento realizado em Portugal (Oliveira, Galhano & Pereira 1983) é bastante representativo, pois embora feito à escala nacional, ultrapassa em profundidade e pormenor sínteses anteriores (Notebaart 1972; et al.).

## 2.2. Equipamento material, cultura e sociedade

Outras abordagens inscreveram-se menos num propósito imediato de reunir dados para a análise e interpretação comparadas de cultura material. Debruçaram-se sobre os aspectos do equipamento, mas no âmbito de projectos de investigação a longo prazo e tendo a aproximação à comunidade camponesa

por principal finalidade.

Entre os resultados mais interessantes figura a chamada trilogia húngara. Trata-se de um demorado estudo levado a cabo na aldeia de Átány, onde dois etnólogos recolheram materiais durante aproximadamente duas décadas. A primeira grande publicação incide na dimensão histórica local desta comunidade de camponeses protestantes num país tradicionalmente católico (Fél & Hofer 1969). Através da compilação de relatos orais cruzados e complementados com outra documentação escrita, os autores reconstituem as instituições da vida tradicional, proporcionando um enquadramento para a reflexão antropológica em torno do conceito de campesinato. Conduzem a sua argumentação de forma a salientar a necessidade de olhar os grupos sociais rurais na dinâmica ao longo da História, ajustando-se e transformando-se de acordo com factores de mudança inseridos num plano mais amplo. Tal processo dá origem a alterações nas relações de propriedade e na organização da produção agrícola.

O segundo estudo publicado (Fél & Hofer 1972) é uma extensa monografia sobre o presente vivido pelos autores durante as suas permanências na aldeia ao longo da vigência do projecto.

A ideia central assenta na aplicação do método da descrição etnográfica para apresentar os parâmetros em que se move o quotidiano de Átány. No entanto, afastam-se das linhas mestras até então seguidas nos estudos de comunidade empreendidos pela Etnologia Europeia, nomeadamente a praticada na Europa central. Nestes, a temática de fundo assentava no conceito de cultura, perspectivado pela difusão dos elementos formativos da identidade étnica ou nacional. Edit Fél e Tamás Hofer desenvolvem uma linha de pesquisa partindo da hipótese que lhes pareceu mais pertinente e característica na vida da aldeia. Embora a comunidade estivesse desde há muito ligada ao sistema económico nacional, os seus habitantes orientavam-se, em termos ideais, por um comportamento moldado na ética da autosuficiência, apoiada no elemento religioso. Aos investigadores interessou não tanto mostrar como a população ostentaria essa conduta publicamente assumida, mas antes se se verificava o confronto com o imperativo da tomada de decisões, a fim de superar situações concretas e encontrar as soluções.

A monografia é um contributo para a análise da mentalidade camponesa no que respeita a gestão económica e doméstica. Entenda-se por tal, a dinâmica social em que o conceito estático de campesinato deixa de ter cabimento e onde a comunidade só existe em articulação com a sociedade envolvente. Esboça-se deste modo uma perspectiva e um quadro analítico, nos quais a organização da actividade produtiva aparece incorporada numa racionalidade própria, mas não obrigatoriamente em constante antagonismo com o exterior; o quotidiano camponês desenrola-se num processo de reajustamento interno, reflectindo e respondendo aos desafios vindos de dentro ou de fora.

O último volume da trilogia é dedicado ao tratamento monográfico do equipamento material dos camponeses de Átány (Fél & Hofer 1974). Após a recuperação da dimensão histórica local, a observação e interpretação do Quadro ideal estruturador das normas de gestão dos recursos os autores voltam-se para a cultura material. Propondo uma abordagem diferente, apesar de todo o projecto ter sido realizado para o Museu Etnográfico de Budápeste, o conjunto das alfaias agrícolas é descrito em pormenor (carro rural, instrumentos aratórios, instrumentos de destorrear a terra, a enxada, a gadanha, o forçado, o mangual, as pás, etc.), estando ausente qualquer índole de classificação comparada. Assumem o ponto de vista dos utentes e traçam os parâmetros de aplicação dos recursos materiais disponíveis. As sínteses monográficas elaboradas para os diversos apetrechos traduzem e refletem uma aproximação baseada no conceito de personalidade cultural, por meio do qual os múltiplos artefactos são integrados no contexto da vida aldeã (Fél & Hofer 1974: 32-47). Esta operacionalização permite englobar os implementos num sistema mais vasto e complexo por meio do qual uma sociedade produz modos de apropriação da Natureza.

A trilogia húngara pode ser vista hoje como uma viragem no seio da Etnologia Europeia, pela abertura feita ao encontro de algumas perspectivas da Antropologia Cultural de inspiração norte-americana. A particularidade deste projecto de grande folêgo reside no aproveitamento do contexto social e político concreto, vivido na agricultura húngara nas décadas do após-guerra (colectivização, formação dirigida de cooperativas e outras medidas estatais para a planificação do sector agrícola).

Também na Europa ocidental foram desenvolvidas e experimentadas aproximações com incidência etnológica, cujos resultados revelam uma considerável mobilização de recursos científicos.

Em França, o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) promoveu e patrocinou na década de 60 um projecto interdisciplinar centrado numa área de montanha. Foi seleccionada a região do interior, conhecida por L'Aubrac, onde uma equipa flexível de especialistas contando ao todo cerca de quatro dezenas de investigadores, se debruçou sobre o terreno em fases sucessivas previamente coordenadas, reunindo os dados necessários ao preenchimento dos inquéritos.

As montanhas do Aubrac situam-se entre a França central e meridional e, administrativamente, penetram por três departamentos: Cantal, Aveyron e Lozère. Do ponto de vista geográfico, a paisagem caracteriza-se pela sua constituição vulcânica e pelo ambiente agreste, consequência da altitude. A zona delimitada para o projecto integrava um conjunto apreciável de aldeias agro-pastoris, que abrangiam prados, pastagem e montes, localizados em redor da cota dos mil metros. Os habitantes haviam-se especializado na criação de gado bovino abandonando cada vez mais o amanho da terra. A estrutura da pro-

priedade não era uniforme. A área serrana de L'Aubrac submetida a inquérito dá conta da existência de pequenas, médias e grandes explorações. O regime agro-pastoril praticado conciliava numa alternância sazonal a semi-estabulação com a estivagem.

Em termos da definição do projecto, e embora a orientação global traduzisse uma vinculação à vertente etnológica, a concretização far-se-ia através do levantamento exaustivo de dados, nomeadamente em domínios como a agronomia, a zootecnia, silvicultura, a pedologia — sectores entregues a especialistas nas respectivas matérias. O conjunto das recolhas etnográficas previstas foi distribuída a etnólogos, de acordo com a maior sensibilidade de cada um para uma leitura determinada: tradição oral, sistema económico, instituições sociais, tecnologias próprias do modo de vida ganadeiro e as relações com a preparação dos respectivos derivados.

A perspectiva que orientou a pesquisa atribuía grande peso à profundidade histórica — associando História Agrária à problemática da comunidade rural —, como de igual forma à apropriação do espaço encarada como prática social. Constituem exemplos interessantes os estudos sobre aspectos específicos do equipamento (mobiliário) doméstico (Tardieu 1972), ou das técnicas e utensilagem agrícolas (Delamarre 1982). Relativamente a este último ponto, é importante sublinhar a metodologia adoptada para descrever, posicionar e enquadrar as alfaias. A autora procede a uma leitura tendente a fazer subressair processos encadeados, em que as operações sucessivas devem ser vistas como sequências completas. Esta forma de operacionalizar a análise destina-se a realçar o contexto interno em que se desenvolve a actividade produtiva, surgindo assim o emprego das alfaias como uma acção lógica no desenrolar dos processos de trabalho.

O grupo de pesquisa de L'Aubrac conseguiu reunir e tratar um quantitativo notável de informação sobre uma região — recorrendo para tal a uma grelha diferenciada, com vista à elaboração de breves monografias sobre várias aldeias. Caracterizando-se elas também, no seu todo, pela atraso económico e pelo nível de vida baixo para a média rural francesa, estas paisagens serranas foram no fundo submetidas a um diagnóstico regional. Pretendeu-se compreender e avaliar os parâmetros de uma zona agro-pastoril, onde as transformações internas conduziam ao declínio e à fuga da população jovem para os grandes centros urbanos. No aspecto que mais nos interessa — o da chamada cultura material —, transparece nos trabalhos publicados pelos especialistas deste domínio um forte pendor para a recolha, encarada como salvaguarda de um património em vias de extinção, só possível de ser tratado através das estruturas de um museu.

Embora as conclusões finais deste projecto apontem para propostas concretas da política regional, no âmbito científico têm-lhe sido feitos alguns reparos pela omissão de facetas da realidade inevitavelmente pouco contem-

pladas, ou mesmo ausentes, nesta campanha de pesquisas (Cuisinier & Segalen 1986: 81).

No intuito de contrabalançar as referidas lacunas, foi organizado um outro programa de pesquisa, concretizado por quatro etnólogas, que se ocuparam de uma área rural destituída de características ditas tradicionais, leia-se atraso económico, presentes na região serrana do centro da França.

O projecto elaborado em torno de Minot (cf. Pinguad 1978; et al.) afastou-se metodologicamente tanto do de Aubrac, que permite entrever não só a diversidade das abordagens possíveis na Etnologia, como de igual modo, a pluridade dos modos de encaminhar o olhar sobre a realidade. A leitura da monografia de M.-C. Pinguad dedicada aos camponeses de Minot, transporta-nos para uma pequena aldeia de 350 habitantes na década de 60, situada na Borgonha, a poucas dezenas de quilómetros da cidade de Dijon. A população ocupava-se na produção de cereais e na criação de gado, disfrutando de uma situação económica próspera, dada a proximidade dum grande centro urbano capaz de garantir o escoamento dos produtos.

A monografia desvenda-nos um contexto camponês, onde o eixo da investigação não assenta, nem pode sequer inspirar-se, numa abordagem preocupada em explorar e contextualizar o arcaico. A temática centra-se no estudo da vida social, no tempo e no espaço, como dimensões estruturantes da sociedade camponesa. Ficamos a conhecer o evoluir do regime agrário, as suas implicações na rede de relações sociais, postas a nú por meio das genealogias, o quadro agrícola em que se produzem bens.

Se confrontarmos os dois projectos de pesquisa programada, verificaremos em primeiro lugar a ausência em Minot da cultura material, elemento em grande evidência nos resultados do Aubrac. Esta diferença não resulta única e exclusivamente da caracterização moderno/arcaico, industrial/tradicional, urbano/rural, mercado/auto-suficiência. Estamos perante os contornos de um problema bastante mais vasto. Desde já se torna pertinente afirmar que as temáticas de fundo, as hipóteses básicas, os conceitos e a arrumação de vertentes preferenciais de pesquisa, devem ser relativizadas, se refletirmos sobre a sua incidência em fases determinadas do evoluir do discurso antropológico. Ainda em torno das duas grandes experiências francesas discutidas, verifica-se como as publicações sobre a região do Aubrac constituem estudos sectoriais aprofundados, mas no final de contas, paralelos, transparecendo a sensação de que o método aplicado não permitiu architectar um fio condutor verdadeiramente envolvente e aglutinador, a não ser a coincidência do espaço físico seleccionado. Se, nesta óptica, tentarmos uma avaliação do conjunto dos resultados das etnólogas de Minot (cf. Verdier 1983; Zonabend 1980; et al.), sobressai de imediato a variedade dos aspectos abordados, mas conjugados pela homogeneidade da perspectivação etnológica que unia as autoras.

### 2.3. Cultura material: sínteses comparadas

A determinadas questões foi concedida atenção especial em certos períodos. Um desses exemplos são as compilações etnográficas, muitas delas publicadas nos anos 60.

Os aspectos relacionados com a cultura material associada aos processos técnicos detêm papel de relevo nestas obras. Embora algumas não se restrinjam ao espaço europeu continental, não deixam por isso de constituir marcos fundamentais na produção etnológica europeísta.

A fim de não extravasar o âmbito que me proponho discutir, passo a uma enumeração sumária, contudo necessária, para não omitir empreendimentos de edição científica que traduzem esforços coordenados de comparação e de síntese da pesquisa no plano internacional.

A domesticação de animais, como o boi e o cavalo, o seu treino para servir na lavoura e no transporte, constitui um tema amplo no contexto euro-asiático. Sobre os sistemas de atrelagem — um dos pontos fulcrais da questão — dispomos dos resultados de estudos levados a cabo em diversos países europeus (Jacobeit & Kramarik 1969). No entanto a relação do Homem com os animais permanece decisiva na actualidade, daí muitas disciplinas científicas contribuírem para o aprofundamento do conhecimento do nomadismo, da transumância e da estivagem. Aos aspectos ligados à criação de gado, aos sistemas económicos em que assenta, e ainda o peso cultural que irradia, tanto na Europa de tempos passados, como na Ásia e na África do norte do presente, foram dedicadas várias compilações, destacando-se uma organizada por L. Foeldes (1969).

A complexa situação histórica e etnográfica prevalecente no sudeste europeu, onde diversas religiões, línguas e culturas se têm sucedido, continua a proporcionar campo fértil para trabalhos de cariz comparativo. Neste âmbito é elucidativa a síntese preliminar dedicada aos sistemas de cultivo de cereais (Bálassa 1972).

Tendo o espaço europeu por limite, outra publicação sublinha a diversidade nos modos de deslocar cargas, contribuindo para situar um aspecto de que se revestem as técnicas de utilização do corpo humano e as posturas culturalmente adquiridas para o manejo de veículos ou de outros expedientes afins (Fenton, Podolák & Rasmussen 1973).

Recentemente veio a lume uma série de trabalhos da mais variada origem, dedicados à pesca através do mundo. Ao longo dos dois volumes, o responsável editorial apresenta estudos inéditos centrados numa perspectiva etnológica, de ecologia cultural ou folclorística (Gunda 1984). Pesca de litoral, de alto mar, fluvial, em lagos, cobrindo comunidades que a esta actividade se entregam em exclusividade, sazonal ou esporadicamente, eis a multiplicidade dos casos apresentados. Os contextos etnográficos representados na obra remetem para vários continentes, conforme o próprio título anuncia.

Organizado e realizado por investigadores franceses, dispomos de uma actualizada recolha transcultural sobre técnicas de conservação de cereais (Gast & Sigaut 1979; 1981; Gast, Sigaut & Beutler 1985). O enfoque circunscrito do tema, a sua importância na articulação das trocas entre sociedades camponesas e o exterior, a riqueza dos espólios documentais, a acumulação da informação etnográfica disponível, transformam esta questão em matéria fundamental para reflexão, num mundo actualmente repartido entre países produtores de excedentes alimentares e uma maioria da população do planeta deles dependente.

#### **2.4. A Península Ibérica: um reduto etnográfico?**

Desde há muito que a Península Ibérica tem despertado interesse para a recolha e o estudo da cultura material. Importantes trabalhos foram elaborados tanto por nacionais, como por estrangeiros, o que desde já evidencia o carácter de persistência de modos de vida ditos tradicionais neste extremo da Europa ocidental. Se numa primeira fase coincidente com a viragem do século se nota um incremento pós-romântico tendente a preservar as tradições e artes populares nos seus aspectos mais ameaçados pelo avanço do progresso material, simultaneamente desenvolveu-se através da linguística uma vertente de recolha e sistematização dos dados colhidos no campo, a escola das Coisas e Palavras. A etnografia converte-se num suporte para investigações dialectais com objectivos de índole histórico-cultural. Para a linha de discussão que mais directamente interessa nesta comunicação, o legado existente, em termos de análise das expressões materiais da cultura, remonta em Portugal e em Espanha à década de 50.

No caso português desenvolve-se no ex-Centro de Estudos de Etnologia Peninsular — onde se agrupavam alguns investigadores inicialmente em torno de A. J. Dias (1907-1973) — uma linha de pesquisa virada para a elaboração do Atlas Etnológico de Portugal, cuja base seria o estudo intensivo à escala de sectores seleccionados das tecnologias tradicionais, nomeadamente as ligadas à agricultura (cf. Branco 1986: 90-92). As várias Cartas de Distribuição das alfaias agrícolas desde então feitas, constituem ainda hoje uma rede de dados básica para repensar e aprofundar a pesquisa neste domínio, na medida em que o seu rigor e qualidade se convertem em estímulo para reformular vertentes de investigação naquilo que vários autores não hesitam em designar etnologia ou antropologia das técnicas.

Do ponto de vista do conteúdo, esta obra de grande envergadura assenta numa aproximação histórico-cultural, em sintonia com a Etnologia Europeia predominante até aos anos 70. No âmbito deste enfoque, muitas vezes mal apelidado de difusionista, os principais conceitos operatórios giram em torno de questões de índole comparativa, como a origem e a difusão, a distribuição

geográfica, as relações entre o Homem e o meio natural (cf. Branco 1986a).

Se os problemas decorrentes do enquadramento material da vida camponesa em Portugal constituíram o eixo de trabalho desenvolvido por este grupo de investigadores, outros domínios não deixaram de ser abordados, como por exemplo a cestaria (Galhano 1961-62). Verifica-se contudo, ter existido uma prioridade concedida às técnicas de produção agrícola, em detrimento de outras actividades. O estudo de sistematização mais ampla da cestaria foi feito tendo toda a Península em vista (Kuoni 1981), e Portugal é incluído a título de complemento, na base de compilação da bibliografia dispersa anteriormente publicada.

A olaria não tem despertado grande entusiasmo junto dos etnólogos trabalhando o terreno português. Para além de uma monografia regional de grande qualidade (Parvaux 1968), a situação e o nível de conhecimentos adquiridos não tem comparação com o que prevalece no país vizinho.

A partir da segunda metade deste século surgiria em Espanha um discurso etnográfico de inspiração histórico-cultural, quase exclusivamente associado à figura de Julio Caro Baroja. Em moldes bastante parecidos ao que se passava entre nós, este etnólogo espanhol trabalhou em profundidade aquilo que designou tecnologia comparada. Os resultados foram publicados em revistas, vindo posteriormente a ser reunidos numa obra (Caro Baroja 1983). É notório o paralelismo dos temas abordados, se confrontados com as pesquisas então levadas a cabo em Portugal: *Disertación sobre los molinos de viento* (1952). *Cinueñales y otros ingenios para elevar agua* (1950), *Los arados españoles. Sus tipos y repartición* (1949).

Embora o interesse pelo estudo da cultura material não se tenha circunscrito a este autor, outra coincidência peninsular ocorreu no plano programático das pesquisas nesta área. Enquanto Caro Baroja se liberta do Museo del Pueblo Español (Madrid), a fim de prosseguir a sua linha de trabalho, o grupo à volta de A. J. Dias consegue encaminhar os resultados das recolhas feitas no Continente, nos Açores e na Madeira para uma estrutura, da qual surgiria mais tarde o Museu de Etnologia (Lisboa).

### 3. OUTRAS ETNOGRAFIAS: DO DESVIO APARENTE AO ESTÍMULO

O apanhado anterior proporcionou uma panorâmica sucinta das abordagens etnológicas desenvolvidas em diferentes países, tendo o terreno europeu por área geográfica comum. Reconhece-se como as temáticas foram em inúmeros casos estudadas na base dos limites nacionais, procedendo-se em seguida ao tratamento comparativo. Esta forma de actuar resulta de um esforço destinado a conseguir coordenar o trabalho científico para além das fronteiras entre as nações europeias. Se, por um lado, o discurso antropológico europeísta se encaminhava para uma globalização, a situação nas etnografias chamadas

exóticas era diferente.

Os resultados alcançados no plano da teoria podem ser avaliados por fases determinadas, mas também por correntes do pensamento etnológico. Ao predomínio inicial das abordagens histórico-culturais, epistemologicamente mais próximas da Antropologia Cultural norte-americana, segue-se um período em que a Europa continental se abre às propostas de inspiração estruturalista e mesmo da Antropologia Social britânica. No entanto a grande reorientação desencadeada na formulação do objecto de estudo e, conseqüentemente, nas respectivas temáticas de fundo, resultam, em minha opinião, de um conjunto múltiplo de factores perceptíveis a partir da década de 70.

Por essa altura, a produção etnológica europeísta, nomeadamente a oriunda da Europa central, ou a ela ligada por afinidade de método, parecia esgotar-se, entrando numa fase de produtividade auto-sustentada. Mantinha-se o enunciado de, por meio da cartografia dos elementos materiais comuns, ou dos fenómenos de cultura similares, contribuir para o conhecimento do passado das camadas sociais iletradas, por isso detentoras de outra(s) cultura(s), que não a oficial — ou a de unificação política nacional. A necessidade de reflectir criticamente em torno das perspectivas da investigação realizada e da relevância teórica dos enunciados etnológicos dominantes, conduz a um reequacionamento da própria disciplina e do seu papel específico. Cria-se a pouco e pouco um espaço de diálogo com outras ciências, como a História Social, a as Mentalidades ou a Demografia Histórica. No entanto não deverá ser subestimada a influência, mesmo que bastante oculta, de trabalhos recentes contextualizados em etnografias não-europeias. Coincide precisamente com o início da década de 70 a publicação de textos, de que a título exemplificativo escolhi dois, reportando-se um à Melanésia e outro às terras baixas sul-americanas. Qualquer uma das duas áreas constituía então um reduto derradeiro do mundo dito primitivo.

Tratando dados recolhidos junto das populações contactadas só nos anos 50 — os Baruya da Nova Guiné —, M. Godelier (1973) interroga-se sobre a necessidade de reconstituir uma economia neolítica e também as circunstâncias do seu desaparecimento. No final concluí ser diferente a imagem a reter de uma sociedade primitiva. De facto, o seu quotidiano não se reduz única e exclusivamente às actividades destinadas a extrair do meio ambiente o sustento essencial à sobrevivência dos seus membros. Estas, entre outras das primeiras conclusões, reacendiam o debate em torno de concepções de cariz reducionista no domínio técnico-económico. Permitiam entrever e discutir a dinâmica social levando em conta situações concretas de transformação nos parâmetros da cultura material.

Outro etnólogo francês, Jacques Lizot, apoiando-se na informação pessoalmente colectada junto de ameríndios no sul da Venezuela, questiona-se, num artigo publicado inicialmente em 1971 (cf. Lizot 1984: 137-176), sobre a

relação entre desenvolvimento técnico e económico e os sistemas sociais. Contextualizando a etnografia ianomami, este investigador argumenta no sentido de mostrar que o bem-estar dos membros de uma sociedade não depende irremediavelmente da complexificação dos conhecimentos tecnológicos de que dispõe para aplicar, e assim se apropriar da Natureza. Não há dúvida de que esta perspectiva constitui um desafio ao pensamento dominante no Ocidente: serão as relações sociais a determinar as de produção, ou que tipo de relação estabelecem as sociedades (neolíticas ou sem Estado) entre estas esferas? A resposta a questões deste cariz depende do contexto em apreço, para além de reflectir posicionamentos perante as correntes do pensamento antropológico. No âmbito que pretendo discutir, elas objectivam os seguintes tópicos: (a) o relevo adquirido pela etnografia chamada exótica na elaboração de conceitos e categorias analíticas, também essenciais para olhar em moldes diferentes o terreno europeu e a etnografia a partir dele elaborada; (b) a especificidade do referido terreno, como por exemplo, a existência de documentação escrita armazenada em arquivos, obriga a uma adaptação metodológica que, por sua vez, pode estimular o aprofundamento no plano da teoria.

Os exemplos não-ocidentais por mim citados deixam transparecer várias preocupações, algumas igualmente presentes na mente dos europeístas, pelo menos no que respeita o estudo da cultura material.

Nesta especialidade predominou uma orientação global do interesse tendente a valorizar o enquadramento e a sistematização do primitivo na Europa, um esforço concretizado através do isolamento de arcaísmos, na busca da origem e difusão de traços culturais. Com insistência seriam também focados estes parâmetros noutros continentes, cumprindo-se o imperativo epistemológico da comparação — parte constituinte da prática etnológica.

Relembrados estes considerandos de carácter genérico, apercebemo-nos da forma como os problemas apresentados pelos antropólogos envolvidos no terreno não-europeu adquirem no plano da argumentação teórica um alcance que os torna susceptíveis de integração na matéria aqui em apreciação. Em qualquer um dos dois contextos etnográficos mencionados, o investigador analisou os elementos materiais das respectivas culturas, construindo com eles uma leitura determinada dos sistemas sociais ou uma abordagem centrada na essência e no papel do fenómeno económico. Em ambos os casos o equipamento material ao dispor dos membros do grupo social para agir sobre a Natureza, constitui premissa para situar os níveis em que se organizam os processos, tais como o trabalho e a produção, e os mecanismos sociais estruturantes da sociedade em questão, conferindo-lhes o cunho neolítico, arcaico, primitivo.

A transposição crítica de contributos teóricos não se efectuou de forma imediata e directamente reconhecível para os trabalhos discutidos a seguir. Mais que o aproveitamento intencional ou a aplicação deliberada de modelos

nascidos das etnografias exóticas, poder-se-à constatar o sentimento de necessidade de mudança reinante em muitos sectores da comunidade de etnólogos europeístas. Não se tratou de uma consciência clara, derivada dos avanços propostos para debate pelos colegas confrontados com os referidos redutos de resistência ao contacto ocidental.

#### 4. CONFRONTOS & REAPRECIACÕES

##### 4.1. Reler no passado

Desejo por isso regressar ao terreno europeu citando um trabalho, sem dúvida bastante original, mas que provavelmente só teve repercussões no país onde foi elaborado. Trata-se de um pormenorizado estudo sobre o contexto social de utilização do equipamento agrícola na Alemanha oitocentista (Weber-Kellermann 1965).

Em 1865 o filólogo e folclorista Wilhelm Mannhardt (1831-1880) preparou um desenvolvido questionário de 25 perguntas, destinado a coligir informação sobre usos e costumes rurais, norteando-o a ideia de reunir materiais para prosseguir estudos aprofundados acerca da mitologia germânica. Ao todo foram enviados 15.000 exemplares a grandes proprietários, agricultores, autoridades locais, membros do clero e professores colocados em aldeias da Alemanha, mas também da Austria, Hungria, Polónia, Lituânia, Finlândia, Escandinávia, Bélgica, Holanda, Suíça, França e Itália. Ao promotor desta acção seriam devolvidas cerca de 2500 respostas e, baseando-se no seu conteúdo, redigiria nos anos seguintes várias obras.

Volvido um século, I. Weber-Kellermann resolveu visitar este terreno, recheado de um manancial inestimável de dados. Transformou a recolha de campo numa acção de reconstituição etnográfica a partir da biblioteca.

A longa caminhada através dos maços de documentação manuscrita entreabriu à etnóloga um universo rural nas suas múltiplas e pormenorizadas facetas, que nada tinha a ver com a leitura de mitologia comparada, empreendida pelo erudito no século passado. Como as perguntas do questionário privilegiavam os aspectos relacionados com a faina das debulhas, o grosso das respostas permitiu delinear um quadro sincrónico da realidade social rural, através do recurso aos elementos de ordem cultural mencionados pelos inquiridos.

A tarefa consistiu, por conseguinte, no aproveitamento do stock informativo existente para organizar outra leitura, bem distinta da que previra W. Mannhardt. Não interessava comprovar a perpetuação de cultos agrários ancestrais na Europa central oitocentista, mas antes pelo contrário, detectar o quadro de relações sociais subjacente aos usos e costumes confirmados no inquérito.

A ordenação do material numa perspectiva diferente levou à descoberta da diversidade de situações prevalecente num país já parcialmente envolvido no processo de industrialização da agricultura. Ao inverter os dados existentes, a autora esboça um painel demonstrativo da heterogeneidade prevalecente na organização social do trabalho agrícola, patente sobretudo durante as debulhas. Ganham em realce as articulações entre o ritual de trabalho, as festividades e o estatuto dos seus protagonistas no seio da complexa hierarquia social vigente. Os modos de assinalar fases concretas do ciclo de produção agrícola adquirem outra expressividade, se vistos sob a óptica da diversidade das manifestações culturais. Surgem então as contingências do quotidiano, tais como a dimensão da propriedade e os efectivos de mão-de-obra necessários, em detrimento do pretenso ímpeto dos ideais tradicionais evocados.

No domínio da cultura material as conclusões concretas não são de menor alcance. A autora desmonta os mecanismos subjacentes ao emprego de certo tipo de equipamento, nomeadamente a gadanha e a foice. Foi possível detectar uma relação entre os implementos e a divisão do trabalho/tamanho da propriedade. A gadanha predominava no latifúndio, enquanto a foice era a alfaia que melhor respondia à capacidade organizativa do pequeno proprietário.

Se a organização do processo produtivo determinava o tipo de equipamento, o regime de trabalho implicava sociabilidades diferenciadas, resultando daí manifestações de cariz festivo ou relações jocosas específicas.

Esta curta série de exemplos mostra como a cultura emerge numa esfera, envolvida e envolvendo, portanto inseparável, da dinâmica dos grupos sociais.

O interesse da abordagem exposta não residirá tanto no carácter inédito, mas na forma como submete a tratamento o que se tem convencionalmente chamado cultura material. O estabelecimento dos parâmetros materiais em que assentam os processos sociais constitui um elemento decisivo para deixar que transpareçam relações menos visíveis, porque escamoteadas pela acção e pelos interesses dos grupos sociais intervenientes.

Da mesma forma que as etnografias exóticas haviam permitido entreabrir outros horizontes de análise, geradores de estímulos à reflexão, o recuo ao nosso passado pode de igual modo conduzir à relativização dos conceitos forjados no presente.

#### **4.2. Lógicas no passado**

Relativamente ao material por mim recolhido sobre o arquipélago da Madeira, pretendi ordená-lo e submetê-lo a tratamento, respeitando um conjunto de considerandos (Branco, 1987). Era necessário repensar o legado deixado pela Etnologia de inspiração histórico-cultural. No caso português é também a esta corrente etnológica que devemos o levantamento das tecnologias tradicionais como atrás ficou expresso. Seria assim possível compreendê-

-la no seu contexto epistemológico, delineando algumas pistas por ela apontadas, mas inexploradas, porque talvez a ultrapassassem programaticamente.

Um tal pressuposto obrigou a avaliar a situação concreta para esboçar os possíveis parâmetros da pesquisa. Como o património científico em questão assenta na elaboração de tipologias baseadas em critérios de forma e função — a essência da comparação —, a área de estudo seleccionada encontrava-se enquadrada. Equacionados estes dados, seria legítimo afirmar que o arquipélago estaria coberto, não existindo em princípio condições para outra investigação orientada para a cultura material.

Por estas razões é necessário sublinhar outros aspectos intrínsecos ao objecto e método etnológicos, a que me venho referindo. Prendem-se fundamentalmente com o destino preferencial do material de estudo, refiro-me à museologia etnográfica.

Na medida em que esta especialidade, na área europeia, cedo chamou a si a tarefa de recolher vestígios materiais servindo de testemunhos do arcaico, do tradicional, do pré-industrial, da cultura popular desaparecida, podemos considerar esgotado o seu objecto. No entanto, não deixou de cumprir os seus propósitos iniciais, porque (a) procedeu à salvaguarda (conservação) de saberes técnicos múltiplos; (b) memorizou de forma sistematizada modos de exploração de recursos, de transformação de materiais ou de produção de bens; (c) actuou, ganhando um público ávido de conhecer um passado muitas vezes idealizado. Estes enunciados traduzem na sua essência uma determinada definição do campo etnológico: o conhecimento do passado quando falham os suportes escritos, ou, a história não escrita das camadas sociais iletradas.

Ao garantir a perpetuação de artefactos em museus, os etnólogos isolaram expressões materiais de cultura dos processos sociais em que eles se haviam inserido. A Sociedade passou a subproduto da Cultura, porque a concentração de acervos temáticos propiciou a comparação formal e estética. O confronto visual induziu a questionar preferencialmente a origem e o âmbito de expansão dos fenómenos ou traços culturais.

As abordagens inspiradas em tais parâmetros prepararam terreno para o estudo da tradição e da sua caracterização como resultante do comportamento psicológico colectivo.

O passado dos povos primitivos contemporâneos e o do campesinato europeu foi esquematizado num eixo tendencialmente redutor no espaço, mas com um efeito de ampliação no tempo. Os processos sociais ficaram votados ao esquecimento, ou mesmo excluídos da preocupação científica, alegando-se inúmeras vezes a falta de materiais consistentes.

A minha tarefa consistiu em contrariar este quadro analítico. Aquilo que numa primeira etapa da investigação se afigurava como pouco susceptível de tratamento dada a precaridade (aparente) das fontes (escritas) e dos testemunhos (cultura material recolhida), em fases posteriores da pesquisa permitiu inserir os diversos artefactos em contextos concretos da dinâ-

mica social. Por seu intermédio emergiria uma lógica determinada e específica, porque só perceptível se apreendida no conjunto das relações sociais.

No plano da aproximação ao terreno, haveria que transpôr o trabalho de campo dito clássico para o nível da reconstituição possível, viabilizada pela documentação existente. Esta estratégia de pesquisa obrigou a fazer uma viagem para o passado, e onde, de início, a geografia do arquipélago parecia estabelecer a única ponte com o presente.

A opção tomada implicou renunciar a esse presente, pelo menos em termos de preocupação imediata. Afigurou-se-me mais pertinente explorar vias menos conhecidas, a fim de não repetir em relação à Madeira um modelo (de *estudo de caso*, ou de *comunidade*) já sobejamente aplicado em outras sociedades ou contextos camponeses. Conjuguar a informação qualitativa passível de ser obtida nos arquivos, e confrontá-la com o levantamento de tecnologias tradicionais anteriormente realizado, iria permitir o tratamento preferencial de cultura material, mas em simultâneo a definição de todo o arquipélago como a escala razoável para a delimitação da unidade de análise. Só esta dimensão podia vir a garantir uma perspectiva suficientemente ampla para obter no plano conclusivo elementos seguros, que possibilitassem uma comparação dos modelos de aplicação de recursos numa mesma época.

Nas suas pesquisas, os antropólogos têm descurado este tema, uma vez que as preferências vêm incidindo fortemente nas questões ligadas à propriedade, ao parentesco ou à transmissão de bens. Os resultados obtidos fazem despontar para a luz do dia lógicas sociais, mas raramente os elementos inerentes à manipulação dos factores de ordem técnica são analisados como componentes essenciais para a compreensão dessas mesmas lógicas.

Estabelecida e explicitada a unidade de análise, resta sintetizar os motivos que me levaram a olhar, a focar e a desmontar a globalidade a partir de um sector — o campesinato. Quatro razões justificam o acento posto neste grupo social: (a) trata-se da maioria da população insular; (b) na qualidade de produtores directos detêm um papel fundamental no âmbito de toda a sociedade; (c) constituem o ponto fulcral na determinação duma lógica técnica lida através das relações sociais; (d) a manutenção do universo camponês como objecto central do estudo significa, por conseguinte, desenvolver e aprofundar a temática abrangente tradicionalmente preferida pela Etnologia Europeia.

Formular um enunciado nos termos das alíneas anteriores implica um aproveitamento crítico do saber acumulado disponível.

## 5. CONCLUINDO: VIAS POSSÍVEIS DA CULTURA MATERIAL

O esboço apresentado deixou clara a existência de inúmeras vertentes e de sensibilidades várias nos modos e possibilidades de encarar e abordar a cultura

material. A principal ideia a reter, é a da plasticidade de contornos, sempre que se pretende estabelecer os seus limites como objecto de estudo. Os elementos de vida material são indissociáveis dos restantes aspectos da realidade.

Através de exemplos elucidativos extraídos da produção etnográfica europeísta, tentei no segundo ponto mostrar a multiplicidade nas abordagens e nos enfoques realizados. Sobressaiem as correntes inspiradas na Etnologia histórico-cultural como as que maior atenção concederam à exploração de vertentes relacionadas com a vida material: desde pesquisas sistemáticas dos processos técnicos, ao seu estudo à luz da dinâmica social ou das ligações com manifestações de ordem cultural, até à síntese de conhecimentos adquiridos, por meio da comparação intercultural.

O relance sobre a Península Ibérica demonstrou ter predominado o discurso etnográfico alinhado nas preocupações dessa mesma Etnologia histórico-cultural.

Esta constatação pouco nos deve surpreender, uma vez que num plano europeu esta corrente adquiriu considerável influência. Outras escolas, nomeadamente no caso da França (cf. Haudricourt 1988; Parain 1979; Bonte 1986; Lemonnier 1983; et al.), não conseguiram ganhar tantos seguidores nos outros países europeus.

As décadas de 60 e 70 proporcionam uma abertura — ou talvez mesmo uma ruptura? — do discurso etnográfico europeísta predominante a outras correntes, como a Antropologia britânica e a norte-americana. Mas também não poderá ser esquecida na transformação verificada, o esforço empreendido para repensar o papel da disciplina, quer no conjunto das ciências da Sociedade, quer na definição de novos temas para pesquisa ou na reelaboração de conceitos. Afigura-se-me interessante e pertinente aprofundar a discussão sobre as influências mutuamente exercidas entre antropólogos dedicados ao terreno europeu e os envolvidos noutras áreas do mundo. As etnografias ditas exóticas fomentaram a variedade nos europeístas.

A pretensa precaridade ou a relativa abundância dos recursos ao alcance duma sociedade dão origem a quadros de vida material diversificados e heterogéneos no plano dos sistemas sociais que a geram. O estímulo desencadeado por este debate teórico colocou o etnólogo em diálogo vivo com disciplinas afins (cf. Berdahl 1982; Medick & Sabeian 1984; Ehmer & Mitterauer 1986; et al.). Foram emprestadas categorias analíticas, tendo-se recebido em troca, o acesso a terrenos até aí menos privilegiados pelo método antropológico. Redefiniu-se o presente, reequacionando o passado.

Uma curta referência aos museus etnográficos, o espaço institucional historicamente talhado para garantir a vitalidade dos testemunhos materiais. A sua actividade e actuação reproduz não só as condições em que se empreende a produção etnográfica, mas de igual modo o posicionamento institucional da

Etnologia perante os ramos do conhecimento que lhe têm estado mais próximos, do ponto de vista interdisciplinar.

Finalmente há que referir a especificidade do estudo dos artefactos. Ela reflecte, sem dúvida alguma, a existência justificada de um domínio próprio. Contudo, a relativa subalternização a que a maioria dos antropólogos parecem ter condenado a cultura material, não se deve só a questões de moda. Traduz a forma como determinados domínios — o ritual, o mito, a troca, o parentesco, etc. — se consolidaram, com um estatuto de quase autonomia, ou se tornaram predilectos dentro da Antropologia. Contrapôr a este estado de coisas o imperativo de um dever de igual tratamento para a cultura material no seio da teoria antropológica não me parece relevante. A redescoberta e a reintegração de leituras em tornos de artefactos nunca aparecerá como necessária ou decisiva, se permanecer fechada num quadro de acção exclusivamente seu. À abstracção dos outros domínios não podem ser contrapostos os artefactos como testemunhos únicos da realidade material. Eles têm de ser encarados como um dos níveis de produção social, por isso detentores de uma lógica que nos revela aspectos muitas vezes menosprezados quando analisamos e comparamos sociedades. Neste sentido, seria anacrónico encarar o seu estudo, como se de um parente pobre se tratasse. Domínio específico, mas não estanque, a cultura material terá sempre um contributo a dar para o aprofundamento da teoria antropológica.

#### BIBLIOGRAFIA

- BÁLASSA, I. (1972), *Getreidebau in Ostmitteleuropa.*, Budapeste, Akademiai Kiadó.
- BEAUCAGE, P. (1968), *Technologie de la pêche au loup-marin sur la côte nord du Saint-Laurent*, L'Homme, 8, 3, p. 96-125.
- BERDAHL, R. M. et al. (1982), *Klassen und Kultur. Sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtsschreibung*, Frankfurt, Syndikat.
- BONTE, P. (1986), *Les recherches ethnologiques sur les techniques en France après A. Leroi-Gourhan*, La Pensée, nº 254, p. 37-47.
- BRANCO, J. F. (1986), *Cultura como ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina*, *Ler História*, 8, p. 75-101.
- BRANCO, J. F. (1986a), *Recensões críticas...*, *Sociologia Ruralis*, 26, 1, p. 102-106.
- BRANCO, J. F. (1987), *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900).*, Lisboa, D. Quixote.
- BROMBERGER, Ch. (1979), *Technologie et analyse sémantique des objects: pour une sémio-technologie*, L'Homme, 19, 1, p. 105-140.
- CARO BAROJA, J. (1983), *Tecnología popular española.*, Madrid, Editora Nacional.
- CUISINIER, J. & SEGALLEN, M. (1986), *Ethnologie de la France.*, Paris, PUF.

- DELAMARRE, Mariel J. B. (1970), *Le Berger dans la France des villages*, Paris, CNRS.
- DELAMARRE, Mariel, J. B. (1982), *Technique et outillage agricoles pré-industriels en Aubrac. Analyse des opérations*, L'Aubrac, vol. VI, 2, p. 25-151.
- DELAMARRE, Mariel, J. B. (1985), *La vie agricole et pastorale dans le monde*, Paris, J. Cuénot.
- DIAS, A. J. (1948), *Os Arados portuguesas e as suas prováveis origens.*, Coimbra, IAC.
- DIGARD, J.-P. (1979), *La technologie en anthropologie: fin de parcours ou nouveau souffle?*, L'Homme, 19, 1, p. 73-104.
- EHMER, J. & MITTERAUER, M. (1986), *Familienstruktur und Arbeitsorganisation in laendlichen Gesellschaften.*, Viena, Boehlau.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1969), *Proper Peasants. Traditional Life in a Hungarian Village.*, Chicago, Viking Fund Publications in Anthropology, 46.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1972), *Bauerliche Denkweise in Wirtschaft und Haushalt.*, Goettingen, O. Schwarz.
- FÉL, E. & HOFER, T. (1974), *Geraete der Atanyer Bauern.*, Budapest, Akademiai Kiadó.
- FENTON, A., PODOLÁK, J. & RASMUSSEN, H. (1973), *Land Transport in Europe.*, Copenhagen, Studies in Folklife, 4.
- FOELDES, L. (1969), *Viehwirtschaft und Hirtenkultur.*, Ethnographische Studien, Budapest, Akademiai Kiadó.
- GALHANO, F. (1961-62), *Cestaria de Entre Douro e Minho. Contribuição para o estudo da cestaria portuguesa.*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 18, 3-4, p. 257-325.
- GAST, M. & SIGAUT, F. (1979), *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, I*, Paris, CNRS.
- GAST, M. & SIGAUT, F. (1981), *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, II*, Paris, CNRS.
- GAST, M. SIGAUT, F. & BEUTLER, C. (1985), *Les techniques de conservation à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés, III*, Paris, CNRS.
- GEISTDOERFER, A. (1986), *Pêcheurs acadiens, pêcheurs madelinots. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*, Paris, Presses du CNRS.
- GODELIER, M. & GARANGER, J. (1973), *Outils de pierre, outils d'acier chez les Baruya de Nouvelle Guinée. Quelques données ethnographiques et quantitatives*, L'Homme, 13, 3, p. 187-220.
- GUNDA, B. (1986), *The Fishing Culture of the World. Studies in Ethnology, Cultural Ecology and Folklore.*, Budapest, Akademiai Kiadó.
- HAUDRICOURT, A.-G. (1988), *La technologie, science humaine.*, Paris, Ed. MSH.
- HAUDRICOURT, A.-G. & DELAMARRE, M. J. B. (1955), *L'Homme et la charrue à travers le monde.*, Paris, Gallimard.
- JACOBET, W. (1961), *Schafhaltung und Schaefer in Zentraleuropa, bis zum Beginn des 20. Jahrhunderts*, Berlin: Akademie — Verlag.
- JACOBET, J. & KRAMARIK, J. (1969), *Rinderanspannung Narodopisny Vestnik*

Ceskoslovensky, III-IV.

- KEDDIE, N. R. (1984), *Material Culture and geography: Toward a holistic comparative History of the Middle East.*, *Comparative Studies in Society and History*, 26, 4, p. 704-735.
- KUONI, B. (1981), *Cestaria tradicional Ibérica.*, Barcelona, Serbal.
- LEMMONIER, P. (1983), *L'étude des systèmes techniques, une urgence en technologie culturelle.*, *Techniques & Culture*, 1, p. 11-34.
- LESER, P. (1931), *Entstehung und Verbreitung des Pfluges Muenster*, Aschendorff.
- LIZOT, J. (1984), *Les Yanomani centraux.*, Paris, EHESS.
- MEDICK, H. & SABEAN, D. (1984), *Interest and Emotion.*, Londres, Cambridge University Press.
- NOTEBAART, J. (1972), *Windmuehlen. Der Stand der Forschung ueber Vorkommen und den Ursprung.*, Paris/Haia, Mouton.
- OLIVEIRA, E. V., GALHANO, F. & PEREIRA, B. (1983), *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem.*, Lisboa, INIC.
- PARAIN, Ch. (1979), *Outils, ethnies et développement historique.*, Paris, Ed. Sociales.
- PARVAUX, S. (1968), *La céramique populaire du Haut-Alentejo.*, Paris, PUF.
- PINGAUD, M.-C. (1978), *Paysans de Bourgogne. Les gens de Minot.*, Paris, Flammarion.
- RAVIS-GIORDANI, G. (1985), *Bergers corses.* Aix-en-Provence: Edisud.
- SEIGNOBOS, Ch. & PELTRE-WURTZ, J. (1984), *Les instruments aratoires en Afrique tropicale. La fonction et le signe.*, Paris, Ed. ORSTOM, Cahiers ORSTOM, série Sciences Humaines, 20, 3-4.
- SZABÓ, M. (1970), *Herdar och huisdjur.*, Estocolmo, Nordiska museets Hanlingar, 73.
- TARDIEU, S. (1976), *Le mobilier rural traditionnel français.*, Paris, Flammarion.
- VERDIER, I. (1983), *Façons de dire, façons de faire, la laveuse, la couturière, la cuisinière.*, Paris, Gallimard.
- VILKUNA, K. (1971), *Die Pfluggeraete Finnlands* *Studia Fennica*, 16, p. 7-178.
- VILKUNA, K. (1975), *Unternehmen Lachsfang* *Studia Fennica*, 19, WEBER-KELLER-MANN, I. (1965) *Ertebrauch im 19. Jahrhundert, aufgrund der Mannhardt-Befragung.* Goettingen, Elwert.
- ZONABEND, F. (1980), *La mémoire longue: temps et histoire au village.*, Paris, PUF.

## DEBATE

**Augusto Santos Silva:** Vamos abrir um período de cerca de 60 minutos de debate sobre este tema. Penso que a sistematização inicial que o Jorge Freitas Branco fez do que, podemos dizer, constitui a tradição dos estudos antropológicos da cultura material é extremamente útil para situar o quadro do problema, assim como as suas considerações finais, problematizantes, constituem um bom ponto de partida para a discussão.

Da minha parte, só gostaria de explicitar duas vias que podem servir de linhas condutoras da discussão e que podem prender o interesse dos presentes; para lá, claro, da ideia central deixada pela exposição inicial e que é ideia de que hoje em dia o estudo da cultura material é, ele próprio, um processo de análise social. Quer dizer, a tecnologia, as bases materiais da vida quotidiana, os meios de produção, ou qualquer outra terminologia que queiramos utilizar não são analisáveis independentemente dos modos de estruturação social e das práticas sociais no quadro dos quais ganham sentido e utilidade.

A primeira questão que queria, então, colocar diz respeito aos fundamentos teórico-disciplinares do estudo das bases materiais da vida quotidiana. Parece-me que sobre a tradição acumulada de estudos portugueses sobre este objecto pesa excessivamente a abordagem etnográfica, no sentido mais restrito; pesa a redução do âmbito analítico à identificação, enumeração e classificação de objectos e funções. Ora bem; quais são as perspectivas que se abrem hoje para o estudo problematizante, relacional, das dimensões materiais da cultura humana?

Em segundo lugar, uma questão que foi já focada e talvez valesse a pena desenvolver mais neste debate, é a que liga o plano da análise especificamente antropológica ou, se quiserem, a pesquisa fundamental e o plano das acções pela salvaguarda e conservação das dimensões materiais e dos artefactos que constituem para nós um património cultural herdado, que tentamos promover. Assim, poderíamos fazer a ponte entre a análise antropológica e o plano da Museologia.

**Manuel Carlos Silva:** Gostaria de colocar ao Jorge Freitas Branco e eventualmente ao Joaquim Pais de Brito a seguinte questão:

Como se conciliam o facto de Jorge Dias ter feito um excelente trabalho de recolha e levantamento de objectos da cultura material nomeadamente dos arados e não ter lido nessa cultura material os aspectos de desigualdade na

organização social, vendo esta exclusiva ou prevalentemente numa base funcionalista do protótipo comunitarista?

**Joaquim Pais de Brito:** O Jorge Freitas Branco fez uma observação que eu gostaria de desenvolver: é este vínculo do estudo da cultura material com o próprio aparecimento e desenvolvimento dos museus. Eu queria desenvolvê-lo neste sentido — no fundo nem é bem uma pergunta, é uma questão — até que ponto não se criam constrangimentos ou determinismos, que diria quase ecológicos, na relação do museu como a casa das coisas e o estudo da cultura material; e entre a Universidade como a casa apenas dos objectos que nunca atingem mais que duas dimensões, do escrito, da folha do computador, do ecran, eventualmente da foto, ou da imagem do filme, com uma reflexão problematizante que tem de passar pelas duas dimensões do texto. E de certo modo, digamos, este espaço de reprodução da disciplina e das áreas da especialidade e estas condições de reprodução determinam separações, claramente dicotómicas, entre linhas de pesquisa. Essa vinculação de facto do estudo da cultura material à casa das coisas determina ecologicamente a relevância do objecto. Por outro lado, o espaço universitário não permite a manipulação, a existência de contacto com as coisas. No fundo, levantava a velha questão da viabilidade daquilo com que todos nós sonhamos, num momento ou noutro: grandes instituições de investigação onde se produza investigação, se reproduza o ensino, enfim, onde tudo isso funcionasse. A outra questão que queria colocar relaciona-se com a observação do A. Santos Silva acerca do que parece ser uma certa pobreza teórica em relação ao estudo da cultura material. Penso que, de novo, aqui temos de relativizar. De certo modo, há um objectivo em si mesmo e uma auto-suficiência no estudo da cultura material.

Ele pode vir a ser um estudo das relações sociais, ou pretexto para um estudo de relações sociais, de relações no sentido amplo; mas a verdade é que ele começa logo por ser — e já é algo notável que possa sê-lo — um estudo que passa pelas formas, que passa pelas morfologias, pelas tipologias, um estudo tecnológico, e pontualmente situado, remetido para a sua contextualização social.

Ora, acontece que também aqui parece haver uma presença muito forte (e de novo tem muito paralelo com a questão que levantei anteriormente) desse constrangimento do objecto. Aliás, há uma inércia dos objectos. E estou convencido de que seja a rasteira, a armadilha que de certo modo se apresenta ao investigador na área da cultura material, em relação a eventuais pobreza, ou poucos desenvolvimentos teóricos. Tomemos o moínho; é evidente que há vários tipos de moínhos, é evidente que há incidências de transformações, por exemplo, tecnológicas no moínho, que, portanto, são portadores de historicidade; mas a verdade é que têm uma grande opacidade, pela sua inércia ou permanência. A própria forma como se organizam tende a fixar, a estabelecer

— os arqueólogos sabem-no muito bem, os etnólogos sabem-no bem — a persistência de formas com a mesma funcionalidade, ao longo dos séculos e milénios, por vezes.

Portanto, essa inércia do objecto, das tecnologias, essa espessura e uma certa opacidade, é evidente que não retiram historicidade, de forma alguma separam os objectos das relações sociais; mas, de certo modo, considerando-os em si mesmos e sempre num tempo longo, nunca se datam, nunca são remetidos para um contexto social concreto. As relações sociais vão variando e passam pelo mesmo moinho: houve senhores e camponeses, e numa fase houve uma comunidade livre com o mesmo moinho naquela colina, aquele moinho pôde ser testemunha, tal como é duma comunidade livre, duma comunidade com senhores, duma comunidade a pagar grandes fatias, até pôde ter sido um moinho banal que o senhor a certa altura entregou, pura e simplesmente aos camponeses libertando-os do pagamento dos direitos que tinha. Há uma inércia, uma certa opacidade, dessa permanência do objecto que de certa maneira é ratoeira para o estudo teórico.

É evidente que já não há justificação para o caso de Jorge Dias em Rio de Onor. *Rio de Onor* participa dessa difícil organização das monografias por capítulos separados, de certo modo estanques, muitos deles sem serem postos em interrelação, onde alguns, muito bons nessa dimensão específica de estudo da cultura material, acabam por não ser para outros de análise social. No entanto — e é interessante a paradoxal honestidade de Jorge Dias — são referidas informações claras, precisas, em que a cultura material está em jogo; só que não foram valorizados por Jorge Dias. Os camponeses de Rio de Onor consideram uma verdadeira revolução tecnológica esta passagem, tão simples e tão elementar, da foice de pique (serrilhada) dos anos 40 à foice de corte, à foice de gume liso. Isso é referido por Jorge Dias, a importância social dada a esta inovação posta ao lado de uma inovação como a passagem do avião e do homem que o inventou, por exemplo. A verdadeira libertação do corpo, ao nível do esforço muscular, com a passagem dessa tracção, por um lado, para a pancada pelo corte. Mas são de facto coisas pontuais, é de facto como o Manuel Carlos Silva disse, há um divórcio, um desligamento da análise, talvez por causa desse constrangimento dos objectos, que de certo modo se impõem a si mesmos, constroem-se em armadilha.

**José Manuel Sobral:** A reflexão que o Joaquim Pais de Brito estava a fazer motivou-me para falar, um pouco, das questões de interdisciplinaridade, e de que são efectivamente as disciplinas. Eu estou muito de acordo com o que ele disse sobre o peso e a inércia própria dos objectos. Simplesmente, os objectos de que estamos a falar são os de que tradicionalmente se ocupa a antropologia, os das sociedades camponesas, sociedades pré-industriais. Se pensarmos no mundo urbano, nessas tecnologias que são, por exemplo, as da escrita, que até estiveram inertes e tiveram importantes implicações, como mostra Jack Goody,

nos últimos milénios; e pensarmos nas transformações que elas estão a sofrer, neste momento; e se pensarmos, já não na antropologia ligada a sociedades rurais, mas numa antropologia enquanto ciência social, ligada à história ou numa história ligada à organização das relações sociais de produção e às transformações que a indústria registou desde o século XIX — eu diria que nós, por vezes, é que temos muita dificuldade em adaptar-nos e adaptar o nosso raciocínio à extrema velocidade com que os objectos mudam e com que mudam a maneira do nosso ser. Pelo menos é uma coisa que me faz pensar, sobretudo, evidentemente, com o impacto das chamadas novas tecnologias, o impacto dos computadores, dos processadores de texto, etc. Este tipo de objecto ocorre à ideia, a nós antropólogos ou historiadores, como parte da cultura material.

**Henrique Gomes de Araújo:** Se há realmente aparelhos como os computadores que evoluem rapidamente, há, por outro lado, instrumentos como os arados que parecem ter um tempo congelado, a inércia de que se falava antes. Mas eu não ia acrescentar nada de novo a não ser que gostei muito da parte final da intervenção de Freitas Branco, a questão final sobre os anos 60 e a mudança da visão da cultura material. Pessoalmente entendo muito bem o estudo da cultura material e o estudo das tradições do passado, porque esses objectos transportam um tempo social congelado, feito de inércia e opacidade; mas tenho dificuldade em ver como a cultura material possa permitir o estudo da transformação das relações sociais, essa outra visão a partir dos anos 60. Enquanto penso nesta dificuldade, pergunto a mim próprio se o antropólogo americano Hall não terá certa razão, ao considerar que os objectos de cultura material são projecções de funções fisiológicas, e daí essa tal inércia e essa tal ligação da cultura à biologia.

**Jorge Freitas Branco:** Eu vou tentar seguir o mais fielmente possível as questões aqui levantadas.

Há uma pergunta que é do M. Carlos Silva que, no fundo, é uma pergunta bastante concreta. Eis a minha opinião pessoal. Penso que o Jorge Dias, em toda a sua trajectória profissional de antropólogo, tentou conciliar duas vertentes fundamentais dos seus interesses pessoais, o seu posicionamento em antropologia, a sua forma de estar no mundo. Em termos profissionais, uma vertente é o interesse pela Etnologia histórico-cultural. Eis uma primeira fase da sua actividade, que coincide com o estudo dos arados, como o levantamento e as cartas de distribuição (depois continuado pelo Centro de Estudos da Etnologia). Ele adere a uma vertente muito importante do discurso antropológico, que é justamente essa vertente histórico-cultural. E convém salientar uma coisa para compreendermos em termos de contextualização histórica da pessoa, da obra e das correntes em que se insere. A escola histórico-cultural vem dos finais do século passado, na viragem para o século XX, e no fundo o seu programa não é uma teoria para a antropologia, mas sim tentar um diálogo

com as teorias da história em finais do século XIX. Tenta-se um matrimónio entre a etnologia, ou algumas vertentes da etnologia emergente, e as correntes predominantes da História, sobretudo no sentido de uma divisão de tarefas. A História ficava com a história dita eurudita, dos documentos, e seria sempre uma história do Ocidente, tirando uma ou duas excepções que são muito ambíguas, que são as chamadas grandes civilizações, por exemplo a China (porque também não podemos pôr a China ao nível dos povos primitivos, mas também não na tradição Ocidental), ou as chamadas grandes civilizações da América Central (que também colocavam uma questão complicada, não exigiam bem etnologia mas também não eram a nossa história). Mas nesta divisão, a vertente histórico-cultural na antropologia estabelece um programa muito simples e muito curto: a nossa função, a contribuição da etnologia para o conhecimento do homem em geral, é tentar reconstituir a história dos povos não letrados. Quando eu digo isto assim e escolho estes termos, parece que é um programa extraordinariamente moderno: nós vamos agora aí a uma livraria qualquer e encontramos três ou quatro títulos de autores de renome mundial, com temas que estão muito em voga, onde aparece a questão do letrado e não letrado. Esta questão é antiga, evidentemente, os termos em que é colocada hoje é que são novos.

Os levantamentos de Jorge Dias, no fundo, serviam para que a etnologia contribuisse (isto é importante naqueles anos 40 e 50) através dos vestígios materiais (que seria a sua especialidade, o que ele em determinada altura chama «a herança social do povo português», nós diríamos hoje, das camadas subalternas da população) para a história geral de Portugal. E é por isso que ele, nos seus levantamentos, nomeadamente sobre os arados (cuja parte empírica é muito interessante) faz a descrição, a distribuição e elabora uma tipologia; mas vamos ao capítulo da introdução e ao capítulo final e vemos que são puramente especulativas. Quando ele diz que provavelmente um tipo determinado de arado do Norte tem a ver com influências germânicas e um outro do Sul com influências árabes, isso já é especulação, mas isso era o programa da etnologia histórico-cultural: contribuir para o conhecimento do passado, da História dos Povos.

Quanto ao posicionamento filosófico, também em relação ao Jorge Dias — e não só a Jorge Dias, são os grandes expoentes na etnologia da Europa dessas décadas — evidentemente que para ele a cultura, primeiro que tudo, está acima da sociedade; esta é uma consequência da cultura e não o contrário; mas também não existe uma relação dialéctica entre uma e outra. Portanto as relações sociais inserem-se na cultura; segundo, ele olha a cultura através do indivíduo e não através da sociedade, por esse mesmo motivo.

A questão levantada pelo Joaquim Pais de Brito não se põe só entre nós. É um debate em que participa qualquer colega nosso dentro e fora de fronteiras. Globalizando, e arriscando uma visão pessoal, eu tento equacionar esse

problema da seguinte forma: por questões que têm a ver com a história e a evolução das instituições de produção de ideias no Ocidente, se assim quisermos, de uma forma geral num âmbito de uma distribuição de tarefas que agora será muito difícil contrariar, a Universidade assumiu o papel de controle de produção das ideias, os museus assumiram o papel do controle da reprodução das coisas. Por isso, é muito difícil conjugar as coisas com as ideias; é isso que provoca o atrito, os desencontros, os desfazamentos entre a Universidade (que trabalha aparentemente, com as ideias, com o abstrato) e as coisas que estão nos museus. Isso explica em parte por que o museu não pode sair de si, embora existam muitas tentativas e experiências; e quando o museu sai de si nunca sai para a Universidade. Mas também a Universidade não consegue entrar no museu. Porquê? A Universidade tem a capacidade de produzir, de reproduzir constantemente ideias sobre situações novas ou já conhecidas; mas a Universidade não conhece as coisas, essas coisas estão escondidas nos museus; e vice-versa, a Universidade não mostra à instituição/museu as ideias. É uma relação muito específica; encontramos-la desde a viragem do século.

Quanto ao problema que o José Manuel Sobral levanta, eu queria ressaltar, um ponto. Por uma questão de âmbito organizativo e também de uma proximidade cultural imediata de todos nós aqui, eu escolhi propositadamente os dados da cultura material no contexto Europeu. É lógico que o estudo da cultura material no contexto Europeu incide sobre as sociedades camponesas e não sobre as urbanas. Uma reflexão neste âmbito, em torno da investigação antropológica em contextos geográficos fora da Europa é bastante diferente. Um elemento que há pouco referi só superficialmente, mas que penso ter sido muito interessante é a influência que as investigações em torno da cultura material dos povos ditos primitivos têm sobre os antropólogos que se interessam pelas bases materiais dos sistemas sociais e que trabalham sobre a Europa. Ela é muito maior do que pode parecer. É por isso que hoje a antropologia fora da Europa ainda se pode dar ao luxo (entre aspas) de intitular um projecto, quando se pede um financiamento a uma instituição e quando esse projecto tem a ver com a cultura material fora da Europa: Norte de África, Nova Guiné, Austrália Central (no domínio da América do Sul e na América do Norte, claro, que tem de ser arqueologia) como sendo de cultura material. Tem estatuto de interesse. Agora uma temática idêntica, em termos teóricos, a fazer em terreno europeu não pode ter esse nome. Evidentemente, a nossa projecção europeia do que está fora da Europa é a seguinte: nós, por estímulo da busca da diferença ou da projecção no exótico, achamos que os cestos ou tapetes que a população camponesa dos países da América Central ou do Sul produz diariamente, muitas vezes, para sobreviver e são de péssima qualidade, para vender a um dólar a unidade, isso para nós é cultura material e vamos para lá fazer estudos e tirar conclusões. Em relação à Europa, já não fazemos isso, porque dizemos que já não é tradicional, quando muitas transformações no domínio que implica

a tecnologia na Europa de facto são mais profundas, mas essas nós temos dificuldade em penetrar. Porquê? Pelo nosso mundo de representações mentais. É evidente — isto agora especulando — que provavelmente a introdução de um tractor, numa área como a que o J. M. Sobral está a estudar, tem que ter muitas implicações no relacionamento entre as pessoas; mas isso já não se considera cultura material. Por isso é que eu gostava de dizer que os levantamentos de cultura material como aqui apresentei na senda da orientação histórico-cultural, hoje, na etnologia europeia, são dados como concluídos.

Quanto à questão que o Henrique Araújo levantou, penso que a implicação prática, em termos de impacto social que tem a produção científica, é muitas vezes maior e mais profunda do que nós próprios dentro da Universidade supomos. Há cerca de três semanas alguns colegas nossos queixavam-se de que a Universidade vivia num gueto; eu não creio que seja assim.

O que apareceu em termos de ideias, novas tentativas, novos posicionamentos a partir de finais dos anos 60, provocou uma alteração nos pressupostos epistemológicos do trabalho antropológico, no sentido em que se acabaram distinções como: moderno/tradicional; rural/urbano; cultura erudita/cultura não erudita, e outros dicotómicos mais. Qual foi a influência que teve, digamos, a contestação juvenil ou estudantil? Penso que foram várias, houve várias linhas de actuação, uma delas teve realmente a ver com leituras de ordem teórica que até aí estavam, não proibidas, mas esquecidas na Universidade. O que é que muitos estudantes em finais dos anos 60, nas nossas áreas, descobriram na teoria da ditadura e do proletariado? Em princípio, nada. Mas descobriram uma coisa: no século XIX, havia camadas urbanas de origem rural que, ao abandonarem os campos e chegados à cidade, não tinham transportado as suas tradições rurais para a cidade.

Passado muito pouco tempo começavam a produzir manifestações culturais diferentes na cidade; e a partir daí sim, há a introdução duma noção de dinâmica no conceito de cultura.

**Vítor Oliveira Jorge** (*Fac. de Letras do Porto*): Como arqueólogo, gostaria de dizer algumas coisas. Até parecia mal, num Colóquio destes, onde um dos temas é o da «cultura material», que os arqueólogos, que nesta Sociedade estão bastante representados, não intervissem. Faço-o também para alargar o debate, embora consciente do risco, porque o tema é complexo, e nós, arqueólogos, não estamos infelizmente tão habituados a dialogar com outros colegas das ciências sociais quanto seria desejável. Penso que a Arqueologia é uma das ciências que está melhor situada para discutir muitos problemas importantes que a todos nos interessam, porque ela se encontra na interface do biológico e do cultural, daquilo que é natural e daquilo que é construído pelo homem. Adentro do grande mundo da Arqueologia, particularmente aqueles que se dedicam à Pré-história estão bem colocados para discutir muitos problemas da cultura, na medida em que trabalham em sociedades relativamente simples ou

em vias de complexificação. Aliás, interessa-lhes um processo capital, que é o da própria constituição da humanidade como espécie e depois todo aquele desenvolvimento que se convencionou chamar «cultura» e que vai até à constituição das sociedades estatais...esta é quanto a mim a problemática fundamental da História e mesmo das ciências humanas, uma vez que todo o resto depende desses «acontecimentos» basilares...A Arqueologia trabalha com dados materiais, e durante muito tempo esses estudos foram estáticos, como o foram também em Etnografia. Os dados das duas disciplinas não eram suficientemente contextualizados, nem desciam a um pormenor suficiente para se poderem articular entre si. Arqueólogos e etnógrafos traziam coisas para os museus, davam-lhes um «contexto de vitrina», e fossilizavam-nas numa perspectiva mais ilustrativa do que criativa de uma realidade, fosse ela actual ou passada. Evidentemente que o passado é um processo em criação, uma realidade conceptual tão presente como outra qualquer. Ora justamente a Arqueologia fundou-se a partir do próprio processo da analogia.

Era impossível ter surgido uma interpretação dos objectos remotos que apareciam na Europa, oriundos da sua pré-história, se artefactos semelhantes não ocorressem nas sociedades «primitivas» com que os europeus começaram a contactar a partir dos sécs. XV e XVI. A analogia etnográfica só se ganha se for feita, não de objecto para objecto (ou de conjunto de objectos para conjunto de objectos), mas entre contextos, mas em que esses contextos adquiram significados que estejam integrados, ou seja, contextos de acções. Aquilo que me parece importante lembrar aqui é que se chegou ultimamente cada vez mais à necessidade de os próprios arqueólogos irem ao campo realizar estudos de carácter tecnológico e etnográfico, porque não encontravam na própria «literatura» etnográfica dados suficientemente detalhados, e sobretudo contextualizados, para lhes permitirem fazer comparações entre a realidade material que observavam e cujo significado dinâmico, social, queriam reconstituir, e os dados que os etnógrafos lhes forneciam, e que na sua maior parte eram do tipo «museográfico», eram dados estáticos e não suficientemente interligados (até porque essa interligação é muito difícil de fazer pelo investigador isolado, que é aquele que tem feito a maior parte da pesquisa em ciências humanas). Evidentemente que numa aldeia, um vaso cerâmico, por exemplo, não está parado, pronto para o investigador o desenhar e o analisar com todo o à-vontade; movimenta-se, porque é um objecto que as pessoas usam, como nós usamos os nossos próprios utensílios correntes. Ora ultimamente têm proliferado estudos sobre a vida dos objectos nas nossa sociedades contemporâneas; que «lixo», por exemplo, uma comunidade produz, porque em larga medida é através do estudo do que uma sociedade deita fora que se pode montar uma análise e interpretação da «cultura material» que tanto interessa à Etnografia como à Arqueologia.

Penso que tudo isto tem também a ver com a unidade de informação que

se considera basicamente pertinente. De início os arqueólogos iam ao campo, retiravam a ganga suja que rodeava os objectos, colocavam-nos numa prateleira e era a sua unidade informativa: o artefacto. A determinada altura aperceberam-se de que aquilo que «deitavam fora» podia ser o mais importante, ou seja, não o objecto em si mas as relações visíveis no terreno entre os objectos, susceptíveis de lhes dar um sentido. Essas observações eram registadas de todos os modos (cortes, plantas, fotos), mas mesmo assim uma grande parte da informação continuava a perder-se, porque dizia respeito não só aos próprios sedimentos, como a relações subtis entre os objectos (aquilo a que Leroi-Gourhan chamava estruturas, e que não tem nada a ver com muros, etc.), difíceis de registar porque podem passar despercebidas a uma análise sumária. Dos objectos passou-se às relações entre eles e depois para uma terceira fase que é entender que todo o espaço, toda a paisagem, é um enorme artefacto, desde os seus aspectos macro (desflorestação inteira de uma região, por ex.), até aos aspectos micro (um negativo de semente que aparece na parede de um vaso cerâmico, e que pode ser um dado paleoecológico útil).

Durante muito tempo a visão estática da realidade que se observava nos objectos etnográficos, verificava-se também na Arqueologia. Entendia-se a realidade como facilmente particionável em unidades discretas; por ex., uma aldeia, uma comunidade perdida na montanha, qualquer coisa que era facilmente limitável e que fornecia um tema «aconchegado» para estudo. Os arqueólogos também arranjaram uma entidade desse tipo; em vez de ser a aldeia dos etnógrafos era a estação arqueológica. Ora, nada existe de mais arbitrário, porque a seu modo, no passado, o homem ocupou como hoje o espaço todo. E o próprio solo, que nos parece inerte, não é ele mesmo uma realidade viva, onde habita toda uma fauna, onde se dão migrações de objectos dentro das camadas, fenómenos de erosão e de acumulação?... É por isso que uma camada arqueológica é uma realidade tão presente como outra qualquer, e temos que a saber «ler» dinamicamente para reconstituirmos o dinamismo do que aconteceu. Quero com isto dizer que a Arqueologia não é uma ciência de coisas mortas, nós também tentamos chegar à vivência humana, só que não interrogamos directamente as pessoas, mas o solo onde suspeitamos que a sua marca, de um modo ou de outro, ficou impressa.

Há pois várias formas de chegar aos problemas que a todos nos interessam, e que são os processos de interacção e evolução social, de reprodução das sociedades, enfim, de toda a problemática das ciências sociais, e uma dessas formas pode ser evidentemente o estudo dos dados da «cultura material» (embora eu também não goste desta expressão). Portanto, penso que para que a Arqueologia e a Etnografia se possam articular a um determinado nível, ao nível da análise de campo mais empírica, e que é necessária, é preciso que se desenvolvam, na linha do que se tem chamado Etno-Arqueologia, estudos que contextualizam rigorosamente os objectos, a sua produção, os actores que nela

intervêm, bem como todo o processo da sua utilização e do seu abandono e destruição, porque a «vida» de um objecto também comporta esta última fase. É importante saber por que se destrói uma coisa, ou porque se conserva, etc. Por outro lado é preciso ter em atenção que as sociedades se projectam numa paisagem e criam um certo tipo de meio-ambiente artificial. Quanto mais evoluídas são, maior é a implantação de estruturas e de transformações operadas na paisagem. Por alguma razão as primeiras grandes sociedades hierarquizadas se traduzem na construção de monumentos desmesurados, implicando a canalização para tal fim de todo um conjunto de meios técnicos e humanos que são desviados de um objectivo «económico», que são «cristalizados» nessa construção. Ora há monumentos que decaem, mas outros que são alvo de um esforço de manutenção e até de engrandecimento (processo de «monumentalização» progressiva), cuja razão subjacente importa estabelecer. Muitas vezes estão ligados evidentemente à tentativa de legitimar uma determinada estratégia social, contribuindo para naturalizar uma realidade que se procura impor.

É toda esta problemática que eu gostava de lançar, de dizer aos nossos colegas da Etnologia — ou mais genericamente da Antropologia cultural — que nós, arqueólogos, temos hoje exactamente a mesma problemática genérica que lhes interessa. Sempre assim aconteceu, aliás (nas entidades teóricas que se foram criando ou utilizando em Arqueologia foram ecoando os vários monumentos ou escolas teóricas da Antropologia cultural), e por alguma razão um arqueólogo como Gordon Childe ainda agora é citado em qualquer obra teórica sobre o conceito de cultura em Antropologia, por exemplo. Essa mútua influência continuou e desenvolveu-se muitíssimo, sendo hoje rico o campo comum da problemática destas ciências. Nós, arqueólogos, temos evidentemente o nosso próprio método de trabalho empírico, mas cada vez estamos mais atentos à importância da aquisição de uma bagagem teórica necessária à articulação e valorização de todos os dados que obtemos. É possível que certos antropólogos façam a trajectória inversa, começando por perspectivas de ordem teórica (se não forem desde o início treinados como tecnólogos, por exemplo), mas apercebendo-se cada vez mais de que elas têm de ser equacionadas no trabalho de terreno e que este não pode aplicar umas generalidades sobre a sociedade, precisa de descer à sua espacialidade, ao carácter físico em que se exprimem as comunidades, às estratégias sociais que estão implícitas no carácter material dos objectos e das estruturas, como dizia o apresentador do tema desta manhã. Quer dizer, é cada vez mais importante estar-se atento ao suporte físico das sociedades, porque é na ordenação e manipulação do espaço que se sustentam, que se naturalizam, se incrementam ou destroem, certas estratégias sociais, afirmações do poder, conflitos, etc. Estamos aqui perante uma forma de linguagem, onde por vezes também se insinua a «voz» de quem não podia ou não pode exprimir-se ao nível da escrita, ao nível do discurso dominante, mas que se revela através desse discurso mudo dos objectos.

É toda esta problemática que eu gostaria de lançar, e desculpem ter sido tão longo.

J.F.B.: Em relação ao estudo científico da cultura material — com a ressalva de que o seu termo de cultura material de facto já não nos serve —, eu penso também que, hoje em dia, na esfera das discussões antropológicas, tanto na Europa como fora da Europa, interessam os aspectos materiais de cultura mais no quadro da aplicação dos recursos, em termos das formas de apreciação da natureza. Isso levanta uma outra questão — eu infelizmente desconheço a tradição teórica da arqueologia mas penso que devo estar bastante próximo — que é o facto de, dentro de determinadas escolas antropológicas do século XX, nomeadamente na Europa continental e na Inglaterra, haver uma fase em que a produção de teoria na antropologia social e na etnologia europeia tem como que um complexo de culpa em relação ao século XIX, porque o século XIX cometeu vários pecados como qualquer século (e ainda bem que cometeu pecados se não não podíamos falar deles). Um desses pecados foi a onda do evolucionismo. E, portanto, tudo o que tinha a ver ou que podia cheirar a uma evolução estava oficialmente banido das instituições oficiais de produção de teorias. Só a partir dos anos 60 é que se pode recomeçar a falar de evolução, e para tal houve uma grande ajuda vinda justamente de colegas norte-americanos que estavam treinados noutra tradição, nomeadamente por a Arqueologia lá pertencer à Antropologia. Era isto que eu gostava de dizer.

De uma forma geral, a nós já não nos interessa o objecto ou o artefacto como tal; talvez seja interessante referir que a questão em torno do artefacto como tal em antropologia causou, nos anos 20, uma polémica muito grande que teve a ver em parte com o conceito de museu, com o conceito de não museu, com o conceito de objecto exótico, com o conceito de transformar o objecto nativo mas antigo em exótico. Houve uma grande «guerra», com os artistas, sobre o que devia predominar na leitura do artefacto, a vertente artística ou a vertente científica. É uma questão que temporariamente se continua a levantar na Europa; penso que a partir dos anos 60, nos Estados Unidos, ficou definitivamente resolvida — e nos Estados Unidos as grandes questões, aparentemente inconciliáveis, resolvem-se ou conciliam-se através dos financiamentos, ou seja, é ponto assente, creio eu, nos meios profissionais americanos, que hoje em dia o artefacto primitivo, ou da própria Sociedade americana mas antiga, esse mesmo artefacto pode e deve estar em dois tipos de instituições museológicas diferentes, para fins e contextos diferentes: um objecto da África Central num museu etnológico tem uma função, é um apoio ao material científico; num museu de arte tribal, é outra coisa, tem outro tratamento, tem outro público. Essa questão na Europa não está ainda definitivamente resolvida.

A sua intervenção suscita uma série de reflexões; no entanto, confesso que estava um bocado alheio a essas questões com as quais se debatem na

Arqueologia. Conhecia algumas delas através de leituras, mas leituras bastante colaterais, e conotava-as bastante com as escolas americanas, onde tradicionalmente há tentativas para manter uma certa unidade, pelo menos institucional.

A visão que eu tenho do arqueólogo na Europa — e que é provavelmente falsa —, é de facto aquele colega, em termos institucionais, que tem outra formação, também muito interessante, que tem as questões, os seus problemas, as suas investigações; agora, uma linha transversal, não a estava a ver assim.

A. S. S.: Lembro que as pessoas podem retomar no último período de tempo questões de sessões anteriores.

**Susana de Oliveira Jorge** (*Faculdade de Letras do Porto*): Eu vou ser muito rápida até porque o Víto abordou questões que eu pensava levantar a propósito da comunicação que ouvimos. Estimulou-me, sobretudo, a intervir a observação do Pais de Brito, quando ele afirmou, aliás, manifestando uma preocupação que também é partilhada pelos arqueólogos, que a «cultura material» pode ser opaca... Bom, se ela fosse verdadeiramente opaca, se dela não se conseguisse extrair absolutamente nada do ponto de vista dos processos sociais, talvez os arqueólogos devessem renunciar à sua actividade. Penso que toda a história da pesquisa arqueológica ao longo deste século e, sobretudo, a partir dos anos 60, tem vindo a provar que existem mecanismos que possibilitam retirar ilações de ordem cultural a partir dos testemunhos materiais. A propósito, gostaria de lembrar que a «cultura material», até aos anos 60, foi considerada, por muitos investigadores, como sinónimo de «cultura» (em termos antropológicos). Ou seja, tendia-se a pensar que a recorrência dum conjunto padronizado de artefactos numa determinada região decorria duma certa homogeneidade cultural. Foi, sobretudo, nos anos 60 que se perdeu tal noção, de certa forma «inocente», sobre a correspondência linear entre os testemunhos arqueológicos e o funcionamento global das sociedades. David Clarke, por exemplo, colocou em causa essa noção, duma forma muito forte, ao afirmar que a «cultura material» não espelhava, em si mesma, o sistema cultural total. Na primeira etapa, essa «cultura material» devia ser abordada autonomamente, aliás, numa linha que vai ao encontro do que o Pais de Brito há pouco sugeriu. Contudo, durante as décadas de 70 e 80, muitas correntes do pensamento arqueológico tentaram superar esta visão reducionista da Arqueologia. A «arqueologia contextual», de que I. Hodder é um dos seus mentores, vem, por exemplo, precisamente sugerir o seguinte: só é possível descodificar os dados arqueológicos se acedermos ao «contexto social» que os produziu. Ou seja, o *sentido* dos vestígios materiais é dado pela especificidade cultural do respectivo contexto social. Neste sentido, artefactos morfológicamente idênticos, desde que produzidos por diferentes contextos culturais, podem expressar sentidos simbólicos relativamente diferentes. Neste âmbito, já não tem hoje

sentido estudar recorrências de artefactos a nível regional, com o objectivo de se definirem «culturas» (no sentido mais amplo do termo).

Para terminar, desejaria lembrar — no âmbito deste Colóquio sobre Antropologia Social — que a arqueologia americana (e inglesa) se encontra toda ela enformada duma metodologia e de objectivos que são, em parte, comuns, à Antropologia. Por exemplo, vários autores têm chamado a atenção para o comportamento de determinadas sociedades pré-históricas agro-pastoris, face a fenómenos de pressão demográfica ou competição inter-comunitária: tendo que avançar para áreas marginais (por vezes relativamente pobres), essas populações, entre outros aspectos, promovem uma utensilagem doméstica extremamente individualizável. A «cultura material», nestes casos, expressa de forma activa, a *identidade* dos grupos que a manipulam. Aqui está uma situação em que é possível estabelecer a *correlação* entre testemunhos materiais e o funcionamento mais global das sociedades. O arqueólogo da Pré-História pretende precisamente atingir essa correlação. Pretende atingir, em última análise, *padrões regulares de comportamento*, em que os diferentes níveis da realidade cultural são analisados em interacção. Pretende também demonstrar que, sob certas condições, o comportamento social poderá gerar «culturas materiais» de natureza similar. De qualquer forma, os vestígios materiais podem ser entendidos como produtos de complexos mecanismos culturais, cuja identificação cabe, sem dúvida, ao pré-historiador realizar.

TEMA 3

## AS MONOGRAFIAS LOCAIS NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA (*Resumo*)

por

Joaquim Pais de Brito

O autor procedeu a uma importante definição do *corpus* das monografias locais portuguesas. Evidenciou as grandes tendências da evolução da produção monográfica local desde os meados do século XIX até ao presente. E demonstrou a utilidade crucial das monografias locais para a investigação antropológica: como fontes secundárias, decerto, mas também e sobretudo, como fontes primárias — «voz local».

## DEBATE

**Augusto Santos Silva:** Vamos, então, entrar no período de debate, começando exactamente pela discussão centrada neste tema. Depois retomaremos, se for preciso, problemas que ficaram em suspenso das sessões anteriores.

Suponho que a exposição inicial é suficientemente rica para a discussão começar já, e, então, começaria por uma questão global à assembleia e ao comunicante, que é a questão que me põe mais perplexo, sobretudo do ponto de vista em que me coloquei ao estudar algumas monografias, que era o ponto de vista do historiador.

É exactamente a questão do revivalismo a que se assiste a seguir a 1976, provavelmente em consequência mais ou menos directa da autonomia local, consagrada pela lei das autarquias locais e pela dinâmica do poder municipal que se foi criando. Esse revivalismo das monografias locais põe questões bastante interessantes, desde as que se ligam propriamente ao mercado de trabalho dos estudiosos, ou melhor, aos rendimentos complementares de alguns estudiosos e de alguns especialistas consagrados, até ao problema que tem a ver — como o Joaquim Pais de Brito assinalou —, com o valor objectual da monografia, se a terra não a tem terá de a ter, se tem mas está esgotada ou antiga é necessária reeditá-la, aliás com toda a pompa e circunstância, com pompa e circunstância que envolve por vezes esquemas de coedição relativamente nobres, como é a coedição com a Imprensa Nacional. Isso coloca alguma perplexidade. Talvez a distinção, funcional e necessária, entre a monografia como voz local e a monografia como resultado, ou de programas de investigação, de instituições exteriores à localidade, ou como resultado da opção por parte do especialista pelo método intensivo — talvez esta distinção tenha que ser abrandada ou relativizada, quando nós analisamos o surto recente das monografias, em que já é mais difícil distinguir entre as monografias / vozes locais, como bem diz o J. Pais de Brito, e as monografias que se prendem mais com modos de progressão académica ou modos de realização de trabalho académico.

**Octávio Lixa Filgueiras:** O problema das monografias para os arquitectos é de uma extrema importância. Eu queria acrescentar esta achega ao que disse o Joaquim Pais de Brito; com o desenvolvimento dos planos de urbanização é praticamente impossível aos urbanistas trabalharem se não tiverem um bom apoio deste tipo de documentos.

Simplesmente, como se viu pela exposição de Joaquim Pais de Brito, nas terras onde as monografias têm um carácter menos técnico, menos vincadamente rigoroso, elas praticamente não servem para nada — e daí suponho que a explicação deste revivalismo, que não é propriamente um revivalismo: de facto, corresponde a uma necessidade prática de carácter imediato para aquilo que é uma imposição que vem sido exercida por lei de todas as terras com determinadas características serem obrigadas a realizar o seu plano de urbanização. É evidente que há um aspecto curioso — eu falo como arquiteto —, não acredito nos planos de urbanização, porque de uma maneira geral os planos de urbanização são feitos como uma peça académica para serem depois destruídos sistematicamente; é um fenómeno curioso que merecia um dia ser amplamente estudado. Mas o que é facto é que efectivamente existe uma lei que obriga praticamente os municípios a fazer os seus planos de urbanização; e, portanto, uma das portas de saída dum plano são os antecedentes das terras. Estes antecedentes têm de ser objectivamente estudados num curto espaço de tempo e não compete ao urbanista fazer a monografia, ainda que o seu plano passe depois a construir uma peça importante de uma monografia futura. Isto é um aspecto. Por outro lado, o conceito de programação da terra é extremamente importante porque há duas posições (eu não estou só a falar de arquitectura, estou também a falar dos reflexos disto nas futuras monografias, ou até nos futuros estudos monográficos das terras). Uma terra evolui normalmente dentro daquilo que é um jogo dialéctico dos interesses locais ou não locais; aliás, percebe-se um pouco isso a partir do *Roque Santeiro*. De qualquer das maneiras, é evidente que as terras não são estáticas, há um jogo de interesses que é muito decisivo, nomeadamente o de carácter de especulação fundiária (e não só, mas este é o mais evidente). Ora bem: nestas circunstâncias, a posição dos organizadores do território ou de urbanistas pode cifrar-se em dois pólos opostos: ou fazer a tal peça académica que já sabem que não vai servir para nada, que é só para dar cumprimento a imposição legal; ou então tentam fazer uma outra coisa, que é praticamente impossível, mas que pode ser tentada, com efeitos benéficos, que é participar activamente no desenvolvimento local. E aí — e agora revertendo isto que disse para a problemática das monografias —, acho que deveria ser interessantíssimo o acompanhamento dos urbanistas pelos homens que estudam as terras locais e por aquilo que será a necessidade de encontrar nas terras os tais eruditos, ou os tais homens interessados no conhecimento do que foram as suas tradições, do que foram as suas capacidades e na interpretação de certos sentidos, porque efectivamente para acompanhar a evolução de um processo dinâmico como é o da urbanização, por exemplo, é preciso estar muito dentro das terras e principalmente ter uma outra participação, que só se pode conseguir através do amor à terra e às pessoas.

Portanto, há, aí um problema; porque a monografia não é só um texto literário, não é só uma coisa e servirá para os coleccionadores, para os eruditos.

Não: as monografias passam a ter um valor importante na própria dinâmica do processo e que as terras se desenvolvem.

Eu antes de terminar gostaria de manifestar ao Pais de Brito o meu grande apreço pelo que ele disse de Rocha Peixoto, porque há bocado, na segunda comunicação, acho que falhou um pouco a identificação do que foi a escola antropológica do Porto, que foi chefiada por pessoa que não tinha nenhum curso universitário, mas que foi um revolucionário das ideias. Todo o grupo da Portugália e tudo o que ele fez, até à altura em que acompanhou o próprio Santos Graça, é extremamente notável, como disse, e revolucionário.

**Manuel Carlos Silva:** Antes de mais, eu queria felicitar o Joaquim Pais de Brito porque gostei imenso não só da grande informação que deu das monografias ou, pelo menos, da maior parte delas, mas também da interpretação que ofereceu das mesmas e do seu contexto. Neste mesmo sentido, eu queria fazer uma pequena observação, dar uma achega, se quiser e perguntar a sua opinião sobre a seguinte questão e comentário: até que ponto é que o declínio das monografias na Primeira República e a multiplicação das mesmas sob o «Estado Novo» — para além dos aspectos ideológicos, que efectivamente existem na própria consolidação do «Estado Novo» — não reflectirá também a correlação de forças de dois grandes blocos que se enfrentaram ao longo do século XIX e sobretudo do século XX?

Como hipótese de trabalho — mas que acho que seria interessante estudar — teríamos o bloco dito urbano, composto pela nascente burguesia industrial, por um lado, e o proletariado, por outro, face ao bloco rural — que se apresentou mais forte até recente data — do qual fariam parte, além do clero, a burguesia compradora e rentista e sobretudo os proprietários fundiários e outras classes — apoio como os camponeses, artesãos, etc.

Embora centralista, o «Estado Novo» deixou, porque lhe convinha de facto, relativamente «em paz» as colectividades locais. Já recentemente, quanto ao revivalismo das monografias, de que falava o Augusto Santos Silva, se, por um lado, por parte de muitos, há a motivação no sentido de tentar voltar às origens, às raízes da nossa cultura, por outro, com o desfazer dos sonhos (utópicos ou não) no pós 25 de Abril, com o novo fracassar do bloco urbano centrado em Lisboa e zonas industriais, a pergunta que coloco é se realmente a volta às origens não teria a ver precisamente com esse desencanto político, digamos assim, e que veio provocar uma multiplicação de monografias no pós 25 de Abril, nomeadamente a partir de 76-78. Claro que aqui, para além da motivação local, há também motivações sérias de inclusivamente desfazer mitos, de contrapor novas teses a antigas perspectivas funcionalistas, enfim, de mostrar e tentar explicar a própria realidade e os comportamentos sociais.

**Jorge Freitas Branco:** Tenho uma pergunta que deriva de uma suspeita. Não será que, em termos gerais (falo sobretudo das monografias elaboradas a partir

do século passado até ao presente), o número potencial de pessoas que irão adquirir essa monografia se pode considerar à partida muito mais elevado que o número de leitores; ou seja, uma monografia local, quando existe, é um livro, muitas vezes um dos poucos livros que toda a gente tem em casa e só poucos o abriram e o leram. Uma segunda característica: mesmo aqueles que a têm em casa e nunca a leram, quando querem falar sobre o passado da sua localidade, citam a monografia, porque sabem que esse dado vem na monografia, através de uma outra pessoa que já a leu. Não sei se podes confirmar isto. [...]

Tinha também uma segunda questão. Será que, de facto, a pessoa que se vai transformar no autor da monografia é uma pessoa que emerge por casualidade, é uma pessoa que está de facto inserida no meio, é uma pessoa que em determinada altura realmente é «chamada» a desempenhar essa tarefa para a colectividade; ou não será que o potencial de pessoas que, à partida, poderiam reunir estas condições, em qualquer localidade, é muito mais amplo, ou seja, nunca há só uma, há sempre dois, três, quatro ou cinco; e o problema é quando aparece uma situação que permite eliminar os concorrentes e aparece só um autor. Eu digo isto, pode parecer um bocado metafísico, mas quis focar esta questão porque conheço um caso concreto da Madeira, uma monografia, neste caso, uma obra, que tem o peso de Bíblia regional, já não é uma monografia local, é o *Elucidário*. O seu autor teve uma contenda vitalícia, em termos de ser um erudito regional, com uma outra personalidade que também se considerava erudito, local, com o mesmo nível. A consequência disto viu-se no futuro; ou seja, agora nem uma obra nem outra são de confiança, (embora o *Elucidário* seja de mais confiança que as ideias de Zarco) porque no âmbito da rivalidade, do despique entre os dois em publicar cada vez mais e melhor e de descobrir mais documentos, nenhum deles é sério e honesto na citação das fontes, escondem as fontes, dizem: vi um documento muito antigo que diz isto e aquilo; nada mais.

E quando um cita um documento, o outro descobre um documento que vai pôr esse primeiro em causa, e não cita as fontes. Mas há um que é mais desonesto que outro. Não sei se isto vos fará reflectir acerca da pessoa que a certa altura emerge como autor; se isto é de facto assim tão linear, tão nítido.

**Vítor Oliveira Jorge:** Eu só queria dizer uma coisa ao Pais de Brito. A Arqueologia também veio a este debate para deixar uma mensagem, e foi esse o sentido da minha intervenção de há bocado. Nós necessitamos muito de entrar em diálogo com os antropólogos culturais e sociais, com todo este mundo vasto da Antropologia em que de facto estamos inseridos. Nesse sentido temos o maior respeito por todo o vosso trabalho e por toda a vossa problemática que se equaciona neste âmbito. Porém necessitamos também da vossa parte de uma grande atenção, e é isso que eu há pouco formulei, e que se pode resumir assim: existe toda uma outra Arqueologia que parece que vocês não conhecem e que não tem nada a ver com os aspectos romanescos mencionados. Trata-se de uma

investigação científica que, como sabem está incluída em muitos países (nomeadamente de tradição anglo-saxónica) no âmbito dos estudos de Antropologia. Os arqueólogos americanos, por exemplo, e por via de regra, antes de serem arqueólogos são antropólogos. Não me parece despidendo o que estou a dizer, nem fora do âmbito deste Colóquio. É exactamente importante porque na Europa, Antropologia e Arqueologia têm estado dissociadas, como também História e Antropologia. E a Arqueologia poder dar realmente à Antropologia a dimensão do factor tempo, das longas escalas diacrónicas e, por outro lado, esta sensibilidade à relação homem-objecto (incluindo ao nível simbólico), que é um campo de interacção entre as nossas duas disciplinas. Para além disso, há autores em Arqueologia cujo contributo para a formação de modelos explicativos de processos sociais, como por exemplo o da origem do Estado, é fundamental. Estou-me a lembrar de Colin Renfrew, por exemplo, professor em Cambridge, e que tem uma série de estudos recentes no âmbito do que se convencionou chamar a «Arqueologia Social» ou «processual», e que vêm na linha de trabalhos clássicos de autores americanos ou ingleses, antropólogos e arqueólogos. São estudos que em última análise vão buscar a sua inspiração à escola neo-evolucionista americana, mas também à «Nova Arqueologia» (que nasceu nesse país nos anos 60), entre muitas outras fontes. Há realmente toda uma «dignidade» teórica e interpretativa da Arqueologia que não tem nada a ver com a imagem popular da mesma... e que é importante que seja conhecida e reconhecida ao menos pelos nossos colegas que estudam outros ramos das ciências sociais!

A. S. S.: Vou encerrar o Colóquio da Antropologia Social, agradecendo em primeiro lugar, ao público presente, o interesse com que acompanhou esta realização; agradecendo aos comunicantes iniciais nossos convidados; e agradecendo especialmente às pessoas que se encarregaram da organização do Colóquio.

Gostaria de frisar que esta iniciativa foi de objectivos relativamente modestos; mas os objectivos centrais eram proporcionar o encontro e o reconhecimento entre pessoas, não apenas entre especialistas, mas entre o público, penso que a melhor definição que há é a de um público interessado na disciplina, que pensam que para eles a disciplina tem utilidade. Este reconhecimento e esses contactos mútuos têm de prosseguir em momentos necessariamente diferentes deste. Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade.

V Á R I A

## O ABRIGO DE ARTE RUPESTRE DA PALA PINTA — ALIJÓ

Em 1985, data da realização deste trabalho<sup>1</sup>, o abrigo de arte rupestre denominado Pala Pinta era um dos três conhecidos do Norte de Portugal<sup>2</sup>.

A 1ª referência a esta estação é de 1922, num pequeno trabalho de Horácio Mesquita, com aditamento de Vergílio Correia, seu professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra<sup>3</sup>.

Mais tarde, em 1933, foi feito um trabalho mais completo, da autoria de J. R. dos Santos Júnior<sup>4</sup>.

Administrativamente a Pala Pinta pertence à freguesia de Carlão, concelho de Alijó, distrito de Vila Real. Fica situada a cerca de 400 m. para SW do vértice geodésico Janianes, numa encosta de difícil acesso. As suas coordenadas Gauss são M e P, respectivamente, 261,8 e 481,3, sendo a sua altitude média de 500 m.

Em pleno vale do rio Tua, afluente do Douro, a vegetação predominante no local é o pinheiro, a vinha, o zimbros, mato e carqueja.

Segundo a Carta Geológica de Portugal à escala de 1/500.000, estamos numa zona de «granitos predominantemente alcalinos, de duas micas, às vezes gnaissóides, raramente porfiróides».

O abrigo encontrava-se totalmente coberto de densa vegetação. Depois de convenientemente cortada procedeu-se ao desenho da planta, alçado e cortes, à escala de 1/20.

Isolados os painéis com pinturas, foi feito um reconhecimento à lupa, a fim de nos certificarmos da existência ou não quer de sobreposições, quer de diferentes tonalidades cromáticas. Foi assim verificado que há apenas uma cor neste abrigo, sem qualquer sobreposição. Trata-se de um vermelho sanguíneo um pouco escuro (e não «cor de borras de vinho», segundo Santos Júnior<sup>5</sup>). As manchas negras referidas por este autor tratam-se efectivamente de cristais de turmalina negra. Não são distinguidas tonalidades diferentes, pelo que terá havido uma única fase de execução dos motivos pintados. Como preparação prévia, não há qualquer tinta que servisse de «base»; há sim, indícios, embora ténues, de a superfície do painel 2 ter sido aplainada por fricção.

A fase seguinte do trabalho consistiu no decalque das pinturas em polivinil de cristal à escala 1/1. De referir que todas as fases fotografadas exaustivamente (p/b e diap.).

No que diz respeito aos motivos representados temos assim:

---

<sup>1</sup> O trabalho de campo foi realizado em Julho de 1985. Além do signatário foram responsáveis Fernando Barbosa, desenhador do Museu de D. Diogo de Sousa (decalque, planta, alçado e cortes), Vlademiro Pires, técnico auxiliar de arqueologia do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (planta, alçado, cortes e fotos). Os trabalhos foram financiados pelo I.P.P.C. e contaram com a colaboração da Câmara Municipal de Alijó, o que aqui se agradece.

<sup>2</sup> Os outros eram o Cachão da Rapa em Carrazeda de Ansiães e Penas Róias em Mogadouro.

<sup>3</sup> MESQUITA, H. e CORREIA, V. (1922), *Arte Rupestre em Portugal — Pala Pinta*, «Terra Portuguesa», Lisboa, IV, pp. 145-147.

<sup>4</sup> JÚNIOR, J. R. S. (1933), *O Abrigo Pré-Histórico da Pala Pinta*, «Trabalhos de Antropologia e Etnografia», Porto, 4, pp. 33-43.

<sup>5</sup> Op. Cit.

- 1 e 2 — duas figuras esteliformes com evidentes conotações solares;  
 3 e 4 — figuras compostas de linhas quase paralelas, associadas duas a duas;  
 5 — figura composta por dois círculos concêntricos; o exterior é raiado;  
 6 — figura esteliforme semelhante aos motivos 1 e 2;  
 7 — figura «arboriforme», com caracter antropomórfico;  
 8 — figura em «cadeia», composta de sete «anéis», em posição vertical;  
 9 e 10 — figuras semelhantes às n.ºs 3 e 4, mas além de serem perfeitamente paralelas são compostas de três e quatro linhas respectivamente;  
 11 — grande figura representando, sem dúvida, a figura humana;  
 12 — figura esteliforme, semelhante aos n.ºs 1, 2 e 6;  
 13 — o mesmo motivo da figura nº 5, isto é, dois círculos concêntricos com o exterior raiado, no entanto associado a dois conjuntos de pontos, que partindo da base, formam duas linhas horizontais e quatro verticais, há ainda entre estas, quatro pontos, aparentemente não relacionáveis;  
 14 — duas figuras esteliformes; uma feita unicamente com pontos; a outra a traço e associada a um antropomorfo em fi; à esquerda e à direitas destes, aparentemente não formando nenhuma figura identificável.

Assim, neste abrigo ressaltam várias conclusões. Por um lado temos em evidência a predominância de motivos relacionados com o sol. Em nossa opinião os motivos n.ºs 1, 2, 6 e 12 são mesmo representações do astro-rei. Por outro lado temos motivos antropomórficos, n.ºs 7, 11 e 14 (embora este último associado directamente à figura solar). A reforçar o simbolismo solar deste abrigo temos as figuras n.ºs 5 e 13. Estes motivos, círculos concêntricos são comuns na arte megalítica, embora gravados<sup>6</sup>. Ressalvam-se aqui dois aspectos; o primeiro é o facto de estes (deste abrigo) serem raiados (o nº 13, além disso, com as linhas de pontos referidas anteriormente). O segundo aspecto é o facto de ter sido identificado por nós em Baião, na Mamoa 3 de Chã de Parada, um conjunto de cinco círculos, dois dos quais concêntricos, também pintados<sup>7</sup>. A juntar as estas considerações não queremos deixar de referir um motivo esteliforme (embora gravado) do Dolmen 1 de Chã de Parada, publicado por E. S. Twohig<sup>8</sup> e a sua semelhança quer com a figura nº 12 da Pala Pinta quer com dois motivos da rocha gravada do Poço da Moura, Vila Flor<sup>9</sup>.

Pelo o que foi dito atrás, pensamos que a cronologia deste abrigo se situará entre meados e fins do III milénio, anterior à cronologia proposta por António Martinho Baptista, que situa a Pala Pinta «numa fase ainda anterior à Idade do Bronze ou mesmo nos seus primórdios»<sup>10</sup>.

Para finalizar, o objectivo deste trabalho, além de trazer algumas novas pistas para o estudo da arte rupestre no Norte de Portugal, era exemplificar a representação (em planta, alçado e corte) de um abrigo de arte rupestre, com a orientação dos painéis pintados, numa altura em que novos abrigos com pinturas tem vindo a ser descobertos no Norte do país.

ORLANDO SOUSA

Arqueólogo. Serviço Regional de  
Arqueologia da zona Norte.

<sup>6</sup> TWOHIG, E. S. (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.

<sup>7</sup> SOUSA, O. (1988), *As Pinturas Rupestres da Mamoa 3 de Chã de Parada — Baião*, «Arqueologia», Porto, 17, pp. 119-120.

<sup>8</sup> Op. Cit.

<sup>9</sup> Levantamento do signatário, a publicar em 1990.

<sup>10</sup> BAPTISTA, A. M. (1988), *Arte Rupestre Pós-Glaciária. Esquematismo e Abstracção*, «História da Arte em Portugal», Lisboa, Vol. 1, p. 36.

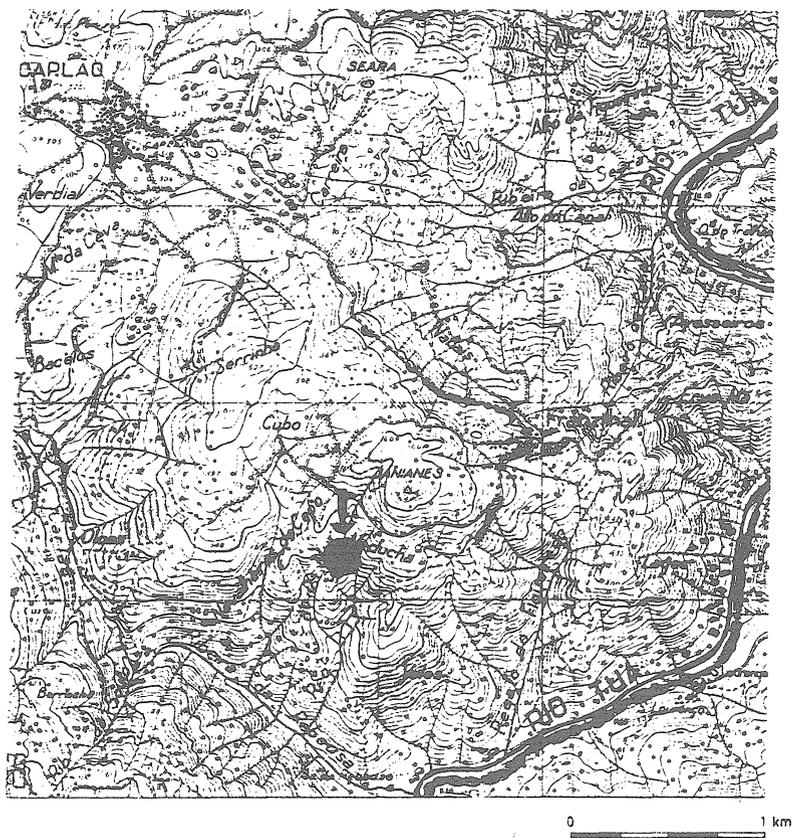


Fig. 1 — Localização da Pala Pinta. C.M.P./S.C.E. à escala 1:25.000; folha 103 — Sanfins do Douro (Alijó).

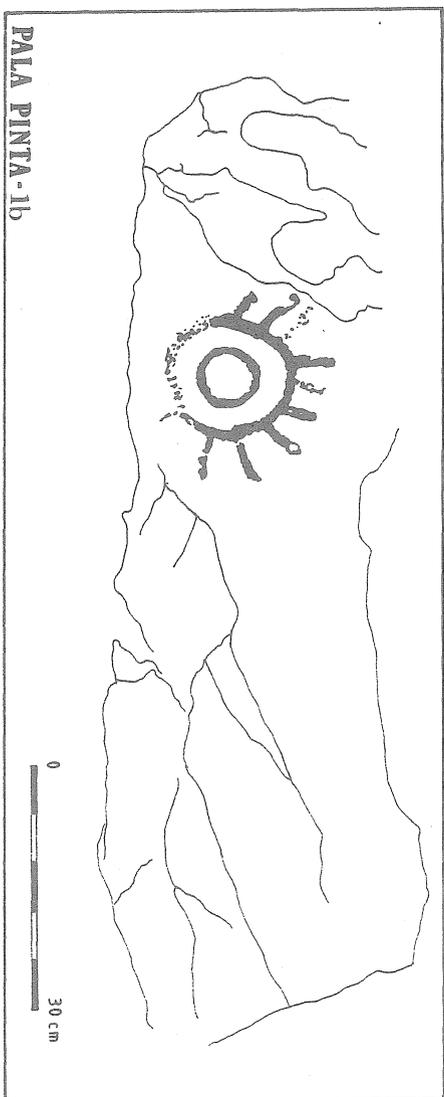
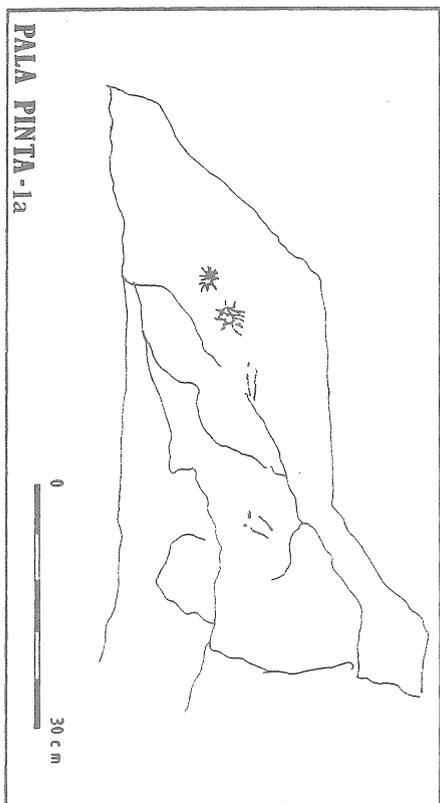


Fig. 2 — Painéis 1a e 1b.

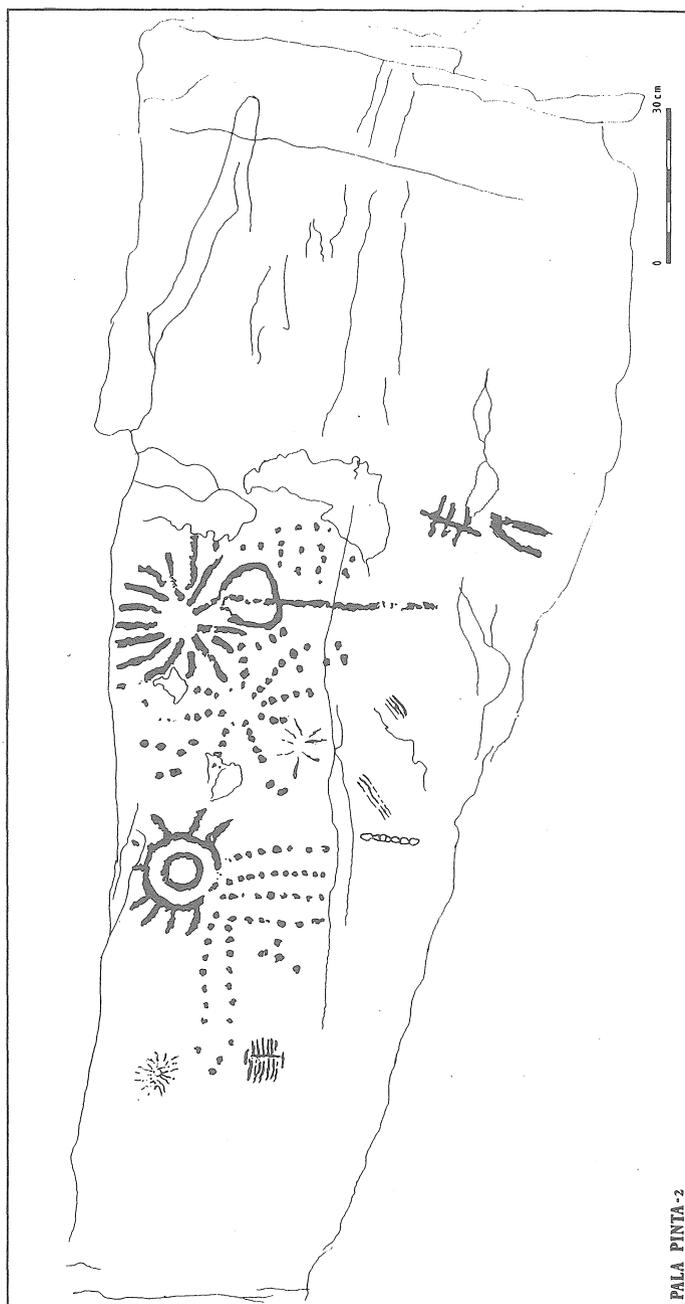
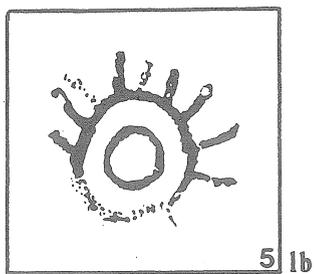
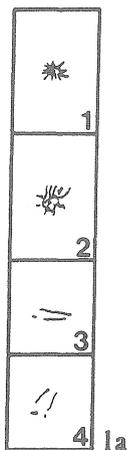


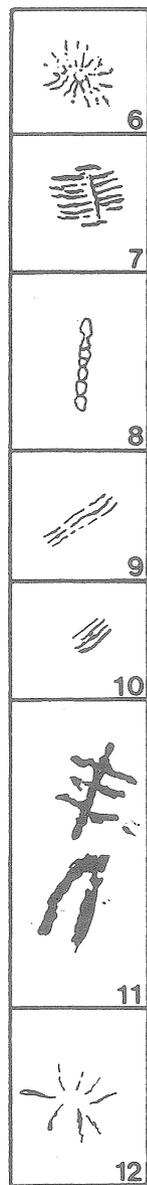
Fig. 3 — Panel 2.



PALA PINTA

0 30 cm

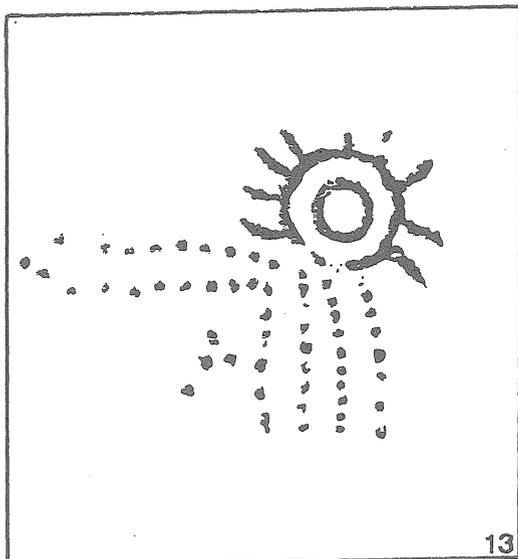
Fig. 4



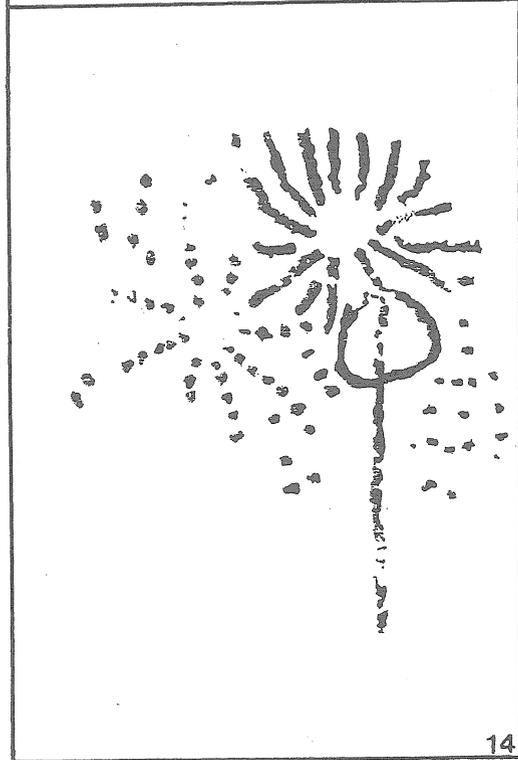
PALA PINTA

0 30 cm

Fig. 5



13



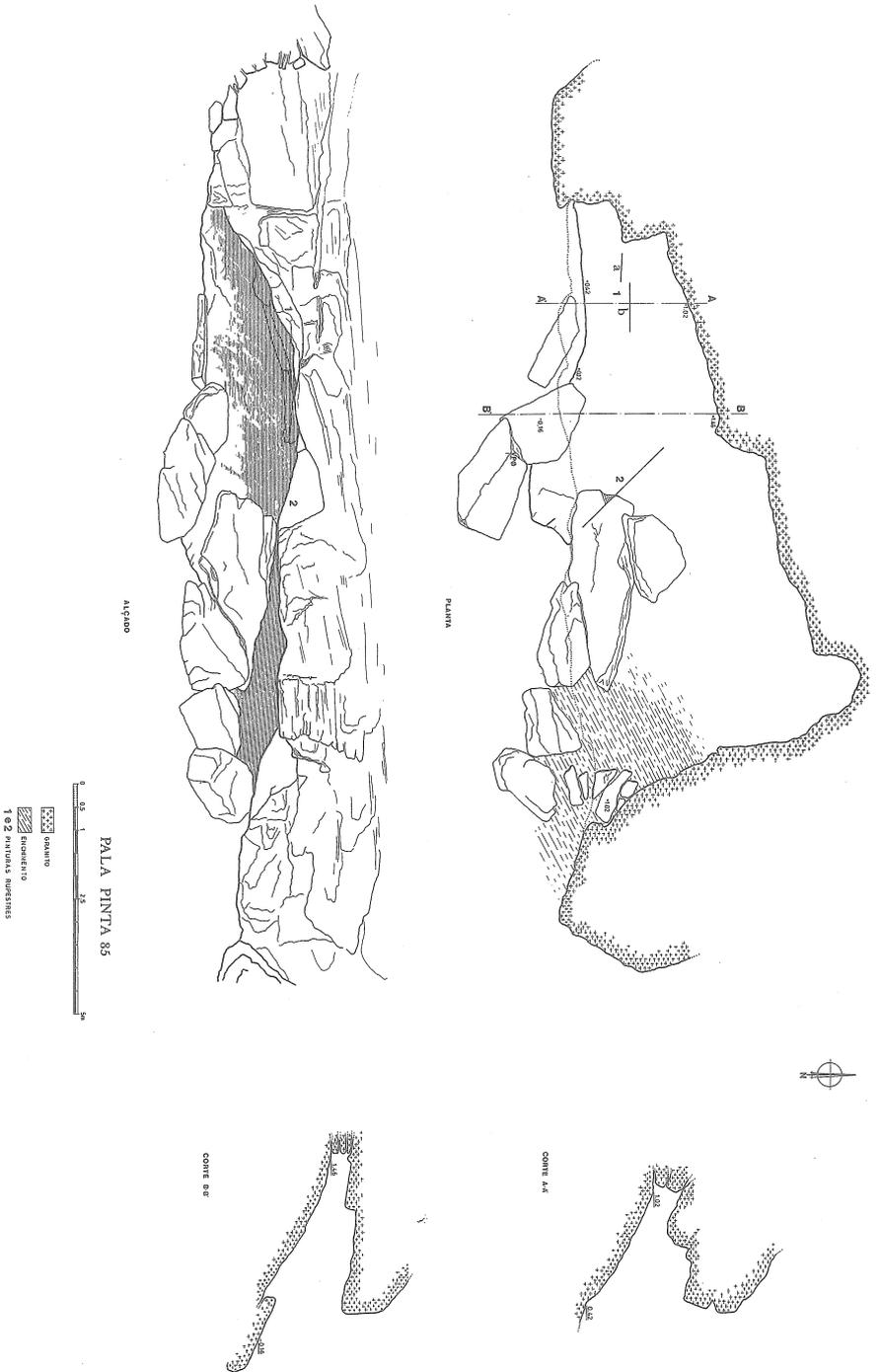
14

PALA PINTA



Fig. 6

Fig. 7 — Planta, alçado e cortes do abrigo.



## UM BRACELETE EM BRONZE PROVENIENTE DO JUNCAL DO CAMPO

1. Em Maio de 1989 fomos contactados pelo senhor José Orlando Cruz Martinho, residente em Juncal do Campo, que nos pôs à disposição, para efeitos de estudo, uma bracelete encontrada numa sua propriedade, situada nas imediações daquela localidade (Fig. 1).

Juncal do Campo é freguesia do concelho e distrito de Castelo Branco. Nas suas proximidades foram referenciados alguns vestígios arqueológicos, correspondentes a diferentes períodos: na serra, existem vestígios de explorações metalíferas antigas (TAVARES PROENÇA, 1910: 8); no sítio do Carrapeteiro, situa-se uma *villa* romana (MATOS, 1983: 21-22). Achados avulsos, aparentemente desprovidos de contextos envolventes, foram igualmente assinalados pelos mesmos autores<sup>1</sup>. Ambos os sítios se apresentam cartografados<sup>2</sup>, embora se nos afigure que a prospecção sistemática da zona possa constituir fonte de novas informações.

Quanto às condições de jazida desta peça, não soube o seu proprietário prestar-nos informações detalhadas, pois o achado deu-se à superfície de um terreno que, no momento, agricultava. Estamos pois, em presença de um achado isolado, sem relação com outros materiais arqueológicos.

2. Trata-se de uma bracelete em bronze (Fig. 2), obtida pela curvatura de um grosso fio de arame daquele metal. Apresenta-se em muito bom estado de conservação, com toda a superfície uniformemente patinada.

Tem a forma de um anel aberto, elíptico, cujo diâmetro oscila entre os 64 e os 69 milímetros. A respectiva secção, de contornos arredondados na face externa, e plano na face interna, tem uma espessura aproximada de 4 milímetros.

A decoração, aplicada apenas sobre a face externa, foi executada por cinzel ou punção, e é constituída por sulcos paralelos pouco vinculados. Em ambas as extremidades, bem assim como na zona central, desenham-se quatro cabeças de ofídio, com os olhos e a boca bem gravados.

3. Este objecto de adorno, pelo elemento figurativo utilizado na decoração, merece alguns comentários. Quanto ao aspecto formal, apenas nos foi dado detectar um exemplar semelhante, proveniente de Santiago do Cacém<sup>3</sup>. Embora o desenho disponível não prime pelo sentido do rigor, permite constatar que a representação figurada é, no essencial, idêntica: bracelete em bronze, com duas cabeças de ofício nas extremidades abertas, com a linha da boca fundamentalmente rasgada; outras duas cabeças afrontadas, ocupam a secção central. No restante a decoração tenta sugerir a textura epidérmica do réptil.

É afinal este exemplar que nos permite classificar a bracelete do Juncal do Campo como da época romana, dada a evidente semelhança tipológica entre ambas, semelhança essa que radica

<sup>1</sup> Tavares Proença refere o facto de ter em seu poder, proveniente do Juncal do Campo, algumas moedas romanas e treze machados de pedra polida. Também Pires de Matos menciona o achado de uma mó em granito, nas proximidades da Ribeira do Tripeiro, naquela freguesia.

<sup>2</sup> Jorge de Alarcão assinala, com base em formações dos autores citados na nota anterior, dois topónimos: 4/471 — Carrapeteiro; 4/472 — Juncal do Campo (ALARCÃO, 1987: 75).

<sup>3</sup> Como José Leite de Vasconcelos indica, a gravura foi retirada do «Archivo Pittoresco», XI, p. 168 (VASCONCELOS, 1913: 301-302).

na utilização dos mesmos elementos simbólicos. Embora encontrados em sítios relativamente distantes, a utilização de idêntica gramática decorativa pressupõe a existência, o reconhecimento e a divulgação de um fundo comum.

Sobre este assunto muito se tem escrito. De facto, a representação da serpente tem vindo a ser referenciada desde períodos muito remotos e sobre os mais variados suportes. Nos castros do Noroeste, nomeadamente em Sanfins<sup>4</sup> e em Guifões<sup>5</sup>, ou nas penedias de Vila de Rei<sup>6</sup>, entre outros, foram detectadas figurações serpentiformes, cujo significado se associa às manifestações do culto ofiolátrico.

Associado normalmente aos ritos da fecundidade e da reprodução (TAVARES, 1967; 105), poderá, em casos pontuais, ser complementar do culto de diversas divindades. Assim o crê José Leite de Vasconcelos, que considera o exemplar de Santiago do Cacém associado ao culto mitríaco (VASCONCELOS, 1913: 501), vendo no círculo definido pela bracelete uma representação simbólica do infinito.

Sem pretendermos interferir em tema tão polémico, julgamos ser de considerar que, no presente exemplar, a representação serpentiforme, para além de um inegável valor decorativo, deve ter constituído elemento propiciatório, certamente com carácter protector.

ROGÉRIO CARVALHO  
Sócio efectivo da S.P.A.E.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1987), *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 1, Warminster, England, p. 75.
- FIGUEIREDO, M. Rodriguez (1973), *Outra vez coa ofiolatria: dous achadegos interessantes*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, XXII, pp. 249-261.
- HORTA PEREIRA, M. A. (1970), *Monumentos históricos do concelho de Mação*, Mação, p. 224.
- LEITE VASCONCELOS, J. (1913), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, pp. 301-302.
- MENDES CORREA, A. A. (1928), *Le serpent, totem dans la Lusitanie proto-historique*, «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Porto, XV (3), pp. 185-189.
- MATOS, J. Pires (1983), *Juncal do Campo: um pouco da sua História*, Castelo Branco, p. 22.
- PAÇO, Afonso (1964), *Citânia de Sanfins VII — esculturas de cabeça de ofídio*, «Lucerna», Porto, IV, pp. 167-171.
- SANTOS, J. Neves (1963), *Serpentes geminadas em suásticas e figurações serpentiformes do castro de Guifões*, «Lucerna», Porto, III, pp. 136-156.
- TAVARES, A. Augusto (1967), *Ofiolatria*, «O Arqueólogo Português», III<sup>a</sup> Série, vol. I, pp. 96-106.
- TAVARES DE PROENÇA, F. (1910), *Archeologia do districto de Castello Branco*, Leiria, p. 8.

<sup>4</sup> Afonso do Paço, nas *Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia*, menciona uma escultura de cabeça de ofídio, encontrada no decurso de escavações no castro de Sanfins (PAÇO, 1964: 167-171).

<sup>5</sup> Joaquim Neves dos Santos descreve uma lápide insculpida com representação de serpentes geminadas em suástica, proveniente de Guifões (SANTOS, 1963: 136-156).

<sup>6</sup> M<sup>a</sup> Amélia H. Pereira inscreve esta gravura rupestre no período que dedica à Idade do Ferro (PEREIRA, 1970: 224).

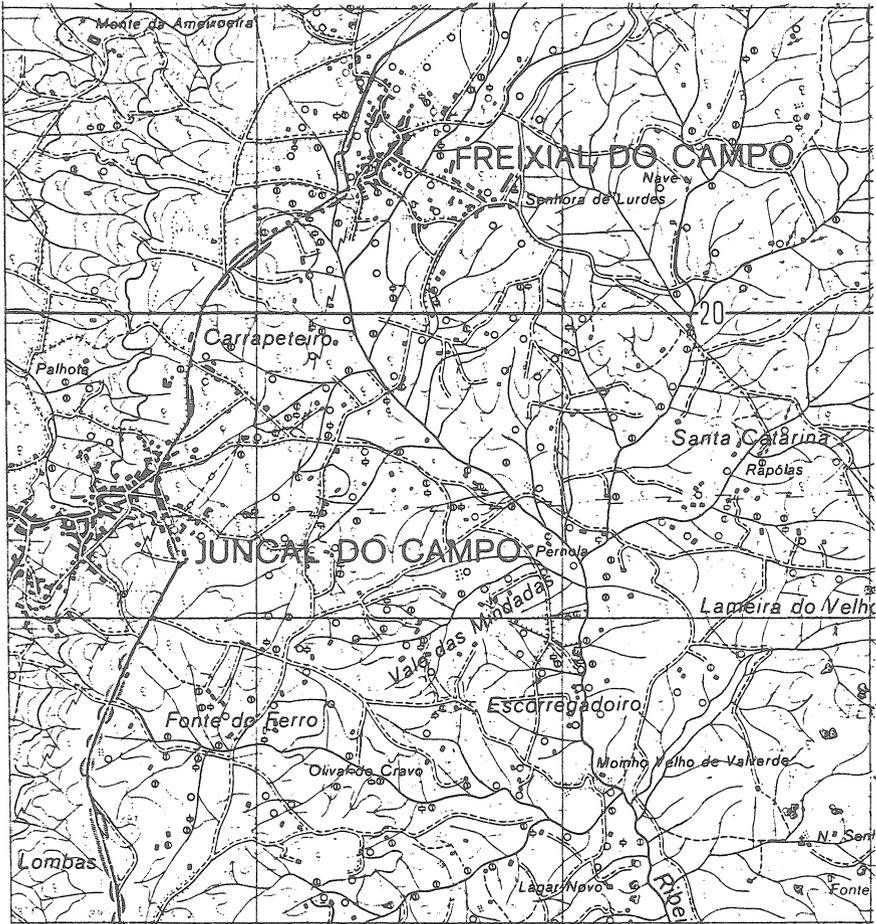


Fig. 1 — Localização do sítio do achado na Carta Militar de Portugal, folha nº 280, esc. 1:25.000.

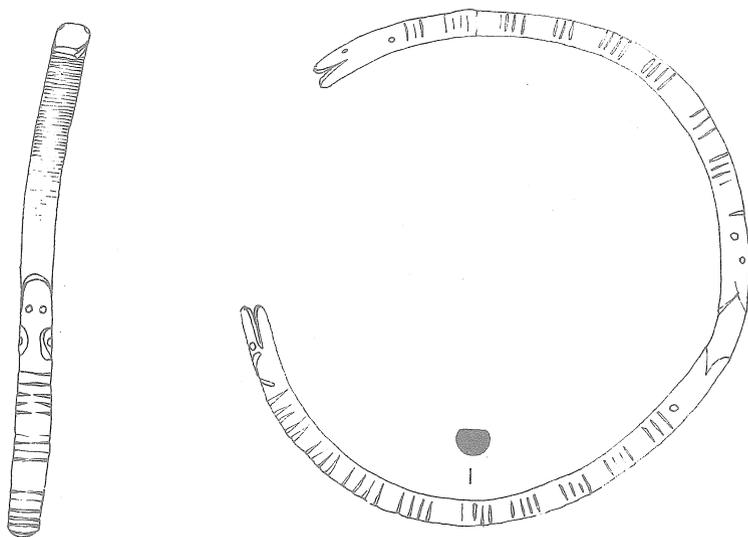


Fig. 2 — Bracete em bronze (Des. de José Luis Madeira). Esc. 1:1.

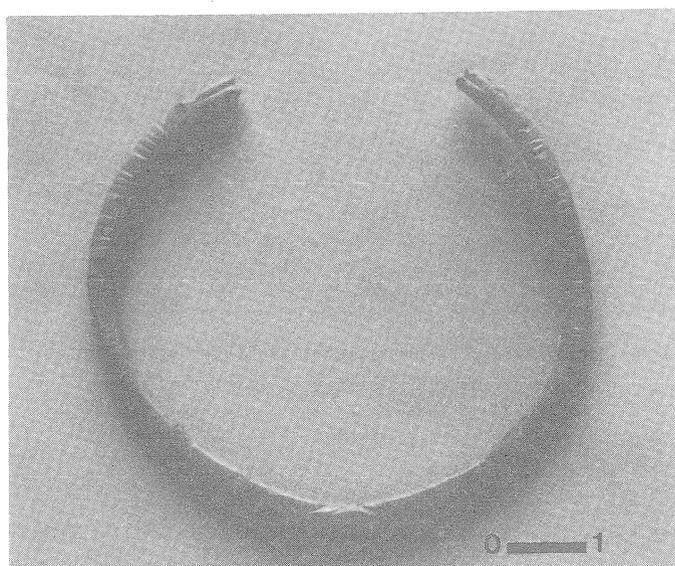


Foto 1 — Bracete de bronze do Juncal do Campo.

## ARMELA DE SÍTULA DO LAGAR DE MARIA MARTINS (Monsanto — Idanha-a-Nova)

Mascarão em bronze encontrado há cerca de oito anos, num caminho então de terra batida<sup>1</sup>.

Espelho triangular de contornos irregulares, sobretudo no lado direito. Os olhos e a boca estão levemente desenhados; nariz rectilíneo em relevo pouco acentuado. O rosto está delimitado por duas molduras, pouco salientes, golpeadas transversalmente por traços incisivos superficiais, ao jeito de barba.

Travessão radiado com linhas pouco profundas, na continuação do espelho. Na transição entre o travessão e o rosto, surge, no lado esquerdo, uma protuberância, que no lado oposto se encontra apenas assinalada. Ainda no travessão refira-se uma fractura bastante profunda, ao centro. Finalmente, o olhal é ovalizado.

**Medidas:** Alt. total: 55 mm; alt. do olhal: 16 mm; comp. do trav.: 36 mm; larg. máx. do esp.: 12 mm; alt. do esp.: 22 mm.

O estado de conservação do objecto é razoável. Tratando-se de uma peça de trato rude, que apresenta um acentuado desgaste, apesar de serem perceptíveis todas as suas formas.

Apresenta-se, pois, uma peça que, pelas suas características, não encontra paralelos, não podendo ser, por isso, integrada em nenhum dos tipos apresentados por Manuela Delgado<sup>2</sup>; aproximando-se, todavia, do tipo II, que a autora define, genericamente, como sendo de «Espelho de forma grosseiramente triangular; olhal; travessão.», sugerindo uma cronologia de meados do séc. III d.C.<sup>3</sup>.

ANTÓNIO AUGUSTO DA C. MARQUES

---

<sup>1</sup> Coordenadas hectométricas U. T. M.: M. 334; T. 618. Carta militar de Portugal, escala 1/25.000, folha nº 258.

<sup>2</sup> DELGADO, Manuela — *Elementos de Sítulas de Bronze de Conímbriga*. «Conímbriga», Coimbra, 9, 1970, pp. 21-22.

<sup>3</sup> Agradeço ao Paulo Proença, residente em Almada na Rua Francisco Xavier de Noronha, nº 5, 1º Dto., onde conserva o referido objecto.



## UMA TESOURA DE TOSQUIA ROMANA DO CONCELHO DA COVILHÃ

1. O objecto a cujo estudo se procede, faz parte do acervo do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco. Trata-se de um exemplar de certa raridade, cuja publicação nos parece oportuna. De facto, os objectos de ferro atribuíveis ao período romano só recentemente vêm merecendo a devida atenção por parte dos investigadores dessa área<sup>1</sup>.

Nada se sabe, em concreto, sobre as condições de jazida da peça em análise, da mesma forma que pouco se conhece, em rigor, acerca do local onde se procedeu ao seu achado. A única informação de que dispomos, é-nos fornecida por Tavares Proença, que a dá como proveniente da Covilhã<sup>2</sup>; o nome do ofertante e a respectiva data de entrada no então designado «Museu de Castelo Branco», completam a escassez dos elementos informativos<sup>3</sup>.

Intimamente ligado à actividade pecuária, este tipo de instrumento, pelas suas características funcionais, tinha como finalidade o corte de lã dos ovinos, cerce à pele, de forma a permitir o posterior aproveitamento das fibras para efeitos de fiação e tecelagem.

A existência de formas paralelas em diferentes pontos da Europa<sup>4</sup>, bem como no território hoje português, nomeadamente na estação romana do Vale do Junco, no concelho de Mação<sup>5</sup>, em níveis datáveis que vão desde os séculos I/II, até aos séculos IV/V d.C.<sup>6</sup>, vem colocar sérias reservas à atribuição de uma cronologia, mesmo que relativa, para esta peça metálica romana, devida à ausência de contextos envolventes.

### CATÁLOGO:

Tesoura de tosquia, em ferro.  
Número de inventário: 10.747.

---

<sup>1</sup> Sobre este tema, consultar: *Fouilles de Conimbriga VII*, Bordeaux 1979, simultaneamente obra de referência obrigatória e trabalho impar ao nível do estudo deste tipo de materiais.

<sup>2</sup> TAVARES PROENÇA, Francisco (1910), *Archeologia do Districto de Castelo Branco*, Leiria, pág. 5-6.

<sup>3</sup> TAVARES PROENÇA, Francisco, op. cit., pág. 6.

<sup>4</sup> Ver as formas exumadas em Aiahungen e Burhöfe, Rheingönheim, Fishbourne e Cambodunum, na seguinte bibliografia:

ULBERT, Gunter (1959), *Die Römischen Donau-Kastelle Aislingen und Burghöfe*, Berlim, pág. 76, 96, Est. 28, n.º 19-20.

ULBERT, Gunter (1969), *Das Frühromische Kastelle Rheingönheim*, Berlim, pág. 54, Est. 49, n.º 1-2.

CUNLIFFE, Barry (1971), *Excavations at Fishbourne 1961-1969*, Leeds, pág. 134, fig. 60, n.º 43.

KRAMER, Werner (1957), *Cambodunumforschungen 1953 — I*, Kallmunz, pág. 68, Est. 20, n.º 2.

<sup>5</sup> PONTE, Salete da; CARVALHO, Rogério (1986), *Seis peças metálicas do Vale do Junco*, «Revista Portugália», Nova Série, vol. VI/VII, Porto, pág. 105-106.

<sup>6</sup> CARVALHO, Rogério (1987), *Uma forja romana em Vale de Junco*, «Arqueologia do Vale do Tejo — Catálogo», Lisboa, pág. 64-65.

Constituída por duas hastes paralelas, de secção quadrangular, terminando em uma das extremidades, por duas lâminas triangulares, em oposição, e na outra extremidade, por um largo arco laminar, com função de mola. Esta permite, na situação de repouso, o retorno das hastes à sua posição normal.

Comprimento total: 475 mm.

Comprimento da lâmina inferior: 167 mm.

Largura da lâmina inferior: 50 mm.

Comprimento da lâmina superior: 162 mm.

Largura da lâmina superior: 51 mm.

O exemplar encontra-se completo, praticamente intacto, tendo sido objecto de tratamento nos laboratórios do Museu Monográfico de Conímbriga.

2. O aparecimento desta peça numa área onde a indústria de fiação e tecelagem da lã é ainda factor económico proponderante, pode ajudar a compreender uma actividade de longa duração, cujas raízes assentes na ovinicultura, remontam aos inícios da era cristã.

ROGÉRIO CARVALHO  
Sócio efectivo da S.P.A.E.



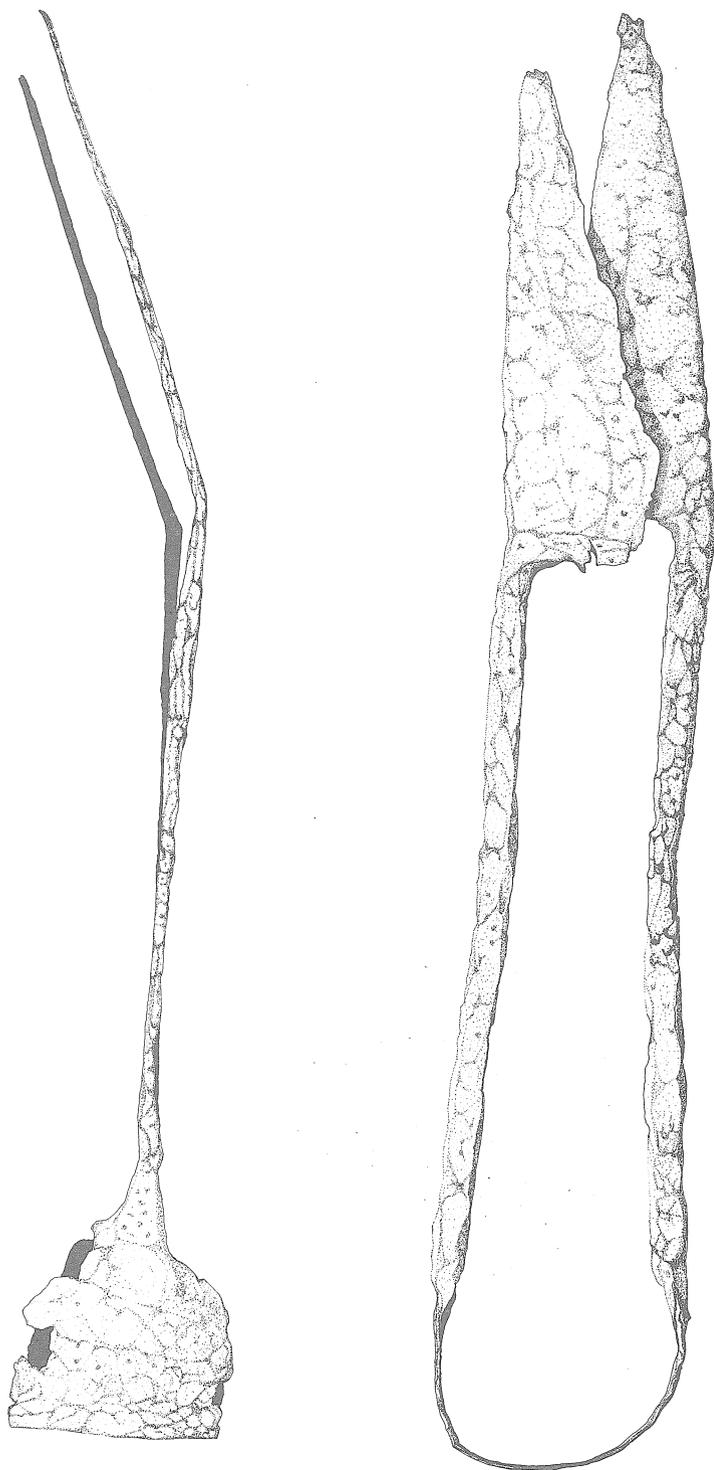


Fig. 1 — Tesoura da Tosquia da Covilhã, vista de frente e de perfil.

## «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

### Preçário

Vol. XI (1-2), 1947 .....	1.800\$00
Vol. XI (3-4), 1948 .....	1.800\$00
Vol. XII (1-2), 1949 .....	2.000\$00
Vol. XII (3-4), 1950 .....	2.000\$00
Vol. XIII (1-2), 1951 .....	1.800\$00
Vol. XIII (3-4), 1952 .....	1.500\$00
Vol. XIV (1-4), 1953-54 .....	1.800\$00
Vol. XV (1-2), 1955 .....	1.500\$00
Vol. XV (3-4), 1955-57 .....	2.000\$00
Vol. XVI (1-4), 1958 .....	1.800\$00
Vol. XVII (1-4), 1959 .....	2.500\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61 .....	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62 .....	600\$00
Vol. XIX (1), 1963 .....	500\$00
Vol. XIX (2), 1963 .....	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964 .....	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66 .....	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68 .....	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969 .....	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971 .....	500\$00
Vol. XXII (2), 1973 .....	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973 .....	»
Vol. XXII (4), 1975 .....	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977 .....	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978 .....	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980 .....	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981 .....	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982 .....	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983 .....	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984 .....	500\$00
Vol. XXV (1), 1985 .....	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985 .....	600\$00
Vol. XXVI (1-4), 1986 .....	1.200\$00
Vol. XXVII (1-4), 1987 .....	1.600\$00
Vol. XXVIII (1-2), 1988 .....	1.600\$00
Vol. XXVIII (3-4), 1988 .....	2.000\$00
Vol. XXIX (1-4), 1989 .....	2.000\$00
Índice geral dos vols. I a X .....	300\$00



Preço: 2.000\$00